

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

“Monumentos de Tinta e Papel”

Cultura e Política na produção

Biográfica da Coleção Brasileira (1935-1940)

Thiago Lenine Tito Tolentino

Belo Horizonte

10/2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

“Monumentos de Tinta e Papel”

Cultura e Política na produção

Biográfica da Coleção Brasileira (1935-1940)

Thiago Lenine Tito Tolentino

Orientadora: Eliana Regina de Freitas Dutra

Dissertação apresentada na conclusão do curso de mestrado em História na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais – Linha de Pesquisa: **História e Culturas Políticas.**

Belo Horizonte

10/2009

*Aos meus pais,
Amigos,
Companheiras.*

Agradecimentos

Sou grato aqueles que apoiaram, ajudaram, atrapalharam, fizeram parte da experiência difusa que resultou neste simples trabalho.

Agradeço à minha orientadora Eliana, ao grupo de pesquisa *Coleção Brasileira – escritos e leituras da Nação*.

Agradeço aos meus familiares, em especial minha mãe Laraene Alves Tolentino. Agradeço a meus amigos e colegas.

Resumo

Este trabalho disserta sobre a produção biográfica brasileira das décadas de 1930-1940. Através biografias de Frei Caneca, Evaristo da Veiga, Paulo Eiró, Tavares Bastos, Silva Jardim, Farias Brito e Calógeras, todas publicadas pela Coleção Brasileira, o autor procurou analisar os aspectos teórico-historiográficos que norteavam a escrita biográfica do período, assim como, destacar a contribuição que o fazer biográfico concedia às interpretações político-culturais acerca da realidade brasileira.

Palavras-chave

Biografia, Historiografia Brasileira, Coleção Brasileira, Frei Caneca, Evaristo da Veiga, Paulo Eiró, Tavares Bastos, Silva Jardim Farias Brito, Calógeras.

Abstract

This thesis is about the biographical brazilian production in the decades of 1930-1940. Through the biographies of Frei Caneca, Evaristo da Veiga, Paulo Eiró, Tavares Bastos, Silva Jardim, Farias Brito e Calógeras, they all published in the 'Coleção Brasileira', the author intended to analyze the theoretical and historiographical points that guided the biographical writing at the time, as well as, highlight the contribution that the biographical work could give to the political-cultural interpretation about brazilian reality.

Key-words

Biography, Brazilian Historiography, Coleção Brasileira, Frei Caneca, Evaristo da Veiga, Paulo Eiró, Tavares Bastos, Silva Jardim Farias Brito, Calógeras.

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| Introdução | 8 |
| Capítulo 1: Projeto/Coleção Brasileira e os Monumentos de tinta e papel | 31 |
| A Nação nas Primeiras décadas do séc. XX | 38 |
| Biografias: Monumentos de Tinta e Papel | 43 |
| Capítulo 2: O fazer Biográfico | 52 |
| História da República nas Biografias | 55 |
| João Dornas Filho: Silva Jardim e as Tramas da República | 55 |
| Antônio Gontijo de Carvalho: Perfil de Calógeras | 60 |
| Jonathas Serrano: Viagem a Farias Brito | 65 |
| História do Império nas Biografias | 69 |
| Lemos Brito: A Independência nos passos de Frei Caneca | 74 |
| Otávio T. de Sousa: Evaristo da Veiga, História dos Fundadores do Império do Brasil | 89 |
| Carlos Pontes: Tavares Bastos - Alagoas, Rio de Janeiro e Amazonas | 104 |
| Afonso Schmidt: Paulo Eiró, descaminhos a Santo Amaro | 118 |
| Capítulo 3 - As Máscaras | 129 |
| Frei Caneca - Argonauta da Liberdade | 131 |
| Farias Brito e o Mal-Estar na Primeira República | 143 |
| Evaristo da Veiga e a Apologia da História | 156 |
| Calógeras: Sábio e Santo | 165 |
| Silva Jardim, à margem da Proclamação | 176 |
| Paulo Eiró: Primeiro Poeta | 189 |
| Tavares Bastos e o Neoliberalismo | 199 |
| Conclusão | 211 |
| ANEXO I - ALGUNS DADOS SOBRE OS BIÓGRAFOS ANALISADOS | 214 |
| FONTES/BIBLIOGRAFIA | 226 |

Introdução

Biografia, um (esquecido) debate à brasileira

Atualmente, as ciências humanas vivenciam uma efervescência intelectual acerca do biográfico¹, tanto no campo historiográfico², como no das ciências sociais³. Na década de 1940, porém, Luiz Viana Filho já considerava um equívoco, quando se ‘adentra no campo biográfico’, acreditar que o ‘favor atualmente dispensado pelo público às biografias’ constitui ‘aspecto peculiar do nosso tempo’. O autor retoma, então, Thomas Carlyle (1795-1881) que, ‘em ensaio escrito há mais de um século’, já salientava, àquele tempo, como fator de comprovação da importância do gênero biográfico, ‘o interesse sem igual que o homem toma pelas biografias’. Olhando para sua época, Luiz Viana Filho via aquele ‘favor’ concedido ao biográfico, antes uma reabilitação do que uma ‘peculiaridade’. Reabilitação ocorrida após uma época, entre o fim do século XIX e início do XX, na qual se poderia notar a existência de ‘pouco apreço pelos trabalhos desse gênero’. Em seu passado recente, portanto, Viana Filho verificava que a biografia voltou a ter ‘sua antiga posição’, de tal forma que, este gênero, constituiu-se por aqui em verdadeira ‘febre’⁴. É na ‘febre’ do gênero biográfico nos anos 1930 e 1940 que pretendo encontrar um meio para o desenvolvimento e compreensão de aspectos culturais, políticos e sociais que caracterizavam a intelectualidade daquele período.

Para tal, mobilizei sete obras biográficas publicadas entre os anos 1935-1940: o *Frei Caneca*, escrita por Lemos Brito; o *Evaristo da Veiga*, de Otávio Tarquínio de Sousa; o *Tavares Bastos*, de Carlos Pontes; o *Paulo Eiró*, de Afonso Schmidt; o *Silva Jardim*, de João Dornas Filho;

1 ‘O gênero biográfico está na moda’. SCHMIDT, Benito Bisso. *A biografia histórica: O retorno do gênero e a noção de contexto*. In: GUAZZELLI, César Augusto Barcellos; PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz; SCHMIDT, Benito Bisso; XAVIER, Regina Célia Lima. *Questões de Teoria e Metodologia da História*. Porto Alegre: Ed Universidade/UFRGS, 2000. 121-131.

2 É notável o número de trabalhos no campo da historiografia que trazem como tema o fazer biográfico; a biografia dentre as diversas disciplinas ou a biografia na história do pensamento e da historiografia. Pode-se enumerar: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (ORGS). *Memória e ressentimento*. Campinas: Unicamp, 2001. CATELLI, Nora. *El Espacio Autobiográfico*. Barcelona: Lumen, 1991. LEENHARDT, Jacques; PESAVENTO, Sandra Jatahy (ORGS). *Discurso histórico e narrativa literária*. Campinas: Unicamp, 1998. LE GOFF, Jacques. ‘Comment écrire une biographie aujourd’hui’. *Le Débat*. N 54, mars-avril 1989; SCHMIDT, Benito Bisso (ORG). *O Biográfico – Perspectivas interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000. BURKE, Peter. A invenção da biografia e o individualismo renascentista. *Estudos Históricos*. Número 19, vol 10, Rio de Janeiro: 1997.

3 ‘Moda fugaz ou redescoberta de um paradigma, a biografia goza de uma admiração notável desde alguns anos e tornou-se um debate recorrente que agita a comunidade de pesquisadores em ciências sociais’. JOANA, Jean. Les usages de la méthode biographique en sciences sociales. *Pôle Sud*, Número 1, Vol 1, 1994. 89

4 VIANA FILHO, Luiz. *A Verdade na Biografia*. Rio de Janeiro: São Paulo: Bahia: Editora Civilização Brasileira, 1945. 9-10.

o *Farias Brito*, de Jonathas Serrano e o *Calógeras*, de Antônio Gontijo de Carvalho⁵. São obras que nos permitem visualizar três aspectos que pretendo evidenciar no decorrer deste trabalho: a existência de um debate intelectual/epistemológico acerca das vantagens e desvantagens da biografia como gênero historiográfico/literário, nas décadas de 1930-1940; neste mesmo período, a biografia como instrumento para consolidação das identidades coletivas; e, por último, a biografia como fonte para a compreensão das identidades políticas forjadas naquele período pela intelectualidade brasileira, configurando-se como um *topos* singular para as investigações da historiografia política atual. Aponta-se, portanto, para uma riqueza de significados que o gênero biográfico pode mobilizar, justamente, por ter se constituído em uma ‘febre’.

‘Febre’ que parece não ter contaminado os historiadores da historiografia brasileira que, em suas reconstituições acerca do fazer historiográfico no país, concedem raro ou nenhum espaço à produção biográfica. Perguntemos, neste sentido, sobre o lugar ocupado pelo gênero biográfico no interior das obras de história da historiografia brasileira. Segundo Astor Diehl, o interesse pelo fazer biográfico remonta à revista do IHGB, ainda no século XIX, quando as biografias poderiam ‘fornecer exemplos às gerações vindouras, contribuindo para a construção da galeria de heróis nacionais’⁶. Já ‘nos trinta primeiros anos’ do século XX - período que abarcaria nosso recorte - aquele autor concorda com a afirmação de José Roberto do Amaral Lapa, segundo a qual, devido às ‘limitações do saber historiográfico brasileiro’, marcado pela *histoire événementielle*, predominaria a preferência pelas ‘áreas políticas e administrativas, a biografia (genealogia) voltada para os heróis e chefes de governo’, compondo uma ‘história artesanal’ e ‘reacionária’⁷.

O espaço representado pelo fazer biográfico no interior das ‘histórias gerais da historiografia’ é bem restrito, dando a impressão de que nosso esforço em construir uma perspectiva centrada nas possibilidades da biografia no desvelamento do histórico, talvez, não valesse à pena. Poucas palavras são ditas sobre o gênero que era tido por estes historiadores da história como ‘crônica histórica’, ‘recreativa’ ou ‘dramática’, que ‘mais deforma do que forma’, em total descompasso com ‘os modernos recursos propiciados pelas universidades, colocados ao alcance dos historiadores’. Visto através de uma perspectiva historiográfica que se dizia imbuída

5 BRITO, José Gabriel de Lemos. *A gloriosa sotaina do Império: Frei Caneca*. São Paulo: CEN, 1937; SOUSA, Octavio Tarquínio de. *Evaristo da Veiga*. São Paulo: CEN, 1939; PONTES, Carlos. *Tavares Bastos (Aureliano Candido) 1839-1875*. São Paulo: CEN, 1939; SCHMIDT, Afonso. *A vida de Paulo Eiró*. São Paulo: CEN, 1940. DORNAS FILHO, João. *Silva Jardim*. São Paulo: CEN, 1936. SERRANO, Jonathas. *Farias Brito – O homem e a obra*. São Paulo: CEN, 1940. CARVALHO, Antonio Gontijo de. *Calógeras*. São Paulo: CEN, 1935.

6 DIEHL, Astor Antônio. A institucionalização do saber histórico – Do clássico ao moderno. In: *A cultura Historiográfica brasileira*. Passo Fundo/RS: Ediupf, 1998. 33.

7 DIEHL, Astor Antonio. *A Cultura Historiográfica brasileira - do IHGB a 1930*. Passo Fundo/RS: Ediupf, 1998. 141- 142. Considerações do mesmo tipo podem se encontradas em IGLESIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil – Capítulos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: UFMG, 2000; LAPA, José Roberto do Amaral. *Historiografia Brasileira Contemporânea – A história em questão*. Petrópolis: Vozes, 1981.

por uma epistemologia que, mais do que ‘buscar nossas raízes’, procurava investigar as ‘molas que retardam ou aceleram o ritmo de nossa marcha’, o fazer biográfico ‘ficava para trás no progresso da ciência histórica’ caracterizada, então, pelas estruturas ‘econômicas’, ‘demográficas’, ‘sociais’, das ‘mentalidades’, da ‘lingüística’, etc⁸. Portanto, ao situar toda uma produção biográfica-historiográfica, apesar de esta compor uma ‘biblioteca numerosa’, em um lugar ultrapassado na ‘evolução’ do saber histórico, a história da historiografia brasileira deixa de observar as características que envolviam aquele fazer – tais como a escrita, as temáticas, os debates e as visões de mundo – em função de uma variável diretora: a do saber histórico que ‘não toma conhecimento do progresso das ciências sociais’⁹.

O único trabalho de história da historiografia brasileira que se dedica minimamente à produção nacional do gênero biográfico é o de José Honório Rodrigues. Primeiramente, o autor verifica um caráter conservador, principalmente entre os anos 1838-1930, inerente a este tipo de produção que estaria preocupada apenas com a personificação da história em grandes estadistas¹⁰. Tratar-se-ia, neste caso, das ‘biografias apologéticas’, feitas por uma ‘historiografia conservadora’ que busca ‘a defesa intransigente das classes dominantes e exaltação dos grandes estadistas. É a história dos senhores do poder, dos governadores, das elites’¹¹. Honório Rodrigues percebe, porém, que, a partir da Revolução de 1930, ‘as modificações da estrutura econômica social e a disputa do poder pela classe média provocaram uma formidável cognição nacional’. E a produção biográfica se, por um lado, teria continuado, em grande medida, sendo ‘capitulacionista porque sua imagem é a das classes dominantes, das personalidades dirigentes, nem sempre verdadeiramente criadoras e fertilizadoras do nosso processo histórico’; por outro lado, em consonância com aquela cognição nacional, ‘talvez se possa dizer que esta corrente [da produção biográfica], juntamente com a revisionista factual, é a que maior contribuição vem trazendo ao conhecimento da história política e geral brasileira’¹².

Ao nos depararmos com algumas perspectivas acerca do gênero biográfico, desenvolvidas por intelectuais nas décadas de 1930-1940, percebemos que havia antes um debate crítico sobre o fazer biográfico do que a existência de um gênero estático e homogêneo, como parece sugerir a história da historiografia brasileira. Acreditamos que não poderia ser diferente, visto que ‘paira’ sobre o fazer historiográfico no Brasil da década de 1930, certa indeterminação e mesmo fluidez do

8 LAPA, José Roberto do Amaral. *Historiografia Brasileira Contemporânea – A história em questão*. Petrópolis: Vozes, 1981. 38.

9 DIEHL, Astor Antonio. *A Cultura Historiográfica brasileira - do Ihgb a 1930*. Passo Fundo/RS: Ediupf, 1998. 141.

10 Cf. RODRIGUES, José Honório. *História e Historiadores do Brasil*. São Paulo: Fulgor, 1965. 10.

11 RODRIGUES, José Honório. *História da História do Brasil – A historiografia conservadora*. São Paulo: CEN, 1988. 5

12 RODRIGUES, José Honório. *História e Historiadores do Brasil*. São Paulo: Fulgor, 1965. 24-25

métier, afinal, ‘são historiadores, em tese, todos aqueles que produziram na área dos “estudos históricos”, havendo um esforço de distinção tanto da filosofia e da literatura *lato sensu*, quanto do que se chama de “estudos políticos”¹³. Tal fato talvez explique a posição de Astor Diehl que, em sua periodização sobre a historiografia brasileira, caracteriza a produção historiográfica dessa época como composta por ‘obras de difícil classificação dentro dos moldes convencionais da ciência histórica’¹⁴. Talvez por não se enquadrar ‘nos moldes convencionais da ciência histórica’, o fazer biográfico foi praticamente esquecido dos quadros da história da ‘cultura historiográfica brasileira’.

O que era o fazer biográfico na década de 1930 e quais funções ele poderia assumir é o que pretendemos esboçar nesta introdução. Para Tristão de Athayde (Alceu Amoroso Lima), o gênero biográfico, ‘tão em voga atualmente’, seria necessário e útil para que a ‘soma das figuras isoladas venha a permitir os grandes painéis de conjunto’, pois a história seria uma ‘síntese de homens e acontecimentos’. O autor lembra que se deve ‘precaver-se’ contra o perigo das ‘biografias históricas’ quando ‘exaltam uma figura, isolando-a muitas vezes do ambiente em que viveu sem consideração pela relatividade de sua atuação’. Tristão de Athayde define a relação entre indivíduo e o ‘ambiente’:

Somos sempre alguém e alguma coisa. Na qualidade de alguém, dominamos os fatos, agimos por vezes, como elementos de modificação da engrenagem lógica das coisas, constituímos o que é a lei mais segura da história humana – o imprevisto. Na qualidade de alguma coisa, somos uma peça da engrenagem, vivemos num meio, num tempo, num regime, vivemos e agimos em função de outros homens, mais importantes, mais inteligentes, mais fortes, mais consideráveis do que nós.

Para este autor, uma das vantagens do estudo biográfico residiria em trazer à tona as ‘figuras’, ‘o tecido vivo da história’¹⁵. No mesmo sentido, Lúcia Miguel Pereira (1901-1959), crítica literária, biógrafa, ensaísta e tradutora, afirmava que a biografia seria ‘o melhor meio de se fazer história’¹⁶ porque seria capaz de criar ‘laços sentimentais’, de modo que, ‘sem desprezar a documentação’, poderia apreciar ‘homens e acontecimentos no seu aspecto vivo’¹⁷. A perspectiva de Sylvio Ella considerava que ‘às novas gerações’ ocorria a necessidade de se fazer uma ‘revisão fundamental nos quadros da nossa História’. Tal necessidade seria fruto do processo desencadeado pela

13 GOMES, Ângela de Castro. *História e Historiadores*. Rio de Janeiro: FGV, 1999. 37.

14 DIEHL, Astor Antônio. *A Cultura Historiográfica Brasileira*. Passo Fundo/RS: EDIUPF, 1999. 26

15 Cf. ATHAYDE, Tristão de. O Solitário. *O Jornal*. 05-02-1939.

16 A própria autora publicou uma biografia na *Coleção Brasileira*. MIGUEL-PEREIRA, Lúcia. *Machado de Assis – (Estudo crítico-biográfico)*. Ed. Ilustrada. São Paulo: CEN, 1936. (73)

17 PEREIRA, Lúcia Miguel. Uma Biografia. *Boletim de Ariel – Mensário crítico-bibliográfico – Letras, Artes, Ciências*. Rio de Janeiro. Ano VI, nº 10, julho de 1937. 297-298.

‘influência das ciências naturais’ na História que fez esta ‘confinar-se dentro do papel e da escavação’. Isto teria feito com que à História conviria os ‘debates sobre a data em que fomos revelados ao Ocidente por Cabral, do verdadeiro ponto da costa em que aportou, de quantos homens traziam a sua nau’. Teria, assim, o historiador assumido ‘a feição de um homem apavorante, mumificado e frio diante do qual se acumulavam pilhas de papel amareladas e pedras precedentes de vários túmulos’. A ‘humanização da história’¹⁸ provocada pela biografia teria um papel central para mudar este estado de coisas.

Pizarro Loureiro, por seu turno, esclarece que foi após a Guerra Européia que a biografia, como ‘gênero literário’, ‘ganhou um impulso surpreendente e, hoje, concentra as preferências do gosto público’. Loureiro defende que o interesse pela biografia reside no aspecto de ela sempre ter o que ‘contar’ e ‘revelar’ sobre ‘a vida pública ou privada’ dos ‘grandes homens, quer eles sejam políticos, intelectuais, artistas ou sábios’¹⁹. Em consonância com essa opinião, está a afirmação de Humberto Bastos para quem do biografado deve se narrar as ‘suas aventuras sentimentais’, as suas ‘fraquezas naturalíssimas em todo mundo, as suas derrotas e as suas vitórias’. Para Bastos, deve o biografado ser ‘focalizado na cama’, de ‘pijama e chinelo’, ‘fumando cigarro ou cachimbo’, ‘conversando com a esposa e fazendo planos domésticos’. Nem tanto para o esclarecimento da ‘História’, a biografia seria útil, segundo essa perspectiva, no sentido de se ‘entrar na intimidade’ do biografado²⁰.

Segundo Velho Sobrinho, em texto de divulgação para o lançamento do 1º tomo de seu Dicionário Bio-Bibliográfico Brasileiro²¹, apesar da ‘exigência de verdade e exatidão, clareza, simplicidade, polidez e concisão’ que deve nortear o trabalho do historiador e do biógrafo, ‘biografar não é historiar’. Neste sentido, caberia ao último apenas ‘particularizar a vida de uma determinada personagem’, ‘preocupando-se’ somente com ‘os fatos históricos que diretamente se prendem à vida daquele que pretende biografar’. Assim, o biógrafo não deve ater-se ao ‘estudo ou análise dos acontecimentos’, mas ‘focalizar’, simplesmente, ‘a individualidade a retratar’. Ao historiador, por outro lado, caberia perder-se, em seu trabalho, o cunho individual, pois, ‘diante dos fatos, os personagens são meros atores ou comparsas dos feitos que marcam a evolução de um

18 ELLA, Sylvio. A humanização da história. *Boletim de Ariel – Mensário crítico-bibliográfico – Letras, Artes, Ciências*. Rio de Janeiro. Ano VI. Nº 7. Abril de 1937. 216.

19 LOUREIRO, Pizarro. Tavares Bastos. *Gazeta de Notícias*. 19/3/1939.

20 BASTOS, Humberto. Um estudo sobre Tavares Bastos. *Gazeta da Alagoas*. 22/01/1939. Este tipo de opinião revela que o ‘sucesso atual das biografias’ a partir da expansão do ‘delicioso pecado do voyeurismo’ não é algo exclusivo da época atual’ como parece supor SCHMIDT, Benito Bisso. A Biografia Histórica: o ‘retorno’ do gênero e a noção de contexto. In: GUAZZELLI, César Augusto Barcellos; PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz; SCHMIDT, Benito Bisso; XAVIER, Regina Célia Lima. *Questões de Teoria e Metodologia da História*. Porto Alegre: Ed Universidade/UFRGS, 2000. 121.

21 SOBRINHO, J F Velho. *Dicionário biobibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1937. 2 vols.

povo no decorrer dos séculos'. Aos historiadores, não seria possível serem 'imediatos e apressados', visto que, na 'pesquisa paciente de arquivos', no 'cotejo dos documentos', no 'estudo minucioso das condições que levaram [os agentes] a certas e determinadas atitudes, o historiador não se apressará no julgamento, sobretudo dos contemporâneos'. Já a biografia poderia ser 'iminente', pois não se deve tratar aí de 'panegírico ou diatribe', mas de uma 'fonte de informações seguras para aqueles que a consultam'²².

No interior do debate intelectual acerca do fazer biográfico, encontramos a perspectiva de certo Benedito Costa, autor de *Le roman au Brésil*²³, para quem na 'História, o que deve interessar não é a veracidade do acontecimento', pois o 'mesmo acontecimento pode ser apreciado de modo diverso, segundo a opinião dos partidários que o defendem ou dos adversários que o atacam'. No interior da intelectualidade dos anos 1930, em meio, portanto, a uma geração de historiadores tidos como 'positivistas' pela história da historiografia, esse autor afirma que, em se tratando de 'História', é impossível a pretensão de imparcialidade no relato, pois esta seria fruto de uma 'supressão das paixões humanas, o que é um absurdo'. Critica, assim, a própria concepção moderna de história, segundo a qual, 'o afastamento do historiador das diversas posições em conflito' seria condição para a realização de uma 'história, realista, fatural e narrativa'²⁴. Para Benedito Costa, os 'julgamentos em história são periodicamente modificados' segundo as 'idéias que animam' em cada momento as gerações. A história seria uma 'perene transmutação de valores'. Não sendo nunca 'veros', mas, apenas, 'verossímil', o mérito do historiador residiria, então, na '*arte de contar*' e será 'admirado se souber evocar as cenas, reviver as épocas, ressuscitar os indivíduos'²⁵. Perspectiva similar, porém distinta, poderia ser encontrada em João Ribeiro, para quem 'o presente é quem governa o passado e é quem fabrica e compõe nos arquivos a genealogia que lhe convém'. Segundo João Ribeiro, a 'verdade corrente, hoje, sabe buscar, onde os há verossímeis, os seus fantasmas prediletos de antanho'²⁶.

Acerca da biografia, especificamente, Benedito Costa afirma a existência de vários gêneros de estudos biográficos, dos quais o autor destaca três. Haveria, primeiramente, as 'vidas romanceadas, onde o valor do livro se resume na fabulação bem arquitetada, dentro da verossimilhança psicológica do personagem estudado'; em segundo lugar, Costa enumera a 'biografia minudente', caracterizada por uma reunião 'copiosa de informações', na qual 'a vida do

22 Cf. SOBRINHO, J F Velho. Biógrafos e Historiadores. In: NEVES, J L Costa; PONGETTI, Rogério; PONGETTI, Rodolpho (DIR). c. 96-97.

23 COSTA, Benedito. *Le Roman au Brésil*. Paris: Garnier, 1918.

24 Cf. DIEHL, Astor Antonio. *A Cultura Historiográfica brasileira - do Ihgb a 1930*. Passo Fundo/RS: Ediupf, 1998. 60-65.

25 COSTA, Benedito. Tavares Bastos. *Jornal do Comércio*. 29-1-1939.

26 RIBEIRO, João. APUD: GOMES, Angela de Castro. *História e Historiadores*. Rio de Janeiro: FGV, 1999. 109.

biografado é reproduzida com fidelidade, mas que, por vezes, deixa na sombra a sua obra'; por último e 'sobretudo', a 'biografia das idéias', onde predominaria 'o estudo intelectual, da evolução das idéias que animaram o indivíduo e que foram a própria razão do seu existir'. Esta última era mais valorizada pelo autor, pois, para Costa, 'a vida só se justifica pela soma de idéias que as criaturas possuíram', afinal 'é o pensamento que eiva os indivíduos; são as idéias que o destacam dos seus semelhantes e concorrem para o desenvolvimento coletivo'²⁷. A classificação esboçada por Benedito Costa não esgota as possibilidades da biografia, mesmo no período tratado, mas é sintomática das diversas maneiras que o fazer biográfico poderia assumir na década de 1930 no Brasil.

Almir de Andrade, por sua vez, destaca os 'elementos sociológicos' que deveriam permear os estudos biográficos. Estes, segundo o autor, teriam sofrido, 'nestes últimos anos, modificações verdadeiramente revolucionárias'. Tais transformações adviriam da 'influência de idéias novas, surgidas em vários terrenos científicos', de modo a fazer com que 'pouco a pouco, nós vamos adquirindo uma compreensão melhor da vida, e, com ela vamos interpretando com maior justeza a posição do indivíduo dentro da sociedade'. Almir de Andrade critica os 'estudos biográficos que diariamente se publicam entre nós' nos quais o

indivíduo continua a ocupar uma posição autônoma, de particularidade, que não é a sua posição exata em face de tudo o que já hoje se sabe sobre as relações entra o indivíduo e o meio.

O autor reclama aos estudos biográficos que se inteirem do 'fato' de que 'é a sociedade que explica o homem' e que 'no corpo social o indivíduo não é um fragmento, é apenas uma função integrante do organismo'²⁸. Identificado com o regime instalado no país desde 1937²⁹, Almir de Andrade, antes de ser diretor da revista editada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), *Cultura Política* (1941-1945); através de análise sobre o fazer biográfico, transparecia sua visão sobre o 'lugar' do homem na sociedade.

Segundo Almir de Andrade, o estudo biográfico deveria reconhecer que as 'influências da sociedade sobre nós não vêm simplesmente de cima, das superestruturas políticas, intelectuais, morais'; mas que elas 'vêm das raízes'. Estas poderiam ser encontradas nos 'primeiros interesses da criança', em suas 'primeiras palavras', nas 'primeiras experiências de família, de escola, de

27 COSTA, Benedito. Tavares Bastos. *Jornal do Comércio*. 29-1-1939.

28 ANDRADE, Almir. Elementos Sociológicos da Biografia Literária. *Revista do Brasil*. 3^a fase. Ano III n° 23, maio de 1940. 1; 2.

29 Segundo Lúcia Lippi de Oliveira, Almir de Andrade seria 'um dos principais ideólogos do regime de 37'. Cf. OLIVEIRA, Lúcia Lippi. O pensamento de Almir de Andrade. In: GOMES, Angela Maria de Castro; OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta. *Estado Novo: Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. 31.

adolescência'. Observar o sujeito biografado seria perceber como 'a cultura social se infiltra em sua vida' e, mais, como esta 'infiltração' é passível de identificação mesmo nos lugares mais profundos da psique revelados pela psicanálise. Para Almir de Andrade, 'Freud mostrou que os problemas de uma personalidade dependiam mais das situações sociais do que das capacidades orgânicas e constitucionais'. Neste sentido, importava reconhecer que as

atividades superiores da nossa vida mental são, as mais das vezes, sublimações de atividades primitivas, resultam dos primeiros interesses da criança e do adolescente com o meio e que se transformam, mais tarde, em interesses novos, de fundo artístico, literário, científicos ou religiosos.

Nesta perspectiva, Almir de Andrade afirma ser, por exemplo, o autoritarismo um 'hábito adquirido' pela criança a partir de um 'exemplo paterno, dentro de um regime de família patriarcal'. Esta experiência 'primitiva, mais tarde, iria sublimar-se' e 'exteriorizar-se nas profissões de mando e de governo', nas 'tendências reacionárias contra a ordem social', na 'apologia dos regimes de força', da 'violência', ou no 'sadismo das guerras de conquista e opressão'³⁰.

Assim, Almir de Andrade procura realçar os 'laços psicológicos profundos' estabelecidos entre o 'indivíduo' e o 'meio'. A própria forma com que o primeiro se expressa, a linguagem, já seria toda 'feita de símbolos, de imagens, de analogias, de semelhanças' que atentam para aquela relação. O autor defende que um dos perigos dos 'estudos biográficos' reside em emprestar aos fatores 'hereditários', 'de raça', uma 'significação maior do que eles têm realmente'. Apesar de alertar, também, para a redução do indivíduo a fatores sociais e culturais, Almir de Andrade observa, 'por todos os lados', a sociedade 'envolvendo o homem, imprimindo-lhe o caráter, fornecendo-lhe os motivos e as finalidades das ações'. Para Andrade, se as biografias estão a 'esquecer' os 'laços profundos' que prendem o biografado à 'cultura social' isto ocorreria porque 'estamos a fazer o mesmo com a nossa própria vida', afinal, 'não compreendemos nos outros o que já não compreendíamos em nós'. Ao ver como uma das causas daqueles que 'lamentam que a vida não tenha sentido', que 'padecem a solidão', que sentem a 'angústia das almas incompreendidas' o 'desajuste' entre indivíduo e sociedade; Almir de Andrade acredita que é a sociedade que 'empresta à vida do indivíduo um sentido superior, que ele procura em vão nos mitos, nas ilusões, nas abstrações ou no refúgio das neuroses'. Dessa forma, ao estabelecer a profunda conexão entre homem e sociedade, a biografia poderia despertar nas pessoas esta percepção de que através do 'ajustamento social' é possível 'eliminar da civilização muitas atitudes hostis, de revolta, de

30 ANDRADE, Almir. Elementos Sociológicos da Biografia Literária. *Revista do Brasil*. 3^a fase. Ano III n^o 23, maio de 1940. 2-5.

insatisfação e de desespero’³¹. Por ver a sociedade como um dado, não modificável, e o indivíduo como uma ‘função integrante do organismo’, cuja ‘felicidade’ está diretamente condicionada por seu ajustamento àquela; o pensamento de Almir de Andrade sobre o fazer biográfico encontrava ressonância nas diretrizes organicistas que o governo emprestava ao regime do Estado Novo³². Algo que lhe valeu, aliás, o convite para dirigir a revista oficial *Cultura Política*.

Outra perspectiva acerca do fazer biográfico no período estudado, diz respeito à sua ‘função’ pedagógica. De fato, após a reforma Francisco Campos de 1931, que dispunha sobre a organização do ensino secundário, o curso de história da primeira série deveria se dedicar a uma ‘história biográfica e episódica’. Essa deveria apresentar a ‘narrativa de vida de grandes nomes ligados à história do Brasil e da América, de forma a despertar o interesse do aluno e prepará-lo para estudos mais sistemáticos posteriores’³³. É necessário ressaltar, ainda, que a bibliografia historiográfica brasileira nas primeiras décadas do séc. XX contava com dois clássicos do gênero biográfico: o *Dom João VI* de Oliveira Lima³⁴, tido como ‘muito mais do que a biografia de um personagem: era uma das melhores, senão a melhor história que se escreveu sobre o período de 1808 a 1821’³⁵; e o *Estadista no Império*³⁶ de Joaquim Nabuco que, segundo José Veríssimo, constituía bem mais que a biografia de um político: era o painel de uma época, ‘quase uma história do Segundo Reinado’³⁷. As qualidades do fazer biográfico residiriam, segundo João Ribeiro, em sua capacidade de ‘dar colorido e vida aos acontecimentos’, lembrando a ‘psicologia dos indivíduos’. A perspectiva biográfica seria aquela que aponta para a insuficiência de um ‘modelo de história comum dos fatos’, que, ‘sem homens reais, sem idéias’, acreditava que ‘além da narração dos acontecimentos, nada restaria a revelar’³⁸. Outro ponto que singularizava o fazer biográfico, seria a utilização, por este gênero, de ‘documentação não oficial’, valendo-se de ‘correspondência’, ‘papéis íntimos’ e de ‘toda sorte de materiais ignorados por nossos historiadores’³⁹.

O já citado livro de Luiz Viana Filho, além de acrescentar novos dados ao debate, realiza um balanço das perspectivas biográficas que orientaram os escritores na década de 1930. Após

31 ANDRADE, Almir. Elementos Sociológicos da Biografia Literária. *Revista do Brasil*. 3ª fase. Ano III n° 23, maio de 1940. 5; 11; 12.

32 Cf. LENHARO, Alcir. *Sacralização da Política*. Campinas, SP: Papyrus, 1986.

33 GOMES, Angela de Castro. *História e Historiadores*. Rio de Janeiro: FGV, 1999. 153.

34 LIMA, Oliveira. *Dom João VI no Brasil 1808-1821*. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1908. [3vol].

35 GOMES, Angela de Castro. *História e Historiadores*. Rio de Janeiro: FGV, 1999. 114.

36 NABUCO, Joaquim. *Um estadista no Império: Nabuco de Araújo, sua vida, suas opiniões, sua época*. Rio de Janeiro: H Garnier, 1897-1898. [3 vol]

37 VERÍSSIMO, José. APUD: GOMES, Angela de Castro. *História e Historiadores*. Rio de Janeiro: FGV, 1999. 104.

38 RIBEIRO, João. APUD: GOMES, Angela de Castro. *História e Historiadores*. Rio de Janeiro: FGV, 1999. 111.

39 Cf. VERÍSSIMO, José. APUD: GOMES, Angela de Castro. *História e Historiadores*. Rio de Janeiro: FGV, 1999. 104.

sublinhar a ‘febre’ biográfica que acometera o país, Viana Filho aponta que, junto à reabilitação do gênero, adveio o alargamento da palavra ‘biografia’ que acabou ‘ganhando em amplitude e perdendo em exatidão’. Assim, explica o autor que

Ora chamamos biografia à simples enumeração cronológica de fatos relativos à vida de alguém; ora usamos a mesma expressão para trabalhos de crítica nos quais a vida do biografado surge apenas incidentalmente; ora a empregamos em relação a estudos históricos onde as informações sobre certa época se sobrepõe às que se referem ao próprio biografado; ora a emprestamos às chamadas biografias modernas ou romanceadas. E até obras em que a fantasia constitui o elemento essencial da narrativa aparecem com o rótulo idêntico.

Sistematizando o fazer biográfico em ‘quatro grandes grupos’: o da simples relação cronológica de fatos relativos a alguém; o dos trabalhos onde, a par de uma vida, se estuda determinada época; o dos trabalhos nos quais à descrição duma existência se conjugam apreciações críticas sobre a obra do biografado; o dos trabalhos em que a narração da vida constitui o objetivo principal. Viana Filho não deixa de ressaltar que ‘todas são legítimas. Todas úteis. Mas perfeitamente distintas entre si’⁴⁰.

O autor destaca, porém, uma questão que parece ter ganhado relevo nos debates sobre o fazer biográfico nas décadas de 1930-1940. Trata-se de um problema que traria em seu cerne o caráter dúbio da biografia em sua relação com a literatura e com a ‘Historia’, com a ‘ficção’ e com a ‘verdade’. Neste sentido, Viana Filho considera a

mais debatida das questões da biografia contemporânea, pois é justamente aí, dentro dessa modalidade, que se encontram frente a frente duas correntes opostas: a da biografia, que poderemos chamar histórica, e da biografia moderna, também chamada de romanceada, ou literária.

Sobre esta última, apesar de ter ‘aparecido desde o século XVIII’, seria apenas no século XX que tal biografia ‘moderna ou romanceada’ teria conseguido ‘se afirmar’, ‘impondo-se como modalidade corrente do gênero biográfico e assinalando uma época na história da biografia’. O sucesso provocado pelas ‘biografias modernas’ ocasionou a crítica por parte de vários intelectuais que, apesar do sucesso que esta forma de biografia tinha sobre o ‘grande público’, restringiam-na, justamente, pelas ‘emoções’ que provocava, ‘proporcionadas através do estilo fácil e límpido’. Este ainda garantia à biografia moderna ‘a vitória efêmera das edições sucessivas’⁴¹.

As ‘biografias romanceadas’, porém, não eram apreciadas apenas pelo ‘grande público’. Sua vitória dentre os intelectuais se revelava na opinião de literatos como Humberto de Campos

40 VIANA FILHO, Luiz. *A Verdade na Biografia*. Rio de Janeiro: São Paulo: Bahia: Editora Civilização Brasileira, 1945. 11-13.

41 VIANA FILHO, Luiz. *A Verdade na Biografia*. Rio de Janeiro: São Paulo: Bahia: Editora Civilização Brasileira, 1945. 16-17

que, neste sentido, considerava ter sido nas ‘letras inglesas’ onde teria se operado

esse milagre. E é graças a elas que, hoje, se pode ler a vida de um homem ilustre como quem lê um romance (...) saindo o leitor mais inteirado de sua obra, e íntimo de sua alma, do que quando a procurava conhecer pelo sistema antigo exumando-o de sob o monte de documentos referendados pela História. Certo, esta continuará a colecionar alfarrábios e datas. O Instituto Histórico manterá a sua missão soturna e benemérita de arquivar certidões de batismo, de coligir testemunhos contemporâneos, de colecionar citações de historiadores eminentes. A biografia passará a ser escrita, porém, pelos homens de pensamento, - pelos romancistas, pelos poetas, pelos críticos literários, - porque ela deixará de ser história isto é, ciência, para tornar-se arte em uma das suas expressões mais puras e legítima⁴².

Assim, o gênero biográfico parece ter se constituído em objeto de disputa entre literatos e historiadores, sendo que a ‘vitória’ parecia estar se encaminhando para as mãos dos primeiros. Observa-se, então, que, para se contrapor à crítica literária acerca do ‘aspecto soturno dos historiadores’, estes propõem outra leitura acerca da biografia moderna, destacando os pontos de contato que esta obrigatoriamente teria com a história, ao mesmo tempo, em que se define uma perspectiva singular em torno das relações da história com a verdade, com a ciência.

Dessa forma, Viana Filho ‘esclarece’ que Lytton Strachey (1880-1932) e André Maurois (pseudônimo de Émile Salomon Wilhelm Herzog 1885-1967), tidos como precursores da biografia moderna, tinham como intenção fazer da biografia uma ‘arte’ e ‘não uma ciência’. Porém, isso não implicaria a separação do gênero biográfico do fazer historiográfico ‘e dos elementos que lhe são fundamentais’, pois, para os próprios autores, ‘não seria a história uma ciência’. Assim, ‘filiando-se a Valéry contra Fustel de Coulanges, adepto da história-ciência, os dois biógrafos não precisaram desvencilhar-se da história para considerarem a biografia uma arte’. Para Viana Filho, nas relações entre biografia e história não poderia a primeira desligar-se da segunda, visto tratar-se de um gênero cujo ‘escopo, em última análise, é estudar e narrar os fatos da vida de alguém’⁴³. O que se delinearía no horizonte do fazer biográfico, seria a constatação de que

a biografia é exatamente o gênero literário que faz o traço de união entre romance e história – sem ter a realidade fantasista de um, nem a erudição do outro – foi ele talvez o gênero que mais se desenvolveu modernamente, desde que Michelet aproximou a história do romance e Proust o romance da história⁴⁴.

42 CAMPOS, Humberto de. APUD: VIANA FILHO, Luiz. *A Verdade na Biografia*. Rio de Janeiro: São Paulo: Bahia: Editora Civilização Brasileira, 1945. 21.

43 VIANA FILHO, Luiz. *A Verdade na Biografia*. Rio de Janeiro: São Paulo: Bahia: Editora Civilização Brasileira, 1945. 22-24

44 ATHAYDE, Tristão de. APUD: VIANA FILHO, Luiz. *A Verdade na Biografia*. Rio de Janeiro: São Paulo:

Nesta relação, deve ter-se em mente que, na perspectiva de Viana Filho, não se trata de enxergar a biografia como algo ‘metade romance, metade história, o que seria monstruoso’, mas de, em suas relações com o romance, a biografia tornar-se algo ‘mais legível e atraente’. Lúcia Miguel Pereira aponta uma relação mais ‘interna’ da biografia com o romance, mesmo quando nela ‘não tiver nada de romanceada’. A biografia, segundo a autora, faria sentir a técnica do romance quando se descreve a evolução do biografado que, ‘quase frio a princípio, cresce sempre em força, em interesse, em movimento’⁴⁵. Retomando Viana Filho, este não deixa de demarcar sua posição no debate:

*chame-se romanceada, moderna, literária, ou histórica, a biografia – e isso nos afigura essencial – terá de subordinar-se às limitações impostas por aquelas características de submissão à verdade, à exatidão, ao sentimento de justiça, que são inerentes, sob pena de deixar de ser biografia*⁴⁶.

Assim, observados seus aspectos teóricos e metodológicos, percebe-se que o fazer biográfico na década de trinta do século XX poderia assumir diversas perspectivas: certas orientações situavam a biografia como fundamental à historiografia, a partir da concepção segundo a qual a ‘História’ seria ‘feita de homens e acontecimentos’; outras viam na biografia a ‘oportunidade’ de adentrar no mundo privado dos ‘grandes homens’; a biografia poderia servir como material de consulta para confecção de obras historiográficas; poderia assumir o papel exemplar e pedagógico na formação escolar; ao estabelecer a ‘conexão profunda’ entre indivíduo e sociedade, os ‘estudos biográficos’ evidenciariam a força com que a ‘cultura social’ estava impressa em cada um de nós, de modo a destacar a importância do ‘ajustamento social’ do indivíduo para a realização de sua própria felicidade; a biografia poderia adotar a estrutura do levantamento ‘minucioso’ de fatos sobre a vida de alguém; poderia configurar-se em ensaio de história das idéias; a biografia teria contribuído, ainda, para renovação dos materiais utilizados pelos historiadores, ao adotar fontes, até então, pouco valorizadas pela escrita historiográfica; gênero híbrido, a biografia poderia assumir a ‘forma moderna’, conectando-se ao romance; a biografia poderia, também, questionar e relativizar as relações do discurso historiográfico com a verdade, propondo uma discussão sobre as relações entre a biografia, a história e a literatura. O próprio Viana Filho, defensor daquela ‘submissão à verdade’, nota que ‘o biógrafo jamais

Bahia: Editora Civilização Brasileira, 1945. 24.

45 PEREIRA, Lúcia Miguel. Uma Biografia. *Boletim de Ariel – Mensário crítico-bibliográfico – Letras, Artes, Ciências*. Rio de Janeiro. Ano VI, nº 10, julho de 1937. 297

46 VIANA FILHO, Luiz. *A Verdade na Biografia*. Rio de Janeiro: São Paulo: Bahia: Editora Civilização Brasileira, 1945. 24.

conseguirá sair do seu trabalho com a satisfação dum matemático, que acaba de resolver uma equação e está seguro da exatidão dos resultados’. Neste sentido, o autor diz ser ‘ridículo’ um ‘biógrafo pretender haver escrito a “vida verdadeira” de alguém’.

Outro ponto interessante na perspectiva desenvolvida por Viana Filho acerca do fazer biográfico relaciona-se diretamente com aquela noção, desenvolvida por Pierre Bourdieu, da existência e dos perigos de uma ‘ilusão biográfica’. O autor francês aponta o erro comum que ‘toda uma tradição literária não deixou e não deixa de reforçar’. Esta, na intenção de se ‘produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, quer dizer como a narrativa coerente de uma seqüência significativa e orientada dos eventos’, acabaria por ‘sacrificar-se a uma ilusão retórica’. Tal ilusão consistiria em se acreditar que ‘a “vida” constitui um todo, um conjunto coerente e orientado, que pode e deve ser apreendido como expressão unitária de uma “intenção” subjetiva e objetiva, de um projeto’⁴⁷. Neste sentido, não deixa de ser significativa a observação de Viana Filho segundo a qual um dos principais equívocos do biógrafo

*será acreditar, ou fingir que acredita, haver na existência humana essa homogeneidade, que faria de cada homem do berço ao túmulo, um santo ou um demônio*⁴⁸.

Note-se, portanto, que havia na década de 1930, no Brasil, um debate consolidado e crítico acerca do fazer biográfico. Este foi esquecido pela história da historiografia pós-1945 que, talvez por estar ajustada aos ‘moldes convencionais da ciência histórica’, não pôde voltar seu olhar para estes intelectuais que se precipitavam nas questões sobre a relatividade do conhecimento histórico, de sua relação com a literatura, com a arte, assim como, da possibilidade de superação destes impasses mediante o diálogo ou o afastamento entre história e literatura.

Para além dos aspectos que envolviam os processos do fazer biográfico relacionados aos âmbitos epistemológicos, de sua relação com a verdade, é preciso considerar que ‘fazer história no Brasil nunca deixou de ser uma forma de projetar suas possibilidades’⁴⁹. Há, portanto, que se ressaltar o fato de que se, por um lado, desde Capistrano de Abreu, ‘divisor de águas da historiografia brasileira’, o historiador deveria ‘abraçar’ aquela ‘concepção moderna de história’, segundo a qual, a partir de ‘certas regras e procedimentos’ seria possível ao intelectual ‘desligar-se das suas lealdades políticas e religiosas’. Esse ‘desligamento’ que, ‘no momento da pesquisa’, distanciaria o historiador ‘até mesmo das suas convicções intelectuais’, seria condição para se aderir a uma ocupação que, em troca, iria ‘oferecer-lhe, pelo método, um acesso privilegiado à

47 Cf. BOURDIEU, Pierre. L’illusion biographique. *Actes de la recherche en sciences sociales*, Ano 1986, vol 62, número 1. 69-70.

48 VIANA FILHO, Luiz. *A Verdade na Biografia*. Rio de Janeiro: São Paulo: Bahia: Editora Civilização Brasileira, 1945. 62.

49 GOMES, Angela de Castro. *História e Historiadores*. Rio de Janeiro: FGV, 1999. 52.

verdade dos fatos'⁵⁰. Por outro lado, mesmo em Capistrano, já existiria a 'tensão' no relacionamento entre a 'exigência de imparcialidade e o compromisso intelectual do historiador'⁵¹. Assim, àquela caracterização do historiador como 'máquina, aparelho intelectual que desconhece climas e estações' e que, por esta condição, 'curiosamente', situa-se 'fora do tempo e da história'⁵²; contrapomos a figura do historiador situado em sua historicidade, seu 'compromisso intelectual', envolvido nos diversos debates que o circundam, dos quais não pode e, como pretendemos demonstrar, não quer escapar.

Partindo de um texto clássico do filósofo e filólogo alemão Friedrich Nietzsche, podemos verificar as maneiras diversas pelas quais a história pode ser 'usada' por um presente. No fim do século XIX, Nietzsche desenvolveu uma reflexão que destoava daquela realizada pelos historiadores de então. Não estava preocupado em afirmar o sentido universal da história do mundo, tal como os filósofos da história⁵³; nem o caráter 'científico' da historiografia, no sentido de criar um método de conhecimento do passado⁵⁴; mas, se perguntava, 'enquanto filólogo clássico', sobre a utilidade da história. Sua questão era intempestiva, pois, em pleno 'século da história', na expressão de Gabriel Monod, considerava 'como um mal, como uma deficiência, como uma carência, uma coisa que o presente glorifica, a sua cultura histórica'⁵⁵. Tal utilidade seria caracterizada em função das relações que determinada concepção de história estabeleceria entre: passado/futuro; velho/novo; identidade/alteridade, para além de sua relação com a 'verdade'. De fato, 'útil' ou 'inútil', a história guardaria como característica peculiar a ação sobre a perspectiva temporal de um presente determinado. Esta ação terá implicações as mais diversas e, dependendo do tipo de concepção, impele-se o presente à ação mediante os exemplos históricos, segundo uma história monumental; reforçam-se os laços com o passado, afirmando-se as identidades coletivas através de uma perspectiva tradicional e antiquária da história; abole-se o passado e as instituições presentes que se sustentam pela tradição, apontando seus erros e fragilidades, mediante o olhar de uma história crítica, juíza do passado⁵⁶. Enfim, a história nunca é um conhecimento 'puro' e sua

50 DIEHL, Astor Antônio. A institucionalização do saber histórico – Do clássico ao moderno. In: *A cultura Historiográfica brasileira*. Passo Fundo/RS: Ediupf, 1998. 63.

51 DIEHL, Astor Antonio. *A Cultura Historiográfica brasileira - do Ighb a 1930*. Passo Fundo/RS: Ediupf, 1998. 55.

52 DIEHL, Astor Antônio. A institucionalização do saber histórico – Do clássico ao moderno. In: *A cultura Historiográfica brasileira*. Passo Fundo/RS: Ediupf, 1998. 72

53 Cf. HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *A Razão na História*. São Paulo: Centauro, 2000.

54 Cf. REIS, José Carlos. *A Escola Metódica, 'dita positivista'*. *A história entre a filosofia e a ciência*. São Paulo: Ática, 1999.

55 NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. Da utilidade e dos inconvenientes da história para a vida. In: *Considerações Intempestivas*. Lisboa: Ed Presença, 1976. 102-103

56 Cf. NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. Da utilidade e dos inconvenientes da história para a vida. In: *Considerações Intempestivas*. Lisboa: Ed Presença, 1976. 101-137.

produção é fruto de seu tempo e de interesses mais ou menos determináveis⁵⁷.

Assim, é possível construir uma perspectiva acerca das obras historiográficas que irá desenvolver-se sobre aquilo que elas, talvez, mais procurem esconder⁵⁸: exatamente seus interesses na conformação de um determinado passado e, conseqüentemente, a relação passado/presente aí implicada. Verifica-se que ‘toda visão global da história constitui uma genealogia do presente’⁵⁹. Neste sentido, uma produção historiográfica determinada pode, ela mesma, tornar-se fonte, indício daquele presente da qual fez parte, e, de fato, é possível verificar algumas análises que tomaram esta perspectiva, apesar de não a explicitar. Na historiografia francesa, observa-se, por parte dos historiadores do século XX, a identificação de certos interesses políticos ligados à produção historiográfica do século XIX. Assim, ‘durante um século, uma verdadeira sobreposição de consciência nacional e discurso historiográfico constituía a base da função que parecia natural ao historiador: a missão patriótica, em que ele era meio sacerdote, meio soldado’⁶⁰. Trata-se para François Dosse, portanto, de verificar como a historiografia do século XIX francês esteve engajada em um projeto político no qual ‘a nação pôde então [após o fim da legitimidade monárquica] beneficiar-se de uma verdadeira transferência de sacralidade, e o historiador encarregou-se de enraizar o sentimento nacional da população’⁶¹. Convém lembrar que esta historiografia foi a que fundou a perspectiva de uma historiografia ‘científica’ na França⁶².

A historiografia tomada como fonte de um determinado presente permite, dentre outros aspectos, evidenciar os aspectos políticos que marcam essa produção. Na historiografia brasileira, José Honório Rodrigues foi um dos primeiros, senão o primeiro, que submeteu sistematicamente a produção historiográfica nacional a uma análise que, além de buscar determinar os processos de

57 ‘Cada geração, em seu presente específico, une o passado e presente de maneira original, elaborando uma visão particular do processo histórico. Cada presente seleciona um passado que deseja e lhe interessa conhecer’. REIS, José Carlos. *As Identidades do Brasil – de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: FGV, 2005. 9.

58 ‘As escolas históricas, no entanto, se iludem ao pensar que o seu novo ponto de vista é único e definitivo, que descobriram a ‘verdade da história’, que estabeleceram o conhecimento histórico em bases objetivas, científicas’. Idem. 11

59 FONTANA, Josep. *História: análise do passado e projeto social*. Bauru, SP: EDUSC, 1998. 9.

60 DOSSE, François. A Identidade Nacional como forma organizadora do discurso histórico na França nos séculos XIX e XX. In: *A história à prova do tempo – da História em Migalhas aos resgate do sentido*. São Paulo: Unesp, 2001. 11

61 DOSSE, François. A Identidade Nacional como forma organizadora do discurso histórico na França nos séculos XIX e XX. In: *A história à prova do tempo – da História em Migalhas aos resgate do sentido*. São Paulo: Unesp, 2001. 11

62 ‘(...) essa geração de historiadores tenta elaborar uma história científica procedendo um deslocamento duplo do conhecimento histórico. Inicialmente, contribuem para o progresso da erudição, organizando a consulta dos arquivos nacionais, já que para eles a erudição é o instrumento da retomada do sentido. Em vez de limitar-se à simples exatidão dos dados históricos, eles não separam estes últimos de sua reconstituição hermenêutica. Disso resulta uma escrita em que há tensão entre a vontade de fazer ciência, que induz a um discurso generalizador, e um respeito inescrupuloso pelas singularidades, pelas particularidades’. DOSSE, François. A Identidade Nacional como forma organizadora do discurso histórico na França nos séculos XIX e XX. In: *A história à prova do tempo – da História em Migalhas aos resgate do sentido*. São Paulo: Unesp, 2001. 13.

mudança epistemológica no interior de uma disciplina, procurou evidenciar os aspectos políticos que envolviam esta produção⁶³. Além de ser um grande ‘historiador da história’⁶⁴, José Honório Rodrigues era marcado por uma forte concepção acerca do que devia ser a ‘História’⁶⁵, talvez venha daí o seu interesse em demarcar as diversas ‘utilidades’ políticas das obras historiográficas⁶⁶, além de pontuar o caráter epistemológico de cada uma. É possível verificar, na historiografia brasileira, várias obras que seguem de forma semelhante, mesmo que criticamente, o caminho de Rodrigues⁶⁷. Porém, interessa-nos, neste momento, apenas ressaltar o ‘outro’ caráter das produções historiográficas: seu interesse, utilidade e, portanto, historicidade em um determinado presente/passado.

Ao observarmos a década de 1930, especificamente marcada pela ‘riqueza de um momento caracterizado pelo surgimento de um verdadeiro leque de propostas políticas que toma conta do campo político e intelectual da época’⁶⁸, acreditamos que a historiografia, mais diretamente a produção biográfica, não escapa ao debate político, com a singularidade de, a partir do passado, construir suas representações e defender determinadas diretrizes. É neste sentido que mobilizamos determinadas obras biográficas para, a partir delas, apontar as relações políticas, culturais e sociais que elas teriam com aquele presente. A partir de nossas reflexões desenvolvidas até aqui, é possível analisar a produção biográfica a partir de dois tópicos não excludentes: o

63 Cf. RODRIGUES, José Honório. *História da História do Brasil – A historiografia conservadora*. São Paulo: CEN, 1988.

64 ‘José Honório Rodrigues, quem mais extensa e profundamente estudou a pesquisa entre nós – em seu *A pesquisa histórica no Brasil, 1952*’. IGLESIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil – Capítulos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: UFMG, 2000. 65; ‘Autor de quase trinta livros, além de inúmeros ensaios e artigos sobre nossa história e sobre a historiografia contemporânea, José Honório projetava algo que seria sua obra maior sobre a historiografia brasileira, de que é hoje a figura mais eminente e produtiva’. MOTA, Carlos Guilherme. ‘José Honório Rodrigues: a obra inacabada’. *Estudos Avançados*. vol 2. n 3. São Paulo set/dez 1988. 107

65 ‘A História não é dos mortos, mas dos vivos, como uma realidade presente, obrigatória pra a consciência. Por isso ela não é estranha à vida. Mas, infelizmente, a história pela história, indiferente aos impulsos e estímulos da vida, acumulação de materiais, quando não coleção factual de nomes e datas, tem dominado o escrito histórico e o conduziu a uma crise’. RODRIGUES, José Honório. *História e Historiadores do Brasil*. São Paulo: Fulgor, 1965. 13

66 ‘Desde Varnhagen até Pedro Calmon, as histórias gerais brasileiras não compreendem os sucessos populares, nem julgam as danações elitistas; malsinam as insurreições, evitam ou condenam as revoltas, dão as costas ao sertão; seus heróis são apenas as elites muitas vezes alienadas a interesses antinacionais; ‘biografizam’ a história para personalizá-la em ‘estadistas’ que não valem alguns heróis do sertão abandonado; evitam as controvérsias e tem, pelo seu próprio partidarismo, um caráter mais político que científico’. RODRIGUES, José Honório. *História e Historiadores do Brasil*. São Paulo: Fulgor, 1965. 10

67 Cf. DIEHL, Astor Antônio. *A cultura historiográfica brasileira – do IHGB aos anos 1930*. Passo Fundo/RS: EDIUPF, 1998; IGLESIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil – Capítulos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: UFMG, 2000. MOTA, Carlos. G. *Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)*. São Paulo, Ática, 1978; REIS, José Carlos. *As Identidades do Brasil – de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: FGV, 2005 e *As identidades do Brasil 2: de Calmon a Bomfim. A favor do Brasil: direita ou esquerda?* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. WELHING, Arno. *A invenção da história – Estudos sobre historicismo*. Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho; Niterói: Universidade Fluminense, 1994.

68 GOMES, Angela Maria de Castro. (COORD). *Regionalismo e Centralização Política – Partidos e Constituinte nos Anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. 26.

primeiro diz respeito à relação entre biografia/historiografia segundo o viés epistemológico, ou seja, da adequação/inadequação da perspectiva biográfica para o conhecimento do passado; o segundo submete a produção biográfica à sua historicidade, verificando aí suas conotações políticas e sociais marcadas por um determinado ‘interesse’ historiográfico.

É segundo a articulação destes dois tópicos que pretendo analisar determinadas produções biográficas publicadas entre os anos 1935-1940 pela *Coleção Brasileira*. Este recorte temporal se restringe às datas de publicação das obras escolhidas, mas poderia ser alargado por todo período 1930-1945, em que há modificações profundas na estrutura política, social e cultural do país, que provocaram intenso processo de produção intelectual, aquela ‘cognição nacional’ da qual fala José Honório Rodrigues. Elas serão minhas fontes para compreensão de determinados aspectos políticos e sociais daquele período. É importante frisar que os anos 1930 marcam um período de ‘febre biográfica’ no Brasil⁶⁹, o que reforça nosso interesse por este gênero que, na época, era tido como uma ‘epidemia’⁷⁰. Para realizar a análise acerca da produção de um gênero produzido em tão larga escala, impõe-se uma seleção metodológica. Assim, as fontes a serem trabalhadas por nós foram organizadas como um *corpus* documental a partir de uma seleção efetuada no interior da *Coleção Brasileira*, editada pela Companhia Editora Nacional e integrante da Biblioteca Pedagógica Brasileira. Se a princípio pensou-se em trabalhar com todas as 31 produções biográficas da *Coleção Brasileira* – editadas entre 1931 e 1941 –, num momento seguinte, a execução do projeto mostrou ser mais eficiente mediante um novo recorte, que substituísse a amplitude pela profundidade e precisão. Dessa forma, selecionamos sete produções. Visto que todo ato de seleção implica alguma arbitrariedade, outras produções biográficas poderiam estar incluídas nesse *corpus*, porém, acreditamos que esta seleção cumpriu a função de servir como uma amostra metonímica da diversidade significativa que compõe toda a coleção.

Esta diversidade significativa procura cobrir tanto aqueles diferentes modos com que os intelectuais do período encaravam o fazer biográfico, segundo as mais diversas orientações teóricas e metodológicas, relacionando-o com o saber historiográfico; quanto os valores e interesses que determinavam esse mesmo fazer biográfico que buscava, independente de sua orientação metodológica, a produção de sentidos identitários para a coletividade brasileira a partir da construção de monumentos nacionais, como pretendemos demonstrar. Neste sentido, estaríamos

69 RICCI, Magda. Como se faz um vulto na história do Brasil. GUAZZELLI, César Augusto Barcellos; PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz; SCHMIDT, Benito Bisso; XAVIER, Regina Célia Lima. *Questões de Teoria e Metodologia da História*. Porto Alegre: Ed Universidade/UFRGS, 2000. 154.

70 A expressão ‘epidemia biográfica’ foi cunhada por Tristão de Athayde em fins da década de 1920 para designar a ‘expressão do estado de espírito da época, um estado marcado por uma grande tendência a realidade’. Note-se, ainda, que na *Coleção Documentos Brasileiros* editada pela Livraria José Olympio, dentre os gêneros publicados, o biográfico é predominante entres os anos 1939-1959. Cf. FRANZINI, Fábio. *À Sombra das Palmeiras – A Coleção Documentos Brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936-1959)*. Tese Doutorado, USP, 2006. 125.

investigando, a partir das obras biográficas, ‘o domínio dos “imaginários sociais” e das “representações mentais”’. Estas, no sentido aqui empregado, diriam respeito às ‘representações herdadas, representações reconstruídas’ que trariam em seu bojo ‘interpretações contraditórias’⁷¹. Olhando para sua época, Pierre Nora diria que ‘o gosto atual dos franceses pelas obras históricas e biográficas reflete a inquietação do público, que procura desesperadamente suas raízes’⁷². Este sentimento parece não ser de todo estranho à intelectualidade que, por aqui, na década 1930, perguntava-se sobre as raízes do Brasil.

Explorar como estas ‘heranças’ ou ‘raízes’ poderiam se manifestar na retomada biográfica de figuras como a do ‘publicista incendiário’ Frei Caneca⁷³, do jovem político alagoano Tavares Bastos⁷⁴, do ministro de várias pastas Calógeras⁷⁵, do filósofo cearense Farias Brito⁷⁶, do poeta paulista Paulo Eiró⁷⁷, do jornalista e político Evaristo da Veiga⁷⁸ e do republicano Silva Jardim⁷⁹ é o propósito de nosso trabalho. Estamos longe, porém, de ‘esgotar’ as possibilidades interpretativas que as obras biográficas poderiam fomentar naquele período. Pretendemos apenas apontar para um lugar ainda inexplorado pelos historiadores. Mostrar que através das obras biográficas é possível verificar a existência de diversas perspectivas acerca do passado brasileiro, daquilo que deveria estar presente em sua identidade nacional, ao mesmo tempo em que explicitamos o fato de que a visão biográfica do passado abordava questões diretamente ligadas àquele presente em que veio à luz determinada obra. Revela-se, portanto, na produção biográfica, de larga proporção editorial, a existência de um gênero que, através do passado, problematizava o presente e que, talvez por isso, esteve tão em voga naqueles anos.

Nossa perspectiva teórica pode ser explicitada a partir da passagem de Benedito Croce:

Toda história é contemporânea; prova-o a existência da historiografia. O crivo dessa deliberação é o interesse de um historiador ou de uma sociedade. (...) sua condição de existência é a inteligibilidade do próprio fato ‘para nós’, ‘que ele vibre na alma do historiador’, através dos documentos; sempre ligado a seu fato haverá um feixe de narrativas, de acordo com suas potencialidades para fazer-se sempre vivo e atual – e as narrativas (historiografia) que se formam vão se tornando elas próprias fatos documentados de outros tempos, a serem interpretados e

71 Cf. RUDELLE, Odile. Lieux de mémoire révolutionnaire et communion républicaine. *Vingtième Siècle - Revue d'histoire*. Ano 1989, vol 24, numero 1. 3.

72 Cf. NORA, Pierre. APUD: ENGLUND, Steven. De l’usage de la Nation par les historiens, et réciproquement. *Politix - Revue des sciences sociales du politique*. Ano 1994, vol 7, Numero 26. 144.

73 BRITO, José Gabriel de Lemos. *A gloriosa sotaina do Império: Frei Caneca*. São Paulo: CEN, 1937.

74 PONTES, Carlos. *Tavares Bastos (Aureliano Candido) 1839-1875*. São Paulo: CEN, 1939.

75 CARVALHO, Antonio Gontijo de. *Calógeras*. São Paulo: CEN, 1935.

76 Cf. SERRANO, Jonathas. *Farias Brito - O homem e a obra*. São Paulo: CEN, 1940.

77 SCHMIDT, Afonso. *A vida de Paulo Eiró*. São Paulo: CEN, 1940.

78 SOUSA, Octávio Tarquínio de. *Evaristo da Veiga*. 1939.

79 DORNAS FILHO, João. *Silva Jardim*. São Paulo: CEN, 1936.

julgados⁸⁰.

A opção por trabalhar com obras publicadas pela *Coleção Brasileira* se faz operante na medida em que a partir dela nos propomos um escopo definido em meio às várias biografias publicadas no período. No próprio interior da Coleção, porém, tivemos de optar por algumas obras que consideramos representativas tanto daquela variedade de perspectivas epistemológicas referentes ao fazer biográfico, quanto da pluralidade de visões de mundo políticas e sociais que, quando tomadas em conjunto, poderiam nos fornecer.

A partir da tabela (pg. 22), verificamos que diversos intelectuais produziram obras biográficas. Com 31 volumes, dos 207 publicados até 1941, as biografias perdiam em número apenas para os livros de história, que somavam 41 publicações. A partir de 1941, a produção biográfica cai significativamente no interior da Coleção. Entre 1941 e 1945, apenas 8 publicações do gênero são lançadas. Concentramos nosso olhar naquele período de maior vigor, porém este recorte temporal não deve ser tomado de maneira rígida, pois reflete mais os anos de publicação das obras trabalhadas e menos o enfraquecimento do gênero biográfico. Este se dará a partir das décadas de 1940 e 1950 com o advento de uma perspectiva historiográfica crítica da história política e, cada vez mais, ligada aos paradigmas estruturais e sociológicos característicos da Escola dos *Annales*⁸¹.

80 CROCE, Benedetto. APUD: MALERBA, Jurandir. Em busca de um conceito de historiografia – Elementos para uma discussão. In: *Vária História*, n 27, Belo Horizonte 2001. 43.

81 ‘A rejeição do aspecto político é também manifesta em March Bloch e Lucien Febvre. Traçam um percurso centrado nos aspectos econômicos e sociais, abandonando completamente o campo político, que para eles se torna supérfluo, anexo, ponto morto no horizonte deles’. DOSSE, François. *A história em Migalhas*. São Paulo: Ensaio, 1992. 25; ‘... os *Annales* recusaram os objetos da história tradicional e criaram novos. Os objetos recusados: a política, as relações exteriores do Estados nacionais, as suas guerras e a biografia de seus grandes líderes’. REIS, José Carlos. *A história entre a filosofia e a ciência*. São Paulo: Ática, 1999. 68 ‘Fernand Braudel (...) recusando se restringir ao estudo do ‘particular’, ele propõe como ponto de partida a idéia de que ‘o inédito nunca é perfeitamente inédito’ e que em cada evento é possível relevar regularidades. O diálogo que ele deseja instaurar com a Sociologia somente é possível se a História se preste a uma análise das ‘longas durações’ que caracteriza a evolução das estruturas sociais (...)’. JOANA, Jean. Les usages de la méthode biographique en sciences sociales. *Pôle Sud*, Número 1, Vol 1, 1994. 90. Essa virada quantitativa e objetivista concedida à disciplina bloqueia todo projeto de biografia, que é marcada naturalmente por um tempo curto remetido ao epifenomenal’. JOANA, Jean. Les usages de la méthode biographique en sciences sociales. *Pôle Sud*, Número 1, Vol 1, 1994. 90.

Biografias publicadas na *Coleção Brasileira* 1931-1945
Segundo a classificação da Cia Editora Nacional (em **negrito** as obras trabalhadas por nós)

| | |
|---|---|
| CALÓGERAS, Pandiá. <i>O Marquês de Barbacena</i> . 2ª edição. 1932. (2) ⁸² | MATOS, Mário. <i>Machado de Assis. (O homem e a Obra. Os personagens explicam o autor)</i> . Edição ilustrada. 1939. (153) |
| CÂMARA CASCUDO, Luís da. <i>O conde d'Eu</i> . Vol. ilustrado. 1933. (11) | TARQUÍNIO DE SOUSA, Otávio. Evaristo da Veiga. Edição ilustrada. 1940. (157) |
| CÂMARA CASCUDO, Luís da. <i>O Marquês de Olinda e seu tempo</i> . 1938. (107) | ANDRADA E SILVA, José Bonifácio de. <i>O Patriarca da Independência – Dezembro de 1821 a novembro de 1823</i> . 1939. (166) |
| TAUNAY, Visconde de. <i>Pedro II</i> . 2ª edição. 1938. (13) | SERRANO, Jonathas. Farias Brito – O homem e a obra. 1940. (177) |
| FARIA, Alberto de. <i>Mauá (com três ilustrações fora do texto)</i> . 1933. (20) | SCHMIDT, Afonso. A vida de Paulo Eiró. 1940. (182) |
| CARVALHO, Antônio Gontijo de Carvalho. Calógeras. 1935. (54) | VENANCIO FILHO, Francisco. <i>A Glória de Euclides da Cunha</i> . 1940 (182) |
| DORNAS FILHO, João. Silva Jardim. 1936. 65. | ALBUQUERQUE DE MELLO, Felix Cavalcanti. <i>Memórias de um Cavalcanti</i> . 1940 (196) |
| MIGUEL-PEREIRA, Lúcia. <i>Machado de Assis – (Estudo crítico-biográfico)</i> . Ed. Ilustrada. (73) | CALMON, Pedro. <i>A princesa Isabel – A Redentora</i> . 1941. (207) |
| COSTA, Craveiro. <i>O visconde de Sinimbu – Sua vida e sua atuação na política nacional. (1840-1889)</i> . 1937. (79) | PEIXOTO, Afrânio. <i>Castro Alves: O poeta e o poema</i> . 1942. (212) |
| LEMOS BRITO, José Gabriel de. A Gloriosa Sotaina do Primeiro Império: Frei Caneca. Ed Ilustrada. 1937. (81) | MENDONÇA, Renato. <i>Um diplomata na corte de Inglaterra – O Barão de Penedo e sua época</i> . 1942. 219 |
| PINHO, Wanderley. <i>Cotegipe e seu tempo</i> . Ed ilustrada. 1937. (85) | CALMON, Pedro. <i>Vida de D Pedro I – O rei cavaleiro</i> . 1943. (226) |
| LOBO, Hélio. <i>Um Varão da República: Fernando Lobo</i> . 1937. (88) | CALMON, Pedro. <i>O Rei do Brasil – Vida de d João VI</i> . 1943. (228) |
| SUSSEKIND DE MENDONÇA, Carlos. <i>Sílvio Romero – Sua Formação Intelectual – 1851-1880 – Com uma introdução biográfica</i> . Edição ilustrada. (81) | FARIA, Júlio César de. <i>José Bonifácio – O moço</i> . 1943. (226) |
| MENNUCCI, Sud. <i>O precursor do abolicionismo - Luiz Gama</i> . Edição Ilustrada. 1938 (119) | SOUZA, José Antônio Soares de. <i>A Vida do Visconde do Uruguai (1807-1866) (Paulino José Soares de Souza)</i> . 1944. (243) |
| CALMON, Pedro. <i>O Rei Filósofo – Vida de Pedro II</i> . 2ª Edição Ilustrada. 1938. (120) | ALMEIDA. Tito Franco. <i>O Conselheiro Francisco José Furtado – Biografia e estudo de História Política Contemporânea</i> . 1944. (245) |
| LYRA, Heitor. <i>História de D Pedro II – 1825-1891. Vol. 1º: 'Ascensão'</i> . Edição ilustrada. 1938. 3v (133) | |
| LYRA, Heitor. <i>História de D Pedro II – 1825-1891. Vol. 2º: 'Fastígio'</i> . Edição ilustrada. 3v 1938. (133A) | |
| LYRA, Heitor. <i>História de D Pedro II – 1825-1891. Vol. 3º: 'Declínio'</i> . Edição ilustrada. 3v 1938. (133B) | |
| JACOBINA, Alberto Pizarro. <i>Dias Carneiro (O conservador)</i> . Edição Ilustrada. 1938. (135) | |
| PONTES, Carlos. Tavares Bastos (Aureliano Cândido) 1839-1875. 1939. (136) | |
| LIMA, Hermes. <i>Tobias Barreto – A Época e o Homem</i> . Ed Ilustrada. 1939. (140). | |
| MAGALHÃES, Bruno de Almeida. <i>O visconde de Abaeté</i> . Edição Ilustrada. 1939. (144) | |
| CORREIA FILHO, Virgílio. <i>Alexandre Rodrigues Ferreira – Vida e obra do grande naturalista brasileiro</i> . 1939. (144) | |

82 O número entre () é o da posição, segundo a data de lançamento, do volume na Coleção.

Pode-se dizer que a presença do gênero biográfico na *Coleção Brasileira*, que era dividida em 18 sub-séries⁸³, é sintomática daquela ‘febre biográfica’ que caracterizara o período 1930-1940 no Brasil. Reconhecidos historiadores, como Pedro Calmon e Luiz da Câmara Cascudo, dedicaram-se ao gênero. O período que conta com maior número de exemplares é o do Império, visto através de seus viscondes, marqueses, barões e estadistas. Mas também de figuras como Frei Caneca, Castro Alves e de intelectuais como Sílvio Romero e Tobias Barreto. Mauá ganhou livro, muito citado à época, escrito por Alberto de Faria⁸⁴. Machado de Assis possui dois livros a ele dedicados. Sobre o último imperador brasileiro, Heitor Lira fez obra de três volumes, que se somava ao ‘D Pedro II’ de Taunay e Calmon reeditara o ‘Rei filósofo’. Pedro Calmon fizera as biografias de D João VI, D Pedro I, D Pedro II e da Princesa Isabel que, reunidas na *Coleção Brasileira*, compunham expressivo material historiográfico sobre o Império. O período da República contava com os personagens Fernando Lobo, Euclides da Cunha, Calógeras e Silva Jardim, além do filósofo cearense Farias Brito.

Como dissemos, nossa escolha não pretende ‘esgotar’ a riqueza significativa da produção biográfica da *Coleção Brasileira*. Ao contrário, com o objetivo de apontar para uma seara pouco lembrada pelos historiadores, optamos por obras que poderiam representar as várias facetas do debate acerca do gênero no período. Estas tinham como variáveis o período abordado, as concepções epistemológicas e os possíveis direcionamentos interpretativos acerca da identidade política e cultural brasileira. Não se trata tanto de olhar para aquelas figuras, de biógrafos e biografados, com maior fortuna crítica, mas de perceber as possibilidades da escrita biográfica em um período determinado. A análise de biografias como as de Machado de Assis e de D Pedro II, apesar de sua importância explícita, poderia nos levar a uma remissão exaustiva entre obras homônimas que não seria produtora em vista de nossos objetivos. Para nós, importa perceber a variedade das biografias que, tomada em alguns autores menos ‘ilustres’, porém importantes, nos permite o trânsito menos truncado entre obras e representações da história brasileira. Neste sentido, ocorre uma inicial ‘fuga dos clássicos’, de sua grandeza inerente, mas que os retoma na medida em que eles se fazem presentes no percurso de nossa análise. Por outro lado, ao irmos ao encontro das margens da produção intelectual, nos deparamos com obras ricas para a compreensão dos vários segmentos que compunham o cenário intelectual do período estudado; encontramos menos aquilo

83 Que eram: Antropologia e Demografia; Arqueologia e Pré-História; Biografia; Botânica e Zoologia; Cartas; Direito; Economia; Educação e Instrução; Ensaio; Etnologia; Filologia; Folclore; Geografia; Geologia; História; Medicina e Higiene; Política; Viagens.

84 Acerca do livro de Alberto de Faria sobre Mauá ver: SOUZA, Rafael Rodrigo Ruela. *Mauá e a tradição industrial no Brasil*. Belo Horizonte, 2007. Dissertação de Mestrado.

que está consolidado na tradição acadêmica nacional, e mais aquilo que estava em viva interação com seu momento histórico. Ao mesmo tempo, essa ‘incurção às margens’ permite uma reavaliação daquilo que se conformou como central e inequívoco, apontando a complexidade dos processos históricos de consolidação dos saberes. Assim, este trabalho representa o primeiro passo para resituar o gênero biográfico no interior da história da historiografia e da história política brasileira, especificamente das décadas 1930-1940. Apontar esta possibilidade é nosso maior objetivo.

No capítulo 1, *Projeto/Coleção Brasileira e os Monumentos de tinta e papel*, pretendemos demonstrar, primeiramente, que a *Coleção Brasileira* se revela como um lugar privilegiado de acesso às diversas perspectivas políticas desenvolvidas nas décadas de 1930 e 1940. Fruto de questões e debates que mobilizaram a intelectualidade brasileira desde o início do século XX, a *Coleção Brasileira* surge nos anos 1930 como objetivação de um projeto intelectual ancorado à perspectiva de desenvolvimento de uma pedagogia nacional associada a uma cultura política da nacionalidade⁸⁵. A diversidade de nomes e obras a ela emprestados fez com que tal empreendimento editorial se configurasse como um dos maiores da história da edição no Brasil. Por isso, adentrar a década de 1930 pelas páginas das obras que a compõe nos parece opção segura para compreensão de algumas diretrizes intelectuais que regiam o pensamento político e cultural no período. Acerca das biografias, especificamente, procuramos destacar uma característica que parece permear todas as sete obras trabalhadas: o seu horizonte monumental. De fato, para além da diversidade de perspectivas que constitui as obras biográficas, os biógrafos não hesitam em reconhecer nos seus biografados os méritos que lhes valeriam um lugar de destaque na história nacional. Neste sentido, percebemos a monumentalização de figuras que personificam valores, princípios e tradições políticas e sociais que, tomadas em conjunto, transparecem determinadas tensões na construção da pedagogia da nacionalidade brasileira. A biografia produzida a partir de um horizonte monumental explicita a presentificação daqueles personagens revelando a inserção crítica destas obras no interior da intelectualidade do período.

No capítulo 3, *O fazer biográfico*, destaco nas sete obras trabalhadas a escrita, a forma como cada uma expõe uma narrativa biográfica. Trata-se de apontar os aspectos teóricos e metodológicos que envolviam o fazer biográfico tal qual explicitamos no início desta introdução. Assim, encontramos algumas modalidades da escrita biográfica efetivadas nestas produções. Verificamos que enquanto alguns trabalhos procuram apenas sinalizar alguns aspectos da vida do biografado, outros se detêm mais profundamente nas relações entre o biografado e seu meio; outros

⁸⁵Ambos os conceitos vêm sendo desenvolvidos por minha orientadora Eliana Regina de Freitas Dutra e debatidos nas reuniões do projeto de pesquisa *Coleção Brasileira - escritos e leituras da Nação (1931-1941)*, no Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais.

trabalhos procuram operar, mediante a perspectiva biográfica, a reconstituição de uma época específica da história nacional. Há, ainda, um trabalho que se filia àquela modalidade biográfica chamada de ‘moderna’ ou ‘romanceada’. Este capítulo propicia ao leitor o conhecimento tanto das trajetórias dos biografados com os quais trabalhamos, quanto o tipo de metodologia que envolvia a escrita biográfica e historiográfica que caracterizava o período estudado.

No capítulo 3, *As Máscaras*, pretendo apontar as relações que as biografias trabalhadas mantinham com seus biógrafos, naquilo que tange os sentidos políticos, sociais e culturais que as obras poderiam mobilizar. Trata-se de historicizar estas obras e autores revelando como uma obra biográfica poderia inserir-se naquele contexto de maneira crítica. Ao expor os interesses que rondavam o horizonte monumental biográfico, percebe-se a problemática em se constituir uma visão de conjunto e unitária acerca da identidade nacional brasileira que a *Coleção Brasileira* poderia almejar. Analisando as biografias, verifica-se que o passado, pelas diversas perspectivas que o mobilizava, guardava em si antes a pluralidade de tradições que legitimamente poderiam ser retomadas naquele presente, do que a fonte para a unidade cultural e política nacional.

Capítulo 1

Projeto/Coleção Brasileira e os Monumentos de tinta e papel

Arrolados obras e autores tão distintos, é preciso, antes de tudo, agregá-los em uma perspectiva de análise que permita a compreensão de cada um. Tal perspectiva, porém, deve se precaver de perder-se na individualidade de cada obra ou, ao contrário, produzir generalizações que comprometam o conhecimento da escrita biográfico-historiográfica efetivada em cada livro. Pois é tese defendida por nós que há uma variedade de formas de escrita, de perspectivas e de interesses políticos/sociais que marca o fazer biográfico aqui levantado. Por isso, nosso recorte se insere, primeiramente, em um ‘contexto de edição’. Esta noção torna-se operante ao acionar os trabalhos e as análises historiográficas que tiveram como objeto central a história do livro, das bibliotecas, das coleções e da edição⁸⁶. A partir destes trabalhos, é possível visualizar a existência de ‘diretrizes’, ‘critérios’, ‘princípios’ e ‘interesses’ no processo de produção, publicação e comercialização de livros. Quando se trata da organização de uma biblioteca⁸⁷ ou de uma coleção, eles se tornarão fundamentais na seleção estratégica do material impresso que irá constituí-las. Este material impresso será constituído e constituinte neste contexto de edição.

Em sua análise sobre as ‘transformações da historiografia brasileira’, Franzini (2006) tomou a *Coleção Documentos Brasileiros* editada pela Livraria José Olympio como ‘um veículo privilegiado para a difusão de diferentes visões sobre o nosso passado’. Preocupou-se, em especial, com as ‘visões renovadoras’ e com a constituição de ‘uma faceta’ de ‘algo que possa ser chamado de *sistema intelectual* referente aos estudos históricos entre nós’⁸⁸. Interessa-nos a tese de tomar um projeto editorial, em nosso caso a *Coleção Brasileira*, como veículo de visões sobre o passado,

86 Cf. BARATIN, Marc; JACOB, Christian (org) *O Poder das Bibliotecas – a memória dos livros no Ocidente*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000; CHARTIER, Roger. *A Ordem dos Livros: Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: UNB, 1994; DARTON, Robert. *Os best-sellers proibidos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves (ORG). *Política, Nação e Edição – O lugar dos impressos na construção da vida política*. São Paulo: Annablume, 2006. DUTRA, Eliana de Freitas. *Companhia Editora Nacional: Tradição Editorial e Cultura Nacional no Brasil dos anos 30*. www.livroehistoriaeditorial.pro.br/pdf/elianadutra.pdf. FRANZINI, Fábio. *À Sombra das Palmeiras – A Coleção Documentos Brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936-1959)*. Tese Doutorado, USP, 2006.

87 ‘(...) a história das bibliotecas é também a história do que uma sociedade, as instâncias de poder, um meio intelectual decidem transmitir’. JACOB, Christian. Prefácio. In: BARATIN, Marc; JACOB, Christian (org) *O Poder das Bibliotecas – a memória dos livros no Ocidente*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000. 15

88 FRANZINI, Fábio. *À Sombra das Palmeiras – A Coleção Documentos Brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936-1959)*. Tese Doutorado, USP, 2006. 12-13.

mas importa-nos, em maior medida, relacionar estas visões de passado com os grupos sociais e políticos que as mobilizam e, em menor medida, traçar as linhas mestras que conduziram o saber histórico brasileiro vir a ser o que ele é. É a partir de uma perspectiva deste tipo que acreditamos ser possível tomar a produção biográfica em sua historicidade, que envolve, para além do desenvolvimento de um determinado saber, a consolidação de combates pela história e memória, segundo interesses políticos e sociais mais ou menos determináveis.

Assim, ao tomarmos como fonte de produção de memória histórica coletiva determinadas produções biográficas, procuramos, primeiramente, situá-las em um projeto maior, editorial, que as perpassa e as significam, as apresentam, enquanto livros integrantes da *Coleção Brasileira*, editada pela Companhia Editora Nacional (CEN). Trata-se de tomar esta Coleção como um lugar de memória⁸⁹ e, no caso das biografias, como quadro de personagens que devem orientar a identidade nacional, enquanto personificação de valores universais, segundo aquela diversidade de perspectivas sobre o passado. São, basicamente, além dos aspectos editoriais que caracterizam uma coleção⁹⁰, as orientações intelectuais e mercadológicas que regem a *Coleção Brasileira* e, em geral, a Biblioteca Pedagógica Brasileira e a própria CEN, o que determina as estratégias fundamentais deste contexto editorial. A estratégia referente às orientações mercadológicas diz respeito à ampliação da produção de livros no Brasil, assim como a divulgação e distribuição deste tipo de impresso em proporções ainda não vistas por aqui. ‘Inundar o país de livros’. Esta era a diretriz que marcara Monteiro Lobato e Octales Marcondes Ferreira, co-fundadores da Companhia Editora Nacional em 1925⁹¹.

Esta perspectiva considerava seriamente o livro enquanto uma mercadoria que, como tal, precisava seguir determinadas estratégias comerciais que potencializassem sua produção/venda enquanto bem de consumo. ‘Faço livros e vendo-os, exatamente o negócio de quem faz vassouras e vende-as, do que faz chouriço e vende-os’, outra diretriz que marcava a concepção editorial de Monteiro Lobato⁹². O sucesso desta empreitada era condicionado pela mudança dos padrões

89 Concordamos com Jean François Botrel, que, analisando a Biblioteca dos Autores Espanhóis, afirma: ‘a BAE pode hoje ser considerada como um lugar da memória, porque ela fala à sua maneira, incluindo o seu relativo fracasso na época, das dificuldades encontradas pela nação espanhola para se inventar e se construir’. BOTREL, Jean-François. *A Biblioteca de Autores Espanhóis (1846-1878) ou a Difícil construção de um panteão das letras espanholas*. In: DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves (ORG). *Política, Nação e Edição – O lugar dos impressos na construção da vida política*. São Paulo: Annablume, 2006. 66

90 Aspectos como número de ordem, mesmo formato, padronização das capas, contracapas, mesma tipografia etc. Cf. OLIVERO, Isabelle. *L'invention de la collection*. Paris: IMEC/Maison des sciences de l'Homme, 1999.

91 Cf. DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *Companhia Editora Nacional: Tradição Editorial e Cultura Nacional no Brasil dos anos 30*. www.livroehistoriaeditorial.pro.br/pdf/elianadutra.pdf. 2.

92 Cf. DUTRA, Eliana de Freitas. A nação nos livros: a biblioteca ideal na *Coleção Brasileira*. In: DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves (ORG). *Política, Nação e Edição – O lugar dos impressos na construção da vida política*. São Paulo: Annablume, 2006. 303; ‘Antes da experiência com a CEN, Monteiro Lobato foi proprietário da Revista do Brasil entre os anos 1918-1925. E em 1926, juntamente com Octales Marcondes, adquire o acervo da

editoriais até então conhecidos pelo Brasil. Tal mudança deveria afetar desde a qualidade dos objetos-livros até a relação de trabalho que envolvia a sua produção. Assim, essa nova estratégia, desenvolvida nas primeiras décadas do séc. XX, mercadológica investiu

*(...) pioneiramente na forma material de seus impressos, cuidando da paginação, capa, tamanho etc., de forma a dar boa aparência ao seu produto; abriu espaços para a divulgação e propaganda; ampliou os circuitos de distribuição instalando postos de venda em diferentes tipos de estabelecimentos comerciais (nesse ponto, vale dizer, em sintonia com a melhor tradição da Livraria Garnier); contratou pessoal especializado nas artes gráficas, preocupado com a impressão, a diagramação e a ilustração das obras, e importou máquinas e equipamentos dos mais modernos à época (...)*⁹³.

Este processo terá como efeito ‘o desaparecimento da atividade dos antigos artífices impressores, os quais assinavam por seus trabalhos, dando lugar a uma impressão anônima, nas empresas comerciais de impressão’⁹⁴. Os anos 1930, no Brasil, foram caracterizados por

*(...) um vigoroso surto editorial e de uma grande expansão no mercado de livros, quando, a exemplo da Cia Editora Nacional, pontificaram editoras como a Editora Globo, de Porto Alegre, a José Olympio, os Irmãos Pongetti e a Francisco Alves, no Rio de Janeiro, a Melhoramentos, em São Paulo; e editores empreendedores, a exemplo de Monteiro Lobato, Octales Marcondes Ferreira, José Olympio – ex-empregado da Garraux de São Paulo – e o gaúcho Henrique Bertaso*⁹⁵.

Percebe-se que a produção de livros no Brasil assume, nos anos 1930, uma proporção inédita, associada à constituição de um novo mercado de impressos no país. No caso da CEN, a produção de livros está diretamente associada a uma estratégia intelectual. É preciso, portanto, para se compreender este contexto de edição específico, associar às finalidades mercadológicas o projeto intelectual que orienta a escolha das publicações. Neste sentido, o livro é mercadoria e instrumento intelectual. A criação da CEN e sua consolidação nos anos 1930 é fruto de um impulso

antiga companhia, falida, para fundar a CEN’. Cf. LUCA, Tania Regina de. *A Revista do Brasil – Um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Unesp, 1999. 64-77.

93 Cf. DUTRA, Eliana de Freitas. A nação nos livros: a biblioteca ideal na *Coleção Brasileira*. In: DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves (ORG). *Política, Nação e Edição – O lugar dos impressos na construção da vida política*. São Paulo: Annablume, 2006. 303

94 Cf. DUTRA, Eliana de Freitas. A nação nos livros: a biblioteca ideal na *Coleção Brasileira*. In: DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves (ORG). *Política, Nação e Edição – O lugar dos impressos na construção da vida política*. São Paulo: Annablume, 2006. 303; HALLEWEL, Laurence. *O Livro no Brasil (sua história)*. São Paulo: Edusp, 1985.

95 Cf. DUTRA, Eliana de Freitas. A nação nos livros: a biblioteca ideal na *Coleção Brasileira*. In: DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves (ORG). *Política, Nação e Edição – O lugar dos impressos na construção da vida política*. São Paulo: Annablume, 2006. 303

intelectual nos anos 1910-1920. Pois,

*(...) Octales Marcondes Ferreira viveu ao lado de Lobato a experiência de uma nova relação com a produção e comercialização dos livros. Ele também acompanhou de perto a cruzada nacionalista do escritor iniciada na Revista do Brasil, bem como todo o seu esforço de conhecer de forma mais profunda o Brasil, de estabelecer diagnósticos sobre os seus problemas e buscar soluções para os mesmos, tendo sempre em vista o desejo de civilizar o país*⁹⁶.

O livro, então, é concebido ‘não só como depósito de saber e de conhecimentos, de verdades, de práticas e técnicas de sabedoria, mas como formador social e reformador político’⁹⁷. É de acordo com esta concepção que a *Coleção Brasileira* irá se lançar no contexto social e político dos anos 1930 no Brasil. As coleções eram ‘uma fórmula editorial de grande sucesso que marcou a paisagem editorial oitocentista francesa, expandindo-se da França para o mundo’⁹⁸. Dessa forma, unia-se um tipo de estratégia comercial bem sucedida à realização de um projeto intelectual que visava a ‘re-fundação da nação’⁹⁹ a partir da ‘ambição em fazer da coleção a maior obra de cultura nacionalista do país, objetivando (...) descobrir o Brasil aos brasileiros, torná-lo cada vez mais conhecido para o fazer mais amado’¹⁰⁰.

A *Coleção Brasileira* era uma das séries integrantes da Biblioteca Pedagógica Brasileira, editada pela CEN a partir de 1931, fora concebida e dirigida por Fernando de Azevedo¹⁰¹ desde sua criação até 1946. A BPB foi definida como:

larga ofensiva de renovação cultural sobre quatro frentes: as crianças, pela série I, de Literatura Infantil; os estudantes de todas as escolas primárias, profissionais, secundárias e superiores, pela série II – de Livros Didáticos

96 Cf. DUTRA, Eliana de Freitas. A nação nos livros: a biblioteca ideal na *Coleção Brasileira*. In: DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves (ORG). *Política, Nação e Edição – O lugar dos impressos na construção da vida política*. São Paulo: Annablume, 2006. 303-304

97 Cf. DUTRA, Eliana de Freitas. A nação nos livros: a biblioteca ideal na *Coleção Brasileira*. In: DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves (ORG). *Política, Nação e Edição – O lugar dos impressos na construção da vida política*. São Paulo: Annablume, 2006. 303-304.

98 DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *Companhia Editora Nacional: Tradição Editorial e Cultura Nacional no Brasil dos anos 30*. www.livroehistoriaeditorial.pro.br/pdf/elianadutra.pdf. 6.

99 ‘(...) é impossível separar a história do projeto editorial da *Coleção Brasileira* de uma pauta política e intelectual de re-fundação da nação, a qual será responsável pela fisionomia política do país na década de trinta’. DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *Companhia Editora Nacional: Tradição Editorial e Cultura Nacional no Brasil dos anos 30*. www.livroehistoriaeditorial.pro.br/pdf/elianadutra.pdf. 1.

100 DUTRA, Eliana de Freitas. A nação nos livros: a biblioteca ideal na *Coleção Brasileira*. In: DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves (ORG). *Política, Nação e Edição – O lugar dos impressos na construção da vida política*. São Paulo: Annablume, 2006. 305

101 Fernando de Azevedo fora diretor da Instrução Pública do Distrito Federal nos anos 1927-1930, onde realizou reforma de grande projeção, contando com o apoio da Associação Brasileira de Educadores após os acontecimentos de 1930 e suas conseqüências para os poderes estaduais. Cf. TOLEDO, Maria Rita de Almeida. O projeto político cultural da coleção *Atualidades Pedagógicas*. In: DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves (ORG). *Política, Nação e Edição – O lugar dos impressos na construção da vida política*. São Paulo: Annablume, 2006. 336

(livros de texto, manuais e livros fontes); os professores de todos os graus de ensino, pela série III – Atualidades Pedagógicas e o público escolar, como a população extra e pós-escolar, pela Série IV – Iniciação Científica. O caráter eminentemente nacional desse movimento é dado não só pela orientação do plano editorial, como também especialmente, pela série V, *Brasiliana*, a mais vasta sistematização de estudos brasileira¹⁰².

Esta ‘sistematização’ de ‘estudos’ é visível a partir da subdivisão da *Coleção Brasiliana* nas séries: Antropologia e Demografia; Arqueologia e Pré-História; Biografia; Botânica e Zoologia; Cartas; Direito; Economia; Educação e Instrução; Ensaios; Etnologia; Filologia; Folclore; Geografia; Geologia; História; Medicina e Higiene; Política; Viagens. Os livros que compõem estas sub-séries, tomados em conjunto, deveriam ‘permitir aos seus leitores um adequado conhecimento do Brasil: do passado, do território, do povo, da formação social, da língua, dos costumes e práticas culturais, da fauna, da flora, das riquezas, das instituições, dos homens políticos, dos problemas do desenvolvimento’¹⁰³.

Assim, assumindo o livro como instrumento fundamental para a ‘descoberta’ da nacionalidade brasileira, a *Coleção Brasiliana* será um lugar privilegiado para a afirmação das tradições intelectuais do país, através de reedições de clássicos e volumes raros das diversas áreas de saber constituídas, assim como um palco de debates acerca dos problemas atuais no período, mediante a publicação de autores que compunham a cena intelectual contemporânea. Estes eram os mais variados, pois os ‘grupos que escrevem para a *Brasiliana*, ou são convidados a publicar suas obras na coleção, transitam entre a imprensa, o incipiente sistema universitário, os museus, o IHGB e, na quase totalidade, os órgãos da administração pública federal, sejam em postos nos ministérios ou nas várias comissões de estudo e de implementação de políticas públicas no período’¹⁰⁴.

Esta pluralidade de autores marcava, ainda, a boa fama que caracterizava a Coleção. Segundo Hallewel, a *Brasiliana* foi a mais importante das sub-séries da Biblioteca Pedagógica Brasileira. Este autor parece concordar com a afirmação do jornal *O Estado de São Paulo* (de 1973), citada em seu livro, de que ‘a *Coleção Brasiliana* é até hoje o mais completo repositório de

102 Texto de apresentação da coleção *Atualidades Pedagógicas*, nas orelhas dos livros de seus volumes, 1934 a 1949. APUD: TOLEDO, Maria Rita de Almeida. O projeto político cultural da coleção *Atualidades Pedagógicas*. In: DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves (ORG). *Política, Nação e Edição – O lugar dos impressos na construção da vida política*. São Paulo: Annablume, 2006. 337.

103 DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *Companhia Editora Nacional: Tradição Editorial e Cultura Nacional no Brasil dos anos 30*. www.livroehistoriaeditorial.pro.br/pdf/elianadutra.pdf. 17

104 DUTRA, Eliana de Freitas. A nação nos livros: a biblioteca ideal na *Coleção Brasiliana*. In: DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves (ORG). *Política, Nação e Edição – O lugar dos impressos na construção da vida política*. São Paulo: Annablume, 2006. 309

informação sobre o Brasil, suas origens, sua formação sua vida em todos os campos'¹⁰⁵. O autor ressalta o fato de que a coleção era um empreendimento de prestígio para a editora (CEN), pois a inclusão de um trabalho nela sempre foi, na prática, uma garantia de vendas e publicidade¹⁰⁶.

Agregando vários autores e prestigiada nos meios intelectuais, a *Coleção Brasileira*, para além de suas estratégias comerciais e intelectuais, compunha um contexto no qual a existência de um projeto nacionalista para o Brasil

*pressupunha certas condições básicas para se realizar: a existência de uma elite intelectual imbuída de uma missão social; a expansão da educação elementar; a produção, em bases científicas e empíricas, de um conhecimento da vida e dos reais problemas do Brasil de forma a assegurar a formação de uma consciência nacional; a construção de uma política cultural pelo Estado, cuja reorganização do seu aparelho era a garantia da consolidação de uma política de modernização do país*¹⁰⁷.

Tendo como pano de fundo, portanto, uma 'pedagogia da nacionalidade', a Brasileira ocupa lugar estratégico entre os interesses dos intelectuais e do Estado. Acena com generosidade para os intelectuais, pois os métodos comerciais pioneiros de Monteiro Lobato incluíam

*a venda de livros em açougues, lojas de ferramenta, bazares, farmácias, bancas de jornal, papelarias da capital e do interior, de forma a alcançar o leitor nos lugares em que ele pudesse estar; o lançamento de novos autores, com pagamento adequado dos direitos: e o investimento em publicidade nos jornais e, acreditamos, também no rádio, prática que se disseminava à época (...)*¹⁰⁸

Além destes aspectos, as tiragens da Biblioteca Pedagógica Brasileira poderiam variar entre 2000, que era a média, e, até, 30 mil exemplares¹⁰⁹! Dessa forma, compreende-se aquele prestígio no meio intelectual que Hallewel atribuiu à Coleção. Neste sentido, esta ascensão dos projetos editoriais ligados à produção e publicação de livros marca uma descontinuidade em relação à produção intelectual durante a Primeira República na qual 'a grande imprensa dominava a vida intelectual. Era ela quem oferecia empregos, sobretudo através das colunas de jornal, e gratificava

105 HALLEWEL, Laurence. *O Livro no Brasil (sua história)*. São Paulo: Edusp, 1985. 301.

106 HALLEWEL, Laurence. *O Livro no Brasil (sua história)*. São Paulo: Edusp, 1985. 301.

107 DUTRA, Eliana de Freitas. A nação nos livros: a biblioteca ideal na *Coleção Brasileira*. In: DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves (ORG). *Política, Nação e Edição – O lugar dos impressos na construção da vida política*. São Paulo: Annablume, 2006. 304.

108 DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *Companhia Editora Nacional: Tradição Editorial e Cultura Nacional no Brasil dos anos 30*. www.livroehistoriaeditorial.pro.br/pdf/elianadutra.pdf. 5.

109 'O escritor brasileiro encontrou um editor que se aventurava a tiragens de 20 a 30 mil exemplares (...)'. CAVALHEIRO, Edgar. Apud: DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *Companhia Editora Nacional: Tradição Editorial e Cultura Nacional no Brasil dos anos 30*. www.livroehistoriaeditorial.pro.br/pdf/elianadutra.pdf. 3.

mensalmente os escritores’¹¹⁰.

Por outro lado, os editores não se descuidavam em manter com o Estado uma relação cordial, de forma que é digno de nota o fato de que ao finalizar ‘os preparativos para a comemoração dos dez anos da Coleção e do lançamento do seu 200º volume, a Nacional organizou uma lista para o envio do seu novo catálogo, a qual é encabeçada pelo presidente da República, Getúlio Vargas, e seus respectivos ministros de Estado (...)’¹¹¹.

Além disso, deve-se ressaltar que

*a escolha dos títulos e dos autores da coleção certamente não ficou imune à intervenção de fatores tais como as relações com o Estado Novo; as disputas em torno do poder político, seja nos Estados, seja na sociedade naqueles anos 30 tão conturbados e com tantos projetos em competição; os vínculos dos autores sejam eles públicos ou privados; a espécie de capital e de autoridade ao alcance dos autores e editores do período*¹¹².

Ao se analisar o lugar da *Coleção Brasileira* nas décadas de 1930 e 1940 verifica-se seu caráter complexo, pois se trata de uma Coleção na qual seus membros diretores compunham uma rede de sociabilidade vasta, que perpassava os altos escalões do Estado, porém, não se trata de uma instituição do Estado¹¹³. Sua posição era mais estratégica do que institucional. Por outro lado, a variedade de autores que nela publicam contribui para a problematização daquela ‘pedagogia da nacionalidade’, pois os processos de ‘redescoberta’ e de ‘conhecimento’ do Brasil não chegarão aos mesmos princípios, conclusões e definições acerca da realidade brasileira; em outras palavras, a estratégia editorial intelectual nacionalista será marcada por uma descontinuidade de significados acerca do ser nacional que impossibilita a consolidação de uma identidade nacional que torne o passado transparente, idêntico e consolidado a partir de um saber específico. Este caráter diverso faz com que a Coleção torne-se um *locus* privilegiado para a compreensão da produção intelectual do período.

Este é o clima e contexto no qual as obras estudadas por nós serão analisadas e questionadas. Não se trata de partir de um ‘contexto’ rígido para as ‘peculiaridades’ da fonte ou o contrário. Situar as obras em sua historicidade será justamente verificar como elas trazem em si os

110 OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A Questão Nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990. 116.

111 DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *Companhia Editora Nacional: Tradição Editorial e Cultura Nacional no Brasil dos anos 30*. www.livroehistoriaeditorial.pro.br/pdf/elianadutra.pdf. 19

112 DUTRA, Eliana de Freitas. A nação nos livros: a biblioteca ideal na *Coleção Brasileira*. In: DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves (ORG). *Política, Nação e Edição – O lugar dos impressos na construção da vida política*. São Paulo: Annablume, 2006. 310

113 Este caráter é similar aquele presente no periódico *Revista do Brasil*, no qual Monteiro Lobato teve participação fundamental: ‘A natureza da publicação, não diretamente vinculada a partidos, instituições, movimentos ou religiões, favorecia, pelo menos em princípio, a diversidade de opiniões’. LUCA, Tania Regina de. *A Revista do Brasil: Um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Unesp, 1999.33

dilemas, embates e anseios que marcavam aquele momento intelectual no Brasil. Como se demonstrou, existia uma elaborada e problemática expectativa acerca do que deveria ser um livro e como ele deveria operar no público leitor.

A Nação nas Primeiras décadas do séc. XX

Assim, esse contexto de edição é marcado por um tipo específico de caráter da produção e ação intelectual que caracterizou as primeiras décadas do séc. XX¹¹⁴ no Brasil. Desde o início do século XX, é possível mapear o comprometimento de certas camadas intelectuais brasileiras com determinadas ‘causas’ que diziam respeito, segundo eles, ao bem público e a melhoria da sociedade¹¹⁵. De fato, já nos primeiros anos do regime republicano brasileiro, é possível visualizar nas páginas do *Almanaque Garnier* o engajamento de determinadas camadas intelectuais preocupadas com a ‘constituição de uma unidade moral e social, imprescindível à construção de uma identidade coletiva, capaz de fazer do país uma nação’¹¹⁶. Neste sentido, tratava-se naqueles anos da constituição da nação fundamentada nas definições acerca da língua, geografia e história.

A *questão nacional* parece perpassar desde os campos artístico-literários às políticas públicas. E, em torno desta questão nacional, é possível demarcar diversas correntes intelectuais que tinham como tema central de suas reflexões a nação brasileira. A I Guerra Mundial significou uma ‘revisão nos padrões intelectuais brasileiros’ e ‘após sua eclosão, reacendeu-se a necessidade de pensar o Brasil do ponto de vista brasileiro. Essa transformação de padrões culturais teve como pano de fundo o confronto e a releitura da tradição, ou seja, a releitura da interpretação histórica’¹¹⁷.

Neste esforço de re-interpretação da realidade brasileira, está em jogo a determinação das diretrizes que devem reger a intelectualidade brasileira no sentido de definir os saberes que melhor

114 Esta periodização poderia remontar a 1870, pois ‘a palavra de ordem da ‘geração modernista de 1870’ era condenar a sociedade ‘fossilizada’ e pregar as grandes reformas redentoras: ‘a abolição’, ‘a república’, ‘a democracia’. O engajamento se torna a condição ética do homem de letras. SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão – Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Cia das Letras, 2003. 97

115 ‘A intelectualidade do período, que se auto-atribuí a capacidade de traçar os caminhos para o país, direcionar produtivamente os seus esforços e orientar a condução dos negócios públicos, não hesitou em proclamar a sua qualificação – supostamente legitimada pela posse de um saber específico que lhe permitia ver para além das aparências – e em colocá-la a serviço dos interesses nacionais’. LUCA, Tania Regina de. *A Revista do Brasil: Um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Unesp, 1999. 298

116 DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *Rebeldes e literário da República: história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914)*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005. 82.

117 OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A Questão Nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990. 126.

se adequariam às necessidades coletivas. Assim, a Liga de Defesa Nacional, criada em 7 de setembro de 1916 por Olavo Bilac, Pedro Lessa e Miguel Calmon, ao perceber que o Brasil ‘padece e sofre da falta de crença e de esperança’ e que o que existe por aqui é ‘desânimo’, ‘falta de solidariedade’, ‘ausência de crença e aspirações comuns’, onde ‘governa o interesse de cada um, o arrivismo’, propõe:

*manter a idéia de coesão e integridade nacional; defender o trabalho nacional; difundir a instrução militar nas diversas instituições; desenvolver o civismo, o culto do heroísmo, fundar associação dos escoteiros, linhas de tiro e batalhões patrióticos; avivar o estudo da história do Brasil e das tradições brasileiras; promover o ensino da língua pátria nas escolas estrangeiras existentes no país; propagar a educação popular e profissional; difundir nas escolas o amor à justiça e o culto do patriotismo; combater o analfabetismo*¹¹⁸.

Ao situar o Brasil como objeto de suas investigações, os pensadores ‘nacionalistas’ terão como princípio a consolidação de determinadas perspectivas que procuram ‘difundir um variado conjunto de idéias, noções e princípios, inicialmente, para mostrar a inexistência de povos irremediavelmente fracos’ e demonstrar a falsidade de determinadas afirmações pseudo-científicas, segundo as quais ‘a mestiçagem torna as raças incapazes’¹¹⁹. Este ‘ponto de partida’ do pensamento nacionalista faz com que todo o trabalho intelectual que visa à modificação do social se pautem pela ‘formação de uma consciência nacional’, não mais tomando por guia ‘paradigmas que consideravam noções deterministas de raça e meio’ a partir dos quais ‘vários pensadores mostravam-se céticos em relação ao grau de permeabilidade à civilização de uma região tropical, recém-saída da escravidão’¹²⁰.

Observando antes as potencialidades da pedagogia do que os determinismos científicos, os pensadores nacionalistas iniciam um novo debate acerca do que deva ser a ‘formação da consciência nacional’. E, nas primeiras décadas do séc. XX, diferentes formas de qualificar o Brasil serão já apresentadas, de forma que o nacionalismo:

(...) serve tanto à velha ordem agrária quanto à nova classe industrial; não é por acaso que algumas de suas orientações ao mesmo tempo defendem a ‘civilização agrária’ e combatem a dominação estrangeira nos diversos setores da vida econômica, especialmente no campo do comércio e da indústria, bem como outras se esforçam para que se realizem os ideais do liberalismo político e da democracia, e outras proclamem a importância de um regime autoritário e antidemocrático – cada qual a seu modo participa da coexistência de uma tábua de valores conflitivos,

118 NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. 66

119 NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. 66

120 LUCA, Tania Regina de. *A Revista do Brasil: Um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Unesp, 1999. 77

*característica do período*¹²¹.

Esta diversidade presente nas várias ‘ligas’¹²² e ‘movimentos’ nacionalistas no Brasil do início do século XX já anuncia a pluralidade de visões, retratos e interpretações da realidade brasileira que continuará sendo produzida nas décadas seguintes. Se, por um lado, a *questão nacional*, perpassa os olhares, por outro lado, os modos de ver e diagnosticar são múltiplos, complexificando o caráter da produção intelectual neste período. Os modernismos são outros movimentos que irão problematizar as visões acerca do Brasil, produzindo diversas perspectivas sobre a questão nacional na arte e na sociedade em geral.

No grupo modernista de São Paulo, estes ‘diferentes *retratos do Brasil* (...) revelam o caráter heterogêneo do modernismo paulista, capaz de produzir as visões mais distintas sobre a nacionalidade¹²³. É segundo esta diferença que os diferentes grupos modernistas paulistas irão se agregar, explicitando suas incompatibilidades no decorrer e, principalmente, no final da década de 1920. Assim, desde o grupo Curupira, do verde-amarelismo, de Plínio Salgado, Menotti del Picchia, Candido Mota Filho e Cassiano Ricardo até à Antropofagia de Oswald de Andrade há uma fissura que não se resume a questões ‘puramente’ estéticas ou estilísticas, mas das relações que aquele presente deveria manter com o passado a fim de produzir uma identidade nacional ‘verdadeira’ ou uma prática artística original.

Para os primeiros, a figura do Curupira assume significado primordial ‘devido ao seu retorno às pegadas do passado, considerado esse a chave explicadora da nacionalidade’. Neste sentido, ‘o passado é concebido como uma espécie de Eldorado; o mito Tupi – associado à pureza, espontaneidade e originalidade – aparece, então, como um dos elementos fundadores da nacionalidade’. Nessa produção de uma interpretação do passado ressoaria ‘um etnocentrismo extremado, que leva o grupo a defender as fronteiras nacionais contra o que denominava as ‘invasões alienígenas’¹²⁴. Figura símbolo de uma utopia narcisista, o Curupira de pés-voltados para trás, protetor das florestas e avesso ao litoral, com o ‘corpo sem fendas, hirto e defensivo, invulnerável à penetração estrangeira, sisudo e compenetrado’, operaria como uma ‘vacina’ contra

121 NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. 81.

122 Podem ser elencados como movimentos essencialmente nacionalistas da Primeira República: A Liga de Defesa Nacional, já citada; A Liga Nacionalista de São Paulo, que se envolveu na revolta tenentista de 1924 - o Segundo 5 de Julho - e foi fechada. Foi um dos movimentos precursores do Partido Democrático Paulista, criado em 1926; a Propaganda Nativista, fundada em 1919 no Rio de Janeiro, em torno da revista *Gil Blas*, cujo diretor era Alcebíades Delamare, onde sobressaem o sentimento antiportuguês, a filiação ao catolicismo e uma atitude positiva com relação aos valores essencialmente brasileiros. Ver: NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001; OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A Questão Nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

123 VELLOSO, Mônica Pimenta. O modernismo e a questão nacional. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (ORG). *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2066. 374

124 VELLOSO, Mônica Pimenta. O modernismo e a questão nacional. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (ORG). *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2066. 375.

a ‘sedução das ideologias exóticas’¹²⁵.

Já a Antropofagia configura-se como um caminho, um modo de se relacionar com o passado que ‘singulariza a nacionalidade brasileira’. Dessa forma, ‘propõe-se a apropriação da cultura européia pelo “canibalismo cultural”. Reedita-se a idéia do antropófago - herdada da cultura indígena -, que come a carne do inimigo no intuito de absorver suas qualidades’¹²⁶. Assim, o conceito de antropofagia oswaldiano trazia consigo a ‘idéia da “devoração cultural” das técnicas e informações dos países desenvolvidos, para re-elaborá-las, com autonomia, convertendo-as em produto de exportação’¹²⁷. Dessa forma, enquanto os primeiros buscam o verde-amarelismo, a Anta, o Curupira e aceitavam ‘todas as instituições conservadoras, pois é dentro delas’ que fariam ‘a inevitável renovação do Brasil, como o fez, através de quatro séculos, a alma de nossa gente, através de todas as expressões históricas’¹²⁸; a antropofagia procura atualizar uma ‘prática primitiva’ metaforizada nas relações culturais entre povos. No fim da década de 1920, os impasses entre as ‘escolas’ ganham, cada vez mais, contornos políticos, no sentido da definição tanto daquilo que seria a ‘cultura brasileira’, quanto na forma de relação entre passado/futuro que deve engendrar as orientações para o futuro. O último número da *Revista de Antropofagia*, publicada em página do *Diário de São Paulo* de 01/08/1929, trazia em seu editorial a evidência dessa oposição para além das ‘questões estilísticas’ e já comprometida com alguns dos temas fundamentais que irão nortear os debates na década seguinte:

*Somos pelo ensino leigo. Contra o catecismo nas escolas. Qualquer catecismo. Não é possível fazer o Brasil embarcar na canoa furada da Prima do Espiritual. Reagiremos pois contra toda e qualquer tentativa nesse sentido. Viva Freud e nosso padrinho padre Cícero*¹²⁹.

A figura de Mário de Andrade aponta para uma terceira relação entre presente/passado que busca a interpretação do ‘nacional’ segundo um princípio no qual se situa ‘o passado como lição para meditar não para reproduzir’. Submetia, conscientemente, o passado, o folclore, as tradições, aos interesses do presente, em busca da construção de ‘uma arte brasileira, entendendo-a como a condição de o Brasil poder apresentar-se e ser reconhecido como país civilizado. Ser moderno significava, então, comparecer no cenário internacional, mas adotando a mediação do nacional’¹³⁰.

125 VASCONCELLOS, Gilberto. *Ideologia curupira – análise do discurso integralista*. São Paulo: Brasiliense, 1979. 20-21.

126 VELLOSO, Mônica Pimenta. O modernismo e a questão nacional. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (ORG). *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2066. 377.

127 CAMPOS, Augusto de. *Poesia, antipoesia, antropofagia*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978. 124.

128 Manifesto do Verdeamarelismo publicado no Correio Paulistano em 17 de maio de 1929. Cf.: CAMPOS, Augusto de. *Poesia, antipoesia, antropofagia*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978. 116-117.

129 Cf.: CAMPOS, Augusto de. *Poesia, antipoesia, antropofagia*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978. 119.

130 VELLOSO, Mônica Pimenta. O modernismo e a questão nacional. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (ORG). *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2066. 379

Havia, ainda, em Mário de Andrade, o desejo de combater os regionalismos que marcariam a nacionalidade brasileira, buscava uma apreensão conjunta da nacionalidade, ou, ‘uma visão integrada da nacionalidade’¹³¹.

Regionalismos estes que aparecerão avaliados positivamente em outro modernismo brasileiro: o de Recife. Este movimento é tido por alguns autores como a ‘tendência regionalista e tradicionalista do modernismo brasileiro’¹³². Sob a liderança de Gilberto Freyre, o movimento modernista do Recife valorizava e cultivava o ‘gosto de conservar velhos rituais alimentares e requintes do trato, pelo esforço da restauração das árvores regionais, da arte popular, da arquitetura, dos costumes’¹³³. Criticava o modernismo do sudeste que ‘arrastou os ricos e esnobes e fez o que se esperava que fizesse: barulho. (...) Havia nos teóricos do modernismo do Rio e São Paulo uma camada do mundanismo parisiense. Derrubavam-se ídolos de pedra-mármore para fixar outros ídolos, outras fórmulas, outros preconceitos’¹³⁴.

Assim, os modernistas de Pernambuco relacionavam-se com o passado de uma maneira específica que caracterizava a sua visão da nacionalidade brasileira. E é

*desse movimento se seguem não só o ‘romance social’, mas também o luso-tropicalismo formulado por Gilberto Freyre. A valorização da capacidade do português aos trópicos, criando uma sociedade particular, um novo tipo de civilização, surge como forma de recuperação positiva do passado. É a ordem patriarcal, apoiada num certo tipo de miscigenação, que define a matriz básica da organização social do Brasil*¹³⁵.

Ao observar a questão nacional nas primeiras décadas do séc. XX no Brasil, verifica-se, primeiro, a centralidade de tal tema que é retomado por diversos intelectuais das mais variadas correntes, ligas, movimentos e regiões e, segundo, que, enquanto tema de reflexão, análise e fundamentação de práticas e valores, o nacional já é, desde o princípio, recortado, plural, diverso e, portanto, descontínuo, crítico e conflituoso. Retomando aquele contexto de edição mencionado acima, percebe-se que a ‘pedagogia da nacionalidade’ procurada pela *Coleção Brasileira* era um tema recorrente já naquele início de século e, mais, era uma questão problemática que dividia opiniões acerca do que era o Brasil e o que deveria ser o brasileiro. Militar-civil, poeta-soldado, antropófago/verde-amarelo, autoritário-democrático, sudeste-nordeste, integral-fragmentário, jacobino-cosmopolita, litoral-interior, enfim, o debate sobre o ser brasileiro e sobre os reais

131 VELLOSO, Mônica Pimenta. O modernismo e a questão nacional. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (ORG). *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2066. 380.

132 NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. 109

133 NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.110.

134 REGO, José Lins. APUD: NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. 110.

135 OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A Questão Nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990. 195

interesses, valores e diretrizes que deveriam nortear a intelectualidade brasileira longe de ser consensual delimitava posições e lugares do saber intelectual.

Biografias: Monumentos de Tinta e Papel

Observar a presença da problematização acerca do nacional nas biografias trabalhadas por nós é tentar mapear como as diferentes interpretações acerca da realidade brasileira operam um sentido historiográfico em um presente determinado. As biografias nos apresentam uma expressividade das perspectivas apresentadas acima, assim como uma complexificação acerca das mesmas. De fato, o estudo destas obras, desconhecidas da tradição historiográfica, mas com relevância editorial e social na medida em que compunham a ‘respeitável’ *Coleção Brasileira* e, portanto, significativas no cenário intelectual do período, é revelador das margens historiográficas de nossa própria tradição que preferiu esquecê-las, assim como, dos matizes interpretativos acerca de vários temas que marcam as perspectivas acerca do nacional.

O primeiro tema que deve ser, então, levantado é o da relação entre questão nacional e fazer biográfico presente nas obras trabalhadas. Procurei, no interior da *Coleção Brasileira*, mapear algumas obras que pudessem ser reveladoras da diversidade intelectual presente nas primeiras décadas do séc. XX. A questão nacional perpassa essa diversidade como tema central trabalhado a partir de perspectivas distintas. As biografias querem falar à pátria, serem ouvidas pela coletividade nacional. Neste sentido, o fazer biográfico confirma a tese de que o ‘interesse pelos personagens do passado revelaria a busca de identidade de um presente’¹³⁶. Àquela procura modernista por uma origem pré-histórica, indígena, que confira essência ou originalidade às práticas contemporâneas, o biográfico contrapõe o passado historiográfico. Este movimento seria provocado por um presente que ‘duvidando de sua identidade, desenterra e sacraliza suas raízes. Através da biografia e da novela histórica, o passado, que é dotado de sentido desde o presente, se tingem às vezes de cores contemporâneas, lançando luz sobre o presente’¹³⁷. Já nos primeiros anos do século XX, a intelectualidade brasileira considerava como fundamental a ‘afirmação de uma

136 SCHMIDT, Benito Bisso. A Biografia Histórica: o ‘retorno’ do gênero e a noção de contexto. In: GUAZZELLI, César Augusto Barcellos; PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz; SCHMIDT, Benito Bisso; XAVIER, Regina Célia Lima. *Questões de Teoria e Metodologia da História*. Porto Alegre: Ed Universidade/UFRGS, 2000. 121.

137 MOYA, Antonio Morales. APUD: SCHMIDT, Benito Bisso. A Biografia Histórica: o ‘retorno’ do gênero e a noção de contexto. In: GUAZZELLI, César Augusto Barcellos; PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz; SCHMIDT, Benito Bisso; XAVIER, Regina Célia Lima. *Questões de Teoria e Metodologia da História*. Porto Alegre: Ed Universidade/UFRGS, 2000. 2000. 121.

cultura nacional, sem o que não haveria identidade possível’¹³⁸. As biografias inserem-se de forma constitutiva na conformação desta cultura nacional, em permanente processo de construção.

Daí a justificativa para quase toda empresa biográfica residir no culto patriótico ao biografado. São os monumentos nacionais que devem ser seguidos como exemplos e símbolos dos reais interesses e valores brasileiros. O primeiro nível de nossa análise se dá, portanto, neste aspecto que caracteriza quase todas as produções por nós trabalhadas: a biografia é um monumento. Os biografados são personalidades exemplares de ‘uma vontade orientada pelo mais alto atributo da alma humana – o amor da verdade a serviço da Pátria’, como diria o historiador mineiro João Dornas Filho acerca de Silva Jardim. Segundo Dornas Filho, Silva Jardim seria um dos poucos nomes que conseguiriam ‘flutuar com a grandeza capaz de afrontar a Posteridade’. Era, dentre aqueles envolvidos no advento da República no Brasil, um dos ‘pouquíssimos que se salvaram’, que movimentara idéias fora da ‘feitiçaria retorta de Augusto Comte’. A biografia de Silva Jardim prestaria homenagem aquele que seria ‘o mais alto batalhador dos ideais democráticos no Brasil’, e cuja

*abnegação ficou na História da República brasileira como um marco solitário, indicando à posteridade o caminho do alto patriotismo, que não mede o sacrifício pelos proventos*¹³⁹.

O livro, a obra biográfica, poderia, ainda, aparecer como um meio para o soerguimento das figuras biografadas, De fato, segundo Carlos Pontes sua obra sobre Tavares Bastos ‘representa a primeira pedra trazida para o monumento do grande brasileiro’¹⁴⁰. A recepção desta publicação parece acompanhar o juízo do autor. Pizarro Loureiro afirma que o livro de Carlos Pontes

*contribui decisivamente para autuar Tavares Bastos no seu verdadeiro lugar, servindo de base sólida ao monumento que o Brasil deve a um dos seus mais geniais homens público*¹⁴¹.

Analisando o mesmo livro, José Campelo, redator chefe da *Folha da Manhã* de Recife, considera que a biografia ‘levantou um verdadeiro, sólido e belo monumento a Tavares Bastos’¹⁴². Augusto Frederico Schmidt percebe aí ‘um esplêndido monumento ao Solitário’¹⁴³, enquanto o *Jornal do Comércio* classificou o lançamento do livro como ‘o monumento que faltava ao jovem e precoce

138 138 DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *Rebeldes e literário da República: história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914)*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005. 82.

139 FILHO, João Dornas. *Silva Jardim*. São Paulo: 1936. 189; 16; 189.

140 PONTES, Carlos. *Tavares Bastos (Aureliano Candido) 1839-1875*. São Paulo: CEN, 1939. 2.

141 LOUREIRO, Pizarro. Tavares Bastos. *Gazeta de Notícias*. 19/03/1939.

142 CAMPELO, José. A Biografia de Tavares Bastos. *Folha da Manhã*. 27/01/1939.

143 SCHMIDT, Augusto Frederico. Um Livro sobre Tavares Bastos. *O Jornal*. 19/02/1939.

estadista do Império'¹⁴⁴. Costa Rego avalia, acerca do centenário de Tavares Bastos: 'ainda que outras homenagens não se prestem, essa comemoração está virtualmente realizada com o livro de Carlos Pontes'. Este teria, segundo Costa Rego, revelado no pensador alagoano 'um monumento de crítica política no centro, bem no centro de uma época longínqua e contudo não esquecida'¹⁴⁵.

O ideal patriótico que marca o fazer biográfico na década de 1930-40 pode ser encontrado nas palavras do próprio biografado, realizando uma justificativa autorizada da empresa. É assim que José Gabriel de Lemos Brito imprime às epígrafes de seu livro o seguinte texto

Não aspira a outra glória o cidadão benemérito que a sobrevivência na memória da posteridade; e nós seríamos muito pouco patriotas se deixássemos fenecer no pó do esquecimento os nomes daqueles nossos patrícios e concidadãos, que, pelo desempenho de seus deveres, se têm feito credores da nossa consideração e estima¹⁴⁶.

Essa passagem foi publicada por Frei Caneca em seu jornal *Typhis Pernambucano* e permite vislumbrar, na história do Brasil, uma tradição desse patriotismo que opera no sentido da rememoração coletiva dos feitos significativos. Daquele sentido da comemoração que 'significa, então, reviver de forma coletiva a memória de um acontecimento considerado como ato fundador, a sacralização dos grandes valores e ideais comuns de uma comunidade, constituindo seu objetivo principal'¹⁴⁷. Revivência que, quando operada pelo fazer biográfico, traria consigo um duplo movimento impresso àquela formação da memória coletiva, pois a biografia, e esta seria sua maior 'vantagem':

faz descer dos monumentos da tradição alguns gênios falsos e negativos ou arranca do quase anonimato gênios a quem o destino ou a incompreensão sepultou no esquecimento¹⁴⁸.

O fazer biográfico operaria, portanto, de uma maneira dinâmica na conformação das tradições, revelando as discontinuidades inerentes àquele processo rememorativo. A figura de Frei Caneca, segundo se biógrafo Lemos Brito, deveria fazer com que os jornalistas brasileiros se sentissem 'orgulhosos deste grande varão de nossa estirpe'¹⁴⁹.

No horizonte da questão nacional preocupada em conhecer o Brasil e produzir uma intelectualidade brasileira que se expresse e reflita a partir dos temas nacionais, a biografia de

144 S/A. *Jornal do Comércio*. Livros Novos - Carlos Pontes - Tavares Bastos – Brasileira Bibl. Ped. Brasileira – Companhia Editora Nacional – São Paulo – 1939. 19/2/1939

145 REGO, Costa. Centenário a comemorar. *Correio da Manhã*. 5/02/1939.

146 CANECA, Frei Joaquim do Divino Amor e. APUD: BRITO, José Gabriel de Lemos. *A gloriosa sotaina do Império: Frei Caneca*. São Paulo: CEN, 1937. 7.

147 SILVA, Helenice Rodrigues da. Entre Memória e História em Paul Ricouer. In: *Grandes nomes da história intelectual*. São Paulo: Contexto, 2003. 434.

148 LOUREIRO, Pizarro. Tavares Bastos. *Gazeta de Notícias*. 19/03/1939.

149 BRITO, José Gabriel de Lemos. *A gloriosa sotaina do Império: Frei Caneca*. São Paulo: CEN, 1937. 70

Raimundo de Farias Brito, escrita por Jonathas Serrano, é apresentada como a obra que traz ‘o nome daquele que é considerado por excelência o filósofo brasileiro’. Tal caracterização, atribuída a um pensador brasileiro, ressaltaria na obra deste ‘uma sinceridade, uma simplicidade e ao mesmo tempo uma finura de análise que a extremam de qualquer outra na produção nacional’. A simplificação da linguagem, tema constante em diversas orientações que visam à aproximação da produção intelectual àquilo que seria o ‘nacional’, também operaria no processo de ‘nacionalização’ do pensamento filosófico. Este e outros aspectos eram ressaltados em uma obra que constitui ‘um monumento inegável de cultura e beleza moral’. Também a vida do biografado deveria ser considerada dessa forma e, a Farias Brito, por ser ‘uma das figuras de maior beleza moral’, estaria garantido o ingresso ‘na galeria dos nossos Grandes Mortos’. Serrano lamenta que a ‘Academia’ [Brasileira de Letras] ‘não o quis em seu grêmio’, porém, o biógrafo lembra que ‘há vários caminhos para a Imortalidade, sem escalas obrigatórias’ e a biografia poderia ser um desses ‘caminhos’¹⁵⁰.

A obra de Antônio Gontijo de Carvalho refere-se ao seu biografado, João Pandiá Calógeras, como ‘um dos maiores estadistas e das mais altas culturas do Brasil contemporâneo’. Trata-se de um livro sobre o ‘grande estadista brasileiro’¹⁵¹, que falecera em 1934, um ano antes da publicação. Esta viera a público, segundo Odécio Camargo, a fim de prestar ‘inestimável serviço às letras pátrias e à história moral’, pois a meditação de Calógeras representaria, para as ‘gerações mais novas’, ‘um estímulo, um amparo, uma pedra a mais para consolidar a fortaleza de seus princípios’. Por reunir tais características, a biografia de Calógeras seria ‘não só merecedora de aplausos, mas utilíssima e digna da mais ampla divulgação’¹⁵².

Mesmo em autores reconhecidos como historiadores mais isentos, é possível perceber aquele horizonte monumental presente no fazer biográfico na década de 1930-40 no Brasil. De fato, Otávio Tarquínio de Souza, apesar de suas pretensões objetivas, procura destacar em seu biografado que ‘em Evaristo nunca houve indiferença, nunca houve conformismo’ que ele ‘queria servir aos seus semelhantes, servir à sua terra, concorrer para conduzi-la a bom caminho’. Analisando a trajetória de Evaristo da Veiga nos embates políticos da história imperial brasileira, Tarquínio de Sousa não deixa de caracterizar como positiva e justa a posição de seu biografado como ‘guia supremo da política brasileira’. Neste sentido, Tarquínio de Sousa considera que a biografia iria ‘fazer justiça’ ao nome de Evaristo, revelando um dos ‘nomes com maior repercussão em nossa história’. Assim, o livro sobre Evaristo da Veiga seria um monumento à moderação que

150 SERRANO, Jonathas. *Farias Brito – O homem e a obra*. São Paulo: CEN, 1940. 2; 110; 87-88; 9.

151 CARVALHO, Antonio Gontijo de. *Calógeras*. São Paulo: 1935. 195; 112

152 CAMARGO, Odécio. Prefácio. In: CARVALHO, Antonio Gontijo de. *Calógeras*. São Paulo: 1935. 15; 17.

combatera as exagerações de qualquer gênero, desaprovava os excessos e a violência, alentava o homem industrioso nas suas fadigas e trabalho, repelira as sugestões de um patriotismo feroz, procurava aniquilar as fantasias da nobreza e da conquista.

Para Tarquínio de Sousa, a ‘melhor defesa de Evaristo’ residira na ‘constante moderação de sua conduta’ que é avaliada pelo biógrafo como uma ‘imensa contribuição para que no Brasil triunfasse um regime de maior liberdade compatível com a ordem’¹⁵³.

Afonso Schmidt, poeta e romancista paulista, ao apresentar seu biografado, o poeta Paulo Eiró, diz sobre esse, tratar-se de ‘uma das figuras mais luminosas e também mais inquietas de São Paulo’, mas que, ‘para o novelista, a vida do ilustre santamarense apresenta interesse tão vivo como o de sua obra literária. Ela nos transporta a São Paulo de 1830 a 1860’. Apesar de não se buscar aí a constituição de um exemplo nacional de civismo, nem de se erigir um monumento de orientações políticas, éticas ou morais; mas, no interior daquela São Paulo, descrever a biografia de ‘um poeta que amou; mais do que isso, de um poeta que enlouqueceu de amar’. Não obstante, é possível perceber como esta biografia, escrita nos moldes daquela perspectiva ‘moderna’ ou ‘romanceada’, também poderia enquadrar-se no interior de um horizonte monumental. Este estaria expresso na elevação do nome do poeta a um lugar de destaque na história das letras pátrias, especificamente paulistas, em meio às quais o nome de Paulo Eiró deveria ocupar posição melhor do que a que desfrutara até então. Deveria sair do esquecimento para tornar-se o ‘poeta primeiro paulista’¹⁵⁴. A biografia do poeta Paulo Eiró é uma fissura dentre a questão geral que rege a perspectiva historiográfica mobilizada pelo fazer biográfico, é um arroubo literário complexificando o gênero e as análises que irão se seguir. Esta obra expressa uma diferença de olhar acerca da historiografia, do papel da biografia, do método biográfico, do aspecto ‘científico’ da *Coleção Brasileira* e da relação obra/Coleção que tentaremos destacar nos capítulos seguintes.

Assim, nestas sete obras é possível verificar o fazer biográfico associado a uma espécie de interesse coletivo que deve reconhecer nestas figuras marcos exemplares da nacionalidade. O horizonte monumental característico das biografias parece ressoar a própria forma como a intelectualidade daquele período se relacionava com o passado. Forma essa que aparenta esperar algo do passado, que conforma uma expectativa para com o passado. De forma mais clara, Tristão de Athayde fazia a defesa de uma história *mestra da vida*, pois, recordando Tito Lívio, ‘o que há de mais salutar e proveitoso no estudo do passado são os exemplos e as lições que ele nos dá’¹⁵⁵. Aprofundando essa perspectiva, ao mesmo tempo em que a associa diretamente ao fazer biográfico,

153 SOUSA, Octávio Tarquínio de. *Evaristo da Veiga*. São Paulo: CEN, 1939. 60; 62; 230; 289; 294.

154 SCHMIDT, Afonso. *A vida de Paulo Eiró* São Paulo: CEN, 1940. 9; 11.

155 ATHAYDE, Tristão de. O Solitário. *O Jornal*. 2/02/1939.

Sylvio Ella considerava que

Esses homens, os santos da Igreja, os heróis nacionais, os mártires da incompreensão, foram os que incorporaram as idéias e fizeram-nas viver no meio social. A eles é que se erguem os monumentos e se fazem homenagens. O seu exemplo, a sua vida é que servem de modelo aos jovens em formação. Quanto mais grandes homens tem uma Pátria, maior a sua glória e o seu poder. A história, portanto, devia ser escrita em função deles, vendo a maneira pela qual realizaram as idéias de que foram portadores e a difundiram na sociedade. (...) para que a História fosse de fato a mestra da vida de que escarnecem os filiados à nova escola¹⁵⁶.

Lúcia Miguel Pereira considerava que a biografia poderia operar uma ‘ressurreição’, na qual a figura biografada ‘viverá entre os brasileiros’. O biográfico, segundo a autora, neste processo de fazer ‘ressurgir do túmulo’, provaria o ‘quanto é injusta e ridícula a nossa indiferença pelos homens do passado’¹⁵⁷.

A existência de um ‘horizonte monumental’ associado ao fazer biográfico na década de 1930 pode ser sobreposta à emancipação de uma relação ‘patrimonial’ com o passado, na qual Mário de Andrade foi nome de destaque. De fato, o intelectual paulista soube sintetizar a aproximação entre os ‘projetos de brasilidade idealizados pelos modernistas’ associados à construção de uma ‘memória nacional’ viabilizada por uma política de patrimônio que representasse a ‘cultura brasileira’. Neste sentido, verifica-se a operacionalidade do passado, pois é ‘a memória e a tradição’ que seriam ‘fundadoras de uma arte nacional’. Assim, ao identificar o ‘moderno’ com o ‘nacional’ e este com o patrimônio histórico, a função do passado na constituição da identidade nacional, de uma ‘cultura nacional’, torna-se primordial. Se, por um lado, no Decreto-Lei 25/37, que orientava as disposições que se seguiriam acerca do patrimônio histórico, é notável a ‘hegemonia dos arquitetos’, afinal encontra-se

nos bens arquitetônicos selecionados, a materialidade da nação procurada, assim tombaram-se igrejas barrocas, fortins, palácios e casas-grandes.

Por outro lado, para além da ‘sacralização da memória em pedra e cal’, havia uma preocupação em Mário de Andrade acerca da articulação do Patrimônio Cultural com ‘outras referências culturais para além das restritas categorias tradicionais de arte’.

Estas ‘outras referências’ diriam respeito às ‘manifestações intangíveis’ da cultura brasileira como o ‘saber-fazer, cantos, danças, lendas, superstições, culinária, medicina popular, etc.’. Trata-se daquilo que se consolidou como ‘patrimônio imaterial’. A perspectiva patrimonial,

156 ELLA, Sylvio. A humanização da história. *Boletim de Ariel – Mensário crítico-bibliográfico – Letras, Artes, Ciências*. Rio de Janeiro. Ano VI. N° 7. Abril de 1937. 216.

157 PEREIRA, Lúcia Miguel. Uma Biografia. *Boletim de Ariel – Mensário crítico-bibliográfico – Letras, Artes, Ciências*. Rio de Janeiro. Ano VI, n° 10, julho de 1937. 298.

desenvolvida por Mário de Andrade, era fruto de uma ‘obsessiva tarefa de conhecer e entender a realidade brasileira’ que, por sua vez, revelava a ‘importância das tradições como mediadoras da questão nacional’¹⁵⁸. O horizonte monumental presente na produção biográfica não deixa de considerar a importância de os intelectuais brasileiros voltarem seus olhos para personagens formadores da nacionalidade brasileira. Se o ‘inventário dos sentidos’, desenvolvido por Mário de Andrade, via no patrimônio cultural brasileiro a matriz para a produção das diversas artes nacionais, o fazer biográfico reivindicava naqueles personagens biografados um lugar de orientação para a interpretação da própria identidade brasileira. Dessa forma, assim como se desenvolve a modalidade de ‘patrimônio cultural intangível’, acreditamos ser possível classificar a produção biográfica, orientada por um horizonte monumental, como esforço de constituição da patrimonialização da ‘cultura política’ brasileira. Esta também seria de caráter imaterial ao procurar monumentalizar figuras associadas a princípios e valores identificados como constituintes da nacionalidade brasileira. Esta relação entre presente/passado fundadora de uma expectativa pode ser apontada nos historiadores brasileiros do início do séc. XX como Capistrano de Abreu, Rocha Pombo, Oliveira Lima e João Ribeiro. Estes historiadores teriam produzido uma espécie de ‘memória patrimônio’ que teria sido ‘responsável pela transformação patrimonial da identidade nacional’. Neste sentido, tratar-se-ia da produção de um patrimônio que

*é oferecido à lembrança enquanto um bem comum, uma herança coletiva. Esse esforço de transformação de uma memória patrimonial visa não apenas reforçar o sentimento de pertencimento à nação, mas, sobretudo, fixar as singularidades*¹⁵⁹.

Percebemos, assim, nas linhas e trechos citados, aquilo que nos permite visualizar um ‘solo comum patriótico’, no qual caminha o fazer biográfico na década de 1930, especificamente as obras publicadas na *Coleção Brasileira*. O horizonte é o da biografia como monumento, símbolo de patriotismo e exemplo de conduta cívica. Daí as obras procurarem um valor coletivo aos seus biografados, no sentido de configurarem na memória coletiva como monumentos nacionais. É preciso acrescentar àquelas expectativas vividas por Monteiro Lobato e outros, acerca do livro, esta que se refere ao aspecto monumental das obras biográficas. O livro, especificamente a obra biográfica, surge como monumento, meio de eternizar e consolidar determinadas figuras associadas a aspectos fundamentais da nacionalidade.

Em sentido similar, ao analisar a Biblioteca dos Autores Espanhóis, Jean-François Botrel

158 NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. *Por um Inventário dos Sentidos – Mário de Andrade e a concepção de Patrimônio e Inventário*. São Paulo: FAPESP, 2005. 25; 26; 27; 29; 35; 64; 65.

159 DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *Rebeldes e literário da República: história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914)*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005. 229.

percebe que havia ‘uma parte dos espanhóis’ que, ‘depois da paz civil encontrada em 1839’, se preocupou em ‘inventar e construir uma nação, animados por um desejo de recuperação e de grandeza’. A BAE, editada entre 1846 e 1878, deveria traduzir esta intenção mediante a ‘construção de uma mitologia e de símbolos nacionais’. Botrel aponta para o fato de a Biblioteca ter sido ‘resultado de uma empresa particular – e não de instituições oficiais’ que se propunha a ‘ler e admirar, tudo ao mesmo tempo’. Constituindo uma ‘singular empresa na medida entre o patriotismo e o lucro mercantil’, a BAE tinha a ‘Espanha no centro de seu projeto’ e manifestou a ‘vontade, sem dúvida original, de celebração permanente e viva por sua difusão das letras e glórias espanholas’. Botrel caracteriza a Biblioteca de Autores Espanhóis como uma ‘arquitetura editorial’ que seria

pela sua coerência, homogeneidade e seu caráter unitário (...), uma verdadeira coleção, particularmente monumental: 70 tomos de grande formato in-4 (26x18cm) que ocupam aproximadamente três metros de prateleiras, o efeito de encadernação acentuando ainda esta impressão.

O autor emprega, então, a expressão ‘monumentos de tinta e papel’ às obras que constituem à BAE. Livros-monumentos constituintes, portanto, de um projeto editorial nacionalista que visou a ‘afirmação de uma verdadeira identidade nacional/espanhola em relação/contra as outras nações’. Preocupada com a ‘idéia de eternizar e propagar as glórias nacionais’, a Biblioteca de Autores Espanhóis buscou reapropriar-se do ‘gênio espanhol’. Botrel avalia que

Para se tornar ‘nacional’, faltou a esse monumento de tinta e papel sua apropriação pela aquisição ou o uso da parte de cidadãos-leitores e, bem que por vezes injustamente desacreditado, depois de ter feito ofício por muito tempo de coleções de referência, a BAE pode hoje ser considerada como um lugar da memória, porque ela fala à sua maneira, incluindo o seu relativo fracasso na época, das dificuldades encontradas pela nação espanhola para se inventar e se construir.

Tomamos emprestado, portanto, a Jean-François Botrel a expressão ‘monumento de tinta e papel’ para caracterizarmos a produção biográfica da *Coleção Brasileira*. Acreditamos que as passagens destacadas acima corroboram com essa qualificação. É possível vislumbrar, ainda, outras características que são comuns aos dois empreendimentos editoriais: o aspecto nacionalista, o esforço em se perguntar pela origem nacional, os personagens que deveriam compor um gênio nacional, a nacionalidade como um problema à constituição de um povo. Tudo isto associado a um esforço editorial grandioso de natureza particular ou privada que, não obstante, contou com o Estado para ser bem sucedido. No caso da BAE, as ‘instituições governamentais compravam

grande quantidade de livros’¹⁶⁰. A expectativa em torno do livro, reforçada por sua alta qualidade de edição, como ferramenta de emancipação nacional é comum a ambas as coleções.

Esclarecemos, porém, que a caracterização de ‘mitológica’ à produção biográfica da *Coleção Brasileira* seria totalmente inadequada. Trata-se, como pontuamos, de um fazer intelectual associado à constituição de um saber, cujos debates epistemológicos se fazem presentes, e que, por sua vez, legitima a monumentalização de um passado determinado. Não se pode, ainda, deixar de se refletir sobre um relativo ‘fracasso’ do empreendimento brasileiro naquilo que toca a sua ‘apropriação pela aquisição ou o uso da parte de cidadãos-leitores’. Esta, porém, não é questão que nos orienta neste trabalho. Interessa-nos ver como os intelectuais brasileiros retomaram algumas figuras do passado nacional a partir de uma perspectiva historiográfica que, ao mesmo tempo, guardava consigo um horizonte monumental. Aí percebemos um lugar privilegiado para a compreensão de como o passado poderia ser mobilizado segundo as expectativas de um presente preocupado com conformação de uma identidade nacional. Estes ‘monumentos de tinta e papel’ eram erigidos em nome de quais tradições ou de qual ‘gênio brasileiro’?

160 BOTREL, Jean-François. A Biblioteca de Autores Espanhóis (1846-1878) ou a Difícil construção de um panteão das letras espanholas. In: DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves (ORG). *Política, Nação e Edição – O lugar dos impressos na construção da vida política*. São Paulo: Annablume, 2006. 50; 51; 66.

Capítulo 2:

O Fazer Biográfico

*'em sistemas que foram refutados só nos pode
interessar a personalidade, uma vez que é a
única realidade eternamente irrefutável'*

NIETZSCHE, Friedrich.

A Filosofia na Idade Trágica dos Gregos.

Se a questão nacional, do interesse patriótico e do conhecimento da realidade brasileira é o solo comum destas obras, a maneira de abordar a questão e de produzir o saber biográfico é distinta entre elas. Observando os aspectos teórico-metodológicos mobilizados pelos autores, percebemos que o fazer biográfico dos anos 1930 trazia consigo um debate e que, às vezes, relacionava-se de maneira crítica em relação à historiografia instituída, tanto no que diz respeito à metodologia e a epistemologia do conhecimento histórico, quanto ao conteúdo deste mesmo saber. Neste capítulo, pretendo apresentar as obras biográficas expondo, em cada uma, o modo como construíram uma narrativa específica acerca de uma trajetória, apontando as fontes, a metodologia, a relação com a historiografia existente à época e as perspectivas epistemológicas mobilizadas pelos biógrafos. O leitor poderá conhecer alguns traços do percurso dos personagens Silva Jardim, Calógeras, Farias Brito, Frei Caneca, Evaristo da Veiga, Tavares Bastos e Paulo Eiró. Procuramos, assim, atender às observações de Jurandir Malerba dirigidas aos historiadores da historiografia. O autor aponta, por exemplo, que um ‘problema comum’

à maioria dos analistas historiográficos brasileiros, é o de não trabalhar diretamente com os autores e suas obras, mas com ‘textos selecionados’ de autores ‘reconhecidos’, leitores e comentadores daqueles que ela quer analisar – tanto da época como posteriores¹⁶¹.

Assim, tendo em vista estas observações, através daqueles personagens pretendemos compor uma

161 MALERBA, Jurandir. Em busca de um conceito de historiografia – Elementos para uma discussão. In: *Vária História*, n 27, Belo Horizonte 2001. 32.

visão sobre como a história de dois grandes períodos brasileiros poderia ser contado pelas biografias: a República e o Império. Quanto ao primeiro, note-se que a biografia era um meio específico para abordá-lo, visto que a historiografia da época, em regra, não tratava do ‘passado recente’

De modo geral, o fazer biográfico procura fugir do literário e relativo. Nas obras trabalhadas aparece a crítica a ‘uma época em que se procura romancear a história para torná-la menos árida ao leitor comum, apressado e superficial (...) bom negócio, às vezes, de editores. O leitor come gato por lebre, e pede mais’¹⁶². Crítica direta àquela biografia moderna ou romanceada que revela o embate em torno do fazer biográfico que opunha ‘historiógrafos’ e literatos em geral. Neste sentido, apesar de os autores depararem-se com as lacunas documentais, não se abre mão da verdade no relato produzido e daí sua proximidade com a historiografia. Não se trata, porém, de uma postura historiográfica restrita à positividade dos documentos e à oficialidade da fonte; mas do fato de os autores trabalhados serem daquela ‘geração’ ‘posterior à Capistrano’¹⁶³ que conciliava

*uma perspectiva mais metodológica – de investigação crítica documental – marcada pelo positivismo e sua concepção de ‘verdade’ – e, uma perspectiva mais teórica – o que se está chamando de ‘interpretação’ -, que, a nosso ver, estaria justamente se afastando e recusando um determinismo evolucionista, seja ele de Buckle, Comte, Spencer ou outro autor influente no período*¹⁶⁴.

De forma mais precisa, é importante notar que historiadores como Capistrano de Abreu e Oliveira Lima procurariam certa ‘combinação entre arte e ciência’, de modo a despontar um ‘método poético-científico’ que buscava

*Não só a reconstrução do vivido na sua singularidade, mas uma empatia compreensiva com o mesmo. A ciência aqui pode ser lida como o método, a arte, a intuição, a sensibilidade e também o talento narrativo. Daí a importância do historiador possuir as qualidades e a sensibilidade do escritor*¹⁶⁵.

Tal conciliação e/ou relação entre escritor e historiador, porém, conforme os debates já apontados, não era e talvez nunca chegou a ser desprovida de impasses. Abordar a historiografia das primeiras décadas do séc. XX no Brasil é ter em mente esta relação crítica entre historiografia e literatura. É segundo esta perspectiva que une erudição e método que Capistrano torna-se ‘o primeiro

162 SERRANO, Jonathas. *Farias Brito – O homem e a obra*. São Paulo: CEN, 1940. 6.

163 Angela de Castro Gomes demonstra como a história da história produzida na década de 1940 ‘divida’ a historiografia brasileira em ‘dois tempos’: ‘antes e depois de Capistrano’. Cf. GOMES, Angela de Castro. *História e Historiadores*. Rio de Janeiro: FGV, 1999. 90.

164 GOMES, Ângela de Castro. *História e Historiadores*. Rio de Janeiro: FGV, 1999. 95.

165 DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *Rebeldes e literário da República: história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914)*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005. 218.

historiador brasileiro no sentido moderno do termo'¹⁶⁶.

O fazer biográfico compartilhava dessas problematizações típicas da escrita historiográfica. Jonathas Serrano, que afirma ter pretendido 'traçar, esboçar ao menos, uma biografia completa e honesta', sai do Rio de Janeiro e vai até ao Ceará, estado natal do 'maior filósofo do Brasil', pois o seu propósito não era tratar apenas das idéias filosóficas de Farias Brito. Serrano utiliza-se tanto de documentos escritos quanto de 'depoimentos pessoais preciosos, e que já daqui a pouco não se lograria mais obter'. E reconhece que 'a memória dos contemporâneos é tão precária! Cartas se rasgam, papéis que se atiram, sem pensar, ao fogo devorador. Farias Brito morreu apenas há vinte e dois anos e já se realizaram várias destas hipóteses'¹⁶⁷. Portanto, apesar da vontade de completude, as lacunas fazem-se patentes na reconstituição narrativa historiográfica da vida e do contexto de uma biografia.

Na obra de Dornas Filho, a biografia de Silva Jardim seria esclarecedora do período de 1880-1889 que, segundo o autor, 'é dos mais interessantes e agitados que o Brasil tem vivido, mas, nem por isso é dos mais estudados e debatidos, como seria de desejar'¹⁶⁸. Dessa forma, o fazer biográfico assume uma 'função historiográfica' que é a de esclarecer períodos pouco estudados pela historiografia geral¹⁶⁹. Tal função é enunciada na obra de Antônio Gontijo de Carvalho por seu prefaciador Odécio Camargo. Este afirma que:

os artigos de Gontijo de Carvalho, hora reunidos em livro, trazem novo contingente para a história republicana do Brasil, da qual os historiógrafos se afastam, com pavor tabu, sob pretexto de ser muito recente, - fraca razão quando vemos estudadas minuciosamente em copiosa e universal bibliografia, a conflagração européia de 1914 e a Revolução Russa¹⁷⁰.

Percebe-se que o fazer biográfico era um meio para se tratar da história recente, esclarecendo aspectos do período republicano no Brasil. As biografias dos homens do fim do século XIX e início do XX como Silva Jardim, Calógeras e Farias Brito terão como característica esta peculiaridade de tratarem da história recente. As sínteses gerais da historiografia brasileira que existiam até então não tratavam ainda do período republicano de forma aprofundada. A obra de

166 FRANZINI, Fábio. *À Sombra das Palmeiras – A Coleção Documentos Brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936-1959)*. Tese Doutorado. São Paul: USP, 2006. 34.

167 SERRANO, Jonathas. *Farias Brito – O homem e a obra*. São Paulo: CEN, 1940. 7.

168 DORNAS FILHO, João. *Silva Jardim*. São Paulo: 1936. 15

169 Um dos destaques da crítica que José Roberto do Amaral Lapa à historiografia deste período seria, justamente, de ela não tratar do 'estudo do período republicano e portanto da idade contemporânea'. Este tipo de estudo teria iniciado apenas 'após a década de 1960'. Percebe-se que a biografia poderia realizar tal trabalho e, como veremos, sem o pretenso 'receio' que, segundo o crítico, era produto das 'pressões e paixões de agentes ou grupos, ainda participantes do processo histórico'. CF. LAPA, José Roberto do Amaral. *Historiografia Brasileira Contemporânea – A história em questão*. Petrópolis: Vozes, 1981. 39-40.

170 CAMARGO, Odécio. APUD: CARVALHO, Antônio Gontijo de. *Calógeras*. São Paulo: 1935. 12-13.

Pedro Calmon, *História da Civilização Brasileira* (1933), talvez por seu caráter aristocrático e regalista, por exemplo, ‘entrou no período republicano apenas porque a esperava aquela data-símbolo do Brasil dos imperadores’ quando, em 1922, foram repatriados os restos mortais de D Pedro II¹⁷¹. A edição de 1954 da obra de João Ribeiro *História do Brasil – Curso Superior* [1ª Edição 1900], aumentada e completada por Joaquim Ribeiro, dizia ser ‘muito cedo ainda para escrever a história recente do período republicano, tão agitado pelas questões políticas e militares (...)’¹⁷². As biografias poderiam cumprir este papel de produzir sínteses acerca do então recente período republicano. Demonstração deste aspecto do fazer biográfico é o ‘Roteiro Bibliográfico da República’ feito por Sílvio Peixoto publicado na revista *Cultura Política* durante os anos 1943-44. Destinado ao levantamento de bibliografia referente ao período republicano no Brasil, o Roteiro contava, em sua maioria, de estudos biográficos¹⁷³.

No decorrer deste capítulo, iremos reproduzir algumas imagens presentes nas obras trabalhadas. Acerca da ilustração no livro brasileiro, J L Costa Neves lamentava o fato de ‘a incipiente indústria do livro no Brasil’ não ter proporcionado ‘grandes ensejos’ aos ilustradores para demonstrarem ‘tudo de que são capazes’. Segundo o autor, além dos livros didáticos e científicos, o recurso à ilustração seria ‘exigido’ por ‘certos gêneros’ como ‘o conto (...) o romance de costumes ou o romance histórico’. Para Costa Neves, a partir da ilustração ‘fixa-se melhor a imagem evocada guardam-se mais nitidamente os detalhes descritos, se o autor tem a ajudá-lo a habilidade de um ilustrador de mérito’¹⁷⁴. Assim, a ilustração teria um papel catalisador na produção dos sentidos pretendidos pelo autor para serem apropriados pelo leitor. Apesar de, dentre as obras trabalhadas, apenas a biografia do poeta paulista Paulo Eiró, escrita por Afonso Schmidt, trazer em suas páginas ilustrações produzidas pelo bico de pena de um profissional: José Watsh Rodrigues; a relação entre imagem e texto está presente na produção biográfica analisada por nós, mediante a reprodução de fotos e gravuras que enriqueceriam os textos aproximando o leitor das figuras biografadas.

História da República nas Biografias

João Dornas Filho: Silva Jardim e as Tramas da República

171 REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil 2: de Calmon a Bomfim. A favor do Brasil: direita ou esquerda?* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 85.

172 RIBEIRO, João. *História do Brasil – Curso Superior*. 15 edição revista e completada por Joaquim Ribeiro. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1954. 413.

173 GOMES, Angela de Castro. *História e Historiadores*. Rio de Janeiro: FGV, 1999. 150.

174 COSTA NEVES, J L. A Ilustração no livro brasileiro. In: *Anuário Brasileiro de Literatura – Letras, Artes, ciências*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editora, 1937. 81-82.

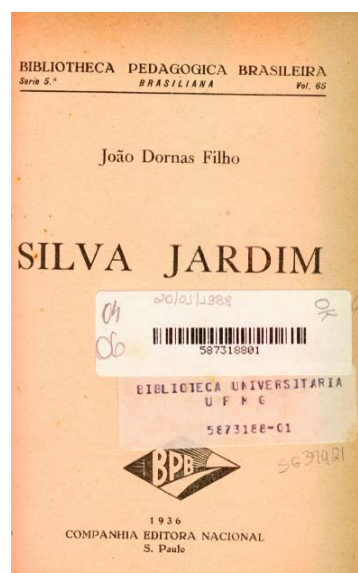
A trajetória de Silva Jardim, tal como recuperada na biografia escrita por João Dornas Filho, é associada aos movimentos republicanos anteriores à proclamação da República. As principais fontes utilizadas pelo autor foram as *Memórias e Viagens – Campanha de um propagandista* (1887-1889) - escritas pelo próprio Silva Jardim e publicadas em Lisboa pela Typographia Cia Nacional; e *Silva Jardim: Apontamentos para a biografia do ilustre propagandista* (1895), de José Leão, publicada pela Imprensa Oficial do Rio de Janeiro. Nesta última obra, encontram-se publicadas as cartas de Silva Jardim, assim como depoimentos de seus contemporâneos e algumas análises acerca da proclamação da República feitas por Leão e retomadas por Dornas Filho. Fontes como memórias e cartas do biografado fazem com que a história ressalte os aspectos mais íntimos de Silva Jardim, deixando, muitas vezes, em segundo plano os fatores históricos e contextuais que influenciariam na trajetória do biografado.

Silva Jardim teria, segundo seu biógrafo, desde sua infância a ‘personalidade já claramente traçada’. Esta caracterização dos biografados é típica daquela *ilusão biográfica* apontada por Pierre Bourdieu na qual

a “vida” constitui um todo, um conjunto coerente e orientado, que pode e deve ser apreendido como expressão unitária de uma ‘intenção’ subjetiva e objetiva (...) implicada nos ‘desde então’, ‘já’, ‘desde sua juventude’, etc., das biografias (...) e das ‘histórias de vida’¹⁷⁵.

Esta ilusão biográfica está presente, em maior ou menor grau, em quase todas as biografias aqui reunidas. Ao mesmo tempo, ao situar a formação do caráter na infância dos biografados, os autores não deixam de ressaltar a importância de uma boa educação, como a de Silva Jardim, cujo pai, agricultor e dono de uma escola primária, esforçou-se para pagar-lhe os estudos fazendo com que seu filho tivesse uma formação de qualidade, tendo aprendido o latim, o português e o francês¹⁷⁶, que mais tarde lhe possibilitou o ingresso no curso jurídico superior em São Paulo. É destacada, porém, a trajetória de vida que remete à fase adulta, quando os biografados adentram a cena pública e nesta travam suas batalhas e deixam suas marcas.

No caso de Silva Jardim, seu percurso biográfico na fase adulta remonta à São Paulo da época em que esta era ‘uma terra pequena onde qualquer pessoa faz barulho’. A narrativa biográfica procura retratar a vivência na Academia de Ciências Jurídicas e Sociais de São Paulo, a importância



175 BOURDIEU, Pierre. L'ilusion biographique. *Actes de la recherche en sciences sociales*. Anné 1986. Vol 62. N°1. 69

176 DORNAS FILHO, João. *Silva Jardim*. São Paulo: CEN, 1936. 27

do Centro Positivista, assim como, do meio político com o qual Silva Jardim se relacionou quando redator da *Tribuna Liberal*. A biografia retoma as relações de Silva Jardim com os federalistas positivistas gaúchos¹⁷⁷ Assis Brasil, Júlio de Castilhos, Homero Batista, Pereira da Costa, com o escritor e jornalista fluminense Vicente Magalhães e com os mineiros ‘sisudos e operosos’ que tinham a frente o filho do Visconde de Ouro preto, Afonso Celso. Silva Jardim tinha laços de sociabilidade com os ‘liberais exaltados’ Inglês de Souza e Martim Francisco e, dentre esta gama de orientações que variavam do monarquismo ao positivismo, o publicista optou pela última firmando seus ideais republicanos e entrou para o Centro Positivista de São Paulo¹⁷⁸.

Foi quando a Câmara de São Borja pedia que ‘fosse consultado o país sobre a oportunidade de se pronunciar desde logo relativamente à destituição da monarquia pela morte de Pedro II, visto a herdeira do trono ser uma princesa fanática, casada com um príncipe estrangeiro’ que Silva Jardim desponta como publicista do republicanismo. O biografado começou então uma série de conferências, primeiro em Santos, onde trabalhava e, depois, por várias cidades do país. Neste momento, o biógrafo ressalta a importância dos *meetings* para a propaganda republicana. Encontros nos quais Silva Jardim palestrava, de tal modo que, ‘em cada cidade que visitava, deixava o grão da revolta levedando o ambiente já saturado’¹⁷⁹.

Ao passar por Minas Gerais, Silva Jardim teria encontrado com os médicos que, por aí, eram ‘os mais decididos combatentes, ao contrário dos bacharéis que aguardavam prudentemente os acontecimentos’. O autor ressalta que havia uma opinião pública em ‘lua de mel’ com o imperador devido à Abolição. E é ao sentimento monarquista que se devem os ‘incidentes’ sofridos por Silva Jardim em sua caminhada. Na cidade de Angustura, foi ‘atirado por um negro, que errou o alvo ao ouvir esta sua intimação: Atire! Mate! Para mim a morte é um acidente da vida!’. Em Além Paraíba, teriam atentado contra a sua vida e em São João del Rey atearam fogo à sua casa depois de ‘intimá-lo a sair da cidade’. Apesar do tom por vezes exaltado do narrador preocupado em afirmar o caráter heróico do biografado, a narrativa biográfica retoma as manifestações públicas que antecederam a proclamação da República que serão objeto de análise de uma historiografia posterior¹⁸⁰. Na cidade do Rio de Janeiro, Silva Jardim se alinha à imprensa republicana e escreve

177 Classificação de ALONSO, Angela. *Idéias em Movimento – A Geração de 1870 na Crise do Brasil Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. 346

178 DORNAS FILHO, João. *Silva Jardim*. São Paulo: 1936. 34-36.

179 DORNAS FILHO, João. *Silva Jardim*. São Paulo: 1936. 43; 47.

180 Ver: VIOTTI DA COSTA, Emília. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Grijalbo, 1986. HOLLANDA, Sérgio Buarque de. O Brasil Monárquico – do Império à República. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1972. CARVALHO, José Murilo. *Os Bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Cia das Letras, 1977; MELLO, Maria Teresa Chaves. *A República Consentida – Cultura Democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: FGV: Editora da Universidade Rural do Rio de Janeiro, 2007.

para ‘O País’, a ‘Gazeta de Notícias’, o ‘Mequetrefe’ e o ‘Grito do Povo’. Durante uma de suas conferências naquela cidade, ‘um grande rumor enchia a rua. Súbito, o ruído dos projéteis e dos tiros que lançavam contra o edifício denunciou a presença dos reacionários monárquicos’. Os conflitos vividos por Silva Jardim, segundo seu biógrafo Dornas Filho, revelariam que onde ‘nunca houve um brasileiro que morresse por um rei para seu país; muitos brasileiros, entretanto, têm derramado seu sangue para ver a República!’¹⁸¹.

Embarcando no mesmo navio que o Conde D’Eu, Silva Jardim teria ido ao norte propagar o republicanismo. As cenas de confronto se repetem na Bahia, onde o biografado ‘tomou facada dos mulatos’. Em Alagoas, foi recebido com festa tendo a província, segundo o biógrafo, ‘honrado o berço de Deodoro e Floriano’. E, apesar de um comício não realizado em Recife, pois o ‘caudilho contraditório’ José Mariano ‘estava disposto a dispersar a tiros os republicanos’, ‘estava ganha a partida no Norte’. A biografia de Silva Jardim procura narrar a propaganda republicana por ele empreendida no ano anterior à proclamação da República revelando os conflitos nos quais tomou parte e as sociabilidades da qual desfrutou. No momento da proclamação, que ‘não passou de um golpe de Estado’, Silva Jardim será afastado pelos ‘adesistas de última hora’. Neste momento, a biografia retoma as ‘tramas da proclamação’, principalmente a partir de depoimentos de Silva Jardim e Aníbal Falcão descritos na obra de José Leão. As tramas da proclamação teriam se iniciado ‘desde a volta do Imperador da Europa em 1888’ quando se ‘comentava no Rio a debilidade do Imperador’. Estando as províncias de São Paulo, Minas, Bahia e Pernambuco ‘cindidas e incendiadas pela palavra de Silva Jardim’, os republicanos preparavam o golpe para o dia 2 de dezembro, aniversário do imperador, e data na qual este iria abdicar¹⁸².

Seriam as ações e ‘desmandos’ de Ouro Preto que teriam feito com que a República se precipitasse, de modo que, ‘muitos republicanos só souberam da proclamação da República no dia 15 de novembro’. Benjamin Constant teria ‘jogado a cartada perigosa’ ao convencer o ‘indeciso’ Deodoro que o quartel-general seria atacado pela Guarda Negra, por ordem do gabinete, e que ambos seriam presos. Por outro lado, Quintino Bocayuva teria guardado ‘reservas’ quanto a Silva Jardim e, por isso, muitos republicanos, como Aníbal Falcão, souberam do movimento apenas na véspera. E, segundo Falcão, na noite de 11 de novembro ‘reunimo-nos vários republicanos e decidimos prestar-lhe apoio, [à B Constant] desde que se definisse acentuadamente republicano o objetivo da revolução’. O dia 14 ‘transcorreu cheio de boatos e apreensões’, às 11 da noite o chefe da polícia Basson de Miranda Osório comunica ao presidente do Conselho ‘ocorrências anormais nos quartéis’. O primeiro regimento da Infantaria e a segunda brigada já se haviam revoltado em

181 DORNAS FILHO, João. *Silva Jardim*. São Paulo: 1936. 57-58; 73; 75.

182 DORNAS FILHO, João. *Silva Jardim*. São Paulo: 1936. 89; 94; 100-101.

função do ‘boato, que os republicanos confirmavam, da prisão de Deodoro e Benjamin’. Segundo o autor, ‘as ruas ondulavam de povo’ enquanto D Pedro II estava ‘veraneando em Petrópolis’. Quando o ajudante-general Floriano Peixoto se nega a obedecer à ordem de Ouro Preto em dar combate às tropas que tinham Deodoro à frente ‘é o princípio do fim’¹⁸³.

Ouro Preto, então, comunica ao Imperador que ‘a tropa acaba de fraternizar com o marechal Deodoro, abrindo-lhe a porta do quartel’. Estava deposto o ministério, mas ‘a partida ainda perigava’. É aí que Benjamin Constant encontra-se com Aníbal Falcão na rua do Ouvidor e instiga-o a agitar o povo, pois ‘a República não está proclamada’. Aníbal Falcão, em suas memórias, afirma ter se sentido angustiado, pois a ‘intenção de Deodoro era apenas o golpe de Estado’, modificando o ministério. Quando Falcão e José do Patrocínio hasteiam a bandeira republicana, Deodoro ordena sua retirada e, segundo esta versão, após aprovada duas moções movidas por Falcão na Câmara Municipal, é o ‘sr José do Patrocínio, como vereador mais moço, a quem, na forma da Constituição (...) incumbia aclamar o novo soberano, tendo decaído D Pedro II, proclamou a República’¹⁸⁴. Nesta versão da proclamação da República, cabe a José do Patrocínio o ato político de instauração do novo regime. Porém, este ato seria puramente institucional devendo a ‘Sentença da História’ reconhecer os verdadeiros artífices da República no Brasil. Neste sentido, o biógrafo Dornas Filho concorda com a seguinte sentença de José Leão:

*Se o fundador de uma república é aquele que a proclama na praça pública, este com certeza não foi entre nós o finado Benjamin Constant; mas, se é o que, no nosso caso, primeiro ergue o grito de revolta entre uma certa classe de oprimidos, seja o povo ou exército, a excita e sai com ela para o campo da peleja, com muito mais razão não foi este o marechal Deodoro da Fonseca*¹⁸⁵.

A biografia de Silva Jardim, escrita por João Dornas Filho, ao prender-se à narrativa dos acontecimentos e dos personagens envolvidos na Proclamação da República produz uma historiografia singular acerca da história do Brasil republicano. Nesta perspectiva, as ações pessoais e de determinados grupos são determinantes dos eventos em uma narrativa carregada de juízos acerca do valor histórico dos acontecimentos, assim como sobre as posições e os lugares que cabem a cada um dos envolvidos. É importante notar que outros trabalhos que retomaram a figura de Silva Jardim não perderam o tom presente na obra de Dornas Filho, embora o tenham modificado em vários aspectos. O livro *Paixão e Morte de Silva Jardim*, escrito por Maurício Vinhas de Queiroz, logo após a Segunda Guerra Mundial, mas publicado apenas em 1967, dizia não se constituir como

183 DORNAS FILHO, João. *Silva Jardim*. São Paulo: 1936.102-103; 104.

184 DORNAS FILHO, João. *Silva Jardim*. São Paulo: 1936. 104-108.

185 LEÃO, José. APUD: DORNAS FILHO, João. *Silva Jardim*. São Paulo: 1936.109.

uma ‘biografia acadêmica’. Ao contrário, seria ‘obra apaixonada’ que poderia ajudar à ‘compreender melhor os conflitos políticos e sociais que vivíamos no pós-guerra’¹⁸⁶. O desapareço ao caráter ‘acadêmico’ revela na obra de Queiroz, que a qualifica como ensaio, uma preocupação epistemológica menos rígida que a de Dornas Filho. Ensaio sem notas e centrado mais em algumas idéias de Silva Jardim e menos na composição da trajetória do biografado em uma realidade histórica, o livro compartilha das linhas gerais traçadas na obra de Dornas Filho.

O interesse em se tomar a figura de Silva Jardim como mote para reflexão acerca das diretrizes da República brasileira, tampouco é estranho à obra de Dornas Filho. Queiroz, porém, acrescenta outros aspectos a serem destacados na figura de Silva Jardim, vislumbrando no biografado um ‘materialista, dialético, sem dúvida, precursor do socialismo científico no Brasil’¹⁸⁷. O livro *Perfil Político de Silva Jardim* escrito por Heitor Ferreira Lima e publicado pela *Coleção Brasileira* em 1987, aborda a trajetória de Jardim no interior de um contexto histórico que abarca a ‘decadência e o fim do Império’ e a ‘Implantação da República’¹⁸⁸. Dessa forma, o escopo proposto por Ferreira Lima procura abordar a biografia de Silva Jardim no interior de processos fundamentais à história política brasileira no fim do séc. XIX: a Guerra do Paraguai, o Manifesto do Partido Republicano de 1870, a Questão Religiosa, a Questão Militar, a Abolição, dentre outros. Não obstante, no que concerne a reconstituição dos acontecimentos próximos e nos quais Silva Jardim tomou parte, a narrativa de Ferreira Lima é concorde com a biografia escrita por João Dornas Filho, em 1936.

Escrito no momento de abertura política no país, o livro de Heitor Ferreira Lima traz, assim como os biógrafos Dornas Filho e Maurício Vinhas de Queiroz, a questão premente acerca da ‘idéia da República’. Ferreira Lima escrevendo na década de 1980 não deixa de tocar nos temas da liberdade, da miséria, da opressão e exploração em sua reconstituição da história republicana brasileira¹⁸⁹. É em torno desta mobilização crítica do passado, sempre ressonante quando o período histórico de Silva Jardim, a Proclamação da República, é tocado que pretendemos retomar a obra de Dornas Filho no terceiro capítulo.

Antônio Gontijo de Carvalho: Perfil de Calógeras

186 QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Paixão e Morte de Silva Jardim*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967. 1.

187 QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Paixão e Morte de Silva Jardim*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967. 21.

188 LIMA, Heitor Ferreira. *Perfil político de Silva Jardim*. São Paulo: CEN, 1987.

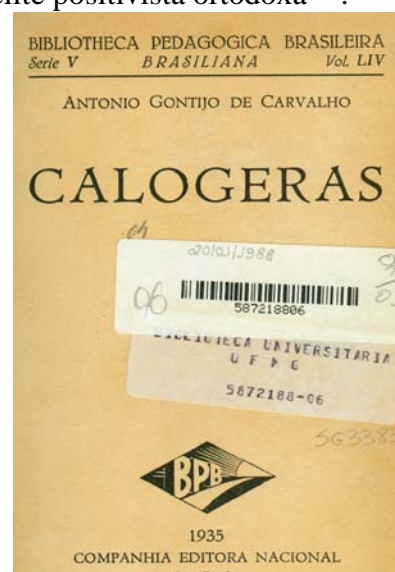
189 Cf.: LIMA, Heitor Ferreira. *Perfil político de Silva Jardim*. São Paulo: CEN, 1987. 98.

No prefácio da biografia de João Pandiá Calógeras escrita por Antônio Gontijo de Carvalho, Odécio Camargo, comenta que no livro

*não se serviu o autor do biografado como pretexto para salientar uma época, tornando-o simples comparsa, mero acidente na paisagem nitidamente traçada; nem procurou destacar, dos matizes propositadamente esmaecidos de seu tempo, o relevo de uma individualidade*¹⁹⁰.

Ainda segundo Camargo, que escreveu uma biografia de Castro Alves¹⁹¹, o livro de Gontijo de Carvalho seguiria a ‘orientação de Zweig’¹⁹² a partir da qual seria possível ‘sentir o renascimento da época inteira em que viveram’ os biografados. Além deste aspecto metodológico da biografia, Camargo ressalta a importância do fazer biográfico para o conhecimento do passado recente e reivindica obras que trabalhem com o advento da ‘república de 89, nascida, com ridículo contraste, entre a bestificação do desinteressado povo ignorante e a elite positivista ortodoxa’¹⁹³.

Estas considerações sobre escrita biográfica revelam que havia na intelectualidade brasileira uma postura relativamente crítica acerca do fazer biográfico que deveria permitir ‘apreciar, pelo conhecimento das circunstâncias, o determinismo de muitos gestos em que outras situações seriam estranhos, senão incompreensíveis’. Outra referência que Camargo evoca em seu prefácio laudatório ao livro de Gontijo de Carvalho sobre Calógeras é a obra de Joaquim Nabuco *Um Estadista no Império*¹⁹⁴, clássico do gênero biográfico no país, na qual seu autor, além da perspectiva heurística apontada acima, pintara a figura paterna de forma ‘sugestiva e encantadora’¹⁹⁵.



Gontijo de Carvalho era detentor da ‘maior parte da biblioteca’ e da ‘monumental

190 CAMARGO, Odécio Bueno de. In: CARVALHO, Antonio Gontijo de. *Calógeras*. São Paulo: 1935. 11

191 CAMARGO, Odécio Bueno de. *Castro Alves – estudante em São Paulo*. São Paulo: Edicon, 1996.

192 Stefan Zweig (1881-1942) escritor austríaco que notabilizou-se como biógrafo. Exilou-se no Brasil, fugindo do nazismo, radicou-se em Petrópolis onde se suicidou. Este autor pertenceria, na história da produção biográfica feita por Madélenat, ao ‘paradigma moderno’. Iniciado a partir da Primeira Guerra Mundial, o ‘paradigma moderno’ do fazer biográfico é marcado por um contexto no qual ‘o homem teórico – personagem central e construtor de sua própria história vitoriosa – cede lugar a um homem complexo, contraditório, manietado por suas perplexidades. Não se crê mais no modelo do homem ‘monolítico’, incólume em relação aos desvios em sua trajetória de vida’. Cf. CARINO, Jonaedson. A biografia e a sua instrumentalidade educativa. *Educação e sociedade*. Vol 20. N 67. Campinas, Agosto 1999. 16.

193 CAMARGO, Odécio Bueno de. In: CARVALHO, Antonio Gontijo de. *Calógeras*. São Paulo: 1935. 13.

194 NABUCO, Joaquim. *Um Estadista no Império*. 3 v. Rio de Janeiro: Garnier, 1898.

195 CAMARGO, Odécio Bueno de. In: CARVALHO, Antonio Gontijo de. *Calógeras*. São Paulo: 1935. 12. Ainda nos estudos atuais a obra de Joaquim Nabuco figura como ‘manancial de informações e análises a respeito do Império brasileiro’ na qual se procura ‘reconstituir a história política e o arcabouço político-institucional do Império’. Cf. COSTA, Milton Carlos. *Joaquim Nabuco – Entre a História e a Política*. São Paulo, Annablume, 2003. 128-129

correspondência e fichário’ de João Pandiá Calógeras tendo acesso, portanto, a fontes importantes para a construção de uma narrativa historiográfica-biográfica. Esta se inicia pela reconstituição da origem familiar de Calógeras, mais precisamente, de sua árvore genealógica. Com origens européias datadas do século V, a família de Calógeras, ou família Calógeras [que significa ‘bom velho’ ‘responsável pela idade’], original da Ilha de Chipre, remonta à ‘cisão da igreja ortodoxa’ quando uma parte ‘continuou apostólica romana’ e a outra ‘mais numerosa aderiu ao credo oriental’¹⁹⁶.

A história da família em território brasileiro inicia-se em 1841 com a chegada de João Pandiá Calógeras, natural de Corfu, na Grécia. Era ‘amigo íntimo do Barão Laffite, célebre banqueiro e ministro do rei Luiz Phillipe, veio para o Brasil (...) a fim de dirigir uma Empresa que deveria ser organizada por aquele financista’. Por aqui, em 1858, o avô do biografado teria trabalhado para ‘coligir os documentos relativos à determinação dos limites do Império’. Já em 1859, ocupou o cargo de primeiro oficial da Secretaria de Estado dos Negócios do Império, da qual foi diretor e, posteriormente, entre 1862 a 1865, foi o Primeiro Oficial de Gabinete no Ministérios dos Negócios Estrangeiros¹⁹⁷.

O avô de Calógeras foi, ainda, *ondoyer* da Igreja Cismática, pois ‘não havia no Rio sacerdote ortodoxo’; professor de História e Geografia do Ginásio Pedro II, escreveu o ‘compêndio da História da Idade Média’, que, segundo Gontijo de Carvalho, teria prestado ‘relevantes serviços à nossa mocidade estudiosa, foi adotado em quase todas os colégios do Império’. Era sócio efetivo do IHGB e titular das Comendas da Ordem da Rosa; da Comenda da Ordem de Carlos III da Espanha; do oficialato da Ordem de S Maurício e S Lázaro da Itália. Seu filho e pai do biografado, Michel Calógeras (1812-1888), teria sido ‘animador de grandes empresas’, dentre as principais a do prolongamento ‘até Petrópolis da Companhia da Estrada de Ferro Mauá’ e diretor da Companhia de Estradas de Ferro Macabá a Campos¹⁹⁸.



João Pandiá Calógeras seria, segundo o biógrafo, aquele que possuía ‘não só a capacidade realizadora do pai como, em grau muito mais elevado, a cultura do avô’, de forma que seria ele quem ‘prestou ao país serviços que o sagraram um dos seus maiores filhos’. Nascido em 1870, no Rio de Janeiro, Calógeras fora

196 CARVALHO, Antonio Gontijo de. *Calógeras*. São Paulo: 1935. 19.

197 CARVALHO, Antonio Gontijo de. *Calógeras*. São Paulo: 1935. 23-25.

198 CARVALHO, Antonio Gontijo de. *Calógeras*. São Paulo: 1935. 25-26

educado por um ‘luzidio corpo de professores particulares, notadamente alemães’ que o fizeram, aos catorze anos, ser aprovado, ‘de uma só vez’, nos ‘treze preparatórios, exigidos para a matrícula na severa e gloriosa Escola de Minas de Ouro Preto’. Seu argüidor e ‘estreito amigo fora o inolvidável sábio Capistrano de Abreu’ do qual o próprio Calógeras traçou, segundo comentário de Gontijo de Carvalho, ‘vigoroso perfil do nosso historiador máximo’¹⁹⁹.

Em Ouro Preto, Calógeras teria sido ‘o primeiro aluno de sua turma’ e teve como ‘amigo e rival de notas’ Carlos Prates o qual, ‘segundo o costume dos helenos’ acompanhou, quando do casamento de Calógeras, ‘o noivo no carro nupcial’. Seu perfil como estudante, sempre segundo o biógrafo, ‘é um exemplo’. Depois de formado em 1890, casou-se com a filha do Dr. Joaquim Caetano da Silva Guimarães, ministro do Supremo Tribunal de Justiça, Elisa Guimarães. Sua especialidade técnica será a geologia econômica, na qual se tornara ‘mestre irrealizável’ estudando a região de Santa Catarina. E, é a partir de seus estudos técnicos, que Calógeras teria se familiarizado com os problemas de extração mineral, de ferrovias e formação geológica naquela região tendo publicado monografias sobre o tema. No âmbito político, segundo Gontijo de Carvalho, Calógeras era ‘um apaixonado pela coisa pública e sempre se interessava pela política como arte de dirigir os povos’. E, conclui o biógrafo, que apesar de ‘estreitas as suas relações de amizade com membros da família imperial, era republicano’²⁰⁰.

Sua entrada na vida pública é ilustrativa das práticas políticas vigentes durante a Primeira República no Brasil. O levantamento de sua candidatura acabaria por ‘provocar a cisão política de Uberaba’. O biógrafo nos relata que, dentre os apoiadores de Calógeras, estava Chrispiano Tavares, ‘inimigo pessoal’ do coronel José Francisco da Silva Oliveira. Oliveira ‘impugnou a candidatura de Calógeras, apresentando os nomes de Arthur Lobo, poeta e prosador, e Desidério Mello, advogado provisionado’. Quando os ‘ânimos se exaltaram’, Antonio Pereira Artiaga, compadre de Chrispiniano Tavares, foi assassinado por Arthur Lobo e, por consequência, ‘nobrememente’, Calógeras desiste desta candidatura²⁰¹.

Após estes acontecimentos, Francisco Sá reclama os seus serviços para que Calógeras tome parte como consultor técnico da Secretaria de Agricultura e Viação. Já no ano seguinte, porém, Calógeras irá deixar este cargo para se candidatar, pelo Partido Republicano Mineiro, a Deputado Federal. Os assuntos que Calógeras mais teria tratado em seus mandatos como parlamentar seriam aqueles relacionados com a ‘marinha e guerra, limites, mineração e vias férreas’, os quais ‘ninguém discutia com maior competência’. Sua segunda legislatura, como deputado federal por Ouro Preto,

199 CARVALHO, Antonio Gontijo de. *Calógeras*. São Paulo: 1935. 29- 30.

200 CARVALHO, Antonio Gontijo de. *Calógeras*. São Paulo: 1935. 35-38

201 CARVALHO, Antonio Gontijo de. *Calógeras*. São Paulo: 1935. 39-40.

seria no tempo em que ‘Minas revive os tempos gloriosos de Bernardo Vasconcellos e Marquês do Paraná’. Gontijo de Carvalho refere-se ao ‘Jardim de Infância’²⁰², termo criado por Augusto de Freitas para ‘designar com ironia o grupo de Jovens que tanto se sobressaíram durante o governo Rodrigues Alves nas lides’²⁰³.

Calógeras será, em 1914, Ministro da Agricultura, Comércio e Indústria, onde ‘incrementa a produção do fumo e instala o ensino e preparo do algodão’, ‘estuda substituição da gasolina pelo álcool’ e substitui o ‘bacharel em agricultura pelo instrutor técnico’. Porém, sua passagem nesta pasta foi efêmera. No mesmo ano, Calógeras assume o cargo de Ministro da Fazenda onde deixou uma obra que ‘é hoje unanimemente reconhecida como orgulho de um povo’. Gontijo de Carvalho ressalta a atividade diplomática de Calógeras que, quando Deputado Federal, ‘foi sempre o porta voz do pensamento de Rio Branco perante seus pares’. Calógeras foi, ainda, ministro da guerra e, apesar de civil, seria ‘o maior dos ministros que exerceram, quer no Império quer na República, a pasta da Guerra’. Deputado, Ministro da Agricultura, da Fazenda e da Guerra, a biografia de Calógeras, escrita por Gontijo de Carvalho, descreve seu personagem como ‘homem capaz de exercer com o mesmo brilho qualquer das pastas ministeriais’. Sua narrativa é a dos feitos parlamentares e ministeriais, políticos e administrativos. A trajetória do biografado é aquela dos cargos ocupados na máquina governamental. É a biografia do ‘estadista de raça’²⁰⁴.

Completando a descrição dos feitos do homem público, Gontijo de Carvalho apresenta o polígrafo Calógeras: publicista, sociólogo, historiador, financista e engenheiro. Este ‘intelectual Calógeras’ teria negado a ser membro da Academia Brasileira de Letras, da qual ‘não quis ser um dos fundadores’, porque ‘só à sociedade do gênero humano pertencia’. Calógeras, segundo o biógrafo, ‘era um bom’ e uma de suas ‘faces’ a ser ressaltada em sua biografia, ocupando 54 páginas da obra, é a conversão do biografado ao catolicismo romano. Gontijo de Carvalho praticamente transcreve as cartas trocadas entre Calógeras e o Pe. José Manuel de Madureira, da Companhia de Jesus. Após a conversão, teria surgido ‘um apóstolo’ e estas cartas revelariam ‘uma face talvez menos conhecida, a face interior de um dos maiores estadistas e das mais solidas culturas do Brasil’²⁰⁵.

A obra de Gontijo de Carvalho apresenta um curioso caráter quando observados seus aspectos teóricos e metodológicos. Se retomarmos o prefácio escrito por Camargo, verificamos ali que uma característica positiva e ressaltada do biográfico é fazer ‘sentir o renascimento não só dos

202 Segundo Gontijo de Carvalho, o ‘Jardim de Infância’ era composto por David Campista, Carlos Peixoto, Gastão da Cunha João Luiz Alves e Estevão Lobo. Este homens teriam dignificado ‘o nosso parlamento elevando-o a uma altura não atingida, mesmo no Império’. Cf. CARVALHO, Antonio Gontijo de. *Calógeras*. São Paulo: 1935. 41.

203 CARVALHO, Antonio Gontijo de. *Calógeras*. São Paulo: 1935. 40 -52

204 CARVALHO, Antonio Gontijo de. *Calógeras*. São Paulo: 1935. 58; 72- 98

205 CARVALHO, Antonio Gontijo de. *Calógeras*. São Paulo: 1935. 113-196.

biografados, mas da época inteira em que viveram'. Porém, a própria informação, concedida por Camargo, sobre o fato de o livro de Gontijo de Carvalho tratar-se de uma 'reunião de artigos', é pista de que dificilmente a obra realmente fosse digna de todos aqueles elogios expostos no prefácio. De fato, do ponto de vista que interessa neste capítulo, esta biografia está de acordo com aquelas qualificações do fazer biográfico ancorado em uma historiografia 'política-administrativa', 'capitulacionista' e 'apologética'.

Os elogios de Camargo se devem, talvez, pelo fato de ele e Gontijo de Carvalho terem sido colegas da antiga Faculdade de Direito de São Paulo²⁰⁶ e de ambos pertencerem à *Burschenschaft* ou, simplesmente, 'Bucha', sociedade secreta formada, principalmente, por alunos e ex-alunos da Faculdade de Direito de São Paulo. Antônio Gontijo de Carvalho teria sido chefe daquela sociedade segundo nos relata Teotônio Simões²⁰⁷. De qualquer forma, a obra de Gontijo de Carvalho não possui o horizonte historiográfico que outras obras estudadas por nós parecem vislumbrar, porém, as considerações feitas por Odécio Camargo no prefácio revelam que havia na intelectualidade brasileira uma concepção acerca do fazer biográfico que considerava a biografia como método legítimo para o conhecimento de uma realidade qualquer e, principalmente, no caso da historiografia, para o conhecimento do passado recente. Já como fonte para a constituição das identidades políticas dos anos 1930, a biografia escrita por Gontijo de Carvalho torna-se operante no sentido de mobilizar os anseios de alguns grupos que, como veremos no quarto capítulo, sofreram revezes após a revolução de 1930.

Jonathas Serrano: Viagem a Farias Brito

Na biografia de Farias Brito, escrita por Jonathas Serrano, o esforço por uma história 'não romanceada', que 'não venda gato por lebre' e com propósito de tratar da vida e da obra do biografado demonstram a preocupação historiográfica-biográfica mobilizada pelo autor ao escrevê-la. Jonathas Serrano estava totalmente inserido nos meios de produção historiográficos da época. Era professor de História da Civilização no Externato do Colégio Pedro



206 Cf. PATI, Francisco. *O Espírito das Arcadas*. São Paulo: Gráfica São José, 1950.

207 Cf. SIMÕES, Teotônio. *Os Bacharéis na Política* – Tese de Doutorado, Departamento de Ciências Sociais área Ciência política da Universidade de São Paulo. São Paulo: E-books Libris, 1983. Documento Virtual: www.ebooksbrasil.org/eLibris/bachareisteo.html.

II e na Escola Normal do Rio de Janeiro, depois Instituto de Educação do Rio de Janeiro. Publicou clássicos livros didáticos²⁰⁸ que, segundo o dicionário do IHGB, ‘renovaram a literatura especializada e serviram a várias gerações’. Serrano foi membro do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, da Sociedade Capistrano de Abreu; da Academia Portuguesa de História; do Instituto Histórico Geográfico do Ceará; do Instituto Arquivístico Histórico Geográfico Pernambucano; do Instituto Histórico Geográfico do Espírito Santo; do Instituto Histórico de Ouro Preto e do Grêmio de Ciências e Letras de Campinas. O dicionário bio-bibliográfico do IHGB destaca que, apesar da tese de que ‘dicionário não é louvação’, a ‘extraordinária contribuição de Jonathas Serrano ao ensino da história, merece que se faça uma exceção’²⁰⁹.

Há um investimento por parte do biógrafo que, para a execução da biografia de Farias Brito, procura ‘ir aos lugares em que ele exercera a sua atividade, desde o Ceará, onde nasceu, até o Pará, onde compôs alguns volumes porventura mais representativos da sua vasta obra de pensador independente’²¹⁰. Com disposição a ‘ver e ouvir’, Serrano vai a casa onde nasceu Farias Brito, à sua Igreja de Batismo e ouve parentes e amigos. Seu levantamento de fontes vai desde depoimentos orais e livros de memória aos registros oficiais, como testamentos de cartório que confirmam as datas de nascimento do biografado, assim como, diversos ofícios referentes às instituições pelas quais Farias Brito teria passado. Seu investimento é alto²¹¹.



O túmulo de Farias Brito, no Cemitério de S. Francisco Xavier, no Rio de Janeiro, já com a data 1862.

Farias Brito nascera em 1862 na cidade de São Benedito na então província do Ceará. O biógrafo reproduz na obra a certidão de batismo de Farias Brito a fim de finalizar a divergência das datas apresentadas por Jackson de Figueiredo, Rocha Pombo, Barbedette - autor de *Histoire de la Philosophie*²¹² - e pelo pe. Leonel Franca acerca da data de nascimento do filósofo. Para o historiador, um dos motivos de alcançar este distante rincão está

208 Seu 'Epítome de História Universal' publicado pela primeira vez em 1912, era reeditado pela 24ª, e última vez, em 1954. O autor publicou ainda uma *História do Brasil* pela F Briguiet em 1931 e um livro destinado aos professores de História, *Como se Ensina História*, pela editora Melhoramentos, em 1935.

209 Cf. Dicionário Biobibliográfico do IHGB de Historiadores, Antropólogos e Geógrafos Brasileiros. Rio de Janeiro: IHGB, 1993. 3º Vol. 149-150.

210 SERRANO, Jonathas. *Farias Brito – O homem e a obra*. São Paulo: CEN, 1940. 7.

211 Tal 'investimento' é o que caracterizaria o 'historiador' em uma época em que o 'trabalho historiográfico' parecia exigir 'um acúmulo de erudição, uma disponibilidade de tempo e uma 'paz' interior, acabando por se tornar a opção final e definitiva de um homem de letras. Nesse sentido, esse trabalho está longe de ser caracterizado como um *hobby* de aristocratas decadentes ou desocupados. Não se faz história sem esforço e investimento pessoais'. GOMES, Angela de Castro. *História e Historiadores*. Rio de Janeiro: FGV, 1999. 45.

212 BARBEDETTE, Desire. *Histoire de la Philosophie*. Paris: Berche et Pagis, 1926.

justamente na verificação da data exata do nascimento do biografado.

A viagem do Rio ao Ceará investe-se, porém, de significados maiores. Ela faz eco àquelas caravanas que ‘reunindo intelectuais e artistas como Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Manuel Bandeira e Tarsila do Amaral (...) propunham-se a viajar pelo interior do Brasil com o objetivo de conhecê-lo mais profundamente’²¹³. Ou, ainda, à viagem aos sertões de Euclides da Cunha. Segundo Serrano:

*Todo brasileiro de certa responsabilidade deveria conhecer o norte e o sul, o litoral e o hinterland. Compreender para melhor estimar. Nada equivale à visão direta. O conhecimento exato requer observação. São freqüentes os erros de apreciação a priori e à distância. O próprio Estado Novo deve facilitar as excursões culturais. Reclama-nos interesses de toda ordem: econômicos, morais e superiormente políticos – no sentido mais nobre do vocábulo. A coesão nacional prefaz-se pela melhor compreensão e conhecimento recíproco*²¹⁴.

Jonathas Serrano, no recorte por nós abordado, traz a viagem como tema central para a escritura de uma biografia e para a definição de um pensamento determinado. A visita ao ‘hinterland’ é fundamental para o conhecimento da ‘realidade brasileira’. A viagem, o deslocar-se do centro-sudeste para o norte-nordeste²¹⁵ é mais fonte para o historiador fluminense interessado em compreender e traçar a trajetória de um ‘filho da terra do sol’. ‘Compreender para melhor



A casa em que nasceu Farias Brito, em S. Benedito, serra da Ibiapaba, Ceará.

estimar’, lema este em total sincronia com os princípios da *Brasiliana* expostos acima. A narrativa investe-se do caráter que destaca os aspectos locais, em diálogo com o romance da década de 1930 no qual ‘em toda essa regionalização [...] o documentário permanece em registro’²¹⁶. No contato com as pessoas da região, na observação dos costumes e das práticas, como um ‘turista aprendiz’, Jonathas Serrano destaca a feira onde se pode adquirir artigos típicos. Ali o historiador comprou ‘mocós – sacos de couro de bezerro, caronas ou bolsas de pele de porco; urus, sacos de palha de

213 VELLOSO, Mônica Pimenta. O modernismo e a questão nacional. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. 372.

214 SERRANO, Jonathas. *Farias Brito – O homem e a obra*. São Paulo: CEN, 1940. 8.

215 Serrano parece estar sintonizado, e contribuir, com o processo histórico definido como a ‘invenção do nordeste’, ocorrido nas primeiras décadas do século XX, quando ‘o Nordeste passou a ser [...] objeto de uma tradição acadêmica que o ajuda a se atualizar’. Cf. ALBUQUERQUE Jr, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste – e outras artes*. São Paulo: Cortez, 2001. 29.

216 FILHO, Adonias. *O Romance brasileiro de 30*. Rio de Janeiro: Bloch, 1969. 14.

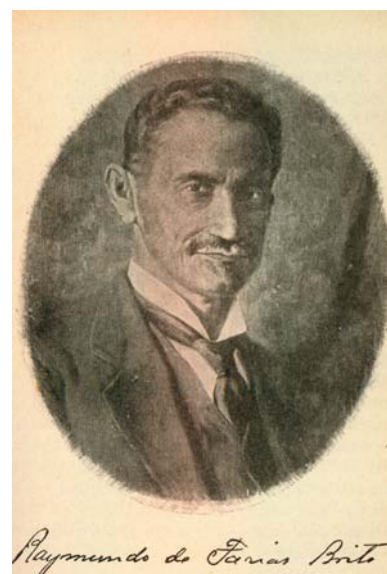
carnaúba, a modo de surrão (...) chapéus de couro de bode ou de veado. Duram indefinidamente e custam apenas 35\$000'. A figura humana é aquela do forte de os *Sertões*, cujo juazeiro de copas repletas seria o 'símbolo magnífico do homem que não se dobra à inclemência de seu destino'²¹⁷.

Sob um clima que o faz 'pasmado ante o espetáculo daquelas vastas extensões iluminadas ressecadas por um sol implacável', Serrano não deixa de experimentar algumas 'aventuras' na região setentrional do país:

De Fortaleza a Sobral, a estrada oferece hoje ao viajante a possibilidade de um percurso rápido e fácil, em mais de duzentos quilômetros – construída pelos flagelados de 1929, sob a direção de técnicos, merece figurar entre as melhores do Nordeste. Muitos dos seus trechos deparam retas tentadoras: uma se estende por quatorze quilômetros: quem, de posse de um bom carro, vence o desejo de experimentar os noventa por hora²¹⁸.

O sertão, porém, tem fim. O clima a partir de Ipu, sudoeste do Ceará, devido à altitude de 1000 metros, 'surpreende o viajante que atravessou a zona de sertão castigada pelo sol. A temperatura agora lembra Petrópolis ou Friburgo'. A paisagem passa a ser composta por árvores altas, mangueiras, abacateiros, laranjeiras, babaçus: 'vendo-a, a seca se afigura um paradoxo'. Enfim, chega-se ao destino, e é preciso começar a narrar a biografia. A narrativa propriamente biográfica começa após a chegada do autor à cidade natal do biografado, fazendo da viagem ao norte-nordeste também uma viagem ao passado, ao encontro dos primeiros momentos da vida de Farias Brito.

Sobre os primeiros estudos de Farias Brito, Jonathas Serrano destaca a importância dos professores, dos mestres que, apesar de terem o 'papel ignorado ou esquecido', 'perdidos na multidão anônima', 'são afinal os obreiros de uma construção lenta e difícil, qual a da educação do Brasil'. O destaque dado aos professores, além de destoar de algumas caracterizações biográficas, que insistem no caráter individual do biografado em detrimento de fatores exteriores, indica a valorização dos discentes e reforça o papel destes no projeto pedagógico nacional existente na própria *Coleção Brasileira*. Também à família, a seus pais principalmente, atribui-se a educação de Farias Brito, nas palavras do biografado: 'meu pai só tinha um intuito na vida: educar-me'. E, em 1876, Farias Brito alcança distinção em



217 SERRANO, Jonathas. *Farias Brito – O homem e a obra*. São Paulo: CEN, 1940.17-19.

218 SERRANO, Jonathas. *Farias Brito – O homem e a obra*. São Paulo: CEN, 1940.18.

‘francês, latim e matemática e firma sua reputação de estudante inteligente e aplicado’²¹⁹.

Mas, nem os ‘esforços dos professores abnegados’ e nem a dedicação de Marcolino José de Brito, pai de Farias Brito, serão suficientes para fazer com que a família de Farias Brito supere a ‘terrível seca de 77’. A seca situa-os ‘literalmente na miséria’, vão para Fortaleza, para a capital da Província, e Raimundo de Farias Brito faz-se, então, ‘simples flagelado, vestindo pobres roupas de algodão, calçando alpercatas de couro e puxando um burrico carregado de velhas malas’. Em Fortaleza, conclui o ensino secundário e, aos 18 anos, a família muda-se para Pernambuco para que Farias Brito matricule-se na ‘tradicional Faculdade de Direito de Recife’²²⁰.

O biógrafo Jonathas Serrano procura caracterizar esta instituição realizando um breve histórico que ressalta a ‘mudança de seu caráter escolástico’, de ‘repúblicas fechadas’ e de ser a ‘Coimbra de Olinda’, para a ‘sobriedade de Recife’. Recorre à obra de Clóvis Beviláqua, *História da Faculdade de Direito de Recife*²²¹ que o autor considera fonte importante, pois se trata de livro ‘repleto de dados sobre a vida acadêmica, sua produção e cotidiano, dos alunos principalmente’. Assim, neste momento da biografia, trata-se de reconstituir o clima intelectual vivido por Farias Brito no Recife, onde ‘a maioria era idealista e republicana (...) Farias Brito não fugiu à regra’. Destaca-se, ainda, a influência de Tobias Barreto que ‘caracteriza o ambiente mental no período que Farias Brito viveu no Recife’²²².

No meio acadêmico, Farias Brito teria lutado pela causa abolicionista e redigiu com ‘Álvaro de Alencar e J C Linhares de Albuquerque, o *Iracema*, cuja finalidade é a defesa da libertação dos escravos em Pernambuco’. Porém, assim que conclui os exames, ‘colado o grau’, não se demora Farias Brito no Recife, pois regressa ao Ceará junto com sua família. Em seu estado natal, Farias Brito foi promotor nos municípios de Viçosa e Aquiraz, respectivamente, além de realizar o ‘exercício abnegado do magistério, segundo o modelo socrático’. Em 1888, Farias Brito teria sofrido ‘a primeira sedução perigosa da sereia política’ ao ser convidado pelo Dr. Antônio Caio da Silva Prado, recém empossado no cargo de presidente da província do Ceará, para a gestão da Secretaria de Governo²²³.

A gestão, porém, durou apenas um ano, já no crepúsculo do Império. Neste período, Farias Brito se dedicou à poesia abolicionista, sua primeira obra foram os *Cantos da Liberdade*, nos quais afirma preocupar-lhe ‘mais o conteúdo, menos a forma’. Alguns teriam dito sobre a obra que ‘a introdução vale mais que todo o livro’. São nestes primeiros escritos - o filósofo cearense

219 SERRANO, Jonathas. *Farias Brito – O homem e a obra*. São Paulo: CEN, 1940. 25; 26-27.

220 SERRANO, Jonathas. *Farias Brito – O homem e a obra*. São Paulo: CEN, 1940. 28.

221 BEVILÁQUA, Clóvis. *História da Faculdade de Direito do Recife*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1927.

222 SERRANO, Jonathas. *Farias Brito – O homem e a obra*. São Paulo: CEN, 1940. 30-38.

223 SERRANO, Jonathas. *Farias Brito – O homem e a obra*. São Paulo: CEN, 1940. 38-48.

publicara outro livro de poesias intitulado *Cantos Modernos* - justamente por ser ‘mal versejador’, que se revelaria a filosofia como forma central do pensamento de Farias Brito. O biógrafo ressalta que ‘Farias Brito não poderia nunca vir a ser um político (...) não lograria jamais pensar, agir, nem sequer sentir ou ressentir, senão filosoficamente’²²⁴. E é ‘filosófico-poeticamente’ que o promotor cearense parece perceber a proclamação da República:

*(...) Na visão do futuro eu descrevo um templo em ruínas lamentando a dolorosa incerteza e as contingências cruéis da natureza humana, vejo sair de dentro do templo um grupo de mancebos entoando um canto ao futuro (...) o templo em ruínas era o velho edifício monárquico incompatível com as aspirações nacionais e condenado pelo espírito da História. O grupo de mancebos era a mocidade brasileira tão brilhantemente representada pelos heróicos oficiais do exército e armada nacional, bem como pelos propagadores das idéias republicanas, revolucionários do 15 de novembro que, levantando-se por cima dos destroços do antigo regime, deram o braço ao povo e proclamaram a república*²²⁵.

Proclamada a República, Farias Brito ‘toma parte ativa no pleito de agosto de 1890, para a representação do Ceará no Congresso Constituinte’. Mas, malgrado o pleito, ‘perseguida a oposição’, Farias Brito esteve ‘foragido por alguns dias, teve a residência vigiada e até mesmo corrida pela polícia’. Serrano se pergunta, então, como esta ‘experiência deve ter sido amarga ao nobre espírito do filósofo, que pouco antes havia exultado com a esperança de uma completa regeneração dos costumes políticos!’. Farias Brito, porém, em 1891, continuará envolvido com a política ao aceitar o convite do general José Clarindo de Queirós, governador do Ceará, para ser o secretário do governo. Mas, segundo Serrano, ‘o governo constitucional (...) desde o início vinha perturbado pelas paixões’ e o ‘conflito entre o Executivo e Legislativo não demoraria’²²⁶, pois Deodoro não contava com o apoio da maioria.

Quando Floriano assume a presidência da República, o governador do Ceará é deposto e Farias Brito publica o ‘Manifesto de Resistência’ criticando o estado de coisas no Brasil onde ‘o direito é a Força’. Para o biógrafo, estes acontecimentos ganham positividade, pois, desde então, ‘a sereia política, felizmente, não logrou seduzir de modo irresistível o pensador cearense’. De forma que, este ‘ia agora



D. Ana Bastos, primeira esposa de Farias Brito.
(Retrato tirado em 1897).

224 SERRANO, Jonathas. *Farias Brito – O homem e a obra*. São Paulo: CEN, 1940.49-63.

225 BRITO, Farias. APUD: SERRANO, Jonathas. *Farias Brito – O homem e a obra*. São Paulo: CEN, 1940. 65-66.

226 SERRANO. *Farias Brito – O homem e a obra*. São Paulo: CEN, 1940. 67-69

entregar-se à grande e quase única paixão de sua vida: a filosofia'. Este momento marcaria em Farias Brito, segundo o biógrafo, o início da 'segunda e definitiva fase de sua vida'²²⁷.

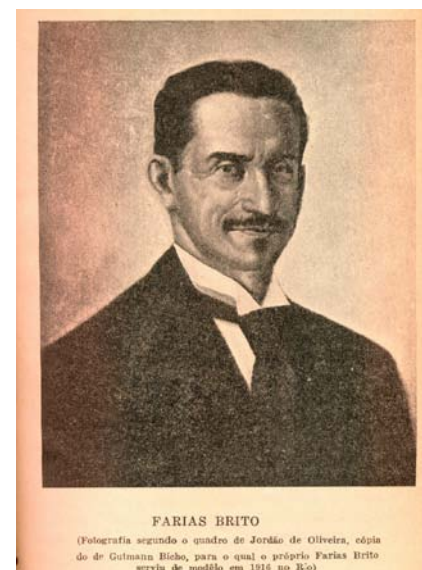
Agora, as principais fontes para o biógrafo serão as 'páginas inéditas de um diário íntimo de quem com ele privou no processo do seu lar pobre, mas feliz'. Assim, segundo o biógrafo Jonathas Serrano, a segunda fase da vida de Farias Brito é, não só marcada por uma opção intelectual que prioriza a filosofia, como também é caracterizada pelos rumos tomados pela própria narrativa biográfica que, a partir de então, tomará como principal referência o diário íntimo do biografado. Esta direção busca privilegiar a compreensão sobre a forma pela qual o biografado reagiu, sentiu e viveu suas experiências descritas no diário. Trata-se de um esforço de introspecção psicológica, uma tentativa de o biógrafo sentir 'no carinho de cada uma dessas notas que não eram destinadas à publicidade, o coração pulpitante de afeto, ora registrando alegrias puras, ora – e é o mais freqüente – dando expansão, numa ternura quase ingênua, à saudade que o punge'²²⁸.



A segunda esposa de Farias Brito,
D. Ananélia Alves.
(Retrato tirado em 1901).

Ao mesmo tempo em que o diário torna-se a fonte principal para o biógrafo, os acontecimentos narrados a seguir parecem justificar esta escolha: a morte do primogênito de Farias Brito; a 'ceifeira impiedosa' que, pouco tempo depois, 'roubara-lhe a sua Nanoca, a metade do seu coração'²²⁹; em seguida, é a morte do pai do biografado que é narrada por Serrano. Assim, a escolha de se utilizar um determinado tipo de fonte específica, como o diário, é significativa em uma narrativa biográfica justamente por esclarecer o sentido de acontecimentos que dizem respeito apenas a uma vida singular: a morte de um filho, da mulher ou do pai.

Farias Brito irá se casar mais uma vez, será promotor em Belém do Pará, mas pedirá exoneração. Vive então da advocacia e da atividade docente, publicando seus volumes filosóficos. Em 1908-1909, Farias Brito participará de concurso público para a cadeira de lógica do Colégio Pedro II, que passara a se chamar, na República, Externato do Ginásio Nacional. Foi,



FARIAS BRITO
(Fotografia segundo o quadro de Jordão de Oliveira, cópia do de Gutmann Bieho, para o qual o próprio Farias Brito servia de modelo em 1916 no Rio)

227 SERRANO. *Farias Brito – O homem e a obra*. São Paulo: CEN, 1940. 70-83.

228 SERRANO. *Farias Brito – O homem e a obra*. São Paulo: CEN, 1940. 87-89

229 SERRANO. *Farias Brito – O homem e a obra*. São Paulo: CEN, 1940. 89-90

então, para o Rio de Janeiro, ‘lugar melhor para o intelectual’ e, segundo o biógrafo, ‘ele merecia vir para aqui’. Serrano qualifica este momento da trajetória de Farias Brito como uma cartada ousada: deixaria aquela vida consolidada no norte para ‘se expor aos rigores de uma prova realmente rude, num prélio dos mais encarniçados’, no qual figurava um ‘grande nome nacional: Euclides’. E, apesar de ‘classificado em primeiro lugar, não foi, entretanto, Farias Brito o nomeado. Euclides foi o escolhido pelo governo’. Serrano afirma que, neste caso, ‘foi a intervenção de amigos que forçou a nomeação do segundo classificado, sem que ao próprio Euclides se possa atribuir a injusta preterição de Farias Brito’²³⁰.

Outro concurso para a mesma cadeira, porém, foi realizado e o cearense ‘baixo, feio, mirrado e fraco’ desta vez foi admitido. Serrano destaca o juízo feito, nesta ocasião, por Sílvio Romero que classificara a obra de Farias Brito como ‘a de maior fôlego no gênero publicada no Brasil’. O último relato acerca da vida de Farias Brito, Jonathas Serrano extrai de um panfleto que o biografado publicara sob o pseudônimo de Marcos José. Serrano o qualifica de ‘documento psicológico dos mais interessantes’ onde o biografado lamenta o ‘desgosto que lhe ficara da sua tentativa malograda de pertencer à Academia’; a nação que ‘não é ainda a nação de ouro, mas apenas a nação de papel’; o ‘governo que acredita poder conquistar a riqueza, não por ação mas por leis. E por leis opressivas’²³¹. Estas críticas ao regime republicano brasileiro seriam conseqüências da própria filosofia desenvolvida por Farias Brito, apropriada por Jonathas Serrano na década de 1930 e que nós iremos analisar no terceiro capítulo.

Farias Brito afirmara que sua vida fora a de um ‘homem sem história, porque nunca se passou comigo coisas extraordinárias’. Essa biografia, portanto, revelar-se-ia um contra-senso se fosse levada em conta a concepção de história do biografado e de sua própria vida. A trajetória de Farias Brito, não obstante, foi grafada por Jonathas Serrano com interesse biográfico-historiográfico no sentido de procurar reunir fontes orais, oficiais, bibliográficas, íntimas e jornalísticas. Procurou traçar-lhe um ‘perfil psicológico’, assim como, do ambiente em cada momento de sua trajetória: o sertão, Fortaleza, a Faculdade de Direito de Recife, Belém, o Rio de Janeiro etc. Esta trajetória não pode ser, seguindo a narrativa biográfica, reduzida àquela ilusão biográfica. De fato, Farias Brito, segundo seu biógrafo, fora estudante, flagelado, universitário, poeta, tentou ser político e acabou por ser



230 SERRANO. *Farias Brito – O homem e a obra*. São Paulo: CEN, 1940. 186-189.

231 SERRANO. *Farias Brito – O homem e a obra*. São Paulo: CEN, 1940. 243-253

filósofo. A necessidade, seguida por Serrano, de se ‘dividir’ a vida do personagem em dois momentos revela a falta de um ‘todo coerente e orientado’.

Não obstante, o próprio ‘compromisso monumental’ parece fazer com que Serrano afirme que ‘Farias Brito foi sempre o mesmo, em todas as situações, difíceis e prósperas, generoso, sem ambições nem invejas, amigos dos seus amigos e absorvido pela sua paixão suprema: a filosofia’. O interesse patriótico que marca o fazer biográfico supera as vicissitudes da própria narrativa a fim de afirmar uma utilidade, pois ‘Farias Brito pode e deve ser evocado como aquele que primeiro, na linha de frente, impávido e desinteressado, humilde mas intrépido e tenaz, defendeu no Brasil (...) o valor da metafísica, o primado da inteligência, a verdade irrefutável do espiritualismo’²³². De que forma esta perspectiva podia operar no interior da consolidação de determinadas expectativas em relação à identidade brasileira é tema que retomaremos no próximo capítulo.

* * * * *

A partir destas três biografias apresentadas, observa-se que o fazer biográfico, atendendo a anseios historiográficos, era útil para a produção de sínteses históricas. Um dos principais aspectos ressaltados pelos autores é o de sua utilidade na reconstituição de um passado recente, marcado pela Proclamação da República, avaliado e narrado de forma distinta pelos biógrafos. Aqueles que tinham como ofício a historiografia, João Dornas Filho e Jonathas Serrano, produziam biografias em que contexto e personagem interagem de uma forma menos rígida e estática do que nas biografias escritas por autores desvinculados do fazer historiográfico, como Antônio Gontijo de Carvalho.

Na obra de Serrano é possível visualizar a existência de um fazer biográfico desvinculado da história política e preocupado com a história das idéias nacionais, produzindo uma narrativa que articula história, pensamento, região e identidade. Dornas Filho, quando escreveu a biografia de Silva Jardim, era iniciante no fazer historiográfico. Trata-se de um dos primeiros livros do historiador mineiro que, mais tarde, irá se dedicar aos estudos sobre a história e a cultura mineira²³³. Nessa obra, a história da proclamação da República é narrada segundo a trajetória de Silva Jardim situada em meio aos personagens envolvidos no episódio, procurando descrever as ações de cada ator: Deodoro, Constant, Bocaiúva, Patrocínio etc. no desfecho da ‘revolução’. Esta perspectiva foi retomada por outro historiador mineiro que escrevera sobre as ‘proclamações da

232 SERRANO. *Farias Brito – O homem e a obra*. São Paulo: CEN, 1940. 258-276

233 Não há estudos sistemáticos sobre a obra do historiador itaunense João Dornas Filho. Destaca-se o professor Geraldo Fernandes Fonte Boa que irá produzir uma biografia sobre Dornas Filho. Cf. FONTE BOA, Geraldo Fernandes. João Dornas Filho. *Arcádia – Academia de Letras de Pará de Minas*. Ano 10. Edição Especial Dezembro/2007. 5.

república’ ressaltando que ‘não há inocência na briga pela delimitação do papel de cada uma dessas personagens. Por trás da luta, há disputa de poder e há visões distintas sobre a natureza da República’²³⁴.

Antônio Gontijo de Carvalho, que escrevera sobre Calógeras, era biógrafo, porém, compreendia o fazer o biográfico como a escrita dos principais traços de personalidades do mundo político. Suas obras *Vultos da República*²³⁵, *Estadistas da República*²³⁶, *Homens e cousas do Brasil*²³⁷ e *Ensaios Biográficos*²³⁸ são exemplares deste tipo de biografia que procura traçar ‘perfis’ e ‘fornecer aos biógrafos alguns dados sobre ‘Homens e Cousas do Brasil’²³⁹. Nesse caso, portanto, não se trata do fazer biográfico que procura situar-se no interior daquele ‘revisionismo factual’, lembrado por José Honório Rodrigues, operante nos anos 1930 e que provocara ‘formidável cognição nacional’. É possível visualizar, a partir destes primeiros exemplares, as diferentes maneiras que poderiam nortear a escrita biográfica nas décadas de 1930-1940 no Brasil. É patente nestas obras biográficas que abordam o período republicano, o esforço em produzir sínteses e/ou elencar acontecimentos que ainda não eram tratados de forma aprofundada pela historiografia geral. Ao observarmos, no próximo tópico, obras biográficas que visavam o Império, notaremos que o fazer biográfico poderia se revestir de maior profundidade e densidade de análise, relacionando-se de maneira crítica e/ou revisionista com o saber historiográfico instituído e produzindo interpretações singulares acerca da história do Brasil.

História do Império nas Biografias

Lemos Brito: A Independência nos passos de Frei Caneca

José Gabriel de Lemos Brito inicia a biografia de Frei Caneca com constatação similar àquela de Jonathas Serrano acerca da falta e precariedade dos documentos para se escrever história no Brasil. Seria devido a esta falta que ‘ainda hoje nos poucos documentos existentes nos arquivos e publicações sobre Frei Caneca é evidente a confusão em torno de seu nome’. Lemos Brito cita o manuscrito *O Suplício do Caneca* – Suplemento ao Tomo LI da Revista do IHGB, ano de 1888 – no qual o nome do pernambucano seria Frei Joaquim Pegado Caneca, porém o biógrafo afirma que ‘em

234 Cf. CARVALHO, José Murilo de. *CARVALHO, José Murilo de. A Formação das Almas – O imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1990. 36.

235 CARVALHO, Antônio Gontijo. *Vultos da republica: David Campista, Carlos Peixoto, Gastão da Cunha: Esforços Biográficos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1936.

236 CARVALHO, Antônio Gontijo. *Estadistas da República*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1940.

237 CARVALHO, Antônio Gontijo. *Homens e cousas do Brasil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1937.

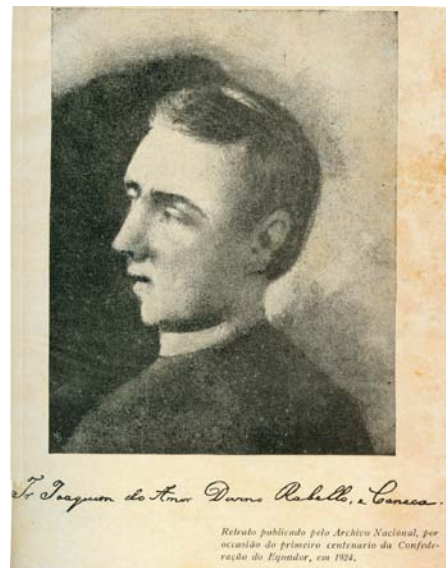
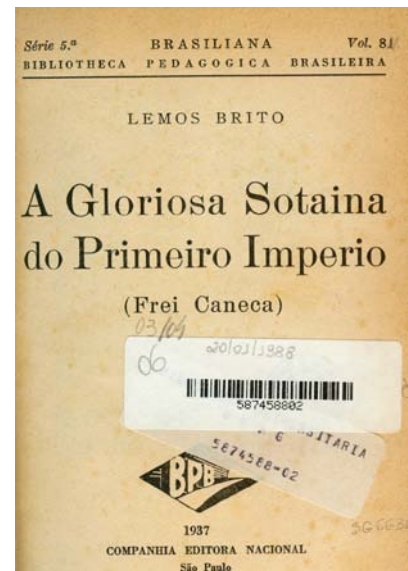
238 CARVALHO, Antônio Gontijo. *Ensaios biográficos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1951.

239 CARVALHO, Antônio Gontijo. *Homens e cousas do Brasil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1937. 5.

nenhum outro documento vejo referência a esse “Pegado” de forma que o nome correto é Frei Joaquim do Amor Divino Rabello’. O ‘Caneca’ teria sido acrescentado pelo frei ‘para mostrar que não se sente humilhado da condição obscura do progenitor’²⁴⁰ que era tanoeiro²⁴¹.

Sobre os pais de Frei Caneca, sempre se recorre à declaração feita no jornal *Typhis Pernambucano*, principal fonte do biógrafo, na qual o biografado afirma ser ‘filho de Domingos da Silva Rabello e Francisca Alexandrina de Siqueira’, de forma que, sobre seu pai ‘todos sabem que ele é dos ruivos de Fora de Portas’. Já acerca de seus antecedentes mais longínquos, suas declarações apontam para uma tataravó chamada apenas de ‘Maria das ***’, ‘Maria sem sobrenome’ segundo Marco Morel, que tanto podia ter sido ‘alguma Tapuia, Potiguar, Tupinambá’ como também ‘alguma rainha Ginga’. De qualquer forma, Lemos Brito lembra-nos que ‘quase nada se sabe a respeito de Frei Caneca antes de sua ordenação’²⁴².

Sobre o biografado, Lemos Brito constata que ‘sua individualidade ainda procura quem lhe avive os contornos e defina os traços característicos de seu másculo caráter’, mas é difícil encontrar ‘o material que se carece para a construção de tal monumento’²⁴³, cuja glória é título na obra. Tal dificuldade, para o biógrafo, diz respeito ao fato de ‘tratar-se de um traidor’ e daí o ‘esquecimento pela história do Império’²⁴⁴. Talvez por essas dificuldades, Lemos Brito prefira qualificar sua obra de um volume ‘destinado a giz as grande linhas desta máscula personalidade’ no qual não caberiam



240 BRITO, José Gabriel de Lemos. *A gloriosa sotaina do Império: Frei Caneca*. São Paulo: CEN, 1937. 27-28.

241 Estas informações e muitas das seguintes são reproduzidas por Evaldo Cabral de Mello em seu *Frei Caneca ou a outra independência*. In: *Frei Joaquim do Amor Divino Caneca*. São Paulo: Ed 34, 2001; e por Marco Morel no livro *Frei caneca - entre Marília e a Pátria*. Rio de Janeiro: FGV, 2000; o que revela, por um lado, que esta obra fixou os principais traços e aspectos historiográficos acerca da biografia de Frei Caneca e, por outro, que a historiografia pode ‘facilmente’ ‘esquecer-se’ de historiadores ‘obscuros’, pois os dois autores, Evaldo Cabral de Mello e Marco Morel, não citam Lemos Brito, apesar de os três chegarem às mesmas conclusões em vários aspectos de suas obras.

242 BRITO, José Gabriel de Lemos. *A gloriosa sotaina do Império: Frei Caneca*. 1937. 28-29.

243 Esta afirmação é corroborada por Cabral de Melo que lamenta o fato de ‘ao contrário de Pedro I ou de José Bonifácio, Frei Caneca não chegou a ser uma figura nacional’. MELLO, Evaldo Cabral. *Frei Caneca ou a outra independência*. *Frei Joaquim do Amor Divino Caneca*. São Paulo: Ed 34, 2001. 15.

244 BRITO, José Gabriel de Lemos. *A gloriosa sotaina do Império: Frei Caneca*. 1937. 35-36. Para Cabral de Melo tal ‘esquecimento’ é fruto do ‘peso da tradição saquarema na historiografia brasileira da Independência’. MELLO, Evaldo Cabral. *Frei Caneca ou a outra independência*. *Frei Joaquim do Amor Divino Caneca*. São Paulo: Ed 34, 2001. 16.

‘as investigações e pormenores de ordem cronológica e propriamente biográficas’²⁴⁵. E, apesar desta qualificação, não se pode afirmar que as biografias de Caneca escritas posteriormente foram mais profundas ‘nas investigações e pormenores’.

Os traços ou linhas biográficas serão, portanto, o que irá direcionar a narrativa biográfica. O fato de Frei Caneca não ser celibatário é um destes traços. Lemos Brito afirma que aos versos em prol do celibato escritos por Delavigne, Caneca preferiria os de Émile Augier: ‘Le celibat, morne, deserte et rude/N’est plus la liberté, mais bien la solitude’. E, prova de que o Frei teria adotado a última perspectiva são suas cartas às três filhas, Carlota, Joana e Ana. Esta paternidade, porém, nunca fora pública, porque os ‘que lhe herdaram o sangue’ eram ‘submissos ao preconceito social e tementes ao escárnio público’. O biógrafo então se escusa: ‘não seremos nós quem lhes descubra a ascendência’²⁴⁶.

Outro traço que o biógrafo aponta em Caneca é o fato de este ser ‘o maior erudito brasileiro do seu tempo’. E, lamenta mais uma vez Lemos Brito, que ‘nem mesmo sob este aspecto se tenha desbravado convenientemente a personalidade ímpar do heróico pernambucano’. Segundo Lemos Brito, Caneca é ‘escritor exímio’ e ‘gramático profundo’, de forma que, ‘nesta hora em que se discute, até sob as arcadas da constituição, a reforma ortográfica, vale recordar as idéias do frade pernambucano’. Assim, a figura de Caneca poderia ser recuperada na medida em que ‘há mais de cem anos é Frei Caneca um defensor da simplificação da linguagem’²⁴⁷.

Além da gramática, que estudou dividida em etimologia, ortografia, prosódia e sintaxe, Caneca teria se dedicado à poesia e escrito um tratado de eloquência. Era ‘familiar aos Lusíadas’, ‘bebia no latim’ e não era ‘coleccionador de aforismos e apólogos através das coletâneas já traduzidos de terceiros’. Mapeando as leituras efetuadas por Caneca, Lemos Brito destaca o fato de o frei ser ‘inimigo dos estudos superficiais’ tendo sido pensador profundo e conhecedor da história antiga e moderna. Caneca teria se formado, na leitura dos antigos, Ovídio, Plínio, Sêneca, Quinto Curcio e dos modernos Antoine Augustine Calmet, Jacopo Facciolati e Mirabeau, dentre outros. Além disso, Lemos Brito percebe em seu biografado leituras da imprensa estrangeira, de forma que, as ‘folhas de Londres, Paris e Buenos Aires passam-lhe pelas mãos’²⁴⁸.

Na análise da produção e atuação do publicista Caneca, o biógrafo Lemos Brito não deixa de lembrar que o jornalista ‘de um século atrás é um misto de doutrinador, de polemista, de mestre-escola, de agitador e de tribuno’ e ‘os jornais que se editam nesse rumoroso período da nossa formação política são meros periódicos, publicações de pequeno formato, raro primando pelo

245 BRITO, José Gabriel de Lemos. *A gloriosa sotaina do Império: Frei Caneca*. 1937. 31.

246 BRITO, José Gabriel de Lemos. *A gloriosa sotaina do Império: Frei Caneca*. 1937. 41

247 BRITO, José Gabriel de Lemos. *A gloriosa sotaina do Império: Frei Caneca*. 1937. 46-48.

248 BRITO, José Gabriel de Lemos. *A gloriosa sotaina do Império: Frei Caneca*. 1937. 16; 48-54.

cuidado da arte gráfica'. Jornais que experimentavam, à época do biografado, o 'regime inflexível da censura', de maneira que o 'Typhis como que reivindica o programa do *Patriote Français*, de Brisot, político, nacional, livre, independente da censura e de toda espécie de influência'. E será logo após a chegada em Recife da lei de liberdade de imprensa de 22/11/1823 que Caneca lançará o primeiro número de seu jornal que, dentre outras coisas, 'dá notícia da dissolução da Constituinte'. Caneca lamentou: 'Para desgraça deste Império, realizaram-se os temores dos que sabiam pesar o perigo da força armada nas mãos de um príncipe jovem, rodeado de lisonjeiros sem caráter, inimigos encarniçados do Brasil'²⁴⁹.

Neste processo, segundo o biógrafo, fica evidente, dentre outras coisas, o 'entrechoque no seio mesmo da Igreja'. O próprio Frei Caneca 'insurge-se contra a interpretação de certos textos sagrados, relativos ao respeito dos cristãos às autoridades civis', pois enquanto o Cabido de Olinda põe-se 'abertamente ao lado do torno, os párocos seguem o facho da idéia nova, pregam doutrinas revolucionárias', a despeito das ameaças do Cabido e do Imperador. Após a dissolução da Constituinte, Caneca julga Dom Pedro um 'novo anátema de escravidão' e, quando o Imperador reclama as tropas das províncias para a proteção da Corte, devido à possibilidade de um ataque português, o Frei incita: 'Que traição! Que perfídia! E ainda dirá Sua Majestade que é nosso defensor perpétuo? Defensores desta qualidade são defensores?'²⁵⁰.

Para além dos embates políticos de projeção nacional travados entre o Frei e o Imperador, Lemos Brito procura, ao caracterizar a prática jornalística no período, retomar os períodos que marcavam a linguagem do jornal. Criticando José Gama, redator do jornal *Arara Pernambucana* e seu adversário político e intelectual, Caneca lança, segundo seu biógrafo, um 'primor de graça e construção':

*És uma Arara na crueldade e na língua bífida: abutre no fétido e no gosto pela podridão; condor na voracidade; falcão no bico negro e aguçado; gavião na audácia; macho nos maus agouros; pavão no orgulho; cuco na ingratidão; e para acabar de uma vez o teu retrato, debaixo da figura de Arara, és um diabo, inda é pouco, és um arqui-diabo*²⁵¹.

Outra vítima de seu vocabulário ácido teria sido o capitão José Martins sobre o qual Caneca escreve: 'Que Militar! Que capitão para conduzir a sua companhia ao perigo e à glória! Nem no Império de Monomotapa, em que as tropas são de mulheres, se encontra um oficial como Martins'²⁵². Segundo seu biógrafo, Frei Caneca era 'implacável, quando se opõem a causa de seu

249 Cf.: BRITO, José Gabriel de Lemos. *A gloriosa sotaina do Império: Frei Caneca*. 1937. 64-65; 56-58; 59.

250 Cf.: BRITO, José Gabriel de Lemos. *A gloriosa sotaina do Império: Frei Caneca*. 1937. 61-62.

251 Cf.: BRITO, José Gabriel de Lemos. *A gloriosa sotaina do Império: Frei Caneca*. 1937. 71.

252 Cf. BRITO, José Gabriel de Lemos. *A gloriosa sotaina do Império: Frei Caneca*. 1937. 71.

liberalismo'. Para além dos traços específicos da figura do biografado, Lemos Brito não deixa de situar o lugar de Caneca na historiografia brasileira.

De fato, segundo o biógrafo Lemos Brito, 'Frei Caneca entra na história do Brasil com a revolução de 1817' e lembra que Varnhagen e Pereira da Silva 'não lhes é benévolo'. O biógrafo não acredita nas causas do movimento apontadas pelos 'estadistas do tempo como sendo manifestação de estreito regionalismo, açulada pela ambição inconfessável, de mando e dinheiro', causas estas que a historiografia de Varnhagen teria adotado. Lemos Brito é cético quanto aos motivos das revoluções em geral e considera 'arriscado atribuir a um determinado fator ou elemento, em função do tempo, a autoria exclusiva delas'²⁵³.

Para ele, 1817 é 'um drama invulgar, de grande força' e lamenta que 'todos quanto se levantam contra certos governos latino-americanos são comumente expostos à opinião universal como bandidos'. As causas da revolução de 1817 seriam frutos da 'ânsia de liberdade nacional e de democracia' e da 'fermentação crescente dos desgostos e das aspirações da nova raça, que julga cada dia mais com direito à posse mansa e pacífica da terra onde nasceu'. Esta 'raça' seria aquela dos nascidos no Brasil 'com maior ou menos grau de caldeamento europeu ou autóctone' e motivados pela 'carga de sofrimento e ódios que em toda parte se acumulam na alma dos humilhados contra os humilhadores, e estes são os filhos da metrópole, por isso mesmo chamados, em sinal de repúdio, mascates, marotos, marinheiros, pés de chumbo'. Por outro lado, os nativos, os quais Lemos Brito também qualifica de patriotas, teriam 'feridos seus melindres' quando chamados de 'cabrada e pés de cabra' pelos 'dominadores'²⁵⁴.

Nesta perspectiva, os revolucionários de 1817 'foram uns sonhadores. Não foram os aproveitadores do sacrifício da população'. E lembra o biógrafo: 'Se houvessem triunfado, seriam heróis. Vencidos, tiveram a sorte de todos os vencidos: sentaram-se no banco dos réus e se viram expostos aos lábios dos vencedores'. O 'riso do vencedor' é ilustrado no seguinte dizer de 'um português':

*Os cabras, mulatos e crioulos, diziam que eram todos iguais e não haviam de casar senão com brancas das melhores: teme, porém, regalado o chefe do bloqueio Rodrigo José, porque têm levado na grade da cadeia trezentos, quatrocentos, quinhentos açoites, mulatos, forros e crioulos, até aqueles a quem o Provisório fez oficiais. Andam muito murchos agora, já tiram o chapéu aos brancos, e nas ruas apertadas passam para o meio para deixar passar os brancos...*²⁵⁵

253 BRITO, José Gabriel de Lemos. *A gloriosa sotaina do Império: Frei Caneca*. 1937. 123-124.

254 BRITO, José Gabriel de Lemos. *A gloriosa sotaina do Império: Frei Caneca*. 1937. 123-126.

255 BRITO, José Gabriel de Lemos. *A gloriosa sotaina do Império: Frei Caneca*. 1937. 127.

Procurando compreender a Revolução de 1817, Lemos Brito recorre aos escritos de Hypolito José da Costa que, de Londres, no seu famoso *Correio Brasiliense*, afirmava que a revolução seria ‘motivada por um descontentamento geral e não por maquinações de alguns indivíduos’. Trata-se, antes, para o biógrafo, da insatisfação de um povo cujos ‘nativos eram liberais, mais por instinto que por educação’ e por serem ‘mantidos na penúria econômica, sem voz ativa nos concílios em que se traçavam seus próprios destinos, escorchados pelos tributos, diminuídos e tratados com pulso de ferro, os brasileiros viviam descontentes’. As lojas maçônicas, que ‘desde 1801 pretendiam forçar a independência do país’, também são tidas como causas do movimento²⁵⁶.

Várias são as considerações do biógrafo sobre este movimento de 1817, buscando os depoimentos dos participantes, como os do Monsenhor Muniz Tavares; das ‘testemunhas oculares’ como Hypólito José da Costa; da historiografia, principalmente em João Ribeiro e Oliveira Lima. Sobre a participação de Frei Caneca neste movimento de 1817, Lemos Brito lembra que ‘nos que escreveram sobre a Revolução de 1817 pouco se há de encontrar a respeito de Frei Caneca’. De forma que, ao lado dos chefes deste movimento, como Domingos José Martins, ‘o frade do Carmelo pernambucano não tem aí altitude suficiente para ombrear com eles e muito menos para os ensombrar aos olhos da posteridade’²⁵⁷.

Em 1817, Frei Caneca teria ‘chegado quando os entendimentos estão feitos’ e se ‘alista voluntário (...) nas forças expedicionárias’. Segundo Lemos Brito, os ‘méritos intelectuais de Frei Caneca o impõem de tal maneira que logo o escolhem para conselheiro’. A partir de então, ‘seu nome espalha-se pela tropa’ e ‘os realistas conhecem-no como um animador tenacíssimo da resistência’. Quando o movimento é debandado, Caneca ‘não foge; deixa-se prender’. Seu biógrafo exclama: ‘por quanta humilhação inútil o fazem passar!’. Em seu pescoço, ataram-lhe uma grossa corrente de ferro e ‘com a cabeça descoberta, ele e mais três amarrados os braços com cordas, precediam a marcha dos demais, que em filas caminhavam (...) na populosa cidade do Recife’. Irão cumprir a pena na Bahia, para onde vão ‘tais e quais os escravos africanos que a bruteza dos negociantes de carne humana empilha no fundo dos navios negreiros, nos intermináveis cruzeiros do Atlântico...’ Caneca era o



256 BRITO, José Gabriel de Lemos. *A gloriosa sotaina do Império: Frei Caneca*. 1937. 128-129.

257 BRITO, José Gabriel de Lemos. *A gloriosa sotaina do Império: Frei Caneca*. 1937. 143-144.

preso n° 205²⁵⁸.

E será na prisão da Bahia, em um ‘inferno dos vivos’, que ‘Caneca, Antônio Carlos e outros’ criarão uma ‘escola de altos estudos’, uma ‘permanente tertúlia em que se realizam os mais belos jogos florais da inteligência’. Lemos Brito procura narrar, porém, as práticas e finalidades do ergástulo. Os que estão nos cárceres da Relação seriam ‘empilhados’ não se distinguindo ‘indiciados e criminosos de direito comum’ e escravos. Estes últimos ‘ali vão receber castigo de açoites’, trata-se, segundo o biógrafo, de uma ‘punição cruel, geralmente por ligeiras faltas e deslizes, arrancando-se a carne dos desgraçados em lanhos, todos os dias, até perfazer o número de açoites combinado, que ascendem muitas vezes a 500!’. Para completar e ‘enegrecer o quadro’, Lemos Brito aponta outros elementos:

*as correntes que os míseros arrastam; os contínuos castigos; o espetáculo de seres humanos abertos em chagas pelos algozes, e que, a falta de tratamento, enchem o ar de exalações horríveis; o fumo dos fogaréis e dos cornos trabalhados pelos presos na sua curiosa indústria, que ainda hoje é a indústria das cadeias do norte; a detestável alimentação (...)*²⁵⁹.

E é nesta prisão²⁶⁰, onde ‘como alguém dissera da Bastilha, dela se pode afirmar que guarda cinco inocentes, pelo menos, em cada dez de seus reclusos’, que Caneca desempenha os papéis de ‘professor, gramático e poeta’ e elabora um breve compêndio de gramática portuguesa. Lemos Brito faz menção a duas senhoras, D Cândida e D Rosa, sobre as quais ‘temos dúvidas em afirmar tratar-se de freiras’, que teriam intercedido junto ao conde d’Arcos para enviar aos presos ‘sobras de alimentos e um comércio intelectual’. Este comércio intelectual teria nutrido a ‘miniatura de universidade’ onde

*Muniz Tavares e Felipe Mena Calado da Fonseca são os professores de francês (...), Francisco Martins e Antônio Carlos Ribeiro de Andrada e Silva dão aulas de inglês (...) também se prelecionam lógica, direito natural, direito civil. Pedro da Silva Pedroso ensina aritmética e álgebra, Frei Caneca geometria e cálculo*²⁶¹.

258 BRITO, José Gabriel de Lemos. *A gloriosa sotaina do Império: Frei Caneca*. 1937. 144-148.

259 BRITO, José Gabriel de Lemos. *A gloriosa sotaina do Império: Frei Caneca*. 1937. 149-150.

260 O interesse de Lemos Brito pela descrição do regime e dos espaços presidiários brasileiros parece ressoar a própria formação do biógrafo referente às organizações prisionais. Lemos Brito, já em 1919, sob a alcunha de membro do Instituto Histórico Geográfico da Bahia, fez a apresentação, ‘ao governo do Estado da Bahia’, das ‘Colônias e Prisões do no Rio da Prata’. cf. *Colônias e Prisões no Rio da Prata – Breve exposição apresentada ao governo do Estado da Bahia, em 5/8/1919*. Bahia: Livraria Catilina de Romualdo dos Santos, 1919. Na década de 1920, *Os sistemas penitenciários do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1924-1927. E, em 1930, fez *Les prisons du Brésil; briève exposition écrite par invitation de m. le dr Vianna do Castello*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1930. O caso de Lemos Brito aponta para a possibilidade do enriquecimento das temáticas historiográficas, nesse caso de uma ‘história dos sistemas penitenciários’, fomentada, justamente, pelas ocupações que os escritores poderiam ter para além da escrita histórica.

261 BRITO, José Gabriel de Lemos. *A gloriosa sotaina do Império: Frei Caneca*. 1937. 150-159.

Após quatro anos no cárcere, Frei Caneca ‘sai da cadeia baiana com a inteligência mais ágil e mais culta, com o caráter mais rijo’. O ambiente político em Recife, segundo Lemos Brito, seria marcado pela presença das Sociedades Secretas. O autor lembra que não haveria partidos, mas ‘agrupamentos de interesses e de idéias que ao alvorecer do Império se formam, mormente ao redor do soberano’. Assim, se por um lado o biógrafo aceita a ‘denominação que os escritores e os homens desse tempo dão a tais organizações’, por outro lado, ele esclarece que a essas organizações falta a ‘entrosagem’, ‘o programa’, ‘os órgãos autorizados de comando’, por fim, ‘o sentido da efetividade, o fundamento numa série de aspirações coordenadas da sociedade política e economicamente organizada’²⁶² que caracterizaria os partidos modernos.

Essas formações espontâneas seriam ‘obra dos grupos, dos que, senhores de posições, até a véspera, não as querem perder’ e também daqueles que, brasileiros, ‘tendo conquistado a independência, acodem ao pregão dos patriotas, ansiosos de afastar os estranhos à nacionalidade e segurar o timão do Estado com mão firme, resoluta’. O choque faz-se inevitável. O autor lembra que ‘à sombra dos partidos vicejam as seitas, e nas horas de transição da história sempre tiveram papel importante em todos os países as associações secretas’. Lemos Brito enumera os clubes franceses, as sociedades italianas, os núcleos carbonários portugueses e espanhóis e lembra que ‘em numerosas delas, entretanto, não foi o amor da pátria e da liberdade o elemento condutor das vontades’. Mas uma associação o autor garante ser de longa data e caracterizada por ‘nobres e alevantadas aspirações’: a Maçonaria. Esta teria sua ‘hora de prestígio’ no Brasil e a ‘independência é obra principalmente sua’. Uma das fontes que o autor mobiliza para tal caracterização da independência é o livro de Manoel Joaquim de Menezes ‘Exposição Histórica da Maçonaria no Brasil’. A Maçonaria, na província do Rio de Janeiro, teria não apenas sido o ‘centro atrativo, expansivo, luminoso e diretor de todo movimento libertador’ como a força que garantiria a ‘integridade do Império’²⁶³.

Mas, o que importa nesta biografia é a caracterização do ambiente político em Pernambuco e não na Corte. E, para tal, o biografado Frei Caneca é tomado como fonte para o mapeamento das Sociedades Secretas que atuavam em Recife. Nas ‘Cartas de Pítia a Damão’, escritas pelo Frei, Lemos Brito encontra ‘um interessante histórico de tais sociedades’ enumerando-as: a Maçonaria, a Jardineira ou Keroptica, o Apostolado e a São José ou Beneficência. A última teria sido ‘uma associação de bons sentimentos, com o objetivo de combater a imoralidade reinante e prodigalizar benefícios aos necessitados’. Já a Jardineira ou Keroptica e o Apostolado ‘eram

262 BRITO, José Gabriel de Lemos. *A gloriosa sotaina do Império: Frei Caneca*. 1937. 159-161.

263 BRITO, José Gabriel de Lemos. *A gloriosa sotaina do Império: Frei Caneca*. 1937. 161-164.

francamente políticas'. Sobre a Jardineira, que era perseguida, Caneca escreve que: 'o seu fim é unicamente o socorro da humanidade reprimida pelos revezes da cega fortuna, ou das injustiças da tirania'. Já sobre o Apostolado, que tem por objetivo 'a volta ao vice-reinado e ao regime anterior à constituição e às revoluções liberais', escreve Caneca, desta vez no 'Sentinela da Liberdade', que se trata de um

*clube de corrompidos ou estúpidos aristocratas, propagadores de malvada fé na monarquia absoluta, despotismo e tirania atroz, dirigida a conservar um ramo da dinastia de Bragança, absoluto e arbitrário, a fim de sermos açoitados com ferros e ossos dos nossos antepassados, que por fracos tanto sofreram*²⁶⁴.

Em sua reconstituição da trajetória de Frei Caneca, Lemos Brito busca, portanto, situar o biografado nos debates políticos promovidos na época no interior destas sociedades, dentre as quais a Maçonaria, que é tida por Caneca como 'a grande força oculta que está orientando o Brasil nos rumos de um futuro feliz, e isto basta para que tome a sua defesa'. E o grande problema político, na perspectiva do Frei, é o fato de Dom Pedro não ser rei constitucional, mas absoluto. Esta opinião seria compartilhada por diversos canais da imprensa internacional mapeados por Lemos Brito no próprio jornal redigido por Frei Caneca, o *Typhis Pernambucano*. De fato, neste periódico encontraríamos a 'impressão desagradável que causa no estrangeiro a intervenção do monarca nos entreveros políticos', de forma que, a esse respeito, o *Times* e o *Chronicle* afirmariam que 'não é difícil prever que tendo S. M. traído seus juramentos, e enganado as esperanças do povo, o resultado dessa conduta será o estabelecimento de uma república, e o embarque de S. M. para a Europa'.²⁶⁵

Não seria outra a opinião do *Courrier Français* ao revelar que 'acredita-se que quando as províncias receberem a notícia da reação (dissolução da assembléia constituinte), tomarão, principalmente as do norte, medidas enérgicas, e talvez mesmo romperão todas as relações com o Rio de Janeiro'. Do mesmo modo tratariam do assunto o *Argos*, de Buenos Aires, a *Aurora*, de Montevideú, o *Português*, da Inglaterra; todos fariam 'as mesmas considerações e opiniões'. Dessa forma, Lemos Brito procura mapear, a partir de Frei Caneca, o debate público a respeito do melhor governo no Brasil, não só segundo os agentes do interior do país, a partir das Sociedades engajadas politicamente, como, também, segundo a opinião expressa em canais da imprensa internacional. Percebe-se, portanto, que a biografia de Frei Caneca começa a se desenhar como uma constelação de objetos e temas acerca do período que ronda a Independência brasileira tendo como ponto de

264 Cf. BRITO, José Gabriel de Lemos. *A gloriosa sotaina do Império: Frei Caneca*. 1937. 165-166.

265 Cf. BRITO, José Gabriel de Lemos. *A gloriosa sotaina do Império: Frei Caneca*. 1937. 167-177.

referência a trajetória do Frei²⁶⁶.

O tema central é a dissolução da Assembléia Constituinte de 1823. Sobre a questão da legitimidade ou não da ação tomada por D Pedro I, a historiografia já havia se manifestado na discussão histórica ocorrida em 1863 entre o Conselheiro José de Alencar e o Dr. Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello. Em um debate no qual se ‘comunga a religião da pátria’, Alencar defendera que ‘a assembléia constituinte exorbitou’; ‘que no conflito entre assembléia e a coroa, a iniciativa de abuso foi daquela’; ‘que se não sobreviesse a dissolução, graves calamidades resultariam para o país’; ‘que o projeto de constituição elaborado pela comissão da assembléia era perigoso e inexecutável’; ‘que a atual Constituição [em vigor em 1863] é mais liberal do que o projeto [da Assembléia Constituinte de 1823]’. Já Homem de Mello defendia que ‘havia na assembléia elementos de sobra para a confecção de uma constituição sóbria e bem coordenada’, de forma que ‘nunca passou de um ente de razão essa figurada luta estabelecida pela Assembléia contra o Imperador’, ‘uma falsa idéia apregoada por Armitage’²⁶⁷. Os dois autores permaneceram irredutíveis ao fim do debate, mantendo, portanto, ao menos duas interpretações historiográficas acerca dos acontecimentos de 1823-1824: uma a favor do Imperador e outra a favor dos deputados constituintes.

Lemos Brito conhecia este debate. Para ele, o ‘processo é sumarássimo’, tanto da dissolução da Assembléia, quanto da promulgação do novo projeto constitucional, de forma que, no que se refere à dissolução, esta irá imprimir ‘o terror’ na vida dos liberais, ‘com a prisão ou exílio das mais expressivas figuras daquele cenáculo’. Já a nova Constituição,

antes que o projeto chegasse as mais próximas câmaras do Império, em 20 de dezembro, o Senado da Câmara do Rio, neste caso verdadeiro ‘pau mandado’ da coroa, anuncia ao público que, havendo lido a obra prima dos estadistas de D Pedro ‘Não acha reflexão alguma a fazer e antes encontra uma prova não equívoca do liberalismo de SM, do seu Ministério e do seu Conselho de Estado, pois uma constituição mais liberal teria contra si a vontade geral do povo’²⁶⁸.

O debate sobre a legitimidade da ação do Imperador é central para a reflexão historiográfica, porque, em grande medida, este ato aparece como uma das causas centrais para os acontecimentos na província de Pernambuco em 1824. Por consequência, a ilegitimidade da ação

266 Cf. BRITO, José Gabriel de Lemos. *A gloriosa sotaina do Império: Frei Caneca*. 1937. 177-178.

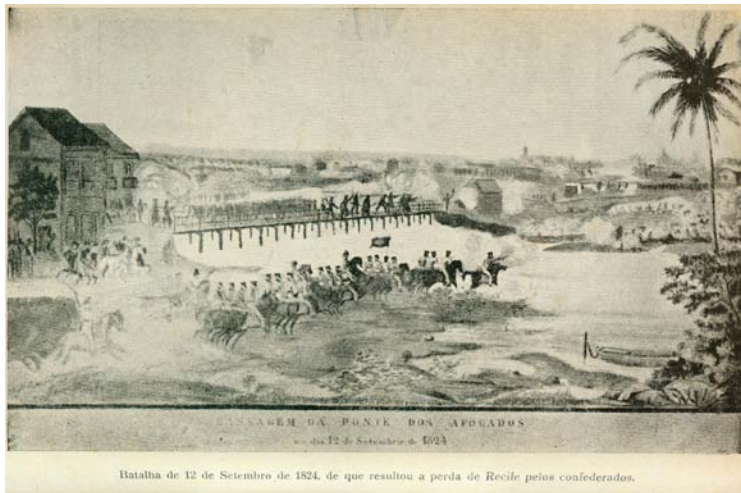
267 Cf. *Revista Trimestral do IHGB* – Tomo LXIV parte I, 1º e 2º Semestres. Rio de Janeiro: Cia Tipográfica do Brasil, 1901. 211-246.

268 Cf. BRITO, José Gabriel de Lemos. *A gloriosa sotaina do Império: Frei Caneca*. 1937. 185-186.

do Imperador poderia, como pretendemos demonstrar no capítulo seguinte, operar, indiretamente, a ‘legitimação’ da revolução pernambucana. Os conflitos surgiriam quando ‘a Província resolveu desobedecer, por sugestão do mesmo Frei Caneca, ao Imperador e recusar o juramento à Constituição’. A presença de Frei Caneca na trama pernambucana é explicitada pelos ‘períodos de fogo, imagens vigorosas, conceitos claros, pensamentos atrevidos’. Um destes períodos refere-se à resposta de Caneca frente à ameaça lançada pelo marechal e diplomata Felizberto Caldeira Brant Pontes, segundo o qual, à chegada do marquês do Maranhão, Lord Cockrane, à Pernambuco, a Constituição deveria estar jurada à ‘pena de guerra’:

Era melhor que viesse o mesmo marechal repetir em Pernambuco as cenas de 1817 porque, sem dúvida, nós lhe responderíamos com as de 1821 na rua da Mercês na Bahia, em que S ex para escapar ao Capitão Velloso, correu de gatinhas uma boa parte dela, repetindo naquela cidade a heróica ação de Bonaparte, quando trepou o monte do Grão São Bernardo na Suíça, só com a pequena diferença de que Napoleão subiu de gatinhas um monte insubível até então ao esforço humano, e S. ex. andou de gatinhas onde andam as crianças em pé²⁶⁹.

Tema de debate historiográfico, a dissolução da Assembléia Constituinte é, segundo Lemos Brito, defendida por Armitage que a considerava ‘incapaz de resolver-se’. Por outro lado, o biógrafo enumera Agenor de Roure, Luiz Francisco da Veiga, Joaquim Manoel de Macedo, Barão Homem de Mello e Bernardo Pereira de



Vasconcelos, todos contrários à dissolução. Para Homem de Mello, a dissolução teve conseqüências drásticas para a história da nação, pois, desde então, ‘nunca mais se atou o laço rompido da confiança nacional’. Lemos Brito abraça essa perspectiva e afirma que D Pedro ‘não se destaca, portanto, dos príncipes de seu tempo, incorpora-se ao séquito dos que desfraldam a bandeira das resistências à liberdade e da reconquista do poder absoluto que por força das circunstâncias lhes tem escapado das mãos’. Para o biógrafo, ‘tudo na Assembléia é sinceridade, exaltação democrática, ardor cívico’, de forma que, à ação de D Pedro de convocar a tropa e acionar os ‘canhões contra o palácio do parlamento’, cabe a denominação de José Bonifácio que,

269 Cf. BRITO, José Gabriel de Lemos. *A gloriosa sotaina do Império: Frei Caneca*. 1937. 189-191.

‘encaminhando ao exílio, é xingado e apedrejado’, e afirma: ‘hoje é o dia dos moleques’²⁷⁰.

Se a primeira causa para a revolução pernambucana é a dissolução da Assembléia Constituinte, a segunda causa, a gota d’água, pois diante dos recentes acontecimentos torna-se visível ‘a indisponibilidades das províncias ao poder central’, é a indicação de Francisco Paes Barreto, o Morgado do Cabo, para presidência da província de Pernambuco. E, mais uma vez, D Pedro é questionado quanto à sua prudência política, pois sabia o ‘monarca que os pernambucanos repelem Francisco Paes Barreto’. Assim, os pernambucanos responderiam a este ‘ato de força com um outro’, e proclamariam, ‘a 2 de julho de 1823, a Confederação do Equador, confederação porque esperam reunir num estrito laço federativo as províncias de Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará’. Lemos Brito destaca que a razão para as críticas à indicação do Morgado do Cabo advêm do fato de Paes Barreto ter se ‘colocado numa posição singular’ quando estava ‘recolhido à Cadeia da Relação na Bahia’ tendo ‘imposto’ a ‘separação entre grandes e pequenos, ricos e pobres, homens de cor e brancos de relevo social’. Essas atitudes não coadunavam com o espírito anti-aristocrático do Frei e daqueles que lhe seguiam o verbo. Quando Dom Pedro envia a repressão:

Compõe-se o Grande Conselho da Província da fina flor dos patriotas, ‘dos mais distintos pelas suas luzes, suas virtudes morais e cívicas’ (...) Frei Caneca assume o papel de relator das mais complexas questões, que lhes cabe resolver, ainda que ao preço da sua liberdade futura, ou de sua própria vida²⁷¹.

Como relator, Caneca defende que ‘não se deve dar a posse no governo ao Morgado do Cabo’ e, a partir de então, segundo Lemos Brito, ‘*Alea jacta est*, a sorte, o destino de Pernambuco está lançado’. O ‘incendiário’ Frei Caneca passa, em seus escritos, a se dirigir diretamente ao imperador e quando este ordena a retirada dos navios da baía de Pernambuco, que tinham como função evitar qualquer tipo de tentativa de reconquista por parte de Portuguesa, Caneca exclama:

Como tem S M desempenhado o título de defensor perpétuo do Brasil, título em que S M pôs toda a sua glória? Oh, desgraça! A primeira ocasião, que se oferece de cumprir com esse dever, torce S M, foge a defesa, e nos deixa em desamparo, entregues unicamente a nossos recursos, energia e valor! Que traição! Que perfídia!²⁷².

Lemos Brito lembra que a vilta de traidor é a ‘mais infamante’ e que Caneca faz chacota com a figura do Imperador quando, ao afirmar que D Pedro é falso defensor, recorda um ‘prolóquio português: amante que não dá, e faca que não corta, que se perca pouco importa’. Mas, à chegada dos cariocas, nome empregado pelos pernambucanos às tropas imperiais, inicia-se a jornada dos

270 Cf. BRITO, José Gabriel de Lemos. *A gloriosa sotaina do Império: Frei Caneca*. 1937. 200-220.

271 Cf. BRITO, José Gabriel de Lemos. *A gloriosa sotaina do Império: Frei Caneca*. 1937. 220-225.

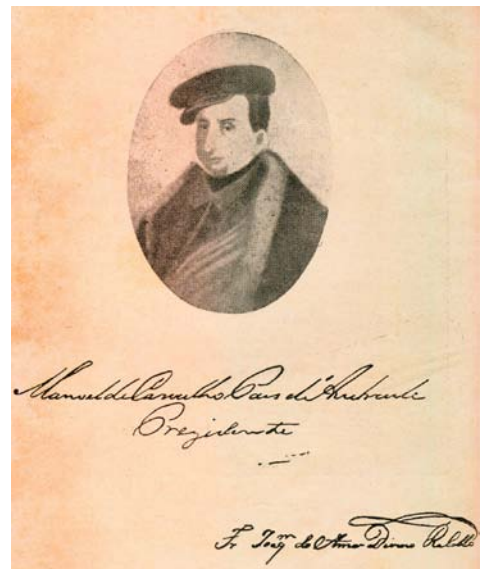
272 Cf. BRITO, José Gabriel de Lemos. *A gloriosa sotaina do Império: Frei Caneca*. 1937. 225-230.

confederados saindo de Olinda em direção ao Ceará. Estes, em Poço Comprido, interior de Pernambuco, organizam a ‘Divisão pomposamente chamada de Divisão Constitucional da Confederação do Equador’. Segundo Lemos Brito, ‘a marcha dessas forças reunidas oferece motivo para uma tela histórica, de surpreendente efeito’. A narrativa biográfica torna-se, neste momento, narrativa de viagem, da peregrinação que estas três mil pessoas realizaram a fim de atingir o Ceará. Seriam na maioria mulheres e crianças, pois ‘nessa retirada heróica todos que pode levam consigo suas famílias’²⁷³.

Na extensa jornada, na qual ‘a indisciplina é manifesta’ e ‘as tropas em confusão’, o diário de Caneca surpreende o biógrafo com períodos que revelam no incendiário um ‘enamorado da natureza, um observador atilado, um cronista minucioso’. Neste sentido, Caneca comporia tanto imagens bucólicas em meio ao sertão, dando notícia deste lugar cuja ‘localidade, o seu arvoredado e atmosfera, tudo coopera para uma habitação deliciosa e tranqüila, onde o homem pode entregar-se à filosofia e à meditação’; quanto trechos sobre as ‘excelências da carnaubeira’ ao lembrar que

dela fazem cumeeiras, frexaes, caibros e ripas. Das palhas, tecem-se esteiras e cordas para diversos usos. Das raízes, além de serem uma espécie de salsa antivenérea, se sustentam os porcos e outros animais. Das folhas se tira cera, e das bruscas, onde se acham os frutos, usam para aquecer fornos’²⁷⁴

A coluna dos confederados, porém, se faz ‘cada vez mais penosa’ e, apesar de compostos os batalhões, sempre que ‘descoberto o inimigo, os comandantes da guarda avançada e do primeiro batalhão põem-se a discutir sobre a quem cabe dar as ordens de sentido e formação, permitindo, assim, aos legalistas atacá-los de sopetão’. A imagem da coluna ganha os contornos das ‘estradas péssimas’, da ‘gente estropiada pelos caminhos’, dos ‘soldados que caem de fome como de bala’. A capitulação, a princípio, apenas seria aceita mediante condições que envolviam a ‘evacuação de Recife pelas tropas imperiais e a instalação da assembléia constituinte do Brasil, num ponto onde não se exerça a pressão das armas do Rio de Janeiro’. Mas, após ‘uma jornada de oitenta dias de marchas e contramarchas’, ‘esses valentes entregam-se sem condições, confiados à benevolência de um chefe subalterno’ e



273 Cf. BRITO, José Gabriel de Lemos. *A gloriosa sotaina do Império: Frei Caneca*. 1937. 231-239.

274 Cf. BRITO, José Gabriel de Lemos. *A gloriosa sotaina do Império: Frei Caneca*. 1937. 240-243.

*o que se segue não é mais a marcha de uma coluna, é a caminhada de um punhado de vencidos, presos, sob guarda, de terra em terra, maltratados, humilhados, militares, chefes paisanos, eclesiásticos*²⁷⁵.

A chegada dos prisioneiros em Recife é acompanhada por ‘gente de toda parte’ que quer contemplar os que até ontem eram ‘senhores de Recife, chefes de um movimento que abalara o Império’ e agora são ‘sujos’, ‘andragosos’, ‘barba por fazer’, ‘vencidos entre baionetas do Imperador’. Um tribunal militar de exceção será convocado para julgar, a ‘mando de S M, sumaríssimamente e verbalmente’ os réus, ‘proibindo a subida de qualquer recurso ou suplício até o torno’. Frei Caneca é o primeiro a ser julgado sob a acusação de ‘escritor de papéis incendiários’. Lemos Brito destaca a ‘astúcia’, ‘a firmeza’ e o ‘equilíbrio perfeito’ de Caneca frente a um tribunal ‘inclemente’ no qual o frade carmelita nega ter manifestado ‘desejo de separação’. No que diz respeito à Confederação e a proposta de separação, ainda que temporária, de PE, PB, RN e CE, Caneca teria defendido que ‘se alguma proposição existir donde isso se possa coligir, só a ele mesmo compete interpretá-lo’. Caneca advoga que em seus escritos o que havia era o esforço em ‘atender o apelo do próprio Imperador, o qual concitara as províncias a se prepararem para sua própria defesa na iminência de um ataque de Portugal’.

O historiador Lemos Brito sustenta que ‘os pontos da acusação a Frei Joaquim do Amor Divino e Caneca carecem de fundamento’:

*Na Confederação a república havia sido um meio e não um fim, e não foi ostensivamente pregada. Jamais se declarara, também, Pernambuco independente do Brasil. De fato, o que se havia resolvido sob inspiração de Frei Caneca foi: 1º – Não receber nem jurar o projeto governamental de constituição; 2º – negar posse a Francisco Paes Barreto e conservar no poder Manoel de Carvalho Paes de Andrade; 3º – enviar a d Pedro uma comissão encarregada de lhe fazer chegar às mãos as várias representações dos pernambucanos que lhes constaram não terem alcançado seu destino*²⁷⁶.

A Comissão Militar irá condenar Caneca por ter sido ‘o mais empenhado colaborador’ da ‘facção demagógica’ e do ‘plano tendente a desmembrar da geral associação do Império brasileiro a província de Pernambuco e eximi-la da obediência devida a S. M. I.’. A pena é a morte precedida de degradação canônica. Uma manifestação do clero em defesa da clemência para com o condenado é enviada à Comissão que a rejeita segundo a ‘imposição do Imperador’. Frei Caneca morre fuzilado pela tropa e é sepultado em uma catacumba, que mais tarde fora removida, e seus ‘ossos que ali dormiam’ foram ‘transportados para o mesmo convento e aí confundidos e desprezados’. O biógrafo dedica o último capítulo para uma breve descrição do ‘Imperador, seu

275 Cf. BRITO, José Gabriel de Lemos. *A gloriosa sotaina do Império: Frei Caneca*. 1937. 240-248.

276 Cf. BRITO, José Gabriel de Lemos. *A gloriosa sotaina do Império: Frei Caneca*. 1937. 250-287.

fastígio, sua queda e sua morte'²⁷⁷.



Para Lemos Brito, D Pedro e seu irmão D Miguel eram ‘psicopatas de nascença’. O autor ressalta que a princípio já trazem ‘a herança de uma degenerescência que marca a ferro em brasa quase todas casas reais da Europa’. D Pedro, especificamente, ‘cresce e faz-se rapaz neste ambiente saturado de ódio, de paixões lascivas, de perseguições e de maquinações’ fruto da união do ‘sangue quente’ da corte da Espanha com a ‘quietude’ ‘corrupta’ da corte portuguesa. D Pedro é pintado como um Imperador ‘amarrado ao velho conceito político da realeza por direito de herança, senão por direito



divino, e não se afeiçoa de maneira alguma ao ambiente da democracia e da constituição’. É um impiedoso, que preconiza a ‘volta do Brasil à união com a antiga metrópole’ e que conseguirá ‘preparar a revolução nas almas’ ao concorrer com a ‘liberdade’ que se ‘acendera nas províncias do norte’; com ‘os rancores despertados na nobre alma mineira’; com ‘os sonhos de completa independência dos paulistas’; com ‘os idealismos que inflamaram o coração dos fluminenses’; com ‘os sucessivos apelos dos baianos’; esta tensão teria se ‘refluído’ para a corte e sustentado os acontecimentos no ‘Campo de Aclamação’ no sete de abril de 1831 que depôs o Imperador²⁷⁸. 1831 é, portanto, atualizado como o desfecho de um processo histórico que se iniciara em 1822 ou, mesmo, em 1808.

O que pretendemos demonstrar nesta leitura dos aspectos historiográficos, mais precisamente, da narrativa factual da biografia escrita por Lemos Brito, é que esta insere a trajetória de Frei Caneca em uma complexa rede de temas e aspectos da história política do Brasil nos anos 1810 e 1820. Esta rede abarca desde os aspectos mais íntimos da singularidade individual do biografado, como os relacionados ao seu nome, suas origens familiares, sua erudição etc. até os temas e questões que formam o contexto de atuação de Frei Caneca. Aí poderia se citar o esforço do biógrafo em caracterizar o modo como a imprensa de ‘meros periódicos e publicações de pequeno formato’ operava nesse ‘rumoroso período’; da exposição de termos e vocábulos utilizados na época; do destaque à importância das sociedades secretas em Pernambuco e na Corte,

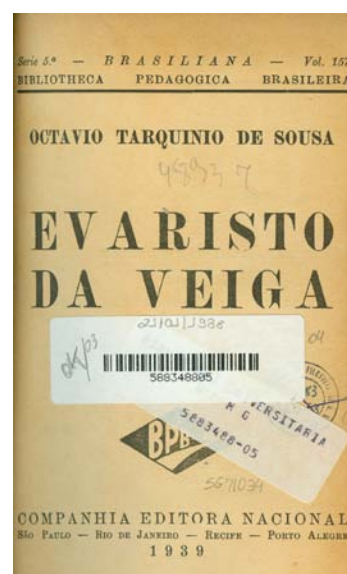
277 Cf. BRITO, José Gabriel de Lemos. *A gloriosa sotaina do Império: Frei Caneca*. 1937. 295-311.

278 Cf. BRITO, José Gabriel de Lemos. *A gloriosa sotaina do Império: Frei Caneca*. 1937. 311-335.

sendo que, nesta última, a maçonaria teria sido fundamental à Independência do Brasil²⁷⁹; da problematização do debate acerca da Assembléia Constituinte e da avaliação negativa das atitudes de D Pedro I; da perspectiva do biógrafo em mapear e complexificar o sentido atribuído pelos agentes da época aos acontecimentos do período mediante a leitura de jornais nacionais e internacionais. A contraposição entre as figuras do Imperador e do revolucionário pernambucano, por seu turno, legitima as ações do último mobilizando uma gama de princípios e valores políticos que poderiam operar criticamente no interior da década de 1930 no Brasil. Voltaremos a este tema no capítulo seguinte.

Otávio Tarquínio de Sousa: Evaristo da Veiga, História dos Fundadores do Império do Brasil

O fazer biográfico desenvolvido por Otávio Tarquínio de Sousa ganha contornos singulares devido à sua pretensão em ‘estudar, em alguns dos seus aspectos mais importantes – o político, o social, o econômico – um período de nossa evolução histórica, talvez o mais atraente de todos – a Regência’. Esta atração pelo período se justificaria pelo fato de ele comportar ‘experiências republicanas’, ‘surto liberais’ e, ao mesmo tempo, ‘reações autoritárias’. Segundo Tarquínio de Sousa, esta é a época em que ‘entraram a definir-se os traços que caracterizariam alguns anos depois a fisionomia da sociedade brasileira do século XIX’, tendo convivido ‘fortes ardores nativistas em meio de um processo acelerado de europeização’²⁸⁰.



Com uma perspectiva definida acerca das possibilidades do fazer biográfico, Octávio Tarquínio de Sousa afirma que publica

a vida de Evaristo da Veiga, fiel à mesma técnica de biografia, que foge ao panegírico e ao ‘romanceado’, busca situar o homem no seu meio social e, sem afirmar mais do que decorre dos documentos rigorosamente verificados, assimilá-los, não se limitando ao puro arquivismo e tentando, com a prudência necessária, fazer um pouco de introspecção social e de reconstituição psicológica’²⁸¹.

Há em Tarquínio, portanto, um esforço sistematizado em utilizar o fazer biográfico como ferramenta para ‘o trabalho preparatório da história da Regência’. Tarquínio de Sousa inicia a

279 Esta perspectiva, segundo Ângela de Castro Gomes, seria comum à historiografia de caráter republicano para a qual na Independência brasileira ‘D Pedro I fora muito mais forçado por acontecimentos e por outros homens do que por vontade própria’. Cf. GOMES, Angela de Castro. *História e Historiadores*. Rio de Janeiro: FGV, 1999. 202-203.

280 SOUSA, Otávio Tarquínio de. *Evaristo da Veiga*. São Paulo: CEN, 1939. 11.

281 SOUSA, Otávio Tarquínio de. *Evaristo da Veiga*. 1939. 12.

narrativa biográfica apontando Francisco Luís Saturnino da Veiga, pai de Evaristo, como um português singular, pois, vindo para o Brasil aos treze anos, ‘não se destinava a ser senhor do comércio, em prejuízo dos miseráveis filhos do país’. Saturnino da Veiga teria aperfeiçoado seus estudos e se tornado mestre-escola. Segundo Tarquínio de Sousa, é Joaquim Manoel de Macedo, nas obras *Anuário Biográfico Brasileiro*²⁸², *Memórias da Rua do Ouvidor*²⁸³ – livros muito citados por Tarquínio de Sousa nesta biografia - quem ‘dá conta’ que nos anos entre 1807 e 1810 teria funcionado na rua do Ouvidor a aula do novo professor. O biógrafo defende, porém, que tal escola ‘deve ser do final do século XVIII’, por volta de 1790²⁸⁴.

Tarquínio de Sousa afirma que Saturnino da Veiga ‘teria andado’ por Vila Rica entre 1788 e 1789 e que apesar de sobre esse período ‘não ser lícito avançar muito’, pode-se afirmar que ele ‘deve ter se aproximado do grupo dos Inconfidentes’. Estes lhe teriam cedido uma ‘cópia das ‘Cartas Chilenas’ que fora publicada ‘mais de meio século depois por seu neto Luís Francisco da Veiga’. Saturnino da Veiga casou-se com uma brasileira, D. Francisca Xavier de Barros em ‘1795 ou 1796’, com quem teve quatro filhos: João Pedro, Evaristo, Bernardo e Lourenço. Saturnino da Veiga era, segundo Tarquínio, ‘um homem de bons princípios e costumes austeros’ que exercera grande influência sobre seus filhos, pois era um ‘pai tirânico no recesso da casa’ e, como mestre, atuava ‘sobre os sentimentos, sobre a imaginação, sobre a inteligência’. Era ele o único professor de Evaristo até que este completasse os doze anos de idade, ‘iniciando-o no que se chamava com grande propriedade, uma educação literária (línguas latim, francês, inglês, retórica, poética, filosofia racional e moral)’²⁸⁵.

Consultando os arquivos da Biblioteca Nacional, Tarquínio de Sousa teve acesso aos ‘atestados passados pelos professores’ de Evaristo da Veiga a partir dos quais pôde concluir que o biografado era ‘um adolescente ávido de saber, com uma precoce seriedade, todo voltado para os estudos’. A livraria que Saturnino da Veiga abriu teria sido a compensação para o ‘projeto frustrado de partir para Coimbra’, de forma que, Evaristo ‘formou-se na universidade da livraria de seu pai’. Sua formação seria, portanto, aquela de ‘leituras feitas sem o critério, sem a direção que a disciplina universitária impõe’. Segundo o biógrafo Tarquínio



282 MACEDO, Joaquim Manoel de. *Anuário Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Instituto Artístico Imperial, 1876.

283 MACEDO, Joaquim Manoel de. *Memórias da Rua do Ouvidor*. Rio de Janeiro: Perseverança, 1878.

284 SOUSA, Octávio Tarquínio de. *Evaristo da Veiga*. 1939. 13.

285 SOUSA, Octávio Tarquínio de. *Evaristo da Veiga*. 1939. 13-16.

de Sousa, tais leituras ‘em homem de outro temperamento, teriam determinado a aparição de um demagogo, de um agitador’, Evaristo, porém, seria ‘fundamentalmente um moderado’, ‘fadado à posição de equilíbrio entre conservação e progresso’²⁸⁶.

É a partir da leitura de *Sobrados e Mucambos* (1936), de Gilberto Freyre, que Octávio Tarquínio de Sousa realiza a ‘introspecção social’ necessária para compreender o meio cultural em que Evaristo viveu. Com efeito, afirma Tarquínio de Sousa que Gilberto Freyre teria observado que o período entre fins do século XVIII e início do século XIX foi marcado pelo ‘equilíbrio entre a tendência coletivista e a individualista’, de forma que, neste momento acentuaram-se ‘alguns dos traços mais simpáticos da fisionomia moral do brasileiro. O jurídico de harmonização. A capacidade de imitar o estrangeiro e de assimilar-lhe os traços de cultura mais finos e não apenas os superficiais’. Deste ‘mundo histórico’, afirma Tarquínio de Sousa, não haveria ‘ninguém mais representativo do que Evaristo’²⁸⁷. Dessa forma, a biografia de Evaristo da Veiga assumiria a função metodológica historiográfica na reconstituição da realidade histórica a partir de um trajetória singular.

Assim, à história política e social das primeiras décadas do século XIX são somadas as percepções de Evaristo. Acerca dos acontecimentos de 1817, afirma Tarquínio de Sousa que Evaristo era ‘um súdito fiel de D João VI ‘ e que ‘o malogro da revolução de Pernambuco enchia-o de satisfação’, de modo que, ‘a república e a própria liberdade não o enfeitiçavam’. Para Evaristo, até inícios do ano de 1821, a ‘nação era Portugal e era o Brasil, fazendo uma só pátria’. Esta perspectiva de Evaristo seria ilustrativa de alguns dos sentimentos que animaram o ‘constitucionalismo português’, segundo expressão do historiador Oliveira Lima, na obra *O Movimento da Independência*, retomado por Tarquínio de Sousa. Tais sentimentos estariam sintetizados ‘na esperança de que o advento de novas instituições não importaria numa ruptura com Portugal, continuando o Reino Unido’ e ‘dessa esperança participou Evaristo’. Porém, no fim daquele ano, ‘já ninguém que tivesse sentimentos sinceramente brasileiros perseverava na ilusão do começo do ano’²⁸⁸.

A partir deste momento, teria em Evaristo despertado o ‘verdadeiro patriota, vendo em sua terra uma pátria à parte, o Brasil’. Os sucessos do ‘processo de Independência’ Evaristo ‘acompanhou-os cheio de entusiasmo’, tendo composto o ‘Hino Constitucional Brasileiro’ e o ‘célebre’ ‘Brava Gente Brasileira’. Tarquínio de Sousa revê a posição de Joaquim Manoel de Macedo para quem o silêncio de Evaristo diante dos acontecimentos da Independência devia-se à

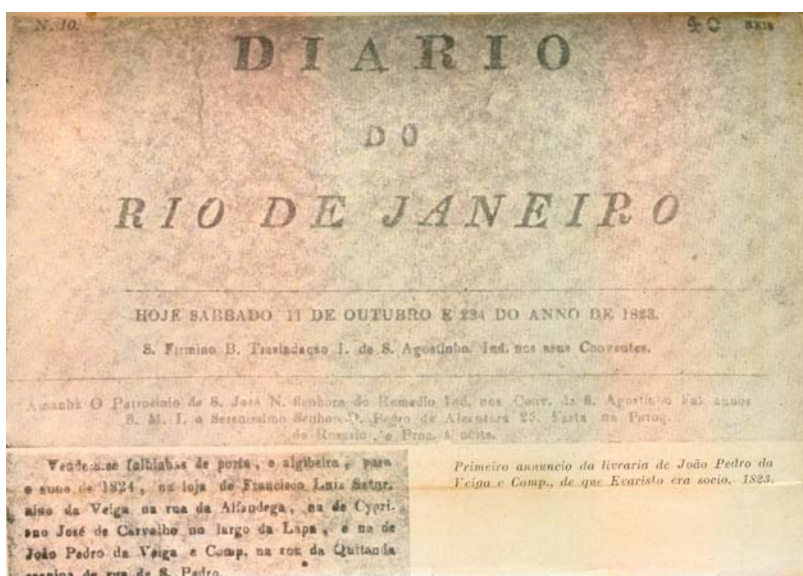
286 SOUSA, Octávio Tarquínio de. *Evaristo da Veiga*. 1939. 16-19.

287 SOUSA, Octávio Tarquínio de. *Evaristo da Veiga*. 1939. 20.

288 SOUSA, Octávio Tarquínio de. *Evaristo da Veiga*. 1939. 20-30.

vontade em ‘não contrariar o pai, ferrenho absolutista’; segundo Tarquínio de Sousa, de Evaristo ‘só podia se esperar a atitude que teve’, pois ‘era um rapaz que trabalhava no balcão da livraria de seu pai, sem nenhuma projeção’ e que era ‘fundamentalmente moderado, sereno, equilibrado’. Não deixa de notar o biógrafo, porém, que Evaristo de ‘expectador otimista’ torna-se ‘bem depressa desenganoado, da ação do primeiro imperador’²⁸⁹.

Após a morte de sua mãe, Evaristo abriu, em parceria com seu irmão João Pedro, uma ‘livraria própria na esquina das ruas da Quitanda e S. Pedro’. Por essa continuidade dos filhos no ramo dos impressos, pode-se admitir, segundo Tarquínio de Sousa, que ‘o negócio do livro constituía empreendimento lucrativo e que aumentava todos os dias o gosto pela leitura’ nestas décadas iniciais do século XIX. Tarquínio de Sousa associa o crescimento do comércio de livros ao ‘surto de liberalismo europeu e norte americano que se manifestou entre nós’. Seria um processo de reeuropeização, descrito por Gilberto Freyre na referida obra, que ‘se verificou pela assimilação, por parte de raros, pela imitação (no sentido de Tarde) da parte do maior número’. Haveria, ainda, neste processo de reeuropeização marcado pela expansão do liberalismo, a ‘coerção inglesa’, produto dos acordos comerciais que fizeram com que se estabelecesse por aqui ‘uma série de atitudes morais e padrões de vida que espontaneamente não teriam sido adotados, pelos menos com tanta rapidez’²⁹⁰.



É a partir dos anúncios publicados nos jornais do Rio de Janeiro que seria possível perceber ‘em verdadeiros flagrantes’, as ‘influências inglesas e francesas nas idéias, nos sentimentos, nos hábitos, nas modas, na alimentação, vida íntima e na vida social dessa época’. Tratar-se-ia dos negociantes franceses e ingleses que aqui exploravam ‘os mais variados gêneros’. Assim, Tarquínio de Sousa enumera a presença estrangeira nos escritórios de advocacia; lembra que ‘francês era o redator do *Diário do Rio de Janeiro*’; recorda as influências provocadas na arquitetura urbana mediante a presença dos artistas Debret, A Taunay, Grandjean de Montigny, Simon Pradier e outros; retoma a nova configuração da cidade com os ‘novos hábitos de moradia

289 SOUSA, Octávio Tarquínio de. *Evaristo da Veiga*. 1939. 30-43.

290 SOUSA, Octávio Tarquínio de. *Evaristo da Veiga*. 1939. 43-47.

em pontos mais afastados do centro’, de forma que, para fazer, ao modo francês, os jardins das vivendas e chácaras que iam aparecendo ‘para os lados’ do Catete, Botafogo, do Engenho Velho, do Engenho Novo, da Tijuca e do Andaraí, contratava-se os serviços de ‘Charlemagne e Romieux de próximo chegados da França’ e com anúncio no *Diário do Rio de Janeiro*. A presença de ‘alfaiates, chapeleiros, tintureiros, cabeleireiros, jardineiros’ juntamente com a de ‘arquitetos, pintores e gravadores’ franceses, era tal que ‘com sua técnica, com o seu gosto, com os artigos que importavam confeccionavam sobre a vida da cidade, sobre a sua feição e os seus costumes’²⁹¹.

Já a presença inglesa, marcada pela ‘preponderância econômica que o domínio dos mares e os tratados favoráveis lhe assegurava’, disputaria o comércio mais rendoso como o das ‘operações bancárias’ e da ‘profissão de leiloeiro’. Esta última, na época da ‘Independência aos primeiros tempos do Segundo Reinado, constituiu quase privilégio dos ingleses’. Essa presença estrangeira na cidade do Rio de Janeiro fez com que esta se tornasse a ‘mais européia das cidades do Brasil’, comparada a Bahia e ao Recife, conforme o testemunho da viajante inglesa Maria Graham (1785-1842). Outro aspecto do processo de europeização da cidade em sua feição e costumes é aquele que incide sobre ‘as idéias, nos sentimentos, nas doutrinas políticas’. E, neste sentido, os principais agentes são os livros e os jornais. Tarquínio de Sousa lembra que, em 1821, havia, anunciadas no *Diário do Rio de Janeiro*, ‘nada menos de oito lojas de livros’. Número que só fez aumentar após os sucessos da Independência e da dissolução da Assembléia Constituinte, de forma que, neste momento, haveria no Rio de Janeiro uma ‘abundância de livros’ e a ‘expansão do seu comércio’ possibilitou a Evaristo e seu irmão João Pedro fazerem ‘concorrência ao pai’²⁹².

Já nesta primeira loja, Evaristo e seu irmão vendiam ‘por preços cômodos’ o *Cours de Politique Constitutionnelle*, em oito volumes, de Benjamin Constant, várias obras de Bentham, dentre elas a *Tactique des Assemblées*. Tarquínio de Sousa ressalta, porém, que se algum deputado ‘comprou esses livros e quis adotar os ensinamentos neles contidos, foi em vão’, pois a Assembléia Constituinte fora dissolvida por Pedro I que era ‘sem jeito para rei constitucional’. É em 1827, quando Evaristo se separa de seu irmão e compra uma das ‘livrarias mais prósperas do Rio’: a livraria Bompard; que inicia seu ‘combate sem desfalecimentos aos excessos, aos distúrbios, aos erros, aos crimes que afligiam e indignavam o seu coração generoso e o seu espírito reto’. No mesmo ano se casa e, no mês de



291 SOUSA, Octávio Tarquínio de. *Evaristo da Veiga*. 1939. 47-50.

292 SOUSA, Octávio Tarquínio de. *Evaristo da Veiga*. 1939. 50-53

dezembro, aparece o *Aurora Fluminense* cuja ‘subscrição se fazia na tipografia do *Diário do Rio de Janeiro* e nas lojas de livros de João Batista dos Santos, na rua da Cadeia, e de Evaristo Ferreira da Veiga e Comp., na rua dos Pescadores’. O *Aurora Fluminense* teria sido fundado por José Apolíneo de Moraes, Dr. José Francisco Sigaud e Francisco Valdetário, mas quando Evaristo ‘resolveu associar-se aos colaboradores’ passou ‘em pouco tempo de colaborador a redator principal e finalmente único’²⁹³.

O trabalho de Evaristo da Veiga na imprensa significava sua entrada para o mundo da política e do debate público, pois, como esclarece Tarquínio de Sousa, neste período, eram os jornais órgãos ‘políticos por excelência – tribunas doutrinárias’. Para o biógrafo, era a imprensa do Rio de Janeiro, ‘ao tempo em que surgiu a *Aurora Fluminense*’, a ‘mais deplorável possível’, marcada pelo ‘desmando da linguagem’ e pelo ‘feitio pasquineiro que nada poupava’. Neste sentido, julgava Tarquínio de Sousa que o Brasil, ‘apenas iniciado no jogo das franquias constitucionais, usava e abusava da liberdade de imprensa, fazendo de um grande bem um mal odioso’. Naquela época, não teriam os jornais ‘sequer local destinado à redação’ e, na verdade, era o periódico a ‘expressão de uma personalidade, refletindo-lhes as idéias, os sentimentos, o feito

moral’. Quando fora lançada o *Aurora Fluminense*, a *Gazeta do Brasil*, ‘órgão favorável ao governo’, teria declarado que o jornal do qual participava Evaristo não passava de ‘mais uma fedorenta sentina de



demagogia e do jacobinismo que graças à fraqueza do nosso governo tanto pulula entre nós’²⁹⁴.

Os temas desenvolvidos na *Aurora Fluminense* diziam respeito, principalmente, aos problemas da relação conflituosa entre ordem e liberdade, com predileção para os tópicos relativos à liberdade constitucional, o sistema representativo e à liberdade de imprensa. Tratava-se de criticar a política do primeiro Imperador quando ‘sob o pretexto de resguardar a ordem, os falsos amigos desta queriam sufocar a liberdade, asfixiar a natural expansão do pensamento, fazer do governo um instrumento dos seus caprichos’. Rebatia as considerações do redator ‘corcunda’ da *Gazeta do Brasil*, João Maria da Costa, chamando-o de ‘insignificante’ e ‘estulto’. Em clima de opiniões

293 SOUSA, Octávio Tarquínio de. *Evaristo da Veiga*. 1939. 53-65.

294 SOUSA, Octávio Tarquínio de. *Evaristo da Veiga*. 1939. 65-74.

acirradas, não seriam ‘amenas as disposições do governo’, de forma que, no ano de 1829, o deputado Luiz Augusto May, ‘redator do *Malagueta*, órgão liberal, sofria brutal agressão’. O mapeamento produzido por Tarquínio de Sousa verificava a existência, em 1829, dos jornais de oposição *Aurora Fluminense*, *Astréa* e a *Luz Brasileira* e do lado ministerial o *Diário Fluminense*, o *Analysta*, o *Courier du Brésil* e o *Jornal do Comércio*²⁹⁵.

No ano de 1830, Evaristo seria ‘um nome conhecido no país inteiro’, fora eleito deputado por Minas Gerais, ‘sem conhecer Minas’, e, segundo Tarquínio de Sousa, haveria um só homem que ‘se emparelhasse com ele no ascendente sobre a opinião pública: Bernardo Pereira de Vasconcellos’. A Câmara de 1830 seria claramente liberal e a postura de Evaristo em seu interior caminharia no sentido de ‘evitar o incêndio, ficar sempre dentro da ordem, vencer pela persuasão, fazer a revolução transformando os costumes, conquistando os espíritos’. Era o ‘ambiente político brasileiro cada dia mais perturbado’ e, quando Imperador demitira Barbacena, mesmo os ‘mais otimistas’ foram se ‘convencendo de que com semelhante Imperador nunca o Brasil seria um país livre, nunca se realizaria o regime estabelecido na Constituição’. A crise política abriu as perspectivas mais variadas acerca dos destinos do país, tendo aparecido, neste momento, os jornais *Republico*, escrito por Antônio Borges da Fonseca, que defendia ‘uma federação monárquica’ e o ‘*Nova Luz Brasileira*, escrito pelo farmacêutico Ezequiel Correa dos Santos, a favor de uma ‘federação democrática’²⁹⁶.

O assassinato de Libero Badaró, por ocasião da repressão à passeata dos estudantes do Curso Jurídico em favor da Revolução de 1830 na França; a aclamação, após sentença favorável a Borges da Fonseca no julgamento de ‘seus artigos em prol da federação’, por mais de 200 pessoas que ‘prorrompiam’ em ‘vivas à Constituição, à liberdade de imprensa e ao artigo sobre federação’; o descontentamento existente entre chefes militares, como Francisco Lima e Silva, que fora transferido do cargo de Comandante das Armas da Corte por ter ‘defendido a Constituição’; a ida de D Pedro I, ‘mal aconselhado’, às Minas onde ‘dominava Vasconcellos’, sendo o Imperador acolhido de forma ‘desconfiada’ e ‘fria’, com ‘os sinos da igreja dobrando funebremente pela morte de Badaró’; todos estes seriam acontecimentos que sinalizariam a emergência no Brasil de uma ‘noção mais clara dos próprios destinos’, com a exaltação mais definida dos ‘sentimentos patrióticos’ que esbarravam em um Imperador ‘cada vez mais preocupado com a política portuguesa’, ‘cercado de uma roda palaciana’ fazendo-o parecer ‘um estrangeiro e quase um usurpador’²⁹⁷.

295 SOUSA, Octávio Tarquínio de. *Evaristo da Veiga*. 1939. 70-76.

296 SOUSA, Octávio Tarquínio de. *Evaristo da Veiga*. 1939. 89-115.

297 SOUSA, Octávio Tarquínio de. *Evaristo da Veiga*. 1939. 115-121.

Na cidade do Rio, os conflitos de opinião ganharam as ruas quando do ‘círculo de parasitas e amigos de D Pedro’ surgiu a idéia de reanimá-lo e ‘convencê-lo de que o Governo ainda tinha a simpatia dos habitantes da Capital’. Tratava-se de promover ‘estrondosas manifestações’, ‘iluminando-se as casas’, ‘soltando-se foguetes’, ‘acendendo-se fogueiras’ e ‘postando bandas de músicas pela rua’. Como retaliação, ‘uma porção de mancebos pertencentes ao partido exaltado percorreu as ruas dando vivas à Constituição, à Assembléia Nacional e ao Imperador enquanto constitucional’. Esta ‘rapaziada’ apagou várias fogueiras votivas e ‘os meninos do Seminário de S Joaquim atiraram pedras em algumas casas iluminadas’. Os portugueses teriam reagido com ‘inaudita violência’, ‘lançando sobre os brasileiros pedras e, sobretudo fundos e cacos de garrafas’. Era a ‘noite das garrafadas’. Os ‘corcundas’, então, ‘cercaram a residência do redator da Aurora e gritavam’: ‘morra os deputados republicanos!’ ‘Morra o redator do *Republico!*’. Evaristo, ainda assim, ‘não perdia a calma’ e teria sido seu espírito de moderação que conseguira firmar o ‘último apelo a uma solução pacífica, dentro dos quadros legais’ convencendo à Câmara em dirigir ao Governo ‘uma representação enérgica a respeito dos acontecimentos’, quando ‘muita gente’ pensava que o ‘remédio era a revolução’²⁹⁸.

As ‘meias medidas’ de D Pedro, segundo Tarquínio de Sousa, eram ilusórias, daquelas ‘com que se iludem em todos os tempos os governos divorciados dos sentimentos da nação’. A conspiração teria se iniciado a partir das ações de Vergueiro (1778 -1859), Odorico Mendes (1779-1864) e Evaristo da Veiga, que ‘se deixara seduzir, indignado com a insolência dos portugueses’. Com a adesão militar da ‘família dos Lima’ - Francisco de Lima e Silva (1785 -1853), José Joaquim de Lima e Silva (1788 -1855) e Manuel da Fonseca Lima e Silva (1793 – 1869) – compunha-se os elementos decisivos para o ‘golpe de 7 de Abril’ em sua parte militar. No que diz respeito aos civis, o ‘elemento exaltado se organizava em centúrias, preparando-se para a luta’. Não haveria discrição por parte dos conspiradores, de modo que, ‘a cidade vivia horas de inquietação e pânico, aproximando-se o momento decisivo’. D Pedro demitira o Ministério no dia 5 de abril de 1831, mas, ao mesmo tempo, ‘circulou o boato da prisão de Vergueiro, Evaristo e outros políticos do partido liberal’. Reunidos, no dia seguinte, no Campo de Santana, entre meio dia e três horas, os mais de 2000 manifestantes dividiram-se entre os mais decididos que optavam por ‘uma investida aos arsenais à busca de armamento e que se marchasse em demanda do paço de S Cristóvão’; outros ‘propunham que se proclamasse logo a República’; outros que se ‘estabelecesse a monarquia federativa’; e os ‘imediatistas’ se fixavam apenas ao fato que ‘determinara a reunião do povo’, isto é, ‘a substituição do Ministério’²⁹⁹.

298 SOUSA, Octávio Tarquínio de. *Evaristo da Veiga*. 1939. 121-125.

299 SOUSA, Octávio Tarquínio de. *Evaristo da Veiga*. 1939. 125-137.

Esta última postura, em um primeiro momento, teria prevalecido, sendo a convocação dos juízes de paz como ‘emissários do povo junto ao monarca’ o meio encontrado para a resolução dos impasses, mas estes nada conseguiram. Também vãs teriam sido as comunicações que Francisco de Lima e Silva fizera ao Imperador. Quando, ‘entre meia noite e duas horas da madrugada’, se dirigiram ao Campo de Santana ‘vários corpos do exército, três de artilharia, três Batalhões de Caçadores e um de Granadeiros’ e se ‘declararam ao lado do povo, quis o Imperador transigir. D Pedro teria mandado procurar o senador Vergueiro, mas o ‘ilustre paulista não fora encontrado’. Como ‘toda tropa abandonara o monarca’, a ele só restaria uma solução: a abdicação. Ao biógrafo, importa, porém, procurar determinar ‘qual foi a parte exata de Evaristo nesse desfecho’. Para Tarquínio de Sousa, na verdade, Evaristo só teria dado sua adesão ao ‘golpe’ quando percebera que haveria um ‘desfecho pacífico’, mas, e é importante para o biógrafo ressaltá-lo, esteve no ‘Campo da Honra antes da abdicação’³⁰⁰.

A ‘revolução’ teria sido ‘apoderada’ por Evaristo de Veiga que frustrou os ‘propósitos dos que a queriam levar às últimas conseqüências’, ao ‘governo do povo por si mesmo’, fazendo com que estes tenham empreendido uma *journée des dupes*, na expressão de Teóphilo Ottoni. A manutenção da monarquia teria sido a ‘primeira grande vitória dos moderados’ que, neste primeiro momento, conseguiram o apoio dos exaltados. Porém, em regime de ‘ampla liberdade’, não tardaram as dissensões e as lutas, de modo que, logo após eleita, em reunião extraordinária, a primeira Regência provisória – Marquês de Caravelas (1768-1836), Vergueiro e brigadeiro Francisco de Lima e Silva, a ‘situação do Rio era da maior intranqüilidade’. A criação das Guardas Nacionais tornava-se urgente, pois o exército, ‘instrumento material da defesa da ordem pública’, havia se ‘transformado em fator principal da anarquia’. Porém, como não se ‘ultimava a votação da lei das guardas nacionais’, o governo ‘ia criando guardas municipais’³⁰¹.

Em 7 de junho de 1831, confere-se estatuto legal à situação da Regência que se efetiva, no dia 17, com a eleição da primeira Regência Permanente – Francisco de Lima e Silva, João Bráulio Muniz (1796-1835) e José da Costa Carvalho. Tarquínio de Sousa considera que houve um ‘exagero de governo popular’ tendo sido negada à Regência o ‘direito de dissolver a câmara’, de modo que, ficaram ‘os governos sob a Regência fadados à esterilidade quase completa’. Assim, as associações tornaram-se os órgãos que ‘supriam as deficiências do Estado’. Tarquínio de Sousa enumera a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência que se reunia na ‘casa de Antônio Borges da Fonseca’; da ‘Defensora’ participavam regentes, ministros, deputados, advogados, médicos e funcionários públicos’. A ‘Defensora’, da qual Evaristo era secretário, primava pelas

300 SOUSA, Octávio Tarquínio de. *Evaristo da Veiga*. 1939. 137-143.

301 SOUSA, Octávio Tarquínio de. *Evaristo da Veiga*. 1939. 143-160

‘representações, já endereçadas à Câmara, já ao Governo, e publicadas nos principais jornais do partido moderado’. A casa de Evaristo era o ‘club da rua dos Pescadores’ o que causava repúdio na oposição que declarava: ‘Os clubs! Os clubs nos governam, os membros da Regência vão a clubs; nos clubs é que se fazem os ministros e se decidem os negócios da Administração Público’. Além da ‘Defensora’, várias sociedades são criadas, assim como vários são os jornais, ‘quase todos em tom panfletário, agressivos, injuriosos’³⁰².

Os jornais *Nova Luz Brasileira*, *Tempo* e *Curioso* atacavam Evaristo chamando-o de ‘vira-casaca’. As tendências políticas ganhavam ‘contornos visuais’ na vestimenta dos ‘rapazes da facção exaltada’ que adotaram a ‘moda dos chapéus de palha para homens’, chamando a si mesmos de ‘farroupilhas’. Evaristo ironizava-os ao dizer que tais chapeis pareciam-lhe ‘muito mal apropriados para casarem com uns sapatinhos lustrosos, uma calça fina e um casaco de pano de doze mil réis o covado’, sendo os ‘farroupilhas’ ou ‘jururubas’, na opinião do biografado, ‘uma cópia servil dos *sans-cullotes*, dos revolucionários de 1793’. Já os ‘moderados’ usariam ‘chapéus redondos’ e seriam chamados de ‘chimangos’; ‘caramurus’ era o nome dado aos restauradores. Segundo Tarquínio de Sousa, ‘em princípios de 1832’ os ‘campos partidários estavam perfeitamente delimitados’ – moderados, exaltados e ‘caramurus’.

O grupo dos ‘exaltados’ fundara, em 1832, a ‘Sociedade Federal’, ‘instalada simultaneamente no Rio e na Bahia’. Esta sociedade teria o objetivo de ‘propalar idéias claras e exatas acerca da organização social federativa’. Já os ‘caramurus’, no mesmo ano, inauguraram a Sociedade Conservadora ou Militar. Evaristo, defendendo a posição moderada, criticava os exaltados afirmando que estes exploravam ‘o ódio de raças e luta de classes’, ‘fazendo a intriga das cores tão terrível no Brasil’ e procuravam ‘desacreditar os que pregavam doutrinas de ordem e não desejavam promover um choque violento entre os proprietários e os que nada possuíam’. A posição de Evaristo, segundo Tarquínio de Sousa, era, neste período, a ‘difícil posição do centro’, forçada ‘a cada instante a divergir de uns e de outros, no afã de não trair a si mesmo’. Apesar de haver leis ‘contra a reunião de pessoas à noite’; que suprimiam o pagamento de ‘fiança em flagrante delito’ e imprimiam ‘rigor nas penas à Juízes de Paz negligentes’; os quartéis eram tomados pelos motins de uma tropa ‘insubmissa’, ‘indisciplinada’, rumando ao ‘Campo de Honra’ com as ‘exigências extraordinárias’ de ‘soltura dos soldados presos’ e ‘supressão dos castigos corporais’; parte do Corpo de Polícia estaria revoltado e as recém-criadas guardas municipais a desertar, refletindo a ‘agitação geral’³⁰³.

As medidas tomadas para a resolução da crise foram a remodelação do ministério – José

302 SOUSA, Octávio Tarquínio de. *Evaristo da Veiga*. 1939. 160-209.

303 SOUSA, Octávio Tarquínio de. *Evaristo da Veiga*. 1939. 169-186.

Lino Coutinho (1784 – 1836), Bernardo Vasconcelos (1795 – 1850), Rodrigues Torres (1802 – 1872) e Manuel da Fonseca de Lima e Silva (na pasta da Guerra); a nomeação de Diogo Antônio Feijó (1784 – 1843) para a pasta da Justiça e as providências tomadas pela Câmara no sentido de armar a Guarda Municipal e ‘conceder-lhe um comandante que a soubesse conduzir: Sebastião do Rego Barros, deputado por Pernambuco’. Os oficiais que se envolveram nos levantes foram deportados para Bahia e Pernambuco. Ações que teriam conformado, nas palavras de Evaristo, um governo cuja ‘maior virtude’ eram os ‘benefícios passivos mais do que ativos’, pois: ‘se não tem feito grandes bens, tem evitado grandes males’; já no ano de 1832, sofreria a Regência dois golpes em 3 e 17 de Abril, este último ‘de caráter nitidamente restaurador’. O problema da renovação do tutor de Pedro II era motivo de calorosos debates políticos, visto que os Andradas – Martim Francisco Ribeiro de Andrada (1775 - 1844) e Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva (1773 – 1845) – ‘alistavam-se na ala dos descontentes’ dificultando a candidatura da José Bonifácio³⁰⁴.

Antônio Carlos era forte opositor do governo, o jornal *Carijó* agia sob seu comando e, neste sentido, afirmava ser Evaristo ‘sanepha da Pátria, hidrópico do Brasil, sabugo versicolor da Aurora’ concluindo que ‘o mal da revolução, grande como é, é preferível ao mal da obediência passiva a um governo atroz’. Segundo Tarquínio de Sousa, apesar de José Bonifácio ter sido dentre os seus contemporâneos o ‘político de mais larga visão’, o ‘facciosismo de seus irmãos’ e as atitudes ‘restauradoras’ de Bonifácio o comprometiam. A Câmara votou pela substituição do tutor, mas o Senado, ‘por um voto’, não acatou essa decisão e Feijó pediu demissão da pasta da Justiça. Havia, ainda, por parte de Feijó, a expectativa de se ‘antecipar à revolução dos caramurus’. Tratar-se-ia de demitir o Ministério, ‘renunciar a Regência, transformando a Câmara em Assembléia Nacional e votando por aclamação a reforma constitucional’. Mas a ‘indecisão’, inclusive de Evaristo que ‘ficou em silêncio’ quando os deputados ‘esperavam o toque de vara do pastor para tomarem rumo’, teria ‘gorado o golpe’. Com o fracasso do golpe, a saída de Feijó e dos outros ministros fez escapar de Evaristo o ‘bastião de *Leader*’. O *Carijó*, então, ‘escrevia com todas as letras: Evaristo está morto’³⁰⁵.

Mas os (in) sucessos da Regência continuavam. A Regência que assume em agosto de 1832 – Hollanda Cavalcanti (1797 – 1863), Araújo Lima (1793 – 1870), Bento Barroso Pereira (1785 – 1937), e que ‘sob certo aspecto representava uma reação contra o gabinete Feijó’, demorou apenas ‘quarenta dias para estar no reino das coisas passadas’. No mês seguinte, portanto, voltavam os moderados ao poder com Vergueiro, Honório Hermeto (1801- 1856), Bento Lisboa (1793 –

304 SOUSA, Octávio Tarquínio de. *Evaristo da Veiga*. 1939. 165-190.

305 SOUSA, Octávio Tarquínio de. *Evaristo da Veiga*. 1939. 190-201.

1864) e Antero Brito (1787 – 1856). A instabilidade dos gabinetes estava presente nas ruas da cidade, como revela a ‘tentativa de matar Evaristo’. Certo ‘coronel, alto, morador da rua do Alecrim, próximo do Campo de Honra’ teria sido o mandante do crime executado por Joaquim José, sapateiro e morador no Saco do Alferes. O Coronel era Ornellas ‘amigo de José Bonifácio’. Lembra Tarquínio de Sousa que, ‘segundo um regime bem brasileiro, foi aberto inquérito’ e ‘tudo ficou em pouco tempo esquecido’. No ano seguinte, 1833, os moderados ‘já não tinham o prestígio de dois anos atrás’ tendo sido ‘batidos em todas as paróquias, menos na de São José’, por outro lado, a campanha caramuru ‘nada conseguira no interior do país, nas zonas rurais’³⁰⁶.

Nesta zona rural, estaria o ‘núcleo inicial da futura predominância política da província do Rio de Janeiro em quase todo período imperial’ quando, segundo Tarquínio de Sousa, já em 1833, iniciava-se o grande surto da lavoura do café existindo ‘fazendeiros com fortuna entre 40 e 400 contos de réis, constituindo o ‘partido dos jacarandás’. A expectativa, porém, que teria consumido aquele ano seria a da ‘volta de Duque de Bragança’, tendo os caramurus ‘espalhado’ a ‘balela do rapto do menino Imperador’. Evaristo da Veiga teria conquistado maioria na Câmara na proposta que ‘rejeitava o parecer de Miguel Calmon’ e aprovava o ‘voto separado de Costa Ferreira, com as emendas de Honório Hermeto e Henrique Rezende, visando à proibição da volta do Duque de Bragança ao Brasil sob qualquer título que seja’. De qualquer forma, os restauradores ‘continuavam a ganhar terreno’ e descobriu-se ‘um plano de Golpe restaurador’ naquele ano. Apesar de ‘perdurar a confusão’ e de ‘colidirem ambições’, havia ao menos ‘tranquilidade nas ruas’³⁰⁷.

No mês de junho do ano de 1834, entra ‘em discussão o projeto de reforma da Constituição’. Tarquínio de Sousa afirma que ‘a culpa de qualquer mal que ao Brasil tenha feito o Ato Adicional [por excesso de Federalismo] dificilmente poderá ser imputada a Evaristo, que soube ser prudente, objetivo, realista’. O projeto estabelecia, ainda, que o regente seria permanente, ou seja, ‘governaria enquanto durasse a menoridade do Imperador’, mas a Câmara teria se rebelado devido ao seu ‘espírito democrático’ e firmou-se a decisão por ‘um regente eletivo e temporário, cujo cargo durará quatro anos’. Após a votação da reforma constitucional, o partido da moderação teria entrado ‘em crise de dissolução, ou melhor de transformação’. Esta ocorreu após a morte de D Pedro I e ‘o homem de mais alta inteligência entre os moderados’ ‘teve prontamente a noção do rumo a seguir e da ação a desenvolver’³⁰⁸: Bernardo de Vasconcellos.

Em torno de Vasconcellos reuniram-se os ‘descontentes do partido moderado’, ‘os

306 SOUSA, Octávio Tarquínio de. *Evaristo da Veiga*. 1939. 201-217.

307 SOUSA, Octávio Tarquínio de. *Evaristo da Veiga*. 1939. 217-228

308 SOUSA, Octávio Tarquínio de. *Evaristo da Veiga*. 1939. 228-250.

principais elementos do extinto partido caramuru' e outras figuras que 'se tinham mantido equidistantes ou neutras nas lutas dos últimos anos, todos com o objetivo de parar o carro revolucionário'. Segundo Tarquínio de Sousa, o regresso, apesar de fazer Vasconcellos e Evaristo inimigos, era 'apenas uma evolução, uma transformação' da própria moderação. Rumores de golpe rondaram as eleições de 1835 para regente, quando 'votaram os eleitores, num total de 11.600'. Feijó, candidato dos moderados, ganhara de Hollanda Cavalcanti, candidato do regresso, por 'pouco mais de 500 votos' o que 'deixara evidente a extrema divisão política do momento'. A vitória de Feijó teria sido, para Evaristo, 'a última demonstração de seu enorme prestígio'³⁰⁹.

No ano de 1836, Evaristo vai às Minas, pois 'era até um dever visitar a província que o elegera três vezes deputado'. A narração da viagem demonstraria as dificuldades de se fazer tal percurso naquele tempo, quando se andava 'há dez dias' e chegava-se apenas à metade do caminho. De volta ao Rio, Evaristo desentendera-se com Feijó ao verificar que 'o Regente não correspondera às suas esperanças'. E, aos 36 anos de idade, 'deixando a casa de Feijó, Evaristo mal refeito de uma viagem penosa, talvez infectado por germens do males epidêmicos reinantes em lugares onde passara, foi para a cama, presa de febre violenta e, às 13 horas do dia 12 de maio, morreu'. A causa da morte, 'os



médicos atribuíram à febre perniciosa' ou uma 'pericardite' produto da 'exaltação da entrevista com Feijó'. Para Tarquínio de Sousa, o melhor elogio registrado na imprensa, fora do *Jornal dos Debates*: 'Evaristo morreu vítima de uma paixão generosa'³¹⁰.

A biografia de Evaristo da Veiga escrita por Tarquínio de Sousa representa uma perspectiva singular dentre o fazer biográfico no Brasil na década de 1930. Esse autor, em 1958, irá publicar, pela editora José Olympio, a coleção 'História dos Fundadores do Império do Brasil', obra que reunia, em especial, as biografias elaboradas pelo autor entre 1937 e 1952. Para José Honório Rodrigues,

*embora não se possa reduzir a história a uma simples descrição de personalidades, nem esquecer o papel do povo, sua obra representa uma visão equilibrada entre personalização da história e o exagero da ênfase sobre as forças impessoais que solapa o senso da responsabilidade pessoal*³¹¹.

309 SOUSA, Octávio Tarquínio de. *Evaristo da Veiga*. 1939. 228-271.

310 SOUSA, Octávio Tarquínio de. *Evaristo da Veiga*. 1939. 228-287.

311 RODRIGUES, José Honório. Octávio Tarquínio de Sousa. In: *História e Historiadores do Brasil*. São Paulo: Fulgor, 1965. 156.

Otávio Tarquínio de Sousa procurou no pensamento historicista de Wilhelm Dilthey (1833-1911) a resolução dos problemas historiográficos, enquanto questões concernentes ao saber das ciências humanas. Na Alemanha do fim do século XIX, Dilthey elabora uma perspectiva historiográfica segundo a qual ‘não é possível negar que a biografia revela uma significação especialíssima para a compreensão da grande conexão do mundo histórico. O que opera em cada ponto da história é, precisamente, a relação entre a profundidade da natureza humana e a conexão primária entre a vida e a história’³¹².

Trata-se, para Dilthey, de verificar que o ‘criador do mundo histórico é sempre o indivíduo efêmero e precário’. Não se trata, portanto, de uma absolutização da realidade histórica coletiva, nem da submissão do mundo histórico à individualidade atomizada, mas de perceber que ‘a sociedade é o mundo do indivíduo. Por isso, ambos não são uma abstração. Eles se constituem reciprocamente. Ela ao mesmo tempo o cria e é uma criação dele. Ela ao mesmo tempo o educa, estimulando, dosando, canalizando as suas energias, e é a resultante do jogo das relações individuais recíprocas, que a animam’³¹³.

Assim, em Tarquínio de Sousa, sua ‘introspecção social’ somada à ‘reconstituição psicológica’ refere-se ao método *compreensivo empático* que ‘utiliza cada exteriorização da vida para apreender a interioridade de onde procede’, pois ‘o que caracteriza a história mais fortemente (...) é a ida do sensível ao psíquico: ela reanima um objeto dado aos nossos sentidos, interpretando sua significação’³¹⁴. Tomada sua obra em conjunto, Otávio Tarquínio de Sousa produziu as biografias de

*um José Bonifácio, um Pedro I, Um Bernardo Pereira de Vasconcelos, um Evaristo da Veiga, um Diogo Antônio Feijó (...) vistos e capturados no ‘mundo histórico’; delimitados por um sistema particular de vida, na conexão estrutural de uma época ou de um período, a partir do nexos efetivo em virtude do qual as figuras estudadas foram determinadas pelo meio em que viveram e como sobre ele reagiram*³¹⁵.

Nesta perspectiva, o gênero biográfico assume a condição de método singular para o conhecimento historiográfico. Percebe-se, portanto que, nos anos 1930, houve historiadores que buscaram, a partir do fazer biográfico, uma renovação do conhecimento historiográfico. Esta renovação viria a partir de uma perspectiva biográfica que relacionasse os aspectos individuais e coletivos no

312 DILTHEY, Wilhem. *El mundo histórico*. México: FCE, 1944. 224.

313 REIS, José Carlos. *Wilhelm Dilthey e a autonomia das ciências histórico-sociais*. Londrina/PR: Eduel, 2003. 121-123.

314 REIS, José Carlos. *Wilhelm Dilthey e a autonomia das ciências histórico-sociais*. Londrina/PR: Eduel, 2003. 125

315 SOUSA, Otávio Tarquínio. *História dos Fundadores do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972. XLV

processo histórico tomando uma trajetória de vida como caminho investigativo. Neste caminho, novos juízos e saberes acerca do passado emergiam, proporcionando a complexificação do saber historiográfico.

Para a compreensão desse fazer biográfico da década de 1930 no Brasil é preciso ir além das relações entre ‘contexto’ e ‘indivíduo’, ressaltadas nos debates atuais³¹⁶. De fato, segundo Tarquínio de Sousa, na sua obra biográfica:

se houve a intenção de fixar na vida de cada uma dessas personalidades a sua conexão com o mundo histórico – e sem isso impossível seria evocar verdadeiramente a existência de quem quer que seja, pois o homem se prende à sociedade como os corpos são atraídos pela gravidade – não se prescindiu do esforço ou da tentativa de entrever o que havia por ventura de irredutivelmente pessoal, de próprio, de inalienável em cada uma delas, aquilo que pertencia à zona de sombra do mais íntimo da natureza, da humanidade, do mistério, do drama de cada indivíduo³¹⁷.

Dessa forma, para esta historiografia o pressuposto teórico de inserir os biografados em um contexto, ou ‘mundo histórico’, é uma redundância, pois, sem isso, é ‘impossível evocar a existência de quem quer que seja’. O que se mantém é o ‘risco’ de se pintar um contexto estático para uma individualidade dinâmica ou, ao contrário, um contexto fundamental e determinante que esgote as particularidades de uma trajetória individual. No caso da biografia de Evaristo da Veiga, percebe-se o esforço de Tarquínio de Sousa em compor vários ‘quadros’ que comporiam o ambiente político-social do Brasil, mais especificamente, do Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XIX.

A partir da trajetória de Evaristo da Veiga, Tarquínio de Sousa, apoiado em seus próprios levantamentos e na historiografia produzida desde John Armitage (1807 - 1856) até Gilberto Freyre, procurou caracterizar a sociedade carioca daquele período. Sociedade que vivia as transformações de um processo de ‘reuropeização’ evidenciado por Tarquínio de Sousa pela transformação da arquitetura urbana; mediante o levantamento das principais casas comerciais estrangeiras residentes no Rio de Janeiro; e pelos apontamentos sobre o comércio editorial e o crescimento das livrarias revelariam o lado ‘intelectual’ daquele processo; a pesquisa nos jornais, assim como a caracterização sobre como eram produzidos, comercializados em função dos objetivos eminentemente políticos a que se destinavam, permite a visualização dos principais

316 Cf. LEVI, Giovanni. Les Usages de la biographie. *Annales. Histoire, Sciences Sociales*. Número 6, vol 44, 1989; SCHMIDT, Benito Bisso. A Biografia Histórica: o ‘retorno’ do gênero e a noção de contexto. In: GUAZZELLI, César Augusto Barcellos; PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz; SCHMIDT, Benito Bisso; XAVIER, Regina Célia Lima. *Questões de Teoria e Metodologia da História*. Porto Alegre: Ed Universidade/UFRGS, 2000. 2000;

317 SOUSA, Otávio Tarquínio. *História dos Fundadores do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972. XLVI.

‘partidos políticos’ (sempre lhes conferindo a dimensão conveniente ao período, sem confundi-los com a estrutura dos partidos do século XX) que se formaram nas décadas de 1820-1830.

O trajeto da escrita biográfica é de constante passagem entre os ‘acontecimentos de gabinete’ e os ‘processos’ que surgem na cidade. A formação das associações políticas que atendiam aos interesses dos partidos – moderado, exaltado e restaurador³¹⁸ - estaria intimamente ligada à necessidade de criação de ‘lugares’ para o ‘esclarecimento’ das pautas dos diversos partidos³¹⁹; no caso da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional somava-se a função de ‘suprir as deficiências do Estado’ estando, portanto, o elemento civil a suportar o aparato estatal.

Descrição de uma trajetória no interior de um contexto social e político, a biografia de Evaristo da Veiga agrega, ainda, as ‘valorações’ do historiador que não deixa de se posicionar frente aos acontecimentos descritos. Na escrita biográfica de Tarquínio de Sousa, somado à sua especificidade metodológica e à sua preocupação teórica em produzir saber historiográfico a partir do fazer biográfico, está o ‘horizonte monumental’ que caracteriza praticamente todas as biografias trabalhadas por nós. Este aspecto permite que a analisemos, no terceiro capítulo, segundo sua especificidade de sentido político no interior das diversas orientações que buscam definir a identidade nacional brasileira a partir da monumentalização de um passado que abriga as ‘verdadeiras matrizes do pensamento político brasileiro’.

Carlos Pontes: Tavares Bastos - Alagoas, Rio de Janeiro e Amazonas

A biografia de Tavares Bastos, escrita por Carlos Pontes, não possui prefácio. Porém, a partir de um levantamento sobre a recepção desta obra em variados jornais³²⁰ podemos introduzi-la e destacar suas principais qualidades segundo os intelectuais da época. Um dos primeiros e mais recorrentes aspectos ressaltados na obra é a utilização de fontes originais e, portanto, a produção de conhecimento historiográfico inédito. No mês de janeiro de 1939, Rodolfo Garcia, então diretor da

318 Marco Morel no livro *As Transformações dos Espaços Públicos – Imprensa, Atores Políticos e Sociabilidades na Cidade Imperial 1820-1840* analisou de forma aprofundada as composições políticas que deram tom ao ambiente daquele período. Não se compreende, porém, a ausência de referências acerca da obra de Tarquínio de Sousa quando vários aspectos tratados por Morel – formação dos ‘partidos’, ‘identidades políticas’, ‘dinâmica das associações’, ‘as revoluções nas prateleiras’ – encontram-se, pelo menos, introduzidos na obra do biógrafo que aqui analisamos. Cf. MOREL, Marco. *As transformações dos Espaços Públicos – Imprensa, Atores Políticos e Sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: Leucite, 2005.

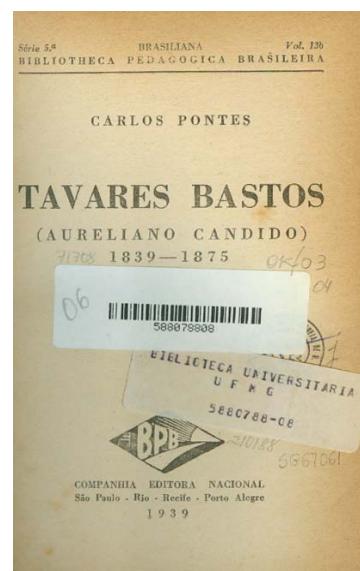
319 Lúcia M B P das Neves abordou de forma sistemática e aprofundada este período na obra: *Corcundas e Constitucionais: A cultura política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: FAPERJ, RENAVAN, 2003.

320 Este levantamento só foi possível mediante consulta no Arquivo de Documentos do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas. Documento nº03216, caixa 59, pacote 01, Doc 04. Trata-se de ‘recortes de jornais sobre notícias da publicação do livro: ‘Tavares Bastos’ – de autoria de Carlos Pontes. 1939’. Oferta de Elisabeth Mendonça em 18 de março de 1970’.

Biblioteca Nacional, anunciara na Academia Brasileira de Letras ‘um grande livro’, ‘há muito esperado’ e que era ‘uma história documentada por investigações afanosas, com material a maior parte inédito’³²¹. O *Correio da Manhã* publicou nota destacando o lançamento de ‘um livro sobre Tavares Bastos o primeiro da nossa bibliografia’³²² e Pedro Calmon afirma ter Carlos Pontes pagado

*no seu conterrâneo uma dívida que, para tristeza nossa, há sessenta anos desafiava quem lhe resgatasse, e deu-nos enfim, com sisudez paciência de pesquisa direta e honesta, bom gosto literário (...) a ‘vera efigie’ do homem de gênio*³²³.

É possível, segundo o levantamento, verificar que tal obra constituiu ‘o trabalho de 10 longos anos, consumidos em estafantes pesquisas, na busca sôfrega de documentos, na recomposição do ambiente do 2º Reinado’³²⁴. Segundo Costa Rego, Carlos Pontes teria pesquisado na Biblioteca Nacional, no Instituto Histórico, Arqueológico e Geográfico Alagoano, nos arquivos particulares ‘notadamente o do Barão de Cotegipe, em poder de Wanderley de Pinho’ e no ‘do próprio Tavares Bastos, constituído pelos papéis de um dos seus descendentes, Cassiano Tavares Bastos’³²⁵. Dentre os autores que comentam o lançamento da biografia escrita por Carlos Pontes, pode-se enumerar Tristão de Athayde, Augusto Frederico Schmidt, Plínio Barreto, Barbosa Lima Sobrinho, Nelson Werneck Sodré, Menotti del Picchia, Hermes Lima, Rubens do Amaral, Lemos Brito, que escreve a biografia de Frei Caneca estudada por nós, dentre outros.



A dedicatória do livro é destinada à ‘cara Província das Alagoas’, o que pode ser entendido como uma pista acerca da perspectiva biográfica do autor que irá descrever uma vida ‘dentro de um período histórico’³²⁶, como destaca Hermes Lima. Neste sentido, a biografia possui uma primeira parte que procura traçar o ambiente alagoano existente no ano de nascimento de Aureliano Candido Tavares Bastos, 1839, ressaltando tanto a família dos Tavares Bastos quanto, e principalmente, o ‘cenário político da Província’ em função dos conflitos que envolveram o processo de mudança da

321 ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS – *Jornal do Comércio* 08/01/1939.

322 Um livro sobre Tavares Bastos – O primeiro da nossa bibliografia Carlos Pontes é o seu autor. *Correio da Manhã*. 20/1/1939.

323 CALMON, Pedro. Tavares Bastos. *A Noite*. 04/02/1939.

324 LOUREIRO, Pizarro. Tavares Bastos. *Gazeta de Notícias*. 19/03/1939.

325 REGO, Costa. Centenário a comemorar. *Correio da Manhã*. 05/02/1939.

326 LIMA, Hermes. Tavares Bastos o Unilateral. *Diário de Notícias*. 15-01/1939.

capital das Alagoas. Conflitos travados, primeiramente, entre o pai do biografado, José Tavares Bastos, e o então presidente da província Dr. Agostinho da Silva Neves, por ocasião da ‘transferência, por ordem imperial, da Tesouraria da Fazenda, da Capital – Cidade das Alagoas – para a Vila do Maceió’. Em um movimento que tinha como ‘chefe civil’ o pai de Aureliano e como ‘chefe militar’ o major Manoel Mendes da Fonseca, pai de Deodoro da Fonseca, o presidente da província era descrito como aquele que ‘procura todos os meios para manifestar seu ódio aos habitantes da Cidade das Alagoas’³²⁷.

Segundo Carlos Pontes, o que se segue seria a multidão que ‘assalta o quartel de polícia’ e ‘irrompe violenta a insurreição’. A ‘última e decisiva mensagem’ da Câmara Municipal será a que convence o presidente à ‘resignar o cargo’. José Tavares Bastos irá assumir o poder em ‘condição precária’ porque era apenas o ‘quinto vice-presidente da Província’. O novo personagem que surge na trama é José Lins Vieira Cansanção de Sinimbu, ex-colega de José Tavares Bastos nos bancos acadêmicos do curso jurídico de Olinda no início da década de 1830. Sinimbu estaria em Maceió quando fora ‘informado da rebelião’ e, na qualidade de primeiro vice-presidente, naquela cidade mesmo assume o Governo, a ‘decreta como sede interina do governo’, ‘conclama os municípios para a defesa da ordem constitucional’ e, ‘em carta à Câmara Municipal das Alagoas’, defende que ‘só irá para a Cidade das Alagoas quando se depuserem as armas e libertarem o Presidente’. José Tavares Bastos teria, então, ‘vacilado’, escrevendo ‘uma carta cordial ao inimigo’, endereçada ao ‘Amigo Doutor Sinimbu’ dizendo-se à sua espera para ‘lhe transpassar as rédeas da Administração’. Já Sinimbu trata José Tavares Bastos ‘em carta ao Império como intruso’, ‘sem escrúpulos’, que se ‘aparece com os insurretos para usurpar o poder’. Sinimbu afirmara, ainda, que a Câmara era ‘sediciosa’ e, caso fosse a Cidade de Alagoas, iria ‘reduzi-lo à situação de prisioneiro, idêntica à do presidente Neves’³²⁸.



Dessa forma, não teria havido solidariedade para a causa dos revoltosos. Quando ‘entregam o Presidente que navega até Maceió’, a decisão de Sinimbu, apesar dos apelos da Câmara

327 PONTES, Carlos. *Tavares Bastos*. São Paulo: CEN, 1939. 3.

328 PONTES, Carlos. *Tavares Bastos*. São Paulo: CEN, 1939. 3-14.

Municipal, é de que se deve restituir o Presidente, ‘pois só o Imperador poderia tirar o poder do presidente’. Em seguida, os revoltosos se dispersam e José Tavares Bastos e o Major Manuel Mendes da Fonseca tornam-se foragidos. O Presidente Neves reassume, ‘exclui oito deputados’ e ‘em Assembléia é proposta a mudança da capital para Maceió’. Neste ano de 1839, Sinimbu fora nomeado Presidente efetivo das Alagoas. O que, porém, teria se estabelecido na Província seria uma ‘legalidade assim, apenas sentida através dos órgãos de polícia’. Em 1840, os ‘sediciosos foram absolvidos pelo tribunal popular’, enquanto o major, no Rio de Janeiro, e o ‘chefe civil foram anistiados’. José Tavares Bastos, em uma câmara na qual o resultado das eleições locais favoreceu ‘a corrente hostil ao governo’, ‘conduz a maioria da Assembléia contra o presidente’ e ‘Sinimbu renuncia’. Mas o ‘sonho da velha Capital’ estava desfeito e as disputas passam, então, para o pleito da ‘deputação geral, nas primeiras eleições que se fazem depois da maioridade’³²⁹.

A primeira disputa se daria no reconhecimento de poderes exercido por Antônio Carlos Andrada, em 1842, acerca das candidaturas de José Tavares Bastos e Ignácio de Barros Vieira Cajueiro, irmão de Sinimbu. No caso deste último, o lançamento de sua candidatura seria, segundo Carlos Pontes, a prova de que Sinimbu ‘cautelosamente já ensaiava os tentáculos oligárquicos’. Apesar de José Tavares Bastos ter vencido, porque o diploma de seu adversário fora anulado, tal vitória era efêmera, pois ‘por decreto de 1º de Maio era dissolvida, antes da instalação solene, a Câmara Temporária’. José Tavares Bastos e Sinimbu, então, voltam para a Província e ‘recomeçam a luta, desta vez mais odienta e perigosa’. Sinimbu teria agora o apoio do presidente da Província, Manoel Felizardo de Souza e Mello, e podia ‘empunhar os instrumentos de violência’. Suas ‘recomendações’ aos ‘chefes eleitorais dos núcleos mais importantes’ teria seguido diretrizes que qualificavam os acontecimentos como ‘uma guerra de morte; aos correligionários todos os favores – aos adversários todos os sacrifícios’. Este ‘programa eleitoral’ teria feito com que o ‘clã Sinimbu’ obtivesse ‘triunfo completo’ enquanto José Tavares Bastos ‘saiu derrotado’. Sinimbu e o irmão ‘partiram para a Corte e no Parlamento do Império iriam consolidar a influência política da família’. Já José Tavares Bastos ‘procura novo setor de ação e surge no jornalismo, à frente de *O Alagoano*’³³⁰.

Em *O Alagoano*, que aparece a 15 de novembro de 1843, José Tavares Bastos imprime como legenda as palavras de Garnier-Pagés: ‘Celui qui parle exerce un droit, celui qui se tait est infidèle à un devoir’. É a partir deste periódico, cujo programa resumia-se em demolir a ‘oligarquia Sinimbu’, segundo ‘a expressão favorita da época’, que José Tavares Bastos irá conformar seu partido político. De fato, afirma Carlos Pontes que, com a ‘exacerbação dos ânimos’, a sociedade

329 PONTES, Carlos. *Tavares Bastos*. São Paulo: CEN, 1939. 14-26.

330 PONTES, Carlos. *Tavares Bastos*. São Paulo: CEN, 1939. 26-44.

alagoana ‘divide-se em dois partidos políticos irreconciliáveis, a que o povo deu o batismo pitoresco de Lisos e Cabeludos’. Os primeiros eram orientados por José Tavares Bastos enquanto os segundos por Sinimbu. O biógrafo lembra que estes termos deixaram na tradição oral e no ‘folklore local’ a ‘memória dos feitos sanguinários que exaltaram por muito tempo a alma do sertanejo belicoso’³³¹.

Belicismo que, no ano de 1844, iria irromper em sua forma mais violenta com a chegada do novo presidente da província o ‘condiscípulo de Sinimbu em Olinda e seu amigo pessoal dr Bernardo Souza Franco’ que chegou à Maceió ‘no mesmo escaler que Sinimbu’. José Tavares Bastos escrevera a respeito que o novo presidente ‘depressa trilhou o caminho que conduz para o lado dos facciosos, aquele em que se apartam os amigos da liberdade e da ordem’. O descontentamento por parte dos Lisos, devido à ‘ostensiva parcialidade’ do novo governo que se traduzia em ‘demissões em massa’, ‘tropelias policiais pelo interior, ‘preferências acintosas’, faz romper o ataque a capital que, então, é ‘dominada pelas forças revolucionárias’. Um dos chefes principais era o ‘tio e sogro de Floriano Peixoto’, o ‘intrépido senhor rural José Vieira Peixoto’. O presidente Souza Franco, levando consigo vários prisioneiros políticos, refugia-se a bordo do iate *Caçador*. Por outro lado, os rebeldes fazem seus prisioneiros dentre eles um irmão de Sinimbu e exigem: que o presidente solte os presos que se acham ‘a bordo dessa embarcação de guerra’, reintegre ‘todos os empregados demitidos por V Ex cujas demissões foram dadas para saciar as vinganças da odiosa facção Sinimbu’, que não empregue a ‘força armada no ato das eleições gerais e provinciais’ e que ‘cesse as perseguições que tem levado o pranto e a consternação ao seio das famílias’³³².

Souza Franco não irá satisfazer nenhuma das exigências dos revolucionários e teria firmado trégua apenas para ganhar tempo’. Assim, os opositoristas irão realizar outro ataque, ‘com conseqüências tremendas’, pois, desta vez, a colaboração virá das ‘matas do Jacuípe’, daquele que tinha a fama de ser o ‘Catilina das matas’: o ‘célebre bandido Vicente de Paula’. Neste momento, ‘com o apoio do chefe dos Cabanos’, os conflitos teriam derivado para a ‘hediondez do banditismo’ e, ao correr da notícia da chegada do ‘Capitão e General de todas as matas’, Souza Franco precipita-se para bordo do providencial *Caçador*; ‘famílias fogem paras as províncias vizinhas’ e a ‘Guarda Nacional debanda em pânico’. Os combates tornam-se sangrentos e são as tropas vindas de Pernambuco que conseguem ‘dominar importantes setores’ fazendo com que os ‘cabanos de Vicente de Paula recolham-se nas matas protetoras’. José Tavares Bastos perdera um irmão e um tio, cujas ‘versões constantes do tempo’ desmentiriam as informações oficiais de morte em combate

331 PONTES, Carlos. *Tavares Bastos*. São Paulo: CEN, 1939. 44-46.

332 PONTES, Carlos. *Tavares Bastos*. São Paulo: CEN, 1939. 46-49.

e afirmam terem sido ambos ‘trucidados pela escolta que os conduzia já à prisão’. Além da perda de familiares, José Tavares Bastos teve de suportar as censuras por causa da ‘aliança fatídica com Vicente de Paula’, de modo que, Sinimbu ‘saiu novamente vitorioso pelas armas’³³³.

Capítulo inusitado da biografia escrita por Carlos Pontes é o que se dedica justamente à descrição do ‘perfil de um bandido’, Vicente de Paula ‘líder da cabanada alagoana’. Segundo Carlos Pontes, Vicente Ferreira Tavares Coutinho, conhecido como Vicente de Paula, é um nome ligado a ‘vários episódios da história política de Pernambuco e das Alagoas’. Para Carlos Pontes, ‘o bandido do nordeste’ tem um caráter específico, pois ‘é quase sempre, originariamente, uma vítima do Estado’, de modo que, ‘não confiando na lei dos homens, faz-se o próprio justiçador’. No caso de Vicente de Paula, a história não seria diferente, tendo o bandido ‘aparecido de súbito’, após a morte, na guerra da Cabanada de Panelas de Miranda, em 1832, do ‘caudilho Antônio Timóteo’. Teria se tornado, então, um ‘imperador das matas’ no vale do Jacuípe que ‘lançara uma proclamação aos alagoanos’ e ‘rapidamente’ ‘recompôs’ as legiões desfalcadas. Estas seriam compostas por escravos fugidos, ‘que formavam legiões sinistras conhecidas como papa-meis’, índios de velhos aldeamentos, egressos de prisões, profissionais de todos os crimes e desertores das forças regulares. A qualificação de ‘imperador’ a Vicente de Paula justificava-se pelo fato de sua presença fazer com que ‘os proprietários rurais, os agricultores abastados’, ou são seus ‘aliados discretos, ou se expõem aos horrores dos seus ódios’. ‘Engenhos devastados’ e ‘campos destruídos’ seriam uma das marcas que assinalariam ‘a passagem ou a aparição daqueles bárbaros’. Dessa forma, ‘Vicente de Paula tornou-se uma potência, para quem os políticos nos momentos de crise apelavam’³³⁴.

Por outro lado, Carlos Pontes defende que não se trata de um bandido vulgar, mas que ‘havia algo de cívico na trama obscura daquela alma’. Seu ‘amor a desordem’ operaria somente quando atingida a ‘desordem das grandes massas, o fragor e a violência dos choques coletivos’, de forma que, a ‘flâmula que arvorasse podia trazer as cores mais contraditórias – absolutista, libertador, legalista, republicano, imperialista’, pois ‘o que queria era a luta, com aspereza e crueldade’. Tendo em seus domínios ‘de tudo’, ainda assim, Vicente de Paula exercia uma ‘autoridade de chefe que pairava sem contraste’. Tal poder tornava ‘impotentes os poderes da Terra’ o que fez com que a Igreja interviesse. A pregação de D João da Purificação Marques Perdigão, bispo de Pernambuco, lembrando que ‘as Almas baixas e humildes, Deus não despreza’ fez com que centenas de cabanos retornassem às ‘atividades pacíficas’. Porém, ‘os numerosos negros fugidos permaneceram fiéis ao chefe’, afinal se voltassem para o ‘convívio da sociedade cristã’, tal

333 PONTES, Carlos. *Tavares Bastos*. São Paulo: CEN, 1939. 48-52.

334 PONTES, Carlos. *Tavares Bastos*. São Paulo: CEN, 1939. 44-56

como lhes aconselhava o Apostolado, seria de novo o cativo, submetendo-se ‘sem defesa à cólera dos senhores desumanos’. Talvez aí resida aquele aspecto de ‘civismo’ destacado pelo autor, pois ‘as matas imensas, cheias de perigo, eram ao menos uma promessa de libertação’³³⁵.

Após os acontecimentos do ‘espetáculo da luta fratricida’, a situação na província teria se agravado, pois o presidente Souza Franco não ‘conhecia a fecunda generosidade do vencedor’, tendo tomado medidas de excessivo rigor, ‘provocando um êxodo’ e criando um ‘ambiente sufocante’. Além do mais, as duas fugas que empreendeu para bordo do *Caçador* quase o fizeram ‘soçobrar no ridículo’, quando ‘era-lhe lembrado o feito menos heróico’. A chegada do novo presidente, Caetano Maria Lopes Gama, porém, não conseguiu ‘pacificar os ânimos’. Lopes Gama teria agido somente ‘segundo seus interesses’ e ‘ambições pessoais’, de modo que, ‘transigiu de tal forma com a demagogia ambiente’ que não ‘pejou’ em recolher no paço presidencial o ‘bandido Vicente de Paula’. Este teria sido ‘recebido na Capital com as mais escandalosas homenagens, passando em triunfo por entre as multidões que o cobriam de flores e o aclamavam, como o *libertador* das Alagoas!’. Nas eleições para a Assembléia provincial, os Lisos conquistam ‘esplêndida maioria’. Nas eleições gerais, porém, Lopes Gama formara chapa com seu irmão, o padre Miguel do Sacramento Lopes Gama, ‘o tão celebrado Carapuço’, e mais três outros nomes, ‘absolutamente estranhos às Alagoas’. José Tavares Bastos fora o único alagoano eleito para aquela legislatura³³⁶.

O fim desta Primeira Parte é composto pela contraposição dos dois ‘tipos’ que protagonizaram os conflitos neste período da história alagoana. Sinimbu seria o ‘caudilho’ ou o ‘homem da terra’, cujo ‘prestígio podia sofrer essas sínopes passageiras, porém nunca se anularia’. Afinal, ele pertencia a ‘uma grande família de abastados senhores rurais’ e ‘sua seiva’ viria justamente ‘das possantes árvores patricias, cujas vigorosas raízes se embebem no mais profundo do solo natal’. Já José Tavares Bastos é qualificado de ‘homem do litoral’, em uma clara alusão à tipologia de Euclides da Cunha sem, porém, lhe emprestar os determinismos de ‘cruzamentos de raças’³³⁷, mas destacando seu perfil para ‘atividades mais extensas e menos profundas, por isso mesmo dispersiva’. Voltado para o jornalismo, de José Tavares Bastos seria exigido a atualização cotidiana de sua notoriedade, seu prestígio precisaria refazer-se a cada dia, de



335 PONTES, Carlos. *Tavares Bastos*. São Paulo: CEN, 1939. 56-61.

336 PONTES, Carlos. *Tavares Bastos*. São Paulo: CEN, 1939. 61-67.

337 Cf. CUNHA, Euclides da. Causas favoráveis a formação mestiça dos sertões, distinguindo-a dos cruzamentos do litoral. In: CUNHA, Euclides da *Os Sertões*. Rio de Janeiro: Record, 1998. 110-113.

modo que, ‘tudo isso não poderia durar muito’. Nos anos seguintes, Sinimbu retoma os caminhos do poder e José Tavares Bastos ‘desgarra-se da política’ e segue as ‘estradas que o levam aos postos mais altos da magistratura’, tendo sido ministro do Supremo Tribunal e, em 1866, presidido a província de São Paulo³³⁸.

Para Augusto Frederico Schmidt, este ‘quadro do meio provincial’ é o ‘menos interessante do livro’, pois ‘os detalhes, o excesso de importância a pequenos fatos da província’ não fazem ‘dessas páginas um pórtico digno de obra tão admirável’³³⁹. Para Carlos Pontes, porém, além de recompor o ambiente alagoano e narrar acontecimentos ‘perdidos nos recantos provincianos’. Ao mesmo tempo, Carlos Pontes introduzia e esclarecia aspectos referentes à história de Alagoas, a partir de uma perspectiva regional e carregada de sentidos ligados ao sertão e à ‘cultura alagoana’.



Para o biógrafo era importante frisar que Aureliano Cândido Tavares Bastos teria ‘o seu berço acalentado pelo fragor das armas’, ‘como Eurípedes’. Seria devido ao fato de a infância de Tavares Bastos ter passado diante ‘das mais violentas paixões e num ambiente de ódios extremos’ que o jovem alagoano teria votado um ‘horror sagrado’ a essa ‘política inferior, tão bem aclimatada no Brasil’ caracterizada como ‘infernai intriga de aldeia elevada à dignidade política’. Tendo recebido os primeiros estudos em casa, com 15 anos de idade incompletos foi matriculado na Academia de Direito, ‘justamente quando se muda para a capital pernambucana o velho curso jurídico’. Com a remoção do pai, como juiz de Direito, para São

Paulo, Tavares Bastos fez o curso jurídico nesse estado³⁴⁰.

Carlos Pontes destaca que o quadro da mocidade da ‘velha paulicéia’, nas décadas de 1850-60, tinha nos ares o ‘avatar Byroneano’, a morte de Álvares de Azevedo era recente e para ‘aqueles moços, parecer infeliz era a forma mais fácil de felicidade’. O biógrafo destaca, porém, que ali havia ‘um grupo de moços que já orientava as atividades intelectuais no rumo de estudos mais sérios’. Cita, dentre outros, os casos de Ferreira Vianna que ‘empenhava-se em polêmicas filosóficas’; de Laffayette que ‘dissertava sobre o Direito Público’ e ‘examinava a legitimidade das revoluções’; de



338 PONTES, Carlos. *Tavares Bastos*. São Paulo: CEN, 1939. 67-70

339 SCHMIDT, Augusto Frederico. Um Livro sobre Tavares Bastos. *O Jornal*. 19/02/1939.

340 PONTES, Carlos. *Tavares Bastos*. São Paulo: CEN, 1939. 70-77.

Antônio Carlos, o segundo, que ‘ao mesmo passo que desfere rimas plangentes, discute o comunismo e a propriedade’; Andrade Figueira ‘aborda problemas constitucionais e encarece as excelências do regime bicameral’; Macedo Soares, ‘o crítico da geração’, e Couto Magalhães ‘discutem Rousseau e Voltaire’. Os principais órgãos de publicidade dos estudantes seriam os *Ensaio Literários do Atheneu Paulistano* e a *Revista Mensal do Ensaio Filosófico*. Já Tavares Bastos teria se dedicado ao destino dos escravos e via na poesia ‘uma das forças de libertação’, procurando somar ‘ao gênero índio’ a ‘valorização da cultura africana’³⁴¹.

Tavares Bastos, após formar-se, tornou-se oficial da Secretaria da Marinha e candidatou-se a deputado pela província natal nas eleições de 1860. A legislação que direcionava estas eleições era aquela da *Lei dos Círculos*, ‘pensada por Paraná (Honório Hermeto Carneiro Leão)’ - modificada pela ‘reforma Ferraz’ – da qual Carlos Pontes apresenta uma breve análise, destacando a produção de uma ‘fisionomia mais fiel e exata do país no Parlamento’³⁴². Nesse pleito, Tavares Bastos contara com o apoio dos ‘remanescentes daquele velho partido dos *Lisos*’ e com o ‘amparo de Sinimbu’ que teria visto ‘no filho do antigo antagonista a mais radiosa promessa do gênio de sua terra’. Outro apoio decisivo que teria Tavares Bastos seria o do ‘estadista baiano’ Saraiva, que soube ‘conduzi-lo na iniciação política’. Carlos Pontes observa que com apenas vinte e dois anos, Tavares Bastos era ‘espectador dos grandes políticos do Império’, ao mesmo tempo em que não se enveredava nos debates mais pessoais como, por exemplo, da ‘bancada alagoana’ que travava discussões ‘as mais ásperas a respeito de questiúnculas regionais’³⁴³. Carlos Pontes aprecia em profundidade os desenvolvimentos legislativos, tendo um de seus comentadores censurado o fato de o livro ter ‘pegado somente Tavares Bastos na Câmara’³⁴⁴.



Quando debateu na tribuna o ‘projeto de Fixação de Força Naval’, Tavares Bastos, que era

341 PONTES, Carlos. *Tavares Bastos*. São Paulo: CEN, 1939. 77-81.

342 As considerações de Carlos Pontes sobre as mudanças provocadas pela reforma eleitoral de 1857 ‘pensada por Paraná’ vão ao encontro das análises desenvolvidas por José Murilo de Carvalho, quando, por exemplo, este afirma que o ‘voto distrital’ ‘daria maior diversidade de representação e maior autenticidade dos representantes’. Cf. CARVALHO, José Murilo de. *Teatro de Sombras: A política Imperial*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988. 144.

343 PONTES, Carlos. *Tavares Bastos*. São Paulo: CEN, 1939. 81-102

344 BASTOS, Humberto. Um estudo sobre Tavares Bastos. *Gazeta de Alagoas*. 22/01/1939. De qualquer forma, a meu ver, não deixam de ser interessantes as observações que o biógrafo logra em obter como, por exemplo, os testemunhos sobre a ‘estréia’ do escritor José de Alencar na tribuna. Segundo Francisco Octaviano, houve ‘decepção’ ao ouvir o grande romancista na estréia que ‘pecava pela monotonia de dicção e dificuldade de frase’; já Teófilo Otoni dissera que Alencar ‘em de longe lembra o pai, deve voltar aos seus folhetins e aos seus romancetes’. Cf. PONTES, Carlos. *Tavares Bastos*. São Paulo: CEN, 1939. 104.

oficial da Secretaria da Marinha afastado, afirmara que, no Brasil, ‘a marinha, no estado em que se encontrava, era, apenas nominal’, dada a ‘imprestabilidade e anacronismo de grande parte de seu material’. Nos debates sobre o orçamento da Marinha, Tavares Bastos teria construído ‘uma análise vivaz dos vícios da administração, resultantes do regime centralizador’. O general da armada Joaquim José Ignácio, que ouvira o primeiro discurso com um ‘silêncio que significava mais hostilidade do que atenção’, ao se deparar com a crítica de Tavares Bastos aos ministros com suas ‘manias reguladoras’, o interrompe afirmando estar ‘avisado para não fazer regulamentos’. Ao fim da sessão legislativa do ano de 1861, a 15 de setembro, no ‘dia imediato era Tavares Bastos acintosamente exonerado do cargo de oficial da Secretaria da Marinha’. Este episódio fez com que o alagoano publicasse uma série de cartas no *Correio Mercantil* sob a alcunha de ‘O Solitário’. Todos, segundo Salvador de Mendonça, ‘liberais e conservadores liam-nas e admiravam-nas’. As cartas ganharam grande repercussão, ‘para além das fronteiras’, tendo ‘o *Times* de Londres, de 16 de Julho de 1862, decalcado os seus comentários a respeito de política brasileira’ e o jornal de Hamburgo, *Hamburger-Nachrichten*, de 20 de janeiro de 1863, defendia que elas eram uma das ‘produções mais notáveis da imprensa brasileira’. Após as ‘campanhas do solitário’, Tavares Bastos teria a reparação por sua exoneração, quando Paranhos, Ministro do Império, dizia ‘sentir muito’ pela ‘exoneração do nobre deputado’ defendendo que não se tratava de ‘por em dúvida o seu merecimento e caráter’. Segundo Carlos Pontes, estaria ‘completa a vingança do solitário’³⁴⁵.

O biógrafo de Tavares Bastos descreve o período da década de 1860 no Brasil como ‘um meio de exuberância romântica’, marcado pelo ‘psitacismo acadêmico’ e pelas ‘vãs sonoridades retóricas’. Tavares Bastos se destacaria neste ambiente pela sua disposição em ‘ir para os fatos econômicos’, para os ‘dados estatísticos’ e para os ‘inquéritos sociais’, teria sido ‘por antecipação um pragmatista’. Os principais temas que ele tratou foram os dos males da centralização, da franqueza dos grandes rios, da abertura do Amazonas, da liberdade de culto, da sorte dos africanos livres e do tráfico dos negros, da instrução popular, do ensino profissional e técnico, do aperfeiçoamento da agricultura e sua expansão, das franquias econômicas, do trabalho livre, da imigração, da necessidade de cartas cartográficas a fim de dinamizar a comunicação do país e o do projeto para se criar no país o serviço de telégrafo submarino; este, lembra o biógrafo, será entregue ‘dez anos depois ao Barão de Mauá’. Carlos Pontes critica Alberto de Faria, biógrafo de Mauá, que, devido ao seu ‘ardor apologético’, teria atribuído ao empresário ‘todos os louros’ que competem ao empreendimento. Segundo Carlos Pontes, se o ‘ilustre acadêmico’ tivesse feito ‘investigações maiores, decerto, não deixaria sem uma palavra o precursor da idéia’. Haveria,

345 PONTES, Carlos. *Tavares Bastos*. São Paulo: CEN, 1939. 102-146.

portanto, uma singularidade em Tavares Bastos que faria com que ele não se ‘integrasse com alma em nenhum daqueles grupos’ - ‘progressistas, históricos etc.’ -, pois o ‘seu liberalismo era mais uma forma de compreensão do que impulsos de sentimentos’³⁴⁶.

A ida de Tavares Bastos à Amazônia é outro acontecimento que merece destaque em sua trajetória. Esta viagem ‘um sonho desde muito ardentemente acariciado’, que foi levado a cabo em suas férias parlamentares, que duraram de 8 de julho de 1865 até 4 de março do ano seguinte. Em 1862, Tavares Bastos já havia apresentado projeto na Câmara para a abertura do Amazonas, ‘contra a política chinesa do egoísmo estéril’ e a favor da ‘franqueza do grande rio’. Havia, neste período, pressão internacional para a abertura do Amazonas, tendo o norte americano Mathew Fontaine Maury escrito a esse respeito que o Brasil poderia ‘perder o direito pelo não uso’ sobre aquela ‘mais bela porção do globo’. O projeto do alagoano não será aprovado pela Câmara, mas lhe renderá homenagens por parte da *Revue des Deux Mondes*, do *New York Times* e da ‘Comissão de Comércio de Boston’. Seria na viagem ao Amazonas que Tavares Bastos ‘colheria os elementos mais fortes de convicção para a vitória’ do projeto. Embarcado no *Ibicuihy*, Tavares Bastos teve como companhia a missão chefiada por Louis Agassiz (1807-1973), que teria irradiado ‘o nome gloriosamente por todo o mundo científico’. Esta viagem, segundo Carlos Pontes, para ‘o naturalista era um mundo a observar’ e ‘para o político, um mundo a construir’³⁴⁷.



A viagem do político alagoano rendeu-lhe um livro, *O Vale do Amazonas*, publicado em 1866 pela Garnier. Vendo a Amazônia não como uma ‘sucessão de imagens’, mas como ‘uma sucessão de problemas’, Tavares Bastos teria ‘se transmutado’ em um ‘sertanista genial’. Sertanista que teria cruzado as ‘grandes águas’, ‘percorrido cidades, vilas e aldeias’, onde ‘compulsou estatísticas’ e ‘informou-se da produção e do trabalho’, teria, ainda, ‘procurado conhecer a terra e a gente, sentindo de perto as palpitações daquele mundo’. Tinha o Amazonas como ‘a esperança, o futuro’, enquanto o Nilo seria ‘o próprio passado da humanidade’. *O Vale do Amazonas* será parte do opúsculo, distribuído aos ministros e membros do Conselho do Império por Tavares Bastos, que irá, com restrições, fundamentar a ‘abertura do Amazonas, pelo decreto de dezembro de 1866’. A

346 PONTES, Carlos. *Tavares Bastos*. São Paulo: CEN, 1939. 146-171.

347 PONTES, Carlos. *Tavares Bastos*. São Paulo: CEN, 1939. 190-215.

aprovação do projeto rendeu homenagens por parte de vários órgãos da imprensa da época como o *Correio Mercantil*, o *Diário do Rio de Janeiro*, além de veículos da imprensa internacional, como os ‘da imprensa francesa que dele se ocupou entre os melhores aplausos’. Também alguns órgãos representantes do comércio de Manaus enviaram agradecimentos a Tavares Bastos, pois, segundo eles, a abertura da ‘navegação do Amazonas e seus afluentes, veio satisfazer em parte as legítimas aspirações dos habitantes desta Província’. Dos Estados Unidos, o ‘presidente Johnson, em mensagem enviada ao Congresso’, acentuaria ‘a alta importância da nova política brasileira’. O escritor Júlio Verne ‘num romance cuja ação se fixa naquela época e naquele ambiente’³⁴⁸, não teria fugido às mesmas considerações, quando informa sobre ‘o curso do Amazonas, declarado livre’ que fazia-nos ‘imaginar facilmente a ascensão que tomará um dia o comércio, em toda esta imensa e rica bacia, que é sem rival no mundo’³⁴⁹.

Sobre o problema da abolição, Carlos Pontes defende que Tavares Bastos fora, ‘sem exagero’, o ‘mais precoce abolicionista do Brasil’. Segundo o biógrafo, enquanto para muitos abolicionistas o negro ‘não passou de uma abstração’, de modo que, o que ‘lhes interessava era a grandeza da causa generosa, com a dramaticidade e o brilho das intenções literárias’; para Tavares Bastos, a questão aparecia segundo o ‘exame dos fatos objetivamente, forrando-se às tentações das fórmulas vãs e sonoras’. Seria uma mente que se ‘inquietava’ com o destino do negro, mas que se ‘inquietava sobretudo como o destino do Brasil’, ‘o destino de um não podia correr por conta do desastre do outro’. Defendia que não se devia realizar a ‘abolição subitamente’, pois temia ‘riscos econômicos’, a ‘exemplo do Peru’, onde, em 1858, após a libertação, ‘os escravos desertaram as plantações’. Tavares Bastos associaria abolição e instrução e sugeria a obrigação ‘para cada senhor de escravos de manter uma escola, destinada a educação de suas *crias* e dos meninos das vizinhanças’ e propunha, ‘por conta do Estado’, ‘a educação na Europa’ de ‘certo número de negros libertos, em determinadas indústrias, artes e ofícios’. O político alagoano, tendo sido ‘abolicionista de verdade’, ‘alforriou de uma vez todos escravos que lhe advieram pelo casamento’³⁵⁰.

Em 1868, quando o Imperador demite o gabinete de Zacarias Goes e Vasconcelos, mesmo ‘contando com a maioria da Câmara’, tendo sido ‘forçado a abandonar o poder, para dar acesso aos conservadores’, o que irá se seguir é ‘o longo eclipse dos liberais’. A abstenção eleitoral por parte do partido liberal, fez com que Tavares Bastos, com o ‘organismo mal’, se voltasse para o jornalismo e, ao lado de Lafayete Rodrigues, irá dirigir o *Diário do Povo*. Longe do Parlamento, era na imprensa que se podia dar ‘evasão’ às ‘cóleras políticas’. No jornal, comparavam o

348 Trata-se do romance *A Jangada*, publicado em 1880.

349 PONTES, Carlos. *Tavares Bastos*. São Paulo: CEN, 1939. 215-230.

350 PONTES, Carlos. *Tavares Bastos*. São Paulo: CEN, 1939. 230-265.

Imperador ao Czar da Rússia, por ser a ‘única fonte dos poderes políticos’, questionavam o ‘sistema representativo’, quando, na verdade ‘é a Coroa quem faz a eleição’, na opinião dos liberais, não havia por que se iludir: ‘no Brasil só há um poder real – a Coroa’. Outra forma de oposição ao governo viria da criação do ‘Club da Reforma’, ‘nascido em casa do autor do *Vale do Amazonas*, a 7 de abril de 1869’, tinha a folha *Reforma* como principal órgão de publicidade dos liberais. O biógrafo enumera os colaboradores da *Reforma*: Francisco Octaviano, Tavares Bastos, Saldanha Marinho, Tito Franco, Silveira Martins, Joaquim Manoel de Macedo, Lafayette, Teófilo e Benedito Otoni, Souza Franco, Homem de Mello, etc. Porém, agregando tanto ‘liberais’ quanto ‘progressistas’, o dissídio no interior do ‘Club’ seria irremediável. Tavares Bastos, ao publicar textos naquele periódico sobre o *Ato Adicional*, a *Emancipação e o Governo Imperial* e a *Descentralização e a Federação*, já anunciava o conteúdo de *A Província*, obra lançada ‘em julho de 1870, editada pela Casa Garnier’ e que teria sido, segundo Carlos Pontes, a fonte mais próxima do ‘célebre manifesto, conhecido na história, como o manifesto de 70’, lançado pelo Club Republicano, ‘fundado em 3 de novembro’ daquele ano. Tavares Bastos, porém, manteve ‘alheamento em relação ao grupo republicano’, assim mesmo, Salvador de Mendonça, signatário do manifesto de 70, e Joaquim Nabuco enxergariam republicanismo em Tavares Bastos, tendo Nabuco defendido que o político alagoano ‘pelo influxo norte-americano predominante em seu espírito, seria um republicano natural’³⁵¹.

Tavares Bastos sofria de ‘padecimentos do fígado e do baço’ que comprometiam sua saúde e, no ano de 1872, procura melhoras em uma ‘estação de águas em Caxambu’. A última obra que escrevera, tida como testamento, fora *Reforma Eleitoral* (1873) que teria rendido elogios tanto por parte dos liberais monarquistas, como Joaquim Nabuco ‘jovem, recém formado’, quanto do jornal *A República*. A saúde de Tavares Bastos, porém, se agravava e em 1874 ‘segue com a família para a Europa’. Os médicos ingleses e franceses ‘acham-lhe o fígado ingurgitado e uma inflamação no baço, aconselhando fugir dos climas quentes e úmidos’. Durante quase dois anos, Tavares Bastos percorreu cidades na Inglaterra, França, Alemanha, tendo cogitado ir à Itália, Egito e Portugal procurando concluir o tratamento. Será em Nice, no sul da França, que, na ‘data do aniversário da filha’, quando fez ‘com a família um passeio mais demorado’ e ‘aos primeiros arrepios do anoitecer’, sentiu-se ‘incomodado’, que Tavares Bastos irá recolher-se ‘vítima de uma pneumonia’. Em 3 de dezembro de 1875, aos 36 anos de idade, morre Tavares Bastos. Chegada a notícia ao Brasil, ‘com a vibração das grandes desgraças’, ‘a imprensa de todo o país consagra-lhe à memória os elogios mais comovidos’. Em 1876, ‘o corpo de Tavares Bastos chega ao Rio’ e, no dia de seu

351 PONTES, Carlos. *Tavares Bastos*. São Paulo: CEN, 1939. 265-305

enterro, ‘muitas casas içam a bandeira nacional à meia haste’, também o fazem ‘os Consulados estrangeiros e os navios surtos no porto’, vários jornais ‘tomam parte do acompanhamento’. Tavares Bastos teria sido o homem público que teve ‘existência mais curta’ tendo encerrado ‘praticamente’ a carreira política aos 29 anos, ‘idade com que Ruy Barbosa e Joaquim Nabuco se iniciaram no Parlamento’³⁵².

A biografia de Tavares Bastos escrita por Carlos Pontes é livro de trezentas e sessenta páginas que, segundo Costa Rego, ‘de cada uma das quais seria possível arrancar um novo livro’³⁵³. Dada essa densidade da obra, nossa exposição da escrita do livro é feita de apontamentos, visto que, como afirma Josué Montuello, ‘o sr Carlos Pontes acaba de nos dar uma das mais vigorosas e notáveis biografias editadas em língua portuguesa’³⁵⁴. De fato, o livro de Carlos Pontes deveria, segundo um de seus comentadores, tornar-se de ‘hoje em diante, a fonte obrigatória de consulta para quantos ainda queiram escrever sobre Tavares Bastos e o Brasil político do seu tempo’³⁵⁵. O que se percebe na obra de Carlos Pontes, portanto, é o esforço de uma narrativa biográfica em arrolar ‘fontes inéditas’³⁵⁶; a recompor os embates travados no interior das elites políticas brasileiras, ‘revivendo’, ‘em nítidos perfis’, ‘vários estadistas da época’³⁵⁷, além da ‘reconstituição de uma época’³⁵⁸.

Outro ponto importante nesta biografia é o que diz respeito à sua contribuição ‘indispensável a quem quiser saber a história das idéias políticas no Brasil’³⁵⁹. Humberto Bastos afirma ‘não saber’ se ‘a obra é biografia ou estudo crítico’ e que ‘inclina-se mais’ a ‘opinar pela segunda classificação’. A partir da biografia, teria o comentarista feito ‘um curso completo das suas idéias’ e ficado ‘pouco satisfeito por não ter entrado na intimidade do grande alagoano’³⁶⁰. Será sobre as idéias de Tavares Bastos que, segundo nossa análise, repousará a potencialidade crítica e política desta obra. De fato, para além do valor historiográfico atribuído à biografia escrita por Carlos Pontes, ao se perguntarem sobre a ‘atualidade do pensamento de Tavares Bastos’ os

352 PONTES, Carlos. *Tavares Bastos*. São Paulo: CEN, 1939. 305-360.

353 REGO, Costa. Centenário a comemorar. *Correio da Manhã*. 05/02/1939.

354 MONTUELLO, Josué. Tavares Bastos. *O Jornal* (Rio de Janeiro). 05/03/1939.

355 CAMPELO, José. A Biografia de Tavares Bastos. *Folha da Manhã* (Recife). 27/01/1939.

356 Este ‘ineditismo’, dentre outras coisas, poderia esclarecer alguns fatos da história intelectual e política do país, como o atesta Hermes Lima ao firmar que ‘outra revelação curiosa de Carlos Pontes, e esta parece que ninguém fez antes dele, é que Capistrano de Abreu, então no Ceará, e Tobias Barreto, então em Pernambuco, aderiram ao manifesto republicano de 70’; ‘Capistrano nunca fez política, nunca se meteu em brigas e essa adesão explica-se que tenha ficado esquecida. Quanto a Tobias, porém, que tantas deu e tantas apanhou, de que os adversários (e ele não teve poucos) se poderiam aproveitar, é realmente curiosa’. LIMA, Hermes. Tavares Bastos o Unilateral. *Diário de Notícias*. 15/01/1939.

357 S/autor. Um livro sobre Tavares Bastos, o primeiro da nossa bibliografia – Carlos Pontes é o seu autor. *Correio da Manhã*. 20/01/1939.

358 S/autor. Tavares Bastos de Carlos Pontes. *Gazeta de São Paulo*. 13/01/1939.

359 LIMA, Hermes. Tavares Bastos o Unilateral. *Diário de Notícias*. 15/01/1939.

360 BASTOS, Humberto. Um estudo sobre Tavares Bastos. *Gazeta de Alagoas*. 22/01/1939.

comentadores divergem entre si atingindo, por vezes, posições extremas. É o caso, por exemplo, de um certo ‘D’ que defende que em Tavares Bastos o que há

*são idéias ajustadas à nossa realidade. E tão ajustadas que ainda hoje são do nosso tempo. As suas idéias, muitas delas, ou quase todas elas, podem ainda ser um programa de governo. Uma admirável programa, aliás*³⁶¹.

Augusto Frederico Schmidt, por seu turno, defende que ‘muitas afirmações do autor das ‘Cartas do Solitário’ não serão nossas hoje’, que ‘o tema das últimas gerações brasileiras, por exemplo, não foi a descentralização, antes o fortalecimento do poder central’. Para Schmidt, as ‘teses liberais sustentadas por Tavares Bastos podem, outrossim, sofrer algumas dúvidas’, de modo que, segundo o editor católico, ‘os tempos mudaram’, as coisas tomaram ‘um novo aspecto’ e o político alagoano deve ser lembrado por sua ‘grande sinceridade’ e seu ‘integral amor nacional’³⁶². No capítulo seguinte, pretendemos explorar este debate demonstrando, sempre, como a escrita biográfica, analisada por nós, podia operar politicamente no interior da intelectualidade brasileira definindo sentidos variados acerca da identidade política e cultural do país.

Afonso Schmidt: Paulo Eiró, descaminhos a Santo Amaro

Ao prefaciar sua obra confessando que seu trabalho não vai ‘muito além da organização dos documentos, dando-lhes a forma antiquada, mas saborosa de uma narrativa’, Afonso Schmidt destoa das pretensões que marcaram, até aqui, os trabalhos que analisamos. Motivado pelo centenário de nascimento do poeta paulista Paulo Eiró, ‘há pouco comemorado’, o escritor se diz ‘tentado’ a ‘escrever-lhe a biografia’, tanto pela ‘inspiração e a infinita doçura dos seus versos’, quanto pelo ‘interesse despertado no novelista’, a partir da possibilidade de ser ‘transportado à São Paulo de 1830 a 1860’³⁶³. Assim, na perspectiva do novelista, a vida do biografado Paulo Eiró é oportunidade de se escrever sobre a ‘povoação de Santo Amaro’, de modo que, a confissão da falta de rigor da ‘narrativa’ é contraposta ao interesse pela ‘busca do passado’³⁶⁴. Segundo o próprio Schmidt afirmara: ‘cabe-nos criar pelo romance verdadeiros cursos diários de História do

361 D. Notas Literárias. *Gazeta de Alagoas*. 31-01-1939.

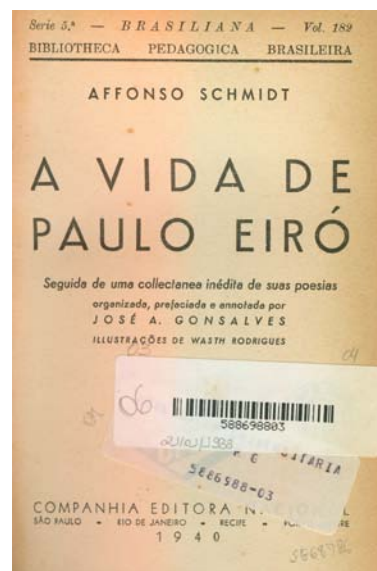
362 SCHMIDT, Augusto Frederico. Um livro sobre Tavares Bastos. *O Jornal*. 19/02/1939.

363 SCHMIDT, Afonso. *A vida de Paulo Eiró*. São Paulo: CEN, 1940. 9.

364 PAULILO, Maria Célia de Almeida. *Tradição e modernidade: Afonso Schmidt e a literatura paulista (1906-1928)*. São Paulo: Annablume, 2002. 30. Segundo a mesma autora esclarece acerca da obra de Afonso Schmidt: ‘Os romances que começaram a ser publicados em 1938, percorrem uma extensa gama de temas: a história nacional, crimes e mistérios de São Paulo, viagens, biografias, aventuras etc. Entretanto, todos estão unidos por um interesse comum: a busca do passado’. Idem. 30.

Brasil³⁶⁵, o que permite-nos concluir que haveria, neste autor, uma perspectiva literária, característica daquela biografia moderna ou romanceada, que, não obstante, apontava na direção do ‘conhecimento do passado’ e, porque não dizê-lo, da historiografia.

Afonso Schmidt preocupa-se em ‘evocar’ a ‘pacífica e recolhida terra de Santo Amaro’, na época em que ‘São Paulo era ainda uma ‘rançosa província’. Tempo em que ‘os estudantes da capital, muito adamados, a quem o comadrio chamava de ‘polkas’, iam a cavalo assistir à missa de Santo Amaro’. Na descrição da ‘velha Santo Amaro’, hoje um bairro paulistano, Schmidt caracteriza personagens típicos de uma época passada. Lembra que, enquanto a capital da província, em 1826, ‘ainda não tinha imprensa’, a povoação de Santo Amaro já teria ‘o seu jornal: nhá Trindinha’. Seria ela a ‘velha que sabia de tudo’, que lembrava os



dias santos, os próximos festeiros do Rosário, do Espírito Santo e de Santo Amaro; sabia dos preparativos que se iam fazendo nesta e naquela casa para tais pomposas festas; sabia dos nascimentos, dos batismos, dos namoros, dos noivados efetivos e dos que se desenhavam no porvir; nhá Trindinha saberia, ainda, das ‘desavenças de família’, da ‘situação financeira de muita gente’, das ‘ligações que só

podiam ser contadas de boca para ouvido’; era a velha que ‘informava sobre os que se achavam doentes’, sobre ‘os que tinham chegado ou partido de viagem’, sobre os ‘negócios de terras, de escravos ou de casas’,



dava indicações sobre o ‘paradeiro de negros fugidos’ e estaria ‘a par das promessas feitas, das pragas rogadas, dos trajes encomendados nas costureiras de São Paulo’³⁶⁶.

Personagem que o ‘progresso consome aos poucos’, no dizer de Sérgio Buarque de

365 SCHMIDT, Afonso. Pelo romance popular brasileiro. *Revista da Academia Paulista de Letras*. São Paulo: 12 mar. 1942, n° 17, ano V. 137.

366 SCHMIDT, Afonso. *A vida de Paulo Eiró*. São Paulo: CEN, 1940. 9-18.

Hollanda³⁶⁷, nhá Trindinha teria, ainda, um ‘completo conhecimento de medicina caseira’. E teria sido esta personagem, no cumprimento de uma de suas ‘funções’, que convidara o Senhor Chagas, Francisco Antônio das Chagas, para a ‘festa da farinhada’. Dizia a velha ser ‘tempo da coiêta’, quando ‘nhá Tó fais’ seu ‘muxirão’ e estava ela ali para convidar ‘a gente’: ‘os escravo prá trabaiá e os sinhozinho pra alegrá a festa’. Sem nunca ter possuído grandes haveres, tendo ficado ‘órfão aos cinco anos’ e sido ‘criado por uma preta’, o Senhor Chagas seria de uma ‘cultura acima do nível comum naquele tempo’ que seria comprovada pelos ‘trabalhos em prosa e verso’ e pelos ‘estudos históricos’ que deixou. Era, naquele ano de 1826, um viúvo de quarenta anos que vivia ‘na casa da chácara, com escravos, agregados e filhos’. Estes eram criados por Dona Gertrudes a ‘escrava empregada’, enquanto Chagas ‘lecionava a cerca de trinta alunos na escolinha da vila’. Ganhara o apelido de ‘seu Chico Doce’ por ter o povo lhe ‘dado a fama de homem de justiça, ao qual as pessoas procuravam a fim de lhe expor as suas razões e pedir-lhe interferência’³⁶⁸.

A festa da farinhada³⁶⁹ era parte da prática da produção rural da farinha de mandioca, onde ‘todos participam da colheita’, assim como da ‘lavagem’ e demais processos, promovendo ‘encontros em torno da

mandioca’. O ‘muxirão’ da farinhada era, portanto, um acontecimento no qual, dentre outras coisa, nhá Trindinha ‘sugería namoros, aproximava conversados, encaminhava casamentos possíveis’. Reunindo os moços e moças, cada qual



A CASA DA CHACARA, ainda existente (reformada).
Bico de pena de Wash Rodrigues.

com seus ‘jacás’, ficavam ali os jovens ‘descascando mandioca e conversando’, de modo que, ‘quando o trabalho estava pronto, era avaliado e o par que maior serviço apresentava tinha direito a trocar um beijo’. Teria sido ‘com um beijo na testa’ que começara a relação do Senhor Chagas com a futura mãe do biografado Paulo Eiró, Maria Angélica, ‘nhá Gequinha’. Ao fim da produção da

367 Cf. HOLLANDA, Sérgio Buarque. A vida de Paulo Eiró. [publicado no jornal *Diário de Notícias* (RJ), 3ª seção. 13 de outubro de 1940]. In: *O espírito e a letra – Estudos de crítica literária I – 1920-1947*. São Paulo: Cia das Letras, 1996. 285.

368 SCHMIDT, Afonso. *A vida de Paulo Eiró*. São Paulo: CEN, 1940. 18-24.

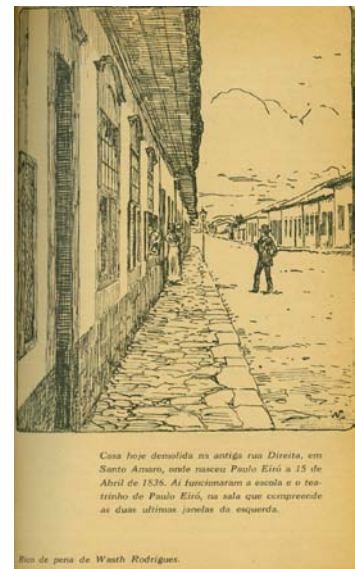
369 Segundo Hollanda, no texto de Schmidt ‘há uma das raras descrições do muxirão que conheço no romance brasileiro’. Cf. HOLLANDA, Sérgio Buarque. A vida de Paulo Eiró. [publicado no jornal *Diário de Notícias* (RJ), 3ª seção. 13 de outubro de 1940]. In: *O espírito e a letra – Estudos de crítica literária I – 1920-1947*. São Paulo: Cia das Letras, 1996. 285.

mandioca, ‘chegavam os violeiros’, já estava a ‘negrada no terreiro, animada pela cuia do quentão’ e Dona Gertrudes ‘perdia nessas noites o mau humor habitual’ e ‘punha-se a dançar no meio da roda’. Os brancos, por sua vez, ‘ficavam na casa a conversar’, as ‘velhas nos cantos’ e os homens ‘a jogar e conversar sobre caçadas, pescarias e fertilidade’³⁷⁰.

Em 1827, casaram-se os ‘primos-irmãos’ senhor Chagas e nhá Gequinha. Moravam naquela ‘casa da chácara’ que agregava ‘família, escravos e agregados’. Estes últimos seriam ‘pessoas que se juntavam às famílias, por criação ou amizade, prestando-lhe em troca seus serviços. Eram tratados quase como parentes’. Assim, neste ambiente em que a ‘existência era toda pautada por costumes patriarcais, com larga margem para a religião’, nascera o ‘menino Paulo Francisco de Sales’, em 1836. Teria sido criado em um lugar onde ‘o tempo ia passando, muito suavemente’, com uma ‘infância feliz e inocente’. O biógrafo recupera quadrinhas que ‘Paulinho’ já escrevera na infância, quando precocemente teria ‘ardente amor pelos livros’. O biógrafo transcreve a seguinte escrita após o menino ‘ter passado mal de tanto comer pitanga’:

*Foi a minha gulodice
Que me causou esta zanga
Prometo de agora em diante
Nunca mais comer pitanga*³⁷¹

É na infância de Paulo Francisco Sales que Afonso Schmidt identifica um acontecimento fundamental para que sua escrita biográfica assuma o caráter, no dizer do próprio autor, de uma ‘delicada história de amor’, ou seja, que se defina enquanto um ‘romance histórico’³⁷². Tal ‘acontecimento’ teria ocorrido quando, no ano de 1847, o pequeno Paulinho, ‘já um homenzinho’ acompanhara uma de suas irmãs, Emygdia Clementina, ao Largo de São Francisco, na cidade de São Paulo. Emygdia iria prestar exame num concurso pra professora pública para vila de Santo Amaro, tendo sido recebida, ela e o irmão, por um primo, Malaquias Rogério de Salles Guerra, que vinha acompanhado ‘por uma menina de dez anos, mulher ainda em botão’, Querubina Angélica de Salles, ambos primos dos santamarenses. As duas crianças teriam ‘ficado de mãos dadas’ durante o exame e, após



370 SCHMIDT, Afonso. *A vida de Paulo Eiró*. São Paulo: CEN, 1940. 24-31

371 SCHMIDT, Afonso. *A vida de Paulo Eiró*. São Paulo: CEN, 1940. 31-41

372 Segundo Sérgio Buarque de Hollanda, o problema do ‘romance histórico’, ou de uma ‘biografia romanceada’, reside na dificuldade que terá o ‘leitor’, ‘curioso de conhecer’, em distinguir ‘sem hesitação’, o que ‘é realidade histórica’ do que é ‘pura fantasia’. Cf. HOLLANDA, Sérgio Buarque. *A vida de Paulo Eiró*. [publicado no jornal *Diário de Notícias* (RJ), 3ª seção. 13 de outubro de 1940]. In: *O espírito e a letra – Estudos de crítica literária I – 1920-1947*. São Paulo: Cia das Letras, 1996. 285

o fim da argüição, na qual Emygdia foi aprovada, na saída da sala, o ‘estudante Bernardo Guimarães’, ‘um grande poeta acadêmico’, teria ‘levantado o braço mostrando-os aos colegas’: ‘_ Saudemos o grande poeta e sua musa!’’. Esta frase, da qual ‘todos riram’, teria marcado Paulinho que nunca mais a esquecerá³⁷³.

Segundo o biógrafo Afonso Schmidt, a vida do menino Paulinho seria diferente da ‘dos meninos da mesma idade’, pois o pequeno poeta passava dias ‘mergulhado na leitura’ e ficava até ‘tarde da noite diante da mesinha atulhada de livros’. Uma noite, um acidente acontecera a um dos agregados da casa, nhô João Redondo, ‘poeta caipira’, ‘repentista’ e ‘improvisador de quadrinhas’. O ‘tocador’ sofreria de ‘umas auras de inconsciência que por pouco o aniquilavam’ e, em uma daquelas ‘geladas noites de junho’, quando os escravos e agregados ficavam a ‘aquecer o fogo’ com um ‘grosso tronco de caneca que ardia no centro da cozinha’, nhô Redondo fora ‘pegado por aquela coisa’, caindo ‘para frente, de bruços, sobre o braseiro’. Francisco Antônio das Chagas, pai de Paulo, ‘pôs-se a arrancar, com a ponta dos dedos’, as brasas vivas ‘encrustadas na carne do peito’ e, em seguida, ‘regressou acompanhado do seu Jeremias’. Santo Amaro teria três médicos naquele tempo: seu Jeremias Glória, que teria ‘grande prática de farmácia e enfermagem’ e era ‘meio alquimista’, ‘mergulhava’ no ‘grosso Chernoviz’ e fabricava ‘umas famosas pílulas’; o próprio Chagas, que ‘estudou botânica’ e ‘tratava das pessoas’; e o seu Adolfo Alves Pinheiro de Paiva que fora convidado a assistir o ‘poeta caipira’, mas o encontrou ‘estirado na cama entre quatro velas, com um crucifixo sobre o peito’. O médico então asseverou: ‘_É isso, vocês chamam o homeopata depois do padre...’³⁷⁴. Trata-se, para o biógrafo, da ilustração da prática dos ‘médicos daquele tempo’ em uma cidade de interior e Paulo Eiró terá muito que ver com os ‘médicos daquele tempo’.

Outro costume descrito na biografia escrita por Afonso Schmidt é, segundo Sérgio Buarque de Hollanda, colhido, ‘sem dúvida, na tradição oral ou em documentos inéditos’. Trata-se da *Tingujada*, ‘velho e rudimentar processo de pescaria que as Atas da Câmara de São Paulo já registram no século XVI’³⁷⁵. Anualmente, no mês de agosto, os ‘figurões santamarenses’ com suas famílias, agregados e escravos partiam para Ponte de Baixo, região localizada a ‘um quarto de légua da vila’. Levavam um ‘animal ajoujado’ com ‘esteiras’, ‘cobertores’, ‘trens de cozinha’ e ‘bruacas de víveres’. Quando chegavam à lagoa, as mulheres e as crianças iam para ‘as tendas mais próximas que já se achavam instaladas’ e os homens se ‘entregavam à faina de improvisar o seu

373 SCHMIDT, Afonso. *A vida de Paulo Eiró*. São Paulo: CEN, 1940. 41-46.

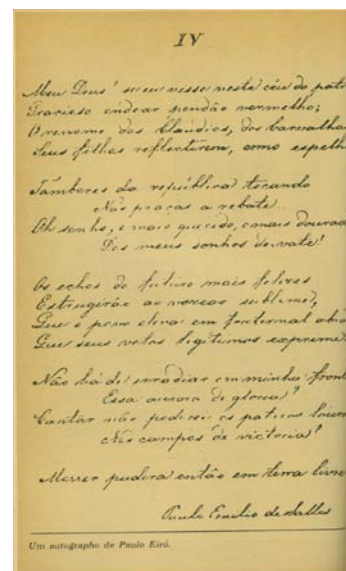
374 SCHMIDT, Afonso. *A vida de Paulo Eiró*. São Paulo: CEN, 1940. 46-57.

375 Cf. HOLLANDA, Sérgio Buarque. *A vida de Paulo Eiró*. [publicado no jornal *Diário de Notícias* (RJ), 3ª seção, 13 de outubro de 1940]. In: *O espírito e a letra – Estudos de crítica literária I – 1920-1947*. São Paulo: Cia das Letras, 1996. 285.

rancho'. Durante uma semana acontecia essa 'alegre pescaria' que era feita com um 'timbu', 'espécie de líquido que se joga na água para desnortear os peixes que nadam para as margens'³⁷⁶.

Quando estava com dezessete anos, Paulo encontrara novamente com a 'musa' em uma *Tinguijada*, mas, apesar dos 'passeios na lagoa', permaneciam apenas amigos. Os pais do biografado seriam 'orgulhosos do filho' que escrevia 'versos lindos' e 'triunfava nos preparatórios'. Também seria nesse tempo, quando escutava, à beira da lagoa, as 'violas a lamentar-se' em 'toadas tristes e doloridas', que o rapaz Paulo 'coleccionava quadrinhas populares' e pretendia publicar um estudo sobre esta poesia que 'é a queixa dos negros sem liberdade e dos brancos abandonados ao seu destino'. No ano de 1854, quando Chagas 'se recolhe na chácara', Paulo assume as aulas na vila. Nesta época, passara a assinar Paulo Eiró 'buscando esse sobrenome' em um antepassado o 'Capitão Miguel de Eiró, flaviense brasonado que se casou em Santo Amaro, no ano de 1705'. Quando cursou a Escola Normal em São Paulo, Paulo Eiró residia na casa de primo Malaquias e podia ver a 'musa' amiúde, mas esta 'se mostrava indiferente ao seu amor', era 'uma linda moça', 'requestada em todos os salões, e parecia ter um gostar imenso de dançar'. Paulo Eiró, por sua vez, era 'sem ânimo de entrar no salão'³⁷⁷.

Segundo o biógrafo, Paulo Eiró 'só tinha como preocupação' 'conquistar o amor de sua Musa. Pensara que talvez o 'título de bacharel' pudesse comovê-la, mas a primeira ação neste sentido será através do teatro com a encenação de suas próprias peças. Em meio aos 'folguedos de junho' de 1854, quando a cidade de Santo Amaro festejava São Pedro com 'cantigas à viola', 'danças' e 'gente que contava causos'; em que se 'assavam batatas e aipins no borralho'; que as 'canecas de quentão corriam a roda' e as 'pretas acocoradas vendiam bolinhos, cuscuz, geléia de mocotó, amendoim torrado e quitandas caseiras'; estrearia as peças de Paulo Eiró. Em teatro improvisado na escola da vila, três comédias em um ato foram encenadas – 'Traficante de Escravos', 'Chegamos tarde' e 'Terça-Feira de Entrudo'. A 'musa' lá estivera presente, ficara, porém, a conversar, não se 'apercebendo muito da peça' e, apesar de o 'espetáculo ter findado com o maior êxito possível', Paulo Eiró 'chorou convulsivamente'. Em 1859, Paulo Eiró matriculara-se na Faculdade de Direito de São Paulo tendo sido colega de Campos Sales, Prudente de Moraes, Bernardino Campos e Rangel Pestana³⁷⁸.



376 SCHMIDT, Afonso. *A vida de Paulo Eiró*. São Paulo: CEN, 1940. 57-65

377 SCHMIDT, Afonso. *A vida de Paulo Eiró*. São Paulo: CEN, 1940. 65-71.

378 SCHMIDT, Afonso. *A vida de Paulo Eiró*. São Paulo: CEN, 1940. 71-88.

Sua ‘serenidade’, sua ‘tristeza mesmo’ impressionou seu pares que não ‘esperavam tal doçura’ em um ‘revolucionário’. Tal ‘título’ poderia lhe ser atribuído devido ao caráter ‘precursor’ de sua ‘poesia abolicionista’ que ‘mais de dez anos após, deveria alcançar o máximo esplendor com Castro Alves’. Assim, já em 1854, ainda quando residia em Santo Amaro, Paulo Eiró ‘já era poeta republicano e abolicionista’. Apesar de iniciar sua vida na Academia paulista com ‘uma imperturbável serenidade’, poucos meses depois, Paulo Eiró teve ‘variações de humor’ e começou a sofrer crises que ‘ensombravam seu ânimo’. Quando o poeta santamarense escrevera uma carta a Santo Amaro ‘relatando possível suicídio’, seu pai fora a São Paulo para buscá-lo. Retornara a cidade de origem onde ‘parou de estudar’ e se dedicou ao ‘trabalho na roça’. Trabalho que lhe rendeu apenas ‘paz de semanas’, pois não conseguiria ver o ‘resultado imediato de tamanho esforço’. Abandonou o trato da terra e passou a ficar ‘horas debaixo das árvores, a observar o mundo pequenininho das formigas’³⁷⁹.

Em ‘nova crise’, quis se matricular, o poeta, no Seminário do bispo Antônio Joaquim de Melo. Neste ambiente, Paulo Eiró era ‘recebido com reserva’, afinal, ‘contando para mais de 23 anos’, ‘diplomado professor’ e com ‘estudos na Faculdade de Direito’ possuía características que o ‘distinguia’ dos outros seminaristas. Também no Seminário, Paulo Eiró sofreu de ‘variações do humor’ apresentando ‘ações instáveis’ marcadas pelo ‘silêncio’, a ‘solidão’, a ‘indiferença’ e a ‘melancolia’. Quando um poema republicano lhe foi descoberto, o reitor do Seminário aconselhou a seu pai a ‘fazê-lo deixar a carreira religiosa’, pois Paulo Eiró não encontrava ‘uma resposta decisiva ao gênio do mal’ nas ‘folhas do seu breviário’ e, que, apesar de ‘poeta admirável’, era necessário ‘destruir alguns de seus cadernos, pois eivados de modernismos’ e fazê-lo voltar para a Academia de Direito. A vontade do poeta, porém, era outra: ir para Mariana. Nesta cidade iria ‘retomar os estudos seminaristas’ e para lá ‘iria a pé’. Seguiu para São Paulo, Mogi das Cruzes, Jacaré e ficou ‘desaparecido durante os meses de janeiro, fevereiro e os primeiros dias de março’ do ano de 1860³⁸⁰.

Quando retornou desta viagem que ‘ninguém sabe por onde andou’, Paulo Eiró estava ‘descalço’, ‘andragoso’, com ‘cabelos crescidos e a barba à nazarena’. Em 17 de março ‘deste triste ano de 1860’, quando chegava à capital da Província, passando pelo Largo da Sé, Paulo Eiró entrou na catedral, ‘seguido entre sobrecasacas e saias rodadas até as imediações do altar mor e ajoelhou-se’. Surpreendido por ‘um ruído alegre’ provocado pela entrada dos noivos, padrinhos e as pagens, Paulo Eiró, que nesta ocasião estava ‘sujo e feio como um desenterrado’, percebera que a noiva que ali adentrava era a ‘musa’. O ‘desgraçado poeta’ saiu da Igreja ‘sem que ninguém o

379 SCHMIDT, Afonso. *A vida de Paulo Eiró*. São Paulo: CEN, 1940. 88-97.

380 SCHMIDT, Afonso. *A vida de Paulo Eiró*. São Paulo: CEN, 1940. 97-107.

conhecesse' e retornou para Santo Amaro. Na cidade natal, teria se fechado no quarto e 'escreveu nervosamente dias noites, quase sem interrupção'. Novamente o poeta viaja, desta vez para a 'fazenda de um tio em Tatuí', mas 'após três dias cai na estrada'. Paulo Eiró ressurgiu, então, 'na Corte, em 1º de outubro de 1861'. Conseguiu, na capital do Império, publicar 'um poema e uma fantasia', entretanto, teve de voltar à Santo Amaro, pois 'não podia bancar a vida no Rio'³⁸¹.

Em novembro de 1861, o 'melancólico poeta' fora surpreendido por um convite da 'comissão de festejos' por ocasião do 36º aniversário de D Pedro II. Queriam que o espetáculo no Teatro que encerraria as comemorações fosse uma peça sua, *Sangue Limpo*, ao que Paulo Eiró teria 'acedido em tudo', prontificando-se a 'tirar os papéis', 'fazer a marcação' e 'dirigir os ensaios'. Neste período, teria o biografado mudado para São Paulo, onde, segundo Schmidt, haveria o ambiente que ele precisava para viver. Ali, Paulo Eiró poderia 'realizar sua arte', em meio à 'admiração', aos 'trajes lindos', às 'mulheres inteligentes e amáveis' que 'esqueceriam flores sobre o seu chapéu', que lhe 'consultariam sobre a peça, debruçadas, arquejantes, tocando com as rendas do colo os tufos da sua gravata'. No dia 2 de dezembro daquele ano, o espetáculo fora encenado no Teatro São Paulo, à rua da Fundição. A crítica no *Correio Paulistano* do dia seguinte teria sido visceral: 'a empresa deu prova de péssimo gosto representando este drama; é um trabalho que não revela nem estudo, nem vocação, nem conhecimento da arte dramática e, por isso, está abaixo da crítica'. Após este fato, os momentos de lucidez do poeta teriam se tornado 'cada vez mais raros'³⁸².

De volta à Santo Amaro, Paulo Eiró voltou a lecionar na escola da rua Direita e, mais uma vez, 'encontrou o portão aberto e fugiu'. Desta feita, tomou a estrada de Santos, dormiu nos 'ranchos à beira do caminho' em meio a 'andantes, marinheiros, fugidos e quilombolas', tendo chegado até Cubatão. Embarcou em um 'patacho' alemão em direção ao Rio de Janeiro, mas, antes de chegar ao destino foi tomado por 'uma daquelas angústias em que ele, quando na chácara, investia contra a cerca de espinheiros'. Fora solto pelos marinheiros em uma 'povoação de pescadores' onde algum 'caiçara' lhe ensinou o caminho de volta. Seu último 'acesso', antes de, finalmente, ser internado, foi quando, 'tomado de brusca agitação', correu para a vila, 'penetrou na Igreja' e, ao texto do 'vigário da Paróquia' que pregava ser 'Nosso Senhor Jesus Cristo, o Rei dos Reis', retrucou Paulo Eiró que 'Jesus era carpinteiro, nunca quis ser rei nem coisa nenhuma na Terra'. O padre 'fez que não ouviu' e continuou: 'Que seria do povo se não fossem os reis?'. O poeta 'ergue-se novamente': 'E que seria dos reis se não fosse o povo?'. Neste momento, teria o padre 'bradado do púlpito': '_Para fora o republicano! Para fora o abolicionista! Para fora o

381 SCHMIDT, Afonso. *A vida de Paulo Eiró*. São Paulo: CEN, 1940. 107-122

382 SCHMIDT, Afonso. *A vida de Paulo Eiró*. São Paulo: CEN, 1940. 122-130.

herege!'. Todos, porém, lhe reconheciam 'doente' e, como tal, fora Paulo Eiró mandado para o Hospício de Alienados, em 1869.³⁸³

Fundado em 1852, o Hospício de Alienados, em 1856, já 'não dispunha de lugares para novos enfermos'. O lugar era 'um sobradão', 'escuro', onde a 'claridade entrava pelas estreitas janelas gradeadas', quando o 'sol estava de feição'. As celas dispunham de um colchão de palha, de uma 'bilha d'água' e de algumas roupas dos enfermos que ficavam penduradas pelos pregos. Quando lúcidos, tinham os internos permissão para sair e conversar com os seus companheiros. Paulo Eiró não 'sobreviveu por muito tempo' ao Hospício, tendo falecido em 1871, entre momentos de 'prostração' e 'acessos violentos'. Sua morte foi noticiada pelo *Diário de São Paulo* e pelo *Correio Paulistano* e seu nome teria ganhado referências 'de longe em longe' em meio às 'forças sutis do destino e da sociedade' que haviam 'tramado a conspiração do silêncio'. No momento, porém, das comemorações do centenário de nascimento do poeta, em 1936, ele foi 'posto em evidência', tendo vários escritores publicado artigos sobre o santamarense³⁸⁴.

A *vida de Paulo Eiró* veio a público, primeiramente, como 'novela histórica em 25 capítulos' lançada em fascículos no jornal *O Estado de São Paulo* entre os meses 01/06/1938 e 08/02/1939. Sua passagem para o formato livro surgiu acompanhada pela publicação de uma coletânea das *Poesias inéditas* de Paulo Eiró, organizada e prefaciada por José A Gonçalves que, sobrinho-neto do poeta, seria, segundo o biógrafo Afonso Schmidt, o 'guardião de um tesouro de reminiscências do seu avoengo'. A publicação das poesias de Paulo Eiró foi possível mediante carta que Gonçalves enviara a Monteiro Lobato 'pedindo uma apresentação' a Fernando Azevedo, porque 'receava' 'dirigir-se diretamente' à Companhia Editora Nacional. Monteiro Lobato teria escrito a Fernando de Azevedo:

Fernando, esta vai para apresentar-te o meu grande amigo José A Gonçalves, o melhor parente do mundo. Imagine que sendo sobrinho de Paulo Eiró, que estava morto, esquecido e enterrado, reviveu-o de uma maneira esplêndida, dando uma lição a todos os parentes com antepassados dignos de ressurreição. Eu, se pudesse escolher um descendente, não vacilaria um minuto em escolher o Gonçalves – e você podendo, não deve vacilar em ajudá-lo a completar a lição que está dando ao mundo. Adeus. Lobato³⁸⁵.

Fernando Azevedo acatara o pedido de Lobato, mas 'desde logo', surgira uma dificuldade: a Cia Editora Nacional não 'edita versos'. Como a Cia estava em vias de editar na Brasiliana a 'novela histórica' escrita por Afonso Schmidt, mas que 'daria um volume menos do que o exigido

383 SCHMIDT, Afonso. *A vida de Paulo Eiró*. São Paulo: CEN, 1940. 130-139

384 SCHMIDT, Afonso. *A vida de Paulo Eiró*. São Paulo: CEN, 1940. 139-145

385 Cf. GONÇALVES, José A. Paulo Eiró – Poesias - Coletânea Inédita. In: SCHMIDT, Afonso. *A vida de Paulo Eiró*. São Paulo: CEN, 1940. 161

para essa coleção’, Octales Marcondes sugeriu a reunião, num mesmo volume, do trabalho de Schmidt e das poesias de Paulo Eiró³⁸⁶. O fato de a CEN não editar versos e, mais especificamente, de a Brasileira não se dedicar a publicação de ‘obras de ficção’, faz com que o ‘lugar’ da biografia escrita por Schmidt seja singular. Tal singularidade deve-se precisamente à categoria de ‘novela histórica’ que o autor ‘abraça’, enquanto os outros trabalhos analisados por nós dela se afastavam.

Sérgio Buarque de Hollanda defende que, apesar do ‘forte prestígio que elas continuam a ter perante o público’, as ‘biografias romanceadas’ seriam caracterizadas por uma ‘unidade artificial e suspeita’. O historiador se depara com este tipo de escrita, característica daquela ‘biografia moderna’ por nós apresentada na introdução deste trabalho, e critica-o por não nascer de uma ‘observação passiva da existência’, ressentido o fato de o biógrafo ‘literário’ não se ‘subordinar’ e se ‘escravizar’ a um ‘plano de vida’, mas, sim, ser impulsionado por sua ‘vontade criadora’. Para Hollanda, este tipo de biografia não ‘agrada’ os ‘cultores desinteressados da história’, de modo que, o livro de Schmidt, é uma ‘decepção’. No olhar do crítico, o ‘vulto de Paulo Eiró’ está ‘submerso e contrafeito’ e as qualidades da obra estão nas narrações de Schmidt, ‘dispensadas da obrigação de romancear’, sobre a ‘vida santamarense e paulistana há um século’, o que revelaria no biógrafo um ‘verdadeiro escritor lúcido e conhecedor das tradições de São Paulo Antigo’. Sérgio Buarque acredita ter Afonso Schmidt feito o contrário que convêm a uma biografia: ‘colheu meticulosamente os dados necessários para um opulento romance histórico e saiu depois à procura do personagem principal’³⁸⁷.

Para José A Gonçalves, organizador e prefaciador da publicação das poesias de Paulo Eiró, Schmidt teria escrito uma novela que, nem por isso, deixa de ser, ‘pelo escrúpulo com que utilizou o material posto à sua disposição’, merecedora de ser ‘recebida pelo Instituto Histórico’. Gonçalves defende que a opção do romancista não ‘diminui o valor documental’ da obra e que, mesmo com ‘alguns toques de fantasia’, o ‘livro é rigorosamente histórico’ e, neste sentido, realiza uma ‘verdadeira biografia do poeta’. O sobrinho do biografado reconhece na obra de Schmidt a ‘perfeita reconstituição da nossa vida provinciana de meados do século passado’ e destaca que, a partir de ‘agora’, ‘ninguém poderá escrever sobre o poeta sem recorrer à novela de Afonso Schmidt’³⁸⁸. Percebe-se, portanto, que os juízos acerca do fazer biográfico podiam variar drasticamente dependendo de quem os realizava. O próprio Afonso Schmidt, que era membro

386 Cf. GONÇALVES, José A. Paulo Eiró – Poesias - Coletânea Inédita. In: SCHMIDT, Afonso. *A vida de Paulo Eiró*. São Paulo: CEN, 1940. 161.

387 Cf. HOLLANDA, Sérgio Buarque. A vida de Paulo Eiró. [publicado no jornal *Diário de Notícias* (RJ), 3ª seção. 13 de outubro de 1940]. In: *O espírito e a letra – Estudos de crítica literária I – 1920-1947*. São Paulo: Cia das Letras, 1996. 285-286.

388 GONÇALVES, José. Paulo Eiró, Poesias: Coletânea Inédita. In: SCHMIDT, Afonso. *A vida de Paulo Eiró*. São Paulo: CEN, 1940. 160.

honorário do Instituto Histórico Geográfico Paulista, revela no prefácio da biografia de Paulo Eiró a disposição de ‘contar uma história de amor’, de ser ‘transportado’ para a São Paulo de 1830-1860 e, ainda, segundo artigo na Revista da Academia Paulista de Letras, de construir, ‘pelo romance, verdadeiros cursos diários de História do Brasil’ e enumera esta biografia como um exemplo de tal feito. Trata-se, portanto, na perspectiva do literato, de um olhar singular acerca da relação que se podia estabelecer com o passado mediante a escrita biográfica. Esta, mesmo preferindo o estilo à exatidão, poderia almejar o ‘conhecimento do passado’, a ‘História’, apesar das críticas que lhe poderiam recair a partir dos historiadores. O que se mantém, de qualquer forma, é o ‘interesse’ por parte dos diversos escritores por um passado que, no caso de Schmidt, mediante o ‘romance folhetim’, era ‘elemento de educação, de cultura, de propaganda de princípios e sentimentos’³⁸⁹.

389 SCHMIDT, Afonso. Pelo romance popular brasileiro. *Revista da Academia Paulista de Letras*. São Paulo: 12 mar. 1942, n° 17, ano V. 137.

Capítulo 3

As máscaras

*Que o historiador tenha perdido sua inocência,
que ele se deixe tomar como objeto, que se tome
ele próprio como objeto, quem o lamentará?*

Pierre Vidal-Naquet

Les assassins de la mémoire

Neste capítulo, procurarei situar cada biografia estudada em uma relação significativa com o contexto cultural e político dos anos 1930-1940 no Brasil. Este tópico justifica-se porque as análises acerca da biografia como método de conhecimento não dão conta totalmente das obras trabalhadas, pois não operam as possibilidades críticas e políticas que ronda este fazer biográfico. As análises que procuram pensar a biografia como método de conhecimento sociológico e historiográfico, querem mobilizar a biografia, atualizá-la como viés de conhecimento humano, afinal:

Se hoje a tentação biográfica é tão forte, para além da atração exercida por um mercado editorial levado pela atração do público pelo 'vivido' e da rejeição da modernidade romanesca, para além ainda dos interesses políticos muito diversos que podem servir a biografia (ver o culto dos 'grandes homens', ou a construção das identidades políticas), é que ela se situa no cruzamento de muitas doenças ou de evoluções internas às ciências sociais, a desvalorização do marxismo, a promoção correlativa do individualismo e o interesse suscitado pela sociologia compreensiva³⁹⁰.

Apesar de serem críticos do saber historiográfico, procurando produzir obras 'bem fundamentadas documentalmente' e que 'relacionem contexto e indivíduo', como foi evidenciado na introdução e no segundo capítulo; as obras estudadas por nós possuem um 'compromisso patriótico', exposto no primeiro capítulo, que não seria, segundo os autores, contrário a 'verdade histórica'. Ao contrário, a 'verdade histórica' autorizaria o soerguimento dos monumentos biográficos que representam princípios, valores e exemplos de interesse nacional. Ao observarmos mais de perto a caracterização destes monumentos, verificamos como a produção das biografias é uma expressão historiográfica de identidades culturais e políticas daquele presente. Cada biografia individualiza a 'consciência nacional' em uma figura histórica, ao mesmo tempo em que a

390 DAMAMME, Dominique. Des instruments biographiques. *Pôle Sud*. Ano 1994, vol 1, n 1. 5.

universaliza ao transformá-la em monumento nacional. Assim, procuro enxergar estas biografias como expressões de discursos, vontades, representações políticas e que, portanto, visam a um questionamento ou aprovação da realidade política existente. Trata-se mesmo de uma característica da *Coleção Brasileira* que, segundo José Honório Rodrigues:

*Nunca em nossa historiografia pretendeu a história servir tanto ao presente, como um pouco antes e logo depois da Revolução de 1930. Fundaram-se coleções especiais de estudos brasileiros, como a Brasileira em 1931 e os Documentos Brasileiros em 1936*³⁹¹.

A idéia de ‘servir a um presente’ retoma a noção desenvolvida anteriormente acerca da utilidade da história. Esta encontrará no fazer biográfico um meio de, a partir dos indivíduos passados, constituir as identidades presentes. ‘As identidades são máscaras criadas para se obter o sucesso em múltiplas relações e situações’³⁹². A identidade é uma ‘construção’ uma ‘criação’ muito mais do que uma ‘realidade’:

*(...) a história se assemelha ao teatro, onde os atores, agentes da história, só podem criar à condição de se identificarem com o passado, de representarem papéis, de vestirem máscaras, elaboradas presentemente*³⁹³.

Ao relacionar o fazer biográfico à idéia de ‘utilidade da história’ mediante a constituição de identidades, percebemos uma possibilidade de leitura que verifica as conotações políticas existentes nas obras trabalhadas. Trata-se do fato de esta produção biográfica, não obstante seu compromisso com a ‘objetividade histórica’, ser marcada pela defesa de ‘valores’ e sentidos para a história que operam como mediadores pedagógicos na relação do presente com o passado e com suas expectativas de futuro. A própria ‘condição do historiador’ pode ser caracterizada como a do agente que ‘estuda o passado para poder influir, de maneira mais modesta que seja, sobre o mundo em torno e dentro de si’. Assim,

*(...) suas indagações históricas, como todas as indagações, são sempre a resposta a alguma necessidade, sempre voltadas para alguma finalidade; o interesse está embutido em seus atos mais primários de percepção, e aparece sob convenientes disfarces em suas mais polidas apresentações. E as provas dessa posição são inúmeras e parecem irrefutáveis: relatos diversos das mesmas realidades, diferentes interpretações dos mesmos acontecimentos e, como sempre, estilos vários*³⁹⁴.

391 RODRIGUES, José Honório. *História e Historiadores do Brasil*. São Paulo: Fulgor, 1965. 16

392 REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil 2: de Calmon a Bomfim. A favor do Brasil: direita ou esquerda?* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 14.

393 ALBUQUERQUE, Durval Muniz. *A Invenção do nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 2001. 27.

394 GAY, Peter. *O Estilo na História – Gibbon, Ranke, Macaulay, Burckhardt*. São Paulo: Cia das Letras, 1990. 176-177

A análise das obras biográficas tem de levar em conta, portanto, que

*frequentemente a tarefa, até em demasia, do historiador tem sido a de auxiliar sua cultura a lembrar fatos que não ocorreram, a esquecer eventos que existiram. A cultura quer um passado que possa usar*³⁹⁵.

Neste sentido, a consideração de Viana Filho, crítico do fazer biográfico nas décadas de 1930 e 1940, é esclarecedora quando lembra que ‘frequentemente iremos encontrar a biografia, (...) a serviço de uma pedagogia, que se apercebe ter na narração da vida dos grandes vultos, pelos sentimentos que os seus exemplos podem despertar, poderoso veículo de idéias’³⁹⁶. As obras foram dispostas de maneira diversa daquela do capítulo anterior, que obedecia a um critério mais cronológico (República/Império), apesar de não o sê-lo rigorosamente. Na disposição que se segue, o critério cronológico é inoperante, de modo que, o que importa é a possibilidade de o leitor perceber as diferentes formas que o fazer biográfico poderia ser mobilizado em função de determinadas perspectivas políticas e culturais na década de 1930. A leitura heterogênea do passado produzia visões diversas acerca da nacionalidade e dos princípios que deviam reger a vida em comum brasileira. Questiona-se, a partir da exposição, a possibilidade de uma identidade nacional unívoca segundo a mobilização do passado comum. Qual passado?

Frei Caneca – Argonauta da Liberdade

José Gabriel de Lemos Brito lançou a biografia de Frei Caneca em 1937. Três anos antes, publicara, sob a alcunha de membro do Instituto da Ordem dos Advogados e da Comissão Legislativa, *A nova Constituição Brasileira*³⁹⁷. Livro que trazia o texto da Constituição de 1934 precedido de uma exposição sobre as constituintes e respectivas constituições realizadas no Brasil até o ano de 1934. Trata-se da Constituição de 1823; do Ato Adicional de 1834; da Lei Restritiva de 1840, o Ato adicional; da Constituição de 1889; da Revisão Constitucional de 1924 e de 1926; do Decreto n. 19.398 de 11 de novembro de 1930, que ‘auto-limitou’ o ‘Governo Ditatorial do Brasil’; da Constituição de 1934. Acerca da última, principalmente, Lemos Brito procura descrever as comissões, atividades e os demais trabalhos que envolveram sua produção desde a elaboração do Código Eleitoral, que regeria a eleição dos deputados constituintes, até a promulgação da

395 GAY, Peter. *O Estilo na História – Gibbon, Ranke, Macaulay, Burekhardt*. São Paulo: Cia das Letras, 1990. 186.

396 VIANA FILHO, Luiz. *A Verdade na Biografia*. Rio de Janeiro: São Paulo: Bahia: Editora Civilização Brasileira, 1945. 29.

397 BRITO, José Gabriel de Lemos. *A nova Constituição Brasileira*. Rio de Janeiro: Livraria Jacinto Editora, 1934.

Constituição em 16 de julho de 1934³⁹⁸.

Lemos Brito ressalta no processo que vai da Revolução de 1930 até a promulgação da Constituição de 1934, a existência, ‘desde muito cedo’, de um ‘movimento nacional pela reconstitucionalização do país’ e que a ‘Revolução Constitucionalista de São Paulo’ fora o movimento ‘mais sério de quantos abalaram a vida política do Brasil desde os tempos da monarquia’. Não obstante, ‘saiu vitoriosa a Ditadura’, mas ‘apressou-se’ a constitucionalização do país³⁹⁹. Neste sentido, Lemos Brito destaca a necessidade de se preservar as ‘conquistas tradicionais da democracia brasileira’, visto que existia um ‘grupo reduzido, de militares e civis, que preconizava uma ditadura permanente (...) a favor da continuidade do regime ditatorial até o que chamavam a completa reorganização administrativa do Brasil’. O autor receava o ‘perigo’ de se ‘ferir o sistema federativo, tão caro aos brasileiros’ além da impropriedade de se ‘transplantar para cá’ ‘numerosas inovações de constituições européias que não parecem adaptadas ao nosso clima político’⁴⁰⁰.

A expectativa de Lemos Brito para a Constituição de 1934 era a de que

*o novo Estatuto produzirá, em breve tempo, graves perturbações no país, não só em virtude do ecleticismo teórico adotado como das dificuldades de execução de muitos do seus raros princípios*⁴⁰¹.

Pode-se afirmar que as ‘previsões’ do autor serão em alguma medida acertadas, visto que a conjuntura política que começa a se desenhar nos anos seguintes ao da Constituição de 1934 será marcada por tensões e reordenamentos da ordem política e institucional brasileira. Já em abril de 1935, a Constituição ‘praticamente deixou de existir com a aprovação pelo Congresso (...) da Lei de Segurança Nacional’⁴⁰². De fato, é evidente o processo centralização política existente no período que é fortalecido pelo levante comunista de 1935, quando, a partir de então o:

Congresso passou a aprovar uma série de medidas que cerceavam seu próprio poder, enquanto o Executivo ganhava poderes de repressão

398 Lemos Brito participou da Constituinte de 1934 na Comissão legislativa ‘destinada a rever a legislação em vigor e a apresentar novas codificações e projetos que o Governo Provisório adotaria ou mandaria mais tarde ao Poder Legislativo’. O biógrafo se encarregou da comissão de ‘Regime Penitenciário, inclusive manicômios judiciários’, ao lado de Candido Mendes e Heitor Carrilho’. Cf. BRITO, José Gabriel de Lemos. *A nova Constituição Brasileira*. Rio de Janeiro: Livraria Jacinto Editora, 1934. 46-47.

399 BRITO, José Gabriel de Lemos. *A nova Constituição Brasileira*. Rio de Janeiro: Livraria Jacinto Editora, 1934. 11-75.

400 BRITO, José Gabriel de Lemos. *A nova Constituição Brasileira*. Rio de Janeiro: Livraria Jacinto Editora, 1934. 53; 64-65.

401 BRITO, José Gabriel de Lemos. *A nova Constituição Brasileira*. Rio de Janeiro: Livraria Jacinto Editora, 1934. 65.

402 GOMES, Angela Maria de Castro. (COORD). *Regionalismo e Centralização Política – Partidos e Constituinte nos Anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. 37.

*praticamente ilimitados*⁴⁰³.

Assim, é a partir da criação de um imaginário do medo à ação comunista⁴⁰⁴, de um 'exorcismo do mal'⁴⁰⁵, fundamentado em uma ação do Partido Comunista que tomara a frente da Ação Nacional Libertadora, que o governo catalisa o processo de centralização política e cerceamento das liberdades. Tratava-se, segundo o presidente Getúlio Vargas, de se reconhecer que

*À luz da nossa formação espiritual, só podemos concebê-lo [o comunismo] como o aniquilamento absoluto de todas as conquistas da cultura ocidental, sob o império dos baixos apetites e das ínfimas paixões da humanidade – espécie de regresso ao primitivismo, às formas elementares da organização social, caracterizadas pelo predomínio do instinto gregário e cujos exemplos típicos são as antigas tribos do interior da Ásia*⁴⁰⁶.

Desde então, torna-se evidente os rumos que o regime republicano brasileiro irá tomar. Em discurso de 10 de maio de 1936, Vargas anunciava e defendia que a necessidade 'da consolidação de um estado forte, com poder de decidir a favor e pela preservação da integridade da nacionalidade'⁴⁰⁷. Esta 'consolidação' era defendida em uma época na qual o governo já gozava de uma 'legislação especial' que lhe permitira 'fechar as organizações políticas e até mesmo deter os parlamentares opositoristas'⁴⁰⁸.

O que se percebe no desenrolar destes dois anos entre novembro de 1935 – data do Levante Comunista – e outubro de 1937 – data do golpe do Estado Novo – é o aumento da repressão que ganha neste período 'uma dimensão até então não registrada tanto na sua efetivação cotidiana quanto nos meios materiais, burocráticos e institucionais utilizados para implementá-la'⁴⁰⁹. Essa 'especialização' e desenvolvimento dos métodos de repressão expressam-se na intervenção em sindicatos, censura e perseguição à imprensa jornalística e à sociedade civil. O que nos parece oportuno observar neste curto período de três anos é o fato de ter sido nele o momento

403 ALBERTI, Verena; GOMES, Angela de Castro; PANDOLFI, Dulce Chaves. *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: CPDOC, 2002. 89.

404 O Levante Comunista deu origem 'não somente à construção de um imaginário, mas ao estabelecimento de uma celebração anticomunista ritualizada e sistemática. Outrossim, contribuiu para solidificar o comprometimento da elite militar com a causa anticomunista, por via da sensibilidade do grupo'. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o 'perigo vermelho': o anticomunismo no Brasil*. São Paulo: perspectiva: FAPESP, 2002. 3.

405 Cf. DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *O ardil totalitário – imaginário político no Brasil dos anos 30*. Belo Horizonte: Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, Ed UFMG, 1997. 33-89.

406 DISCURSO do Presidente Getúlio Vargas, janeiro de 1936. In: DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *O ardil totalitário – imaginário político no Brasil dos anos 30*. Belo Horizonte: Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, Ed UfmG, 1997. 73.

407 RODRIGUES, Candido Moreira. *A Ordem – uma revista de intelectuais católicos 1934-1945*. São Paulo: FAPESP, 2005. 116.

408 GOMES, Angela Maria de Castro. (COORD). *Regionalismo e Centralização Política – Partidos e Constituinte nos Anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. 37.

409 RODRIGUES, Candido Moreira. *A Ordem – uma revista de intelectuais católicos 1934-1945*. São Paulo: FAPESP, 2005. 117.

chave para o fortalecimento hegemônico da legitimidade daqueles ‘grupos militares e civis’, citados por Lemos Brito, ‘defensores de uma ditadura permanente’; ao mesmo tempo em que permite-nos visualizar a descontinuidade existente entre os movimentos de 1930 e 1937. É preciso ressaltar que:

*O estudo do período que vai de 1930 a 1937 é rico em exemplos de continuidade e descontinuidade políticas. A marca essencial desses sete anos é a instabilidade, corporificada nas lutas e nos choques ocorridos entre as numerosas e distintas forças sociais que então disputam um espaço político maior no cenário nacional*⁴¹⁰.

A perspectiva que caracteriza o pensamento das forças vitoriosas em 1937 pode ser encontrada na obra de Oliveira Viana, para ficarmos apenas no interior da historiografia brasileira. Segundo este autor, a ‘Constituição de 1937 pôde estabelecer a coincidência entre o país legal e o país real porque era ‘autoritária-democrática’⁴¹¹. Oliveira Vianna representa uma matriz do pensamento brasileiro, e da historiografia em particular, desencantado com a Primeira República cujos males residiriam principalmente no ‘idealismo de sua Constituição’. Segundo este autor, a Constituição republicana e democrática de 1891 pecava pelo fato de inexistir por aqui o que seria o fundamento para o sucesso de tal regime: uma opinião pública tal qual a da Inglaterra. Para Vianna, independente da ‘hostilidade das circunstâncias do momento histórico’ que, marcado pela ‘abolição do trabalho escravo’, ‘desorganizara o sistema de meios de vida da aristocracia nacional’ e constituiu uma ‘procura urgente’ por ‘uma nova base econômica’, seria ‘desfavorável’ a uma Constituição com ‘altos princípios idealistas’, de ‘atitudes desprendidas e desinteressadas’; independentemente, portanto, da ‘História’, a ‘bela ideologia da Constituinte teria que fracassar’⁴¹².

Para Vianna, o fracasso prescindia do contexto histórico, visto que, existia na Constituição de 1891 um ‘desacordo entre os seus princípios e as condições mentais e estruturais do nosso povo’. O regime democrático fundamentado na opinião pública teria sucesso na Inglaterra porque este país possuiria em seus cidadãos ‘atributos intransferíveis’:

A sua índole ativa e combativa (a aggressive vitality, de Whitman), por um lado: por outro, o espírito de solidariedade, o sentimento instintivo do interesse coletivo, aquilo que van Dyke chama the spirit of common order and social co-operation.

410 GOMES, Angela Maria de Castro. (COORD). *Regionalismo e Centralização Política – Partidos e Constituinte nos Anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. 25.

411 REIS, José Carlos. Oliveira Vianna e a via autoritária da integração do Brasil à civilização ocidental. In: REIS, José Carlos. *As Identidades do Brasil 2. De Calmon a Bomfim: direita ou esquerda?* Rio de Janeiro: FGV, 2006. 176.

412 VIANNA, Oliveira. O Idealismo da Constituição. In: CARDOSO, Vicente Licínio. *À Margem da História da República*. Tomo I. Brasília: Editora UNB, 1981 (1ª ed 1926). 107-108.

A vitalidade de um regime liberal democrático, portanto, só poderia ser duradoura e positiva no caso da ocorrência destes dois ‘atributos intransferíveis’, ‘um de natureza biológica, porque se prende ao temperamento da raça; outro de natureza moral, porque se prende à formação social e política do povo’⁴¹³. A falta destes ‘atributos intransferíveis’ à ‘realidade brasileira’ faria com que a democracia e o liberalismo fossem ‘idealistas’ quando para cá.

Segundo Lemos Brito, na introdução da biografia de Frei Caneca, a ‘realidade brasileira’ seria comum àquela dos povos latino-americanos, não reproduzindo o autor a tradicional exclusão que os pensadores brasileiros realizavam entre o Brasil e ‘as republiquetas latino-americanas’⁴¹⁴. Lemos Brito reproduz a comparação entre ingleses e latinos sem, porém, elencar os argumentos de Oliveira Vianna. Segundo o biógrafo, enquanto os ingleses não desejam ser governados, pois à sombra de ‘monarcas’, ‘estadistas’ ou ‘estados deificados’ não se sentem livres; os povos latino-americanos procuram ‘governantes de grande projeção individual’, seduzem-se pelas exterioridades, preferem a forma à substância, são alheios às participações imediatas na obra política e administrativa e acabam por esperar tudo dos homens e dos sistemas políticos, como se estes tivessem um ‘dom divinatório’⁴¹⁵.

A constatação de Lemos Brito acerca dos ‘povos latino-americanos’ é marcada pela oposição daquilo que seria os povos ingleses ou anglo-saxões. As contraposições são expostas pelo autor: enquanto os primeiros são passivos e apáticos; os segundos são ativos e pragmáticos; enquanto os primeiros são demagogos, os segundos são democráticos. Assim, o autor percebe na conformação cultural e política do latino-americano, e do brasileiro especificamente, um grave entrave para realização de uma democracia real e eficiente. Retomando os escritos de Manoel Bomfim em *América Latina*⁴¹⁶, Lemos Brito vê nos sul-americanos uma ‘concepção diferente da vida política e social’ segundo a qual o ‘meio termo nunca satisfaz’. O latino americano viveria a correr atrás da perfeição’. Esta, por ser ‘inatingível’, faria com que fiquemos ‘sempre a correr, fatigados e sôfregos, para adiante, e permanecemos insatisfeitos seja qual for a solução’⁴¹⁷. Lemos

413 VIANNA, Oliveira. O Idealismo da Constituição. In: CARDOSO, Vicente Licínio. *À Margem da História da República*. Tomo I. Brasília: Editora UNB, 1981 (1ª ed 1926). 111.

414 Em outro texto Lemos Brito afirma que ‘Por mais que um vivaz nacionalismo queira discernir a ação dos colonizadores da nossa própria ação, a história de cada qual dos povos sulamericanos é uma só’. In: BRITO, José Gabriel de Lemos. Ode aos chilenos. *Publicações da Academia Carioca de Letras*. 6º Volume. 1º semestre de 1941. 60.

415 BRITO, José Gabriel de Lemos. A gloriosa sotaina do Império: Frei Caneca. São Paulo: CEN, 1937. 15-16.

416 BOMFIM, Manoel. *A América Latina males de origem*. Rio de Janeiro: Garnier, 1905.

417 Esta imagem proposta por Lemos Brito parece expressar aquela ‘pré-consciência’ do subdesenvolvimento, exposta por Mário Vieira de Mello e retomada por Antônio Cândido, surgida na intelectualidade brasileira dos anos 1930. Trata-se da passagem de uma perspectiva de futuro marcada pela idéia de ‘país novo que ainda não pudera realizar-se, mas que atribuía a si mesmo grandes possibilidades de progresso e futuro’ (...) para a ‘consciência’ de que se trata, no caso do Brasil, de um ‘país subdesenvolvido’, sendo necessário destacar a ‘pobreza rural, a atrofia; o que falta, não o que sobra’. CANDIDO, Antonio. APUD: BUENO, Luís. *Uma História do Romance de 30*. São Paulo:

Brito fala de um ‘espírito sul-americano’ que quando ‘quer o poder forte’, concede aos que ‘o exerce todas as atribuições para comprimir as liberdades’, para, em seguida, colocar-nos a ‘gritar que ele transborda, se derrama, e nos atropela e esmaga com o absolutismo’⁴¹⁸.

Ao perceber o problema da constituição política brasileira, Lemos Brito verifica no ‘personalismo’ brasileiro sua mais grave característica, pois "definem-se na presidência do Brasil os homens pelo seu ‘panacho’, pelo seu topete, mais que pela suas qualidade intrínsecas de estadistas”. Mais uma vez, contrapõe o Brasil ao modelo inglês no qual não se ‘faz questão’ de ‘estadistas magistrats’ nem de ‘soberanos esplendorosos’. Para os ingleses, segundo o autor, trata-se de exigir eficiência do governo. Este ‘princípio de eficiência’ seria exigido e aplicado tanto ao governante quanto à ‘oficina’. Os acontecimentos contemporâneos, que envolviam o presidente do Brasil àquela época, corroborariam com a visão do autor:

*Ninguém daria um centil pela popularidade do sr Getúlio Vargas antes da subversão de 27 de novembro de 1935. Mas, sublevados alguns corpos militares, mortos oficiais e soldados, roncando o bombardeio, o Presidente deixa sem aparato o Palácio e vai visitar as linhas de fogo, penetrando na zona varrida pela metralha. No dia imediato o Presidente é aclamado. Esse gesto de serena coragem emociona as massas, e a popularidade perdida é grandemente reconquistada*⁴¹⁹.

Haveria, segundo Lemos Brito, um ‘perigo’ neste personalismo, visto que, estes ‘gestos teatrais influem nas multidões’ e foi graças a eles que ‘Hitler, Mussolini e Lenine’ lograram ‘transformar em cordeiros os povos de cima de cujas baionetas desafiaram ou desafiam o mundo’⁴²⁰. Se, por um lado, a figura de Frei Caneca, recuperada por Lemos Brito, traz consigo estes ‘gestos teatrais’, por outro, o frade pernambucano é quem defendia, como se, segundo o biógrafo, ‘estivesse a falar para geração atual’, que:

*_ Nas puras democracias, diz ele, há classes, há distinções nascidas da indústria e da propriedade; e como estas classes são de natureza, não podem ser destruídas por nenhuma forma de governo, e nem jamais nestas relações podem os homens ser nivelados. O que querem os homens pensadores, racionais e justos, é destruir as personalidades, isto é, que se não beneficie mais ou mortifique menos a Pedro do que a Paulo, por ser aquele duque, marques, conde visconde barão, infância, rico homem, e este não; ou porque o avô daquele foi pé rapado e sua vó foreira em São Bento, e este ainda não matou três cascavéis, para formar um escudo, como os antigos dos Heduos*⁴²¹.

EdUSP; Campinas: Editora Unicamp, 2006. 58.

418 BRITO, José Gabriel de Lemos. A gloriosa sotaina do Império: Frei Caneca. São Paulo: CEN, 1937. 16-22.

419 BRITO, José Gabriel de Lemos. A gloriosa sotaina do Império: Frei Caneca. São Paulo: CEN, 1937. 23-24.

420 BRITO, José Gabriel de Lemos. A gloriosa sotaina do Império: Frei Caneca. São Paulo: CEN, 1937. 25.

421 Cf. BRITO, José Gabriel de Lemos. A gloriosa sotaina do Império: Frei Caneca. São Paulo: CEN, 1937. 68

Ao reivindicar as palavras de Frei Caneca como diretrizes para as ‘gerações atuais’, Lemos Brito retoma um período de Caneca em que a democracia aparece desvinculada de qualquer associação com uma sociedade sem classes, ou seja, não se trata de socialismo ou comunismo. Elimina-se o risco de ser ‘confundido’, em uma época ‘dominada por projetos autoritários, à esquerda e à direita’⁴²². Em seguida, sua definição de igualdade é aquela segundo a qual as distinções de classe, origem e família, que conformam as ‘personalidades’, não devem interferir na obtenção de direitos e deveres em um Estado de Direito democrático, considerado como governo ideal para a sociedade brasileira. É a partir destes pontos que podemos observar como a biografia de Frei Caneca, publicada em 1937 pela *Coleção Brasileira*, operava de maneira singular em um momento onde o que havia era, segundo Lemos Brito, ‘a confusão e a dúvida que a todos avassalam’⁴²³.

É importante frisar, complementando o que dissemos acima, que existia uma tendência do pensamento historiográfico brasileiro, especificamente de sua matriz autoritária, que: a partir de Oliveira Vianna, enxergava na história do Brasil, dentre outras coisas, ‘a aventura civilizadora do homem branco’, ‘racialmente superior’, ‘conquistador’, ‘dominador’, ‘ativo’ que deve se afirmar sobre o ‘negro troglodita, simiesco, decadente, imoral, inferior’; a partir de Pedro Calmon, tal tendência seria ‘de um racismo raivoso’, ‘aristocrático, monarquista e repressor das expressões brasileiras’, que ensinava aos brasileiros ‘não fazer a história’, mas ‘aplaudi-la, docilmente, e aceitar o desdobramento de uma essência brasileira’; a partir de Afonso Arinos determinava a ‘identidade essencial do Brasil’ na qual a ‘miscigenação comprometeu o futuro do Brasil’ e que ‘deseja que o Brasil se embranqueça’, distanciando-se daquilo que Arinos chamava ‘gado humano de raça inferior, rebanho africano’, conformando um Estado ‘distante da sociedade civil’, com a qual mantenha uma ‘relação de controle e repressão’, sendo ‘anti-republicano e anti-democrático’⁴²⁴.

Quando retomamos os passos da reflexão desenvolvida na biografia de Frei Caneca, percebemos que dentre os pontos destacados pelo biógrafo está a postura do Frei acerca de sua

422 REIS, José Carlos. Oliveira Vianna e a via autoritária da integração do Brasil à civilização ocidental. In: REIS, José Carlos. *As Identidades do Brasil 2. De Calmon a Bomfim: direita ou esquerda?* Rio de Janeiro: FGV, 2006. 96. Segundo DUTRA, neste momento, ‘(...) convergem os discursos da direita e da esquerda na defesa de padrões familiares e morais, na defesa da pátria soberana e da unidade nacional (...) ambos representam a inversão de si mesmos, e a ideologia de cada um é a tentativa desesperada da simulação da divisão’. In: DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *O ardil totalitário – imaginário político no Brasil dos anos 30*. Belo Horizonte: Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, Ed UFMG, 1997. 381-382.

423 BRITO, José Gabriel de Lemos. *A gloriosa sotaina do Império: Frei Caneca*. São Paulo: CEN, 1937. 65.

424 REIS, José Carlos. Oliveira Vianna e a via autoritária da integração do Brasil à civilização ocidental. In: REIS, José Carlos. *As Identidades do Brasil 2. De Calmon a Bomfim: direita ou esquerda?* Rio de Janeiro: FGV, 2006. 131, 139; 43; 99-114.

ascendência. Esta teria em sua tataravó - certa Maria das ***, de desconhecidas origens - ‘alguma Tapuia, Potiguar, Tupinambá, senhora de muito mingau, tipóias, aipim e macaxeiras; e também se foi alguma rainha Ginga – completa o Frei - nenhum mal me faz; já está à porta de muito nos honrarmos do sangue africano’. Caneca lamentava ser ‘a maior infâmia e indignidade ter um cidadão no seu vigésimo avô uma sutil porção de sangue africano’, mas era esperançoso – esperança frustrada pelos ‘grandes pensadores’ citados acima - de que o quadro se reverteria após a abolição quando, então, ‘muita gente terá de provar que descende do rei do Congo, duques de Benguela e sovas de Luanda’. A retomada do pensamento de Frei Caneca, neste sentido, é um elogio do brasileiro mestiço que nos embates da colônia entre portugueses, holandeses, negros e índios ‘deu a conhecer’ que ‘o espírito do Brasil não é servil. Detesta a escravidão, combate o nepotismo e arrisca tudo pela liberdade’⁴²⁵.

O debate sobre o melhor governo para os brasileiros teria, portanto, que seguir essa condição de seu ‘povo’. Frei Caneca é, nas palavras de seu biógrafo, o ‘liberal mais convencido’ de sua época e que, na verdade, lutou ‘a serviço do ideal que os povos continuam a perseguir apesar de corrido mais de um século’. Este ideal deve ter por base a ‘liberdade política’ que é o que assegura:

*aquela tranqüilidade de espírito que goza o cidadão, que tem cada um sua segurança. Para que esta exista, é necessário que o governo seja tal que um cidadão não possa temer outro cidadão, e jamais esta se pode entender e gozar naqueles estados em que se acham depositados nas mesmas mãos os dois poderes, legislativa e executivo, pois pode-se temer que o mesmo soberano faça leis tirânicas para ele as executar tiranicamente*⁴²⁶.

À estas palavras do Frei, Lemos Brito complementa que ‘este conceito tem que vingar. O progresso e a felicidade do povo brasileiro resultam diretamente dele’. A retomada do pensamento de Frei Caneca é, portanto, a reivindicação de uma perspectiva que via na ‘liberdade política’ o fundamento para a ‘felicidade do povo brasileiro’ e condenava, por conseguinte, os modelos ‘personalistas’, ‘ditatoriais’ e ‘tutelares’ sobre uma ‘nação’ que seria ‘historicamente’ livre. Lemos Brito admite o conceito de Aristóteles segundo o qual ‘as lutas políticas nascem desigualdades, real ou aparente, das classes e dos homens’. Estas desigualdades moveriam as lutas nas quais

Os oprimidos buscam ver-se livres daqueles a quem consideram opressores, os padres, os militares; os nobres, os economistas e financistas; os opressores,

425 BRITO, José Gabriel de Lemos. A gloriosa sotaina do Império: Frei Caneca. São Paulo: CEN, 1937. 29; 69; 76.

426 Cf. BRITO, José Gabriel de Lemos. A gloriosa sotaina do Império: Frei Caneca. São Paulo: CEN, 1937. 31; 79.

*isto é, os detentores do poder, se agrupam a fim de conservar o domínio da coisa pública, pela astúcia ou pela força*⁴²⁷.

Trata-se, portanto, de entender o político como a ‘luta universal pelo poder’ conformando um ‘fenômeno permanente’, mas que ‘quando as classes se equilibram e os poderes de que dispõem podem assegurar o livre exercício das liberdades políticas, as revoluções se fazem raras’. Assim, o melhor regime político, ou seja, a melhor forma de governo que caberia ao Brasil seria aquele que reconhecesse que a ‘condição essencial de vida’ de uma ‘sociedade política’ reside, justamente, ‘no desencontro das opiniões, das doutrinas’. Estas últimas seriam a ‘fonte dos partidos, instrumentos da democracia, reguladores da liberdade’⁴²⁸. Não há, portanto, na retomada do pensamento de Frei Caneca, a concepção do político que defende uma correlação ‘biológica’, associada a uma ‘totalidade orgânica’, segundo a qual a ‘nação’ é vista como ‘um corpo uno, indivisível e harmonioso’⁴²⁹. Nada mais distante das reivindicações de Caneca que defendiam como

*pontos principais por que se empenha na organização política da pátria: Adoção do poder Legislativo unicameral; Negação ao imperante do poder de iniciativa das leis e do veto absoluto; liberdade de imprensa; estabelecimento do júri; negação do comando das forças armadas ao Imperador; Garantias de liberdade do cidadão e da propriedade*⁴³⁰.

Retomando os conflitos políticos do Brasil no século XIX, a biografia de Frei Caneca é uma voz dissonante em relação às interpretações historiográficas que vingaram na década de 1930. Com efeito, enquanto Pedro Calmon ‘temia’ o ‘radicalismo liberal e popular’, ‘preferindo’ o ‘governo autoritário e conciliador dos imperadores portugueses’, sendo um ‘nostálgico do Império’; Afonso Arinos defendia a aristocracia segundo a ‘linha tradicional da civilização brasileira’, de acordo com o ‘Estado Imperial’, onde ‘o poder devia ser privilégio de uma elite branca de corpo e alma’; Oliveira Vianna idealizava ‘as elites rurais da Colônia e do Império’ que teriam construído ‘um mundo social perfeito’, via como ‘brasileiros legítimos’ as ‘elites aristocráticas que conquistaram e ocuparam o Brasil’ e defendia a ‘origem aristocrática’ do Brasil constituída por ‘homens de qualidade’, ‘nobres’⁴³¹.

427 BRITO, José Gabriel de Lemos. A gloriosa sotaina do Império: Frei Caneca. São Paulo: CEN, 1937. 161-162.

428 BRITO, José Gabriel de Lemos. A gloriosa sotaina do Império: Frei Caneca. São Paulo: CEN, 1937. 162; 61.

429 Esta seria a experiência política fomentada e visada pelos políticos e ideólogos do Estado Novo no Brasil. Cf. LENHARO, Alcir. *Sacralização da Política*. Campinas, SP: Papirus, 1986. 16-17.

430 BRITO, José Gabriel de Lemos. A gloriosa sotaina do Império: Frei Caneca. São Paulo: CEN, 1937. 98.

431 REIS, José Carlos. Oliveira Vianna e a via autoritária da integração do Brasil à civilização ocidental. In: REIS, José Carlos. *As Identidades do Brasil 2. De Calmon a Bomfim: direita ou esquerda?* Rio de Janeiro: FGV, 2006.

O biógrafo Lemos Brito afirma não compreender num ‘país novo como o Brasil a adoção de títulos nobiliárquicos. Na Europa vá lá. Aqui, macaqueação ridícula’. Para este autor, na verdade, esta aristocracia se constituiu em

*Senhores de terras ou pensões, apoiados numa legislação que faz reverter o melhor trabalho dos outros homens em seu benefício, os fidalgos são os sangue-sugas dos povos, e por sua nociva influência estes acabam sempre sublevando-se*⁴³².

Assim, longe de ser a fiadora da ‘civilização brasileira’ e de constituir sua matriz de ‘evolução’ e ‘racionalidade’, a aristocracia seria, na verdade, a fonte da violência nas relações sociais do país, uma ‘nociva influência’. Lemos Brito faz o elogio da Revolução Francesa que ‘pôs termo’ no regime aristocrático que é o da ‘desigualdade, da usurpação e do crime’. Um regime onde o ‘povo’ estava ‘só, espoliado e vencido’, trabalhava para ‘nutrir os bonifrates e empoados’, com apenas ‘um direito reconhecido, que é o direito de não ter direito algum’. A perspectiva aristocrática da historiografia traria em seu bojo uma ‘tática’ de ‘maldizer os revolucionários’. O autor critica determinada tradição segundo a qual ‘todos que se levantam contra certos governos latino-americanos são comumente expostos à opinião universal como bandidos’. Esta visão poderia ser observada, por exemplo, na figura de

*Sandino, o heróico Cipião nicaragüense, que não passou, nas crônicas oficiais de seu país, de um salteador perigoso que deve ser equiparado aos Mussolines e a quantos enchem de horror a história criminal da Calábria*⁴³³.

Há que se ressaltar, neste sentido, os embates existentes entre o biografado Frei Caneca e o seu principal opositor: o imperador D Pedro I. Este seria um ‘autocrata de nascença’, enquanto o Frei encarnaria ‘o plebeu que traz no sangue todas as reivindicações das multidões anônimas, e que por isto odeia a aristocracia’⁴³⁴. Tradicionalmente, o lugar ocupado por D Pedro I na historiografia brasileira assume um valor destacado e positivo. Homem da Independência, brasileiro ‘por aclamação’ por ficar no Brasil e, ainda, hábil político que conseguira sustentar a unidade do país e impedir sua dispersão em ‘republiquetas’, tal qual teria acontecido na América Espanhola. Um exemplo desta ‘tradição historiográfica’, bastante forte nos anos 30, é a perspectiva de João Ribeiro ao afirmar que a dissolução da Assembléia Legislativa em 1824 e a promulgação de uma redigida pelo imperador e seus ministros indicados ‘era obra de sensatez e verdadeiro

73, 85; 112, 116; 140, 142.

432 BRITO, José Gabriel de Lemos. A gloriosa sotaina do Império: Frei Caneca. São Paulo: CEN, 1937. 114; 116.

433 BRITO, José Gabriel de Lemos. A gloriosa sotaina do Império: Frei Caneca. São Paulo: CEN, 1937. 116; 126.

434 BRITO, José Gabriel de Lemos. A gloriosa sotaina do Império: Frei Caneca. São Paulo: CEN, 1937. 26.

espírito liberal⁴³⁵.

O que se observa na obra de Lemos Brito é a desconstrução sistemática de cada um desses ‘pontos positivos’ da história de D Pedro I. A começar pelo próprio processo de independência do Brasil, tão caro à figura de D Pedro. Para o autor, ‘a maçonaria teve no Brasil (como em outros países) a sua hora de prestígio e a independência é *principalmente* obra sua⁴³⁶ (grifo meu). Assim, continua o biógrafo, ‘a maçonaria brasileira foi incontestavelmente o centro atrativo, expansivo, luminoso e diretor de todo o movimento libertador’⁴³⁷. Dessa forma, a independência do Brasil teria sido antes fruto das articulações da sociedade maçônica do Rio de Janeiro que convencera o príncipe a ficar no Brasil e o apoiara na independência. D Pedro aparece nessa perspectiva mais como um personagem chave nas articulações de José Bonifácio, Grão Mestre da Ordem, e José Clemente Pereira, presidente da Câmara; do que um líder de um movimento pela independência nacional. Outro fato que o Lemos Brito destaca é o de D Pedro não ser brasileiro⁴³⁸ e, por isso, estar sempre ‘tramando’ a rearticulação do Brasil com Portugal. Em diversas passagens o autor refere-se a esse dado:

O que não é possível negar é a realidade do consórcio, nele (D Pedro), de duas idéias: a da reunião com Portugal, debaixo de seu cetro, e a da instituição de um governo forte, dentro ou fora da constituição, e com o sacrifício das liberdades individuais e públicas dos brasileiros⁴³⁹.

Sobre a questão clássica de uma possível dissolução da unidade nacional, possível fruto das reivindicações liberais por uma ‘fraca’ centralização, ou uma forte federalização, Lemos Brito ressalta que apesar de o federalismo de Caneca ser ‘de um radicalismo extremo. Contudo, não se encontra aí (no discurso de Caneca) uma palavra que denuncie o ânimo, que tanto lhe atribuem, de separação, de fragmentação da unidade nacional’⁴⁴⁰. Assim, o autor provoca um deslocamento historiográfico ao caracterizar a figura de D Pedro I como a de um ‘príncipe que não se destaca dos outros de seu tempo’, que ‘resiste às liberdades’ e se esforça pela ‘reconquista do poder absoluto’. Seria, ainda, um ‘insincero’ ora ‘se fazendo passar como cavaleiro andante das causas populares junto à corte de seu pai’, ora ‘mandando dar cargas de baioneta nos deputados do povo’⁴⁴¹.

435 RIBEIRO, João. *História do Brasil – Curso Superior*. 15ª edição revista e completada por Joaquim Ribeiro. RJ: Livraria São José, 1954. (1ª Edição 1900). 362.

436 BRITO, José Gabriel de Lemos. *A gloriosa sotaina do Império: Frei Caneca*. São Paulo: CEN, 1937. 163.

437 BRITO, José Gabriel de Lemos. *A gloriosa sotaina do Império: Frei Caneca*. São Paulo: CEN, 1937.

438 Neste ponto, Lemos Brito é antípoda de Pedro Calmon, para quem ‘D Pedro I era exacerbadamente brasileiro! A sua ação foi muito construtiva: ele fez a Independência e consolidou a união nacional’. CALMON, Pedro. APUD: REIS, José Carlos. Oliveira Vianna e a via autoritária da integração do Brasil à civilização ocidental. In: REIS, José Carlos. *As Identidades do Brasil 2. De Calmon a Bomfim: direita ou esquerda?* Rio de Janeiro: FGV, 2006. 71

439 BRITO, José Gabriel de Lemos. *A gloriosa sotaina do Império: Frei Caneca*. São Paulo: CEN, 1937. 325.

440 BRITO, José Gabriel de Lemos. *A gloriosa sotaina do Império: Frei Caneca*. São Paulo: CEN, 1937. 137.

441 BRITO, José Gabriel de Lemos. *A gloriosa sotaina do Império: Frei Caneca*. São Paulo: CEN, 1937. 215.

Estas passagens sintetizam o caráter político de D Pedro I em contraposição ao caráter político de Frei Caneca. Esta oposição é reveladora, ainda, de duas perspectivas historiográficas: uma que vê nas elites aristocratas brasileiras e na forma de poder centralizador e autoritário que lhes corresponderia a ‘verdadeira’ matriz para a identidade política nacional; outra, que encontraria esta mesma matriz nas reivindicações que surgiam nos grupos identificados com os ‘oprimidos’ e ‘vencidos’ em suas causas pela força e pelo despotismo, mas que, nem por isso, deveriam ser esquecidos. Ao fim do percurso da narrativa biográfica de Caneca, percebemos a condenação sistemática por parte do autor de diversas práticas que, de forma alguma, estão confinadas à primeira metade do século XIX. Assim, é possível destacar alguns princípios que ressoariam criticamente no interior do debate político intelectual dos anos 1930 no Brasil:

- Não pode existir segurança onde os limites das funções públicas não são claramente determinados pela lei, e onde a responsabilidade de todos os funcionários não é segura;
- Os homens reunidos em sociedade devem ter um meio legal de resistir à opressão.
- Há opressão quando uma lei viola os direitos naturais, civis e políticos, que ela deve afiançar⁴⁴².
- A tropa (de D Pedro) é suficiente para dissolver a assembleia, não será, jamais, bastante para esmagar a liberdade dos brasileiros⁴⁴³.
- Os freios impostos ao pensamento constituem negação da própria liberdade, que liberdade é esta, se temos a língua escrava?

Lemos Brito situa no cerne dos ‘interesses’ do Frei a ‘segurança dos direitos humanos’ e a ‘garantia das liberdades coletivas’. Tendo dedicado o livro à Associação Brasileira de Imprensa, o autor destaca que esta é ‘... intrépida guardiã da liberdade pensamento, pela qual, sofreu e morreu Frei Caneca’⁴⁴⁴. Em tempos de acirramento das tendências autoritárias e repressivas da sociedade brasileira, a biografia de Frei Caneca criava uma identidade política para o Brasil baseada na liberdade de opinião, fundamentada em um regime democrático de eleições diretas, em oposição à ascensão das interpretações que valorizavam a segregação e o elitismo como parâmetros, às vezes tidos como ‘científicos’, para a política nacional. O fio condutor da biografia de Caneca é marcado pelo debate: centralismo/federação, autocracia/democracia, constituição liberal/ditadura. A condição historiográfica de a biografia constituir um esforço de valorização do biografado, que deve ser erguido como exemplo em um panteão cívico nacional imaginário, faz com que as idéias representadas ali por Frei Caneca assumam também a condição de idéias valiosas que devem ser respeitadas e defendidas. A defesa das idéias de Frei Caneca fundamentadas em uma determinada concepção acerca do ‘povo brasileiro’ e do melhor regime político que lhe interessa é crítica da posição segundo a qual o Estado Novo se apresenta como único sujeito histórico adequado ao país

442 BRITO, José Gabriel de Lemos. A gloriosa sotaina do Império: Frei Caneca. São Paulo: CEN, 1937. 105.

443 BRITO, José Gabriel de Lemos. A gloriosa sotaina do Império: Frei Caneca. São Paulo: CEN, 1937. 212.

444 BRITO, José Gabriel de Lemos. A gloriosa sotaina do Império: Frei Caneca. São Paulo: CEN, 1937. 7.

para aquele momento, como suposto corretor de sua linha de evolução histórica ligando-o a revolução de 1930.

Farias Brito e o Mal-Estar na Primeira República

No ano de 1915, escrevendo sobre a intelectualidade brasileira, Jonathas Serrano, autor da biografia do filósofo cearense Farias Brito, qualificava-nos povo ‘intelectualmente escravizado’. Tal denominação seria condizente com um processo que Serrano caracterizava como ‘invasão silenciosa e formidável’, uma ‘invasão’ que ‘não é a dos exércitos’, mas que se efetivava pela ‘chegada’ ‘quase diariamente da Europa de centenas e centenas de volumes’. Esta condição intelectual que vigoraria por aqui provaria que ‘ainda não raiou a alvorada do 7 de setembro das letras brasileiras’ e que, no ‘reino das idéias, o Brasil é uma possessão de França’⁴⁴⁵. Neste ambiente, Farias Brito seria uma exceção, tendo desenvolvido um ‘pensamento autônomo, sem insubordinações incondicionais a quem que seja’ e que, segundo juízo de Sílvio Romero, sua obra é ‘sem par na literatura brasileira’, sendo a ‘de maior fôlego no gênero publicada no Brasil’. Farias Brito teria produzido um pensamento que, como ele, era ‘nascido na terra do sol’, ‘no esplendor ardente e ofuscante de uma natureza tropical’. Era do Brasil, ‘seu filósofo e seu poeta’⁴⁴⁶.

Apesar desta singularidade, Farias Brito seria um nome conhecido apenas por um pequeno círculo, pois, por aqui, os filósofos são desconhecidos a tal ponto que ‘a palavra ganhou sentido pejorativo’. O alvorecer do século XX guardaria este lugar aos filósofos, segundo Serrano, por se tratar de um ‘mundo de movimento febricitante, de crescente dinamismo, de silvos e de rangidos, de guinchos e de explosões, de treinos e de testes, de campeonatos e de *records*’. Em um presente como esse, a ninguém ‘sobraria tempo nem lugar’ para a ‘meditação e os exames de problemas metafísicos’. E seria como intérprete deste tempo que o pensamento de Farias Brito ‘se deveria fazer sentir entre nós’. Sua especificidade residiria em não ter se ‘deixado’ ‘empolgar pelo monismo materialista, nem pelo positivismo, nem pelo evolucionismo de Spencer’. Farias Brito teria adotado um ‘estilo poético e metafísico’ de filosofar, guardando um lugar singular dentre seus

445 SERRANO, Jonathas. Paul Borget. *Revista Social* Ano VIII, Vol VII. Rio de Janeiro, 1915. 174.

446 SERRANO, Jonathas. *Farias Brito – O homem e a obra*. São Paulo: CEN, 1940. 200; 195; 13, 14; 11. Os livros de Farias Brito analisados na biografia escrita por Serrano seriam sua obra completa: BRITO; Farias. *Finalidade do Mundo - A Filosofia como atividade permanente do espírito*. Fortaleza: Tipografia Universal, 1895; *Finalidade do Mundo - A Filosofia Moderna*. Belém: Livraria Universal, 1899; *Finalidade do Mundo Evolução e Relatividade*. Belém: Livraria Universal, 1905. *A Verdade como regra das ações*. Belém: Livraria Universal, 1905; *A Base física do espírito*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1912; *O Mundo Interior*. Rio de Janeiro: Ed da Brazileira, 1914.

pares⁴⁴⁷.

Acompanhando o desenvolvimento do pensamento de Farias Brito, Serrano destaca a relação da filosofia com a poesia que o filósofo cearense estabelecia. Entre ambas haveria ‘muita analogia’, principalmente no que se refere à origem das duas nas ‘fontes ocultas do espírito’. Assim, seria a poesia a ‘expressão mais completa do sentimento do belo’, ao passo que, a filosofia seria ‘o que há de mais belo no mundo’. À poesia, porém, estaria reservado o ‘lugar menor’ de uma ‘espécie de contemplação estética’, enquanto a filosofia seria o ‘princípio mesmo da atividade do espírito’, sendo a ‘árvore de que nasce, como fruto, a ciência’. Mas, no país onde, nas palavras do próprio Farias Brito, o positivismo ‘teve o poder de ditar leis ao governo e impor uma fórmula sectária a bandeira da nação’, o que despontava como princípio regulador da sociedade era a ciência. Esta não deveria ocupar tal posto preponderante, pois, ‘as ciências estudam somente aspectos particulares dos fenômenos, modalidades exteriores da força’; desfrutando de tal condição, o saber científico jamais poderia ‘se elevar a uma concepção do todo’. O autor conclui que por mais que ‘as ciências consigam intensificar a capacidade produtiva do homem, com os seus aparelhos e máquinas, jamais conseguirão duas coisas: libertar-nos do sofrimento e libertar-nos da morte’⁴⁴⁸.

Se quanto à morte seria ‘inútil fazer qualquer reflexão’, apesar de a ciência ter já ‘inventado tantas máquinas de morte’; quanto ao sofrimento, a ‘civilização’, que tem como fiador o saber científico, parece que ‘ao invés de o diminuir, o tem aumentado’⁴⁴⁹. Tal concepção acerca da civilização ocidental teria feito com que Farias Brito reconhecesse, apesar de não abraçá-la, a propriedade de uma perspectiva *pessimista* no interior da tradição filosófica:

... Se estudarmos a sociedade no que ela tem de falso em suas grandezas, ilusório em suas promessas, no que tem de doloroso em tudo; se observarmos a miséria sob todas as suas formas; se penetrarmos nos hospitais, nas prisões, nos lazaretos: se atendermos às queixas de todos aqueles que sofrem, veremos que essa doutrina [do pessimismo] não é exagerada nem falsa, e até podemos dizer que o quadro pintado por Schopenhauer fica ainda muito pálido quando comparado aos horrores da realidade.

A este estado de coisas, para piorar, somava-se a condição intelectual e cultural do ocidente moderno que ‘destruiu’ o ‘Deus sobrenatural e invisível, mas nada foi concebido em condições de substituí-lo e servir de princípio para a existência universal’. A filosofia de Spinoza (Baruch Spinoza, 1632-1677), que ‘identifica a ordem Divina com a natureza’, teria produzido, segundo

447 SERRANO, Jonathas. *Farias Brito – O homem e a obra*. São Paulo: CEN, 1940. 2; 38.

448 Cf. SERRANO, Jonathas. *Farias Brito – O homem e a obra*. São Paulo: CEN, 1940. 53-54; 57; 169-170; 206.

449 Cf. SERRANO, Jonathas. *Farias Brito – O homem e a obra*. São Paulo: CEN, 1940. 170.

Farias Brito, um ‘Deus morto’ e ‘reduzido a uma simples fórmula geométrica e percebido através de concepção abstratas e estéreis’. A perspectiva de Burnouf (Eugène Burnouf, 1801-1852) que definia ‘Deus como a lei reguladora do cosmos’, era repelida pelo filósofo cearense pelo fato de uma ‘lei ser apenas uma concepção abstrata da ordem dos fenômenos, e não uma realidade concreta’⁴⁵⁰.

Por outro lado, Farias Brito observa que os pensadores que aceitavam o ponto de vista da ‘incognoscibilidade da coisa primeira’, como Kant e Spencer, no fundo, não teriam aberto mão de algo teológico em suas idéias. Defende Farias Brito que:

Em verdade o incognoscível de Spencer, a coisa em si de Kant, a vontade de Schopenhauer e o inconsciente de Hartmann e quaisquer outras concepções análogas, não são senão uma reprodução e cópia do Deus desconhecido dos teólogos.

Segundo Farias Brito, a experiência da vida moderna sob as perspectivas da filosofia era desalentadora, porque, justamente, nada é ‘mais obscuro que a filosofia moderna, cuja última palavra é, como se vê, uma palavra e mistério’. Mistério do qual a teologia compartilhava, o que impedia a conversão do filósofo ao cristianismo. A trajetória, o ‘desenvolvimento histórico do pensamento’, teria sido, ‘desde a Renascença até nossos dias’, um processo de ‘promover a dissolução das crenças tradicionais da humanidade’. Em prol disso teriam agido os ‘maiores espíritos’ que, porém, não teriam conseguido responder à questão que surgia: ‘como reconstruir o futuro?’⁴⁵¹.

Farias Brito analisa criticamente as ‘soluções propostas’ para a ‘crise moderna’ existentes na obras de Augusto Comte, Spencer e Marx. Quanto ao primeiro, Farias Brito reforça a limitação da concepção cientificista do positivismo que ‘compreenderia o mundo’ como um ‘produto meramente mecânico’. Esta perspectiva traria conseqüências sociais perversas, pois:

se o mundo é simplesmente uma máquina; se no mundo tudo se explica mecanicamente e o homem, de seu lado, obedecendo aos mesmos princípios não é senão igualmente uma máquina que de todo se desfaz com a morte, o que é lógico, o que é racional, é que cada um viva o mais e o melhor que lhe for possível, sem cogitar de outra coisa, a não ser de seu próprio interesse.

Farias Brito afirmava que esta ‘concepção mecânica’ do homem era, sobretudo, errônea, pois fundamentalmente não existiria uma ‘ciência do espírito’. Isto significaria que é vão o ‘grande esforço’ que envolve o trabalho de ‘pensadores eminentes’ em ‘subordinar’ a ‘lei reguladora da

450 SERRANO, Jonathas. *Farias Brito – O homem e a obra*. São Paulo: CEN, 1940. 103; 116.

451 Cf. SERRANO, Jonathas. *Farias Brito – O homem e a obra*. São Paulo: CEN, 1940. 118; 124.

ação’ às ‘mesmas leis reguladoras do movimento’. Haveria um ‘abismo entre os fenômenos mecânicos e os da consciência’, de modo que, ‘mecanismo e consciência são princípios irreduzíveis’. Daí as críticas que o filósofo dirige às pesquisas em psicologia experimental, das quais ‘muitas já foram abandonadas, como as da psico-física e psico-metria’. Farias Brito conclui que a ‘Ditadura Científica’ de Augusto Comte é ‘apenas o sonho de um visionário’, que a ‘religião da Humanidade’ devia ser ‘considerada como definitivamente julgada’ e que:

*a insanidade desta chamada religião prova-se pelo isolamento a que ficou reduzida: e, se se quer, não obstante, uma prova material do absurdo que a caracteriza, basta considerar a influência detestável que chegou a exercer sobre o nosso país, após o estabelecimento da República*⁴⁵².

Reconhecia Farias Brito que a sociedade moderna constitui uma realidade na qual ‘debaixo de certa aparência de cultura, em realidade domina por toda parte a injustiça’. Que o saber humano deveria se dirigir a um presente no qual

O Homem com todas as suas dúvidas e sofrimentos, a sociedade com todas as suas aspirações e trabalhos, os governos em luta com as revoluções, as religiões em luta contra a anarquia, nada tem segurança nada tem estabilidade; e a vida da humanidade em geral pode ser reduzida a esta única fórmula: incerteza e fragilidade.

A percepção de Farias Brito acerca de sua vivência temporal não estava distante daquela do autor da clássica frase ‘tudo que é sólido desmancha no ar’⁴⁵³, período que sintetiza a experiência da modernidade. A noção da existência de uma ‘questão social’ que irrompia no seio da sociedade moderna faz com que Farias Brito se dedique ao ‘socialismo científico de Marx’. Este, sendo ‘justo’ na ‘crítica da organização das sociedades atuais’, não possuiria, porém, o ‘elemento reconstrutor’ capaz de ‘unir a humanidade’. Esta falta residiria no fato de o ‘socialismo moderno’ ser ‘francamente materialista’, fundamentado na ‘concepção materialista da história’. Farias Brito defende que o ‘único princípio logicamente concebível’ que pode servir como ‘critério às ações’ nos ‘termos do materialismo’ é o interesse. Tendo o interesse como critério para as ações, o socialismo teria de ‘logicamente erigir como princípio da sociedade a luta entre os homens, na verdade, o *homo homini lupus*’. Por seu radicalismo materialista, o socialismo passaria de ‘doutrina regeneradora que devia ser’, a ‘sistema organizado de luta pela comida’; quando os ‘homens só devem lutar por idéias’⁴⁵⁴.

Acerca da concepção de Herbert Spencer (1820-1903), Farias Brito a qualificava como

452 Cf. SERRANO, Jonathas. *Farias Brito – O homem e a obra*. São Paulo: CEN, 1940. 129; 106; 204; 205; 131.

453 Cf. ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Martin Claret, 2006 (1ª ed 1848).48.

454 Cf. SERRANO, Jonathas. *Farias Brito – O homem e a obra*. São Paulo: CEN, 1940. 129; 132-134.

‘mera especulação filosófica’, pois baseada no intuito de se ‘explicar a sociedade como um organismo em analogia com o organismo individual’. Considerava Nietzsche um ‘estranho materialista’, que defendia ‘certa vontade de poder’ para a realização ‘do mais forte’. Apesar de crítico das perspectivas ‘teológicas’, ‘cientificistas’ e ‘materialistas’ da modernidade, Farias Brito reconhece que, na verdade, ‘seria absurdo’ ter a ‘pretensão de querer dar solução definitiva sobre assuntos de tão elevada importância’. O que lhe importa, porém, é o fato de não reconhecer no interior desta mesma tradição, resultados positivos para a ‘reconstrução do futuro’, apesar de esta questão ter sido objeto de ‘contínuas cogitações de tantos e tão valiosos pensadores’. Sua relação com a tradição é crítica e reverente. Seu pensamento se ‘limitaria’ a ‘levantar questões e sugerir idéias’⁴⁵⁵.

Escrevendo na passagem do século XIX para o século XX, Farias Brito teria ‘focalizado’ ‘o mal estar indefinível do mundo contemporâneo em todas as camadas sociais’. ‘Mal estar’ provocado pela ‘falência’ de ‘todas as doutrinas regeneradoras da sociedade’. Mal estar denunciado no ‘absolutismo dos capitalistas e banqueiros que substituíra o dos Papas e dos reis’⁴⁵⁶. O ambiente intelectual, no Brasil daqueles anos, foi caracterizado por Sílvio Romero, em clássica definição, pela chegada de ‘um bando de idéias novas’ que ‘esvoaçou sobre nós de todos os pontos do horizonte’. Horizonte no qual, agora, despontaria o:

*Positivismo, evolucionismo, darwinismo, crítica religiosa, naturalismo, cientificismo na prosa e no romance, folclore, novos processos de crítica e de história literária, transformação da intuição do direito e da política, tudo agitou e o brado de alarma partiu da Escola do Recife*⁴⁵⁷.

Não obstante, foi Farias Brito uma voz dissonante no interior da referida Escola e fora dela. Era crítico da centralidade que o ‘saber científico’, o ‘cientificismo’, adquiria nas mais diversas esferas de atuação e produção humana. Segundo o filósofo, para ‘resolver o problema da vida’, não ‘bastaria’ a ‘ciência reguladora da indústria e criadora da riqueza’, mas era indispensável a ‘poesia, criadora do ideal, e a filosofia criadora da lei’. Seu ponto de partida residiria nas ‘condições existenciais’ de ‘todos nós que vivemos condenados irremediavelmente à morte’. Pergunta-se se haveria a possibilidade - levando em conta ‘tudo quanto há de ilusório em nossas aspirações’ e as ‘desgraças a que estamos sujeitos’ - de ‘explicar a cada um a necessidade em que está de compreender o papel que representa no mundo’. Acredita, neste sentido, que a filosofia poderia ocupar o lugar de princípio normatizador da sociabilidade humana, de tal forma que, a

455 Cf. SERRANO, Jonathas. *Farias Brito – O homem e a obra*. São Paulo: CEN, 1940. 131-132; 124-125.

456 Cf. SERRANO, Jonathas. *Farias Brito – O homem e a obra*. São Paulo: CEN, 1940. 167.

457 ROMERO, Sílvio. APUD: LUCA, Tania Regina de. *A Revista do Brasil: Um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Unesp, 1999.

necessidade de uma filosofia totalizante seria criada pelas cisões provocadas pela própria condição da modernidade⁴⁵⁸.

Farias Brito entenderia a filosofia em um sentido rigorosamente ‘prático e moral’ cujo ‘esforço principal’ seria ‘o bem da sociedade’. Este fim seria atingido mediante o *esclarecimento* dos homens a partir da ‘dedução moral’ que os ‘levaria a uma concepção coerente e precisa da verdadeira significância racional da natureza’, esforçando-se, por este meio, em dar uma ‘justificação metafísica’ do ‘sofrimento e da morte’. A filosofia moral desenvolvida por Farias Brito seria uma ‘teoria da liberdade’ a partir da ‘consciência da ação’ e do ‘domínio do homem sobre si mesmo’. A política, ‘que dá em resultado o direito’, e a filosofia, ‘que dá em resultado a moral’, deveriam ser as ‘duas alavancas, os dois eixos centrais do grande mecanismo social’⁴⁵⁹.

A filosofia seria ‘uma atividade permanente do espírito humano’ que, por essa razão, poderia mobilizar os homens a agirem ‘moralmente’, de forma que, segundo Farias Brito, o ‘grau de moralidade está na razão inversa do sacrifício das convicções às conveniências’. A noção de ‘convicção’ operaria de forma fundamental no pensamento do filósofo cearense, na medida em que este reconheceria que ‘a verdade como regra das ações’, objetivada na ‘virtude’, seria passível, em meio ‘a dúvida profunda que nos domina’, de ser demonstrada ‘apelando para consciência de cada um’. Como as ‘convicções variam e estamos sujeitos a todo momento ao erro’, caberia à filosofia ‘encontrar elementos para convicções verdadeiras’. Neste sentido, o conhecimento seria ‘a representação da existência na consciência’; a verdade seria a ‘perfeita correspondência entre a representação e a coisa representada’; a certeza seria a ‘posse da verdade’; e a convicção seria a ‘crença nessa posse’⁴⁶⁰.

Para que a filosofia pudesse ‘deduzir convicções verdadeiras’, a perspectiva desenvolvida por Farias Brito insiste na importância do ‘problema Deus’ para a compreensão dos ‘fenômenos universais’. Para ele, ‘negar Deus é negar a razão no mundo’ e, por conseguinte, estaria fadada ao fracasso a possibilidade de qualquer dedução da moral a partir da própria natureza. O que o filósofo defenderia seria uma ‘religião naturalista’, segundo a qual ‘Deus se confundiria com o próprio universo’. Nos termos de uma ‘religião naturalista’, a filosofia teria papel preponderante, pois a finalidade da natureza, a ‘finalidade do mundo, seria o próprio conhecimento’. A ‘racionalidade’ deste princípio estaria sintetizada pelo filósofo nos seguintes termos:

tudo se desenvolve por dedução necessária e é de si mesmo evidente, sendo que, se considera nossa peregrinação neste

458 Cf. SERRANO, Jonathas. *Farias Brito – O homem e a obra*. São Paulo: CEN, 1940. 170; 108-109.

459 Cf. SERRANO, Jonathas. *Farias Brito – O homem e a obra*. São Paulo: CEN, 1940. 58; 170-171; 179-180; 63-64.

460 Cf. SERRANO, Jonathas. *Farias Brito – O homem e a obra*. São Paulo: CEN, 1940. 58; 106-107; 113-114; 195.

*mundo como uma viagem eterna e se pergunta: para onde vamos? A resposta é: para o conhecimento; ou em outros termos: para a verdade, ou melhor, para Deus; ou ainda, em síntese, para a luz Ad lucem*⁴⁶¹.

Jonathas Serrano, biógrafo de Farias Brito, não admite a conclusão do filósofo cearense segundo a qual ‘Deus é luz’, no sentido do conhecimento da natureza e de si mesmo. Serrano acredita que aí não se ‘logra distinguir se quem escreve é o poeta ou filósofo’. Para Serrano, Farias Brito não responde à ‘dificuldade fundamental’, se seria ‘pessoal ou não esse Deus’, se ele se ‘distinguiria do próprio cosmos’, se ‘teria ou não vontade’, se ‘poderia ou não escutar-nos e atender-nos’. Segundo o biógrafo, na verdade, ‘faltava’ a Farias Brito ‘uma base mais segura na genuína metafísica neo-tomista’ e por isso era ‘levado ao erro’ de ‘não ter um fundamento sólido para o seu sistema ético’. Serrano lamentava o fato de Farias Brito ‘não ter sido católico, nem ao menos cristão’. Corroborava, porém, com as palavras de Jackson de Figueiredo, fundador do Centro Dom Vital, para quem Farias Brito não era ‘um católico romano’, mas ‘estaria entre muitos que se consideram bons católicos’. A amizade que teria existido entre Jackson de Figueiredo e Farias Brito teria feito, ainda, com que este ‘desfizesse uns tantos preconceitos em relação à Igreja de Roma’⁴⁶².

O que se percebe na biografia de Farias Brito escrita por Jonathas Serrano é o esforço deste em angariar para as hostes do pensamento católico a filosofia do pensador cearense. Intelectual engajado na defesa do cristianismo e com a necessidade de educação católica dos brasileiros, Serrano pertenceu àquela geração, de ‘depois da República’, que propunha uma ‘renovação espiritual’, pois entendia que a ‘literatura brasileira, nos meados do século e particularmente entre 1820 e 1890, foi agnóstica, cética, quando muito deísta, ou conscientemente anticristã e sobretudo anticlerical’⁴⁶³. Foi membro do Secretariado de Cinema da Ação Católica Brasileira e redator de seu boletim; era membro do Conselho Arquidiocesano da referida Ação; participou da Associação dos Jornalistas Católicos; era membro do Centro Dom Vital⁴⁶⁴, colaborador de sua revista e escreveu na *Revista Social do Rio de Janeiro*, periódico publicado pela ‘União Católica Brasileira’ que era ‘especialmente composta de católicos de todas as classes sociais, de um e outro sexo, quer nacionais, quer estrangeiros, sem distinção de idéias políticas’⁴⁶⁵. A própria idéia de se escrever a biografia de Farias Brito teria surgido no início dos anos 1920,

461 Cf. SERRANO, Jonathas. *Farias Brito – O homem e a obra*. São Paulo: CEN, 1940. 128; 173; 133; 135.

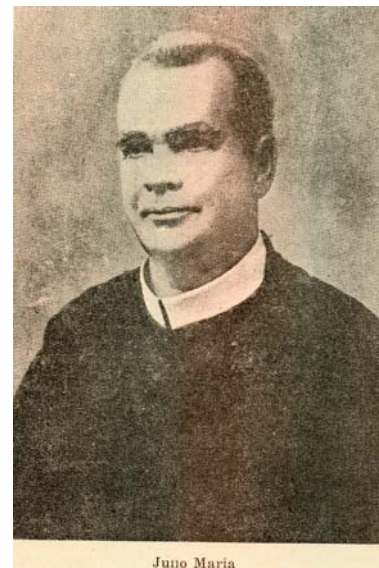
462 Cf. SERRANO, Jonathas. *Farias Brito – O homem e a obra*. São Paulo: CEN, 1940. 53; 126-127; 173; 276; 120-121; 218.

463 LIMA, Alceu Amoroso. A reação espiritualista. In: COUTINHO, Afrânio (DIR). *A Literatura no Brasil*. Vol IV. Rio de Janeiro: Editorial Sul Americana S A, 1969. 281

464 Cf. Dicionário Biobibliográfico do IHGB de Historiadores, Antropólogos e Geógrafos Brasileiros. Rio de Janeiro: IHGB, 1993. 3º Vol. 194

465 Cf. *Revista Social*. Ano VIII, Vol VII. Rio de Janeiro, 1915.

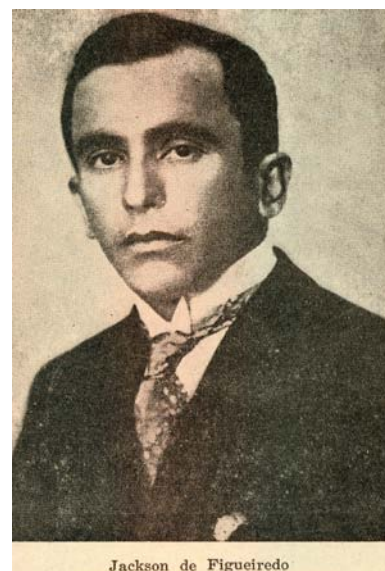
época na qual Serrano havia publicado a biografia de Júlio Maria⁴⁶⁶. Militante ativo das causas católicas na Primeira República, Júlio Maria defendia a ‘*Pregação social*’ como o ‘remédio urgente’, que mostrasse ‘aos sábios que nós somos *ciência*’, mostrasse ‘ao século que nós somos *progresso*’ e mostrasse ‘ao povo que nós somos o *amor*’⁴⁶⁷. A biografia de Farias Brito iria, junto a de Júlio Maria, integrar a *Coleção Eduardo Prado*, organizada por Jackson de Figueiredo para compor a biblioteca do Centro Dom Vital⁴⁶⁸.



Júlio Maria

Jonathas Serrano chega à conceder um capítulo da biografia de Farias Brito a Jackson de Figueiredo, reproduzindo um artigo sobre este publicado no *Jornal do Comércio* ‘pouco depois da trágica morte do fundador do Centro Dom Vital, em novembro e 1928’. A defesa que Farias Brito fez do católico Júlio Maria, em 1902, em Belém do Pará, por ocasião dos ataques sofridos, na imprensa local, ‘pelo pregador social’, realizados pelo ‘positivista’ Major Gomes de Castro, também ganha destaque na obra. Nesta ocasião, Farias Brito teria se dirigido ao major nos seguintes termos:

Então Sua Senhoria se magoa porque ousa alguém criticar o positivismo, doutrina de ontem e já hoje morta (note-se que Farias Brito escreveu isso em 1902) e não compreende que o orador se apaixone quando propaga uma doutrina que tem atravessado um período de vinte séculos (...) Modere-se, major. Não há razão para tanta intransigência. Há no espaço da vida mental lugar para todas as doutrinas, do mesmo modo que há no espaço social lugar para todos os homens e para todas as energias.



Jackson de Figueiredo

Serrano se utiliza do ‘diário íntimo e não destinado a publicidade’ de Farias Brito, onde o biografado dirigia-se ‘Àquele que não pode ser uma abstração metafísica, fria, insensível’ por ocasião da morte de sua esposa, para a qual reclamava ‘piedade, meu Deus!’ Outra passagem do referido diário trata do ‘pedido a Deus’, que Farias Brito confessara ter feito, para que, ‘indo do Rio à Fortaleza’,

466 SERRANO, Jonathas. Júlio Maria. Rio de Janeiro: Centro Dom Vital, 1924.

467 Cf. SERRANO, Jonathas. Júlio Maria. In: RODRIGUES, Anna Maria Moog (Seleção e Introdução dos textos). *A Igreja na República*. Brasília, EdUNB, 1981. 179-180

468 Cf. SERRANO, Jonathas. *Farias Brito – O homem e a obra*. São Paulo: CEN, 1940. 5.

pudesse, na capital cearense, encontrar o pai ainda com vida. Se, por um lado, a nosso ver, a escolha em se utilizar um determinado tipo de fonte específica, como o diário, é significativa em uma narrativa biográfica, justamente por esclarecer o sentido de acontecimentos que dizem respeito apenas a uma vida singular: a morte de um filho, da mulher ou do pai; por outro lado, na exposição do pensamento de um autor, este ‘método’ não se apresenta como o mais ‘honesto’, por trazer ao público o que ‘não era destinado à publicidade’. Por fim, Serrano defende que a leitura por parte de ‘alguns moços’ da obra de Farias Brito, os ‘reconduziria’ ao ‘seio da verdadeira Igreja’, reconhecendo no biografado verdadeiro ‘instrumento de que serviu a Providência’⁴⁶⁹.

A caracterização de Farias Brito realizada por Jonathas Serrano consolidou a imagem do biografado que veio a ser ‘o’ ‘filósofo cultuado pela direita católica’⁴⁷⁰. Esta associação do pensamento de Farias Brito aos princípios católicos se dará posteriormente à sua morte. Com efeito, serão os escritores da revista *Brazileia*, fundada em 1917, ano da morte do biografado, que reivindicarão o legado do filósofo cearense. Se, por um lado, esta revista teria reunido os autores que conformaram, nas figuras de Álvaro Bomilcar e Jackson de Figueiredo, uma ‘importante corrente nacionalista nas décadas de 1910 e 1920’. Corrente esta marcada, na figura de Bomilcar, pelo ‘ufanismo’ e pelo ‘jacobinismo antilusitano’, enquanto Figueiredo seria representante de um nacionalismo ‘identificado com o passado católico’, segundo a compreensão de que ‘a pátria brasileira seria resultante da história, entendida como plano de Deus’; por outro lado, *Brazileia* trazia em suas páginas autores, a exemplo do próprio Bomilcar, que criticavam o preconceito de raça no Brasil e não admitiam a questão racial como ‘fator de inferioridade do povo brasileiro’⁴⁷¹. Lima Barreto e Manoel Bomfim foram colaboradores da revista. O único artigo de Farias Brito publicado na revista, o foi feito por iniciativa de Álvaro Bomilcar que transcreveu nas páginas de *Brazileia* uma conferência realizada em 1911, na Sociedade de Geografia de Rio de Janeiro, que tinha por título *O Preconceito Positivista*⁴⁷².

Em seu terceiro número, lançado em março de 1917, o editorial de *Brazileia* afirma compor-se de ‘três amigos de Farias Brito’, que seriam Álvaro Bomilcar, Damasceno Vieira e Jackson de Figueiredo. Este último era tido como ‘filho do grande morto’⁴⁷³. Segundo informações do próprio Jackson, este teria conhecido Farias Brito em 1909-1910, por ocasião de um concurso

469 Cf. SERRANO, Jonathas. *Farias Brito – O homem e a obra*. São Paulo: CEN, 1940. 225; 88-89; 98; 175; 275-276.

470 AGUIAR, Ronaldo Conde. *O Rebelde Esquecido - Tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro: Top Books, 2000. 20

471 OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A Questão Nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990. 133; 148; 191.

472 Cf. BRITO, Farias. Preconceito Positivista. *Brazileia - revista mensal: sociologia, arte, crítica*. Rio de Janeiro. Janeiro de 1917. Ano 1. N 1. 31-35.

473 Cf. Martha. *Brazileia. - revista mensal: sociologia, arte, crítica*. Rio de Janeiro. março de 1917. Ano 1. N 3. 1.

de lógica para o Colégio Pedro II⁴⁷⁴. Note-se, portanto, que praticamente toda obra do filósofo cearense já havia sido publicada antes de seu conhecimento do fundador do Centro D Vital. Somando-se a isto que Jackson de Figueiredo converteu-se ao ‘catolicismo integral’, ultramontano, apenas nos anos de 1915-1918, percebe-se que a melhor relação a se estabelecer entre o pensamento de Farias Brito e o nacionalismo católico das décadas de 1910-1930 é o de apropriação do primeiro pelo último.

De fato, basta que nos questionemos sobre o por quê de, frente a tamanha ‘intimidade’ com o pensamento ‘nacionalista católico’, o filósofo cearense nunca ter se convertido ao catolicismo, para que visualizemos este processo de apropriação. Farias Brito pensava uma ‘nova religião’, que deveria ser uma ‘fusão do Oriente com o Ocidente’, do budismo com o cristianismo. Não há dúvida que tal consideração não poderia ser aceita por um católico ultramontano, seguidor rigoroso das encíclicas do Vaticano e que deveria crer apenas no ‘Deus revelado a Roma’⁴⁷⁵. Há em Farias Brito a defesa da religião em geral, como uma ‘produção do espírito’, assim como a ‘ciência’ e a ‘filosofia’, de modo que, o filósofo sequer vê a possibilidade real de uma falsa religião, por conseguinte, da existência de apenas uma ‘verdadeira Igreja’, pois:

*Há sem dúvida religiões inferiores, de caráter rudimentar e grosseiro, violentas, ferozes; há religiões detestáveis; mas ainda assim não é permitido dizer que sejam falsas religiões. Falsa religião seria somente uma doutrina que fosse pregada por impostura, uma teoria por exemplo que fosse propagada por um sofista de gênio que tivesse em vista afastar o povo do conhecimento do que ele próprio acredita ser a verdade, no intuito de tirar partido da corrupção social, o que se concebe, mas é difícil imaginar que possa realizar-se*⁴⁷⁶.

Parece-nos que a apropriação do pensamento de Farias Brito, no interior das hostes católicas, pôde ter sido feita, sem maiores embates por seu ‘testamento’, pelo fato de sua filosofia estar em descompasso com o ‘bando de idéias novas’ que assolara o país. Farias Brito se negava a reduzir a filosofia à ciência, entendendo que, se por um lado, deveria aquela reconhecer o valor do conhecimento científico, por outro, caberia à filosofia ‘jogar’ com ‘todas as forças do espírito, sem excetuar a imaginação’. Por último, é preciso, ainda, reconhecer que, no que diz respeito ao caráter ‘religioso’ e estritamente ‘espiritualista’ do pensamento de Farias Brito, este autor entendia que ‘a metafísica se confunde em última análise com a psicologia’. Disso deveria se desprender que a filosofia seria a ‘ciência do espírito’, de modo que, às especulações acerca da ‘alma’, ‘consciência’ e ‘espírito’ não caberia uma atribuição de sentido divino, mas, a verificação de como estes

474 Cf. BOMILCAR, Álvaro. Necrológio de Farias Brito. *Brazileia.- revista mensal: sociologia, arte, crítica*. Rio de Janeiro. Fevereiro de 1917. Ano 1. N 2. 57.

475 SILVA, Alvimar. *A Filosofia do Estado Novo*. Rio de Janeiro: s/e, 1939. 12.

476 Cf. SERRANO, Jonathas. *Farias Brito – O homem e a obra*. São Paulo: CEN, 1940. 222; 221.

‘fenômenos psíquicos’ se ‘conectam com o cérebro e o sistema nervoso’ e entre si. Nas palavras de Farias Brito:

É o que poderia chamar-se a indagação da base física do espírito. E aí não somente se deveria fazer o exame e análise dos sentidos e das sensações, como igualmente se deverá trabalhar por descobrir a conexão íntima entre os fenômenos psíquicos e as funções do cérebro e do sistema nervoso, sendo esta última precisamente a principal preocupação da psicologia fisiológica. Mas ainda que essa conexão seja descoberta e com o máximo de rigor precisada, o que decerto não será fácil, nem por isto deverá a psicologia ser absorvida pela fisiologia, porque de toda forma continuarão os fenômenos psíquicos a desenvolver-se, na conformidade dos seus processos próprios, constituindo uma esfera determinada de fatos que só poderão ser observados e devidamente interpretados pela introspecção⁴⁷⁷.

Assim, observa-se que o filósofo, ao mesmo tempo em que admitia a possibilidade de um mapeamento do ‘fisiológico-psicológico’, ou seja, da ‘base física do espírito’; reconhecia, por seu turno, certa especificidade nas relações que os ‘fenômenos psíquicos’ estabeleceriam entre si, passíveis de entendimento mediante a ‘interpretação introspectiva’. Numa época em que haveria

uma rígida hierarquia entre os diversos grupos humanos que foi reforçada, ainda que com novos sentidos, pelo evolucionismo de matriz spenceriana, que pretendia aplicar à recém-criada sociologia preceitos e métodos similares aos da biologia a fim de desvendar as leis universais subjacentes ao progresso humano. (...) o novo quadro referencial estabelecido a partir de Darwin contribuiu para fortalecer a vinculação entre dados anatômicos e comportamentos morais e culturais⁴⁷⁸.

Farias Brito era crítico sistemático das teorias da ‘psico-física’, da ‘psico-metria’ e das analogias organicistas da sociologia. Sua perspectiva, questionadora das principais matrizes que orientavam o pensamento cientificista das primeiras décadas do século XX no Brasil, acabou por lhe valer um lugar privilegiado dentre o pensamento católico e depreciado em meio aos cientistas do homem e da sociedade. Sem dúvida, as críticas de Farias Brito ao ‘cientificismo positivista’ e ao ‘materialismo’ iam ao encontro dos ‘interesses cristãos espiritualistas’ para a conformação da intelectualidade brasileira. Seu biógrafo, Jonathas Serrano, era um militante das causas católicas que se mostrou especialmente hábil na realização da articulação entre o saber laico e as pretensões da religião. De fato, Serrano, no campo da pedagogia, por exemplo, buscou a ‘conciliação entre os princípios fundamentais da fé católica e as novas idéias científicas da pedagogia’. Era um

477 Cf. SERRANO, Jonathas. *Farias Brito – O homem e a obra*. São Paulo: CEN, 1940. 211; 205-206.

478 LUCA, Tania Regina de. *A Revista do Brasil: Um diagnóstico para a (N) ação*. São Paulo: Unesp, 1999. 149.

‘entusiasta da Escola Nova’, da qual fora um expoente, ao mesmo tempo em que criticava o ‘excesso de cientificismo que se reflete na obra educativa com prejuízo da formação moral’, de modo que, não se deveria, ‘em nome da pedagogia renovada, proscrever ou afastar da escola todo e qualquer ensino de caráter religioso’⁴⁷⁹.

Tomando como o ‘nosso maior mal’ o ‘problema da educação’, Jonathas Serrano nunca perdera de vista a questão pedagógica nas diversas áreas em que atuou. Nos anos de 1932-1934, período em que foi integrante da Comissão de Censura Cinematográfica, como representante do Ministro da Educação, Serrano teria corroborado para ‘impedir que o cinema fomentasse aspirações à quebra da ordem vigente’. Tal finalidade compatibilizava-se tanto com o ‘intelectual ligado ao Estado’ quanto com o ‘apóstolo da Ação católica’. Serrano teria conseguido congrega sua ‘militância apostólica ao exercício intelectual’, de modo que, ‘sua inserção no tema cinematográfico resultou em uma produção simbólica consciente e ideologicamente engajada’⁴⁸⁰. Esta mesma ‘habilidade’ aparece na biografia de Farias Brito, em que Jonathas Serrano associa à figura do pensador cearense o mesmo sentido que teria realizado o filósofo francês Henri Bergson (1859-1941) na Europa: ‘reconduzir os jovens ao seio da verdadeira Igreja’⁴⁸¹.

Ao fim do percurso da análise acerca da biografia de Farias Brito, percebemos que esta se constituiu na consolidação da figura do filósofo cearense como pensador integrante da tradição do pensamento católico brasileiro, apesar de não ter sido católico, sequer cristão. Desde então, o nome de Farias Brito teria sempre de figurar, particularmente na historiografia, ao lado dos expoentes do catolicismo do Brasil, como Jackson de Figueiredo e Júlio Maria, e de representantes do pensamento mais conservador que o país já conheceu, como Plínio Salgado⁴⁸². Por outro lado, os intelectuais que não faziam parte destes dois grupos, católicos e integralistas, ‘aceitavam’ como sendo aquele o ‘justo lugar’ que caberia ao filósofo na história do pensamento brasileiro.

Segundo Gilberto Freire, Farias Brito teria sido um ‘fracassado na política republicana’ que, por isso, ‘refugiou-se com seu fraque preto e seus bigodes tristes nas indagações da filosofia’⁴⁸³. Para o sociólogo pernambucano, o pensador cearense não teria ‘se firmado em idéias

479 SCHMIDT, Maria Auxiliadora. História com Pedagogia: a contribuição da obra de Jonathas Serrano na construção do código disciplinar da História do Brasil. *Revista Brasileira de História*. São Paulo. V 24. n^o 48. 2004. 196.

480 CAMPELO, Taís. Jonathas Serrano, narrativas sobre o cinema. *Cadernos de ciências humanas – Especiaría*. v 10. n 17. Jan/Jun 2007. 72

481 Cf. SERRANO, Jonathas. *Farias Brito – O homem e a obra*. São Paulo: CEN, 1940. 275-276.

482 Sobre apropriação de Plínio Salgado do pensamento de Farias Brito ver: BATISTA, Alexandre Blankl. *Mentores da Nacionalidade: a apropriação das obras de Euclides da Cunha, Alberto Torres e Farias Brito por Plínio Salgado*. Dissertação de Mestrado. UFRS. 2006.

483 AGUIAR, Ronaldo Conde. *O Rebelde Esquecido - Tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro: Top Books, 2000. 20

próprias’ e em ‘métodos novos e seus de indagação filosófica’⁴⁸⁴. Roland Corbisier entendia que ‘a realidade é dialética’; que ‘pensar é apreender a realidade’; que ‘pensar é apreender a realidade enquanto dialética e, portanto, dialeticamente’. Daí que só ‘nós’, ‘de esquerda’, ‘temos o privilégio de pensar’, pois, as classes dominadoras, se pensassem dialeticamente, sofreriam a pena de ‘deixar de serem dominantes’. A partir deste parâmetro sobre o que seria a filosofia, Corbisier corroborava com a opinião de que Farias Brito, de quem ‘não lia os livros’, era ‘além de reacionário’, ‘palavroso’, ‘demagógico’, ‘indigno de um homem que pretendia passar por filósofo’⁴⁸⁵.

Uma leitura positiva, fora dos meios católicos e de extrema direita, do pensamento de Farias Brito, teria ocorrido na década de 1950, por ocasião da visita ao Brasil do professor norte-americano Fred Gillette Sturm, da Universidade de Columbia. Sturm defendia ‘similaridades’ entre o pensamento do filósofo cearense e a ‘filosofia existencialista’ e ‘fenomenológica’. Neste sentido, longe de ser um pensador ‘desprovido de originalidade’, Farias Brito estaria pensando no ‘interior de uma problemática ocidental’, podendo ser articulado a ‘importantes movimentos intelectuais da época’. No interior dos debates promovidos pelos filósofos brasileiros, o lugar atribuído a Farias Brito seria marcado, portanto, por ‘divergências’ que iriam desde a ‘exaltação da obra’ até a ‘negação do próprio mérito da produção’⁴⁸⁶.

A perspectiva historiográfica desenvolvida por nós pode contribuir com o debate, na medida em que expusemos o processo intelectual de apropriação da obra de Farias Brito pelo pensamento católico. Processo este que culmina com a publicação pela *Coleção Brasileira* da biografia do filósofo em 1940 escrita por Jonathas Serrano. Na opinião de Tristão de Athayde, trata-se de ‘um dos volumes mais significativos da *Coleção Brasileira*’ e que deve ser ‘classificado entre os mais notáveis livros deste ano’⁴⁸⁷. Tal apropriação se deu, sem ‘maiores problemas’, menos em função do caráter ‘cristão’ da obra, do que do ‘ambiente cientificista’ que marcava a intelectualidade brasileira nas primeiras décadas do século XX – e até quando terá esse ambiente vigorado por aqui? Se, hoje, o lugar reservado à Farias Brito é considerado ‘divergente’, nos anos 1930, o pensamento católico teve o mérito de angariar para sua tradição aquele que deveria ser erguido como ‘o maior filósofo brasileiro’, reforçando a identificação da história brasileira com a história do catolicismo.

484 Cf. BATISTA, Alexandre Blankl. *Mentores da Nacionalidade: a apropriação das obras de Euclides da Cunha, Alberto Torres e Farias Brito por Plínio Salgado*. Dissertação de Mestrado. UFRS. 2006. 109.

485 CORBISIER, Roland. Filosofia no Brasil. In: *Encontros com a Civilização Brasileira*. N° 4. Rio de Janeiro, outubro de 1978. 38; 64.

486 Cf. BATISTA, Alexandre Blankl. *Mentores da Nacionalidade: a apropriação das obras de Euclides da Cunha, Alberto Torres e Farias Brito por Plínio Salgado*. Dissertação de Mestrado. UFRS. 2006. 110-111

487 Cf. ANDRADE, Almir. Seção Livros. *Revista do Brasil*. Ano III, N° 24. Junho de 1940. 73.

Evaristo da Veiga e a Apologia da História

A biografia de Evaristo da Veiga escrita por Otávio Tarquínio de Sousa e publicada em 1939 era parte de um projeto maior de ‘preparatório da história da Regência’. Tal projeto seria concretizado a partir da publicação das biografias de Bernardo Pereira de Vasconcelos e do padre Antônio Feijó⁴⁸⁸. O autor explica que tal perspectiva histórica-biográfica seria ‘esclarecedora das origens brasileiras’, pois nesse período teriam se definido certos ‘traços que caracterizariam alguns anos depois a fisionomia da sociedade brasileira do século XIX’⁴⁸⁹. A postura em se perguntar pelas ‘origens brasileiras’, de se voltar para a ‘História’, teria surgido em Tarquínio de Sousa a partir de sua experiência com os acontecimentos contemporâneos. Lembra Tarquínio que:

Foi por ocasião da Revolução de 1930. O movimento armado surgiu, aos meus olhos, como uma mudança total do mundo em que eu nascera e me formara. A impressão que tive era a de que o Brasil estava se acabando, e isso fez com que minha atenção se voltasse para a História. Busquei refúgio no passado para esquecer-me das tropelias do presente. E assim, sem quase o sentir, tornei-me historiador⁴⁹⁰.

O passado como ‘fuga’ e reconciliação consigo mesmo seria o que interessava a Tarquínio de Sousa em sua prática de historiador. Nas páginas da *Revista do Brasil*, da qual fora diretor entre 1938 e 1943, o biógrafo esclarecia que era função primordial do periódico trazer ‘tudo quanto possa concorrer para um conhecimento mais objetivo de nossas origens e de nossa formação, das condições de nossa existência e da preparação do nosso futuro’⁴⁹¹. Conhecer as origens para preparar o futuro. Origens estas que estariam enraizadas nas ações daqueles que foram fundadores e, portanto, poderiam ser identificados como as heranças positivas da história brasileira. Neste sentido, a figura de Evaristo da Veiga é mobilizada por Tarquínio de Sousa que destaca as ações do biografado no período entre a Independência do Brasil e a morte de Evaristo, já no período regencial, em 1837.

No momento que antecederia a Independência, a posição de Evaristo era clara: ‘detestava

488 Cf. SOUSA, Otávio Tarquínio de. *Bernardo Pereira de Vasconcelos e seu tempo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937; *Diogo Antônio Feijó (1784-1843)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1942.

489 Cf. SOUSA, Otávio Tarquínio de. *Evaristo da Veiga*. São Paulo: CEN, 1939. 12.

490 Cf. LUCA, Tania Regina de. *Revista do Brasil (1938-1943): um projeto alternativo?*. In: DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves. (Org.). *Política, nação e edição. O lugar dos impressos na construção da vida política. Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XIX*. São Paulo: Annablume, 2006. 325

491 SOUSA, Otávio Tarquínio de. Editorial. *Revista do Brasil*. Ano I. Nº I. Julho de 1938. 1.

os revolucionários pernambucanos de 1817’, a quem chamava de ‘vis tiranos’, e não seria ‘enfeitado’ nem pela República, nem pela ‘própria liberdade’. Evaristo da Veiga, ‘até a última hora’, era partidário ‘da monarquia constitucional entre Brasil e Portugal’. Foi já nos ‘corridos de 1822’, que Evaristo fez da ‘liberdade do Brasil’ o seu ‘mais ardente desejo’. Apesar de o livreiro da rua dos Pescadores não ter sido ‘figura saliente’ nos acontecimentos do ano da Independência, fora ele o compositor de sete hinos, ‘todos vibrando na mesma nota patriótica’, dentre eles, o Hino Constitucional Brasiliense e o Hino da Independência do Brasil, conhecido como *Brava Gente Brasileira*:

*Já podeis filhos da Pátria
Ver contente a mãe gentil,
Já raiou a liberdade
No horizonte do Brasil*

*Brava gente Brasileira,
Longe vá temor servil;
Ou ficar a Pátria livre,
Ou morrer pelo Brasil;*

*Os grilhões que nos forjava
Da perfídia astuto ardil
Houve mão mais poderosa
Zombou deles o Brasileira*

Brava Gente Brasileira etc...

Tarquínio de Sousa esclarece que a autoria do ‘Brava Gente’ foi dada erroneamente a D Pedro I, porque este teria lhe feito a música. Inclusive, acerca do ‘Independência ou Morte’, segundo Tarquínio de Sousa, não seria possível precisar se a autoria era de D Pedro ou de Evaristo. Assim, apesar de ter ‘chegado atrasado’ no processo de Independência do Brasil, esta lhe devia o lugar simbólico como seu ‘cantor da liberdade’. Já neste momento, o ponto mais destacado por Tarquínio de Sousa na postura de Evaristo seria seu caráter ‘fundamentalmente moderado, sereno, equilibrado’⁴⁹².

Durante o período do Primeiro Reinado no Brasil, Evaristo da Veiga teria se fixado na posição da ‘monarquia constitucional’ que seria a opção dos ‘homens de mais equilíbrio de seu tempo’. Sempre na intenção de ‘servir aos seus semelhantes, servir à sua terra’ e ‘concorrer para conduzi-la a bom caminho’, Evaristo, como fundador da folha *Aurora Fluminense*, seria o representante da ‘razão’ e da ‘virtude’. Evaristo da Veiga, na opinião de seu biógrafo, teria um ‘temperamento’ que ‘se diria hoje um homem de centro’, suas causas políticas diziam respeito à

492 Cf. SOUSA, Otávio Tarquínio de. *Evaristo da Veiga*. São Paulo: CEN, 1939. 23; 35; 37; 40.

‘liberdade constitucional’, ao ‘sistema representativo’ e a ‘liberdade de imprensa’. Teria se batido, ainda, pela defesa do ‘espírito empreendedor’ característico dos ‘americanos do norte’, criticando a ‘rotina de nossa indústria’. Evaristo lamentaria ‘os nossos engenhos, carros de condução, máquinas, etc.’ que ‘ressentem-se do nosso avô Noé’ e, por isso, o ‘Brasil teria que ser por muitos anos uma nação agrícola’. Completa o biógrafo que ‘a frase é velha como se vê’. Neste sentido, o biografado defendia a primazia das relações com ‘os governos livres da América’, em detrimento ‘dessas nações da Europa’, com as quais dos tratados ‘não poderia provir senão desvantagens’. O Brasil deveria, segundo Evaristo, firmar uma ‘política pan-americana’ e não estabelecer ‘laços tão estreitos com as testas coroadas da Europa’. Outro ponto destacado por Tarquínio de Sousa, é que Evaristo aplaudia a abolição do celibato, pois esta ‘viria ao encontro do que já existia’. Ilustraria este fato, o caso de ‘certa paróquia’ onde ‘durante mais de quarenta anos os vigários sempre tiveram mulher’, de modo que, à chegada de um novo pároco, o ‘povo se perguntava: ‘Quem é aqui a mulher do vigário? Todos tem a sua Santa Eva’⁴⁹³.

A principal qualidade política de Evaristo da Veiga, evidenciada por seu biógrafo, foi a de ter sido sempre um personagem ‘decidido a apagar’ os ímpetus revolucionários. Evaristo evitava o incêndio, ficando ‘sempre dentro da ordem’. Em meio aos acontecimentos que rondaram o fim do governo de D Pedro I em 1831, o biografado lamentava o ‘triste efeito dos ódios e das dissensões sociais’. Após a revolução, a renúncia do Imperador, o que Evaristo fez foi ‘conformar-se com ela’, ‘aceitando-a’ como uma ‘fatalidade’ sem, porém, ‘acariciá-la como um ideal’. Da revolução, ‘temia a anarquia’, o ‘colapso social’. Sua adesão estaria condicionada ao fato de ter havido um ‘desfecho pacífico’. Mais uma vez, Evaristo chegara ‘atrasado nos acontecimentos’, mas o biógrafo qualifica este caráter de sua (in) ação política como fruto, não de um ‘oportunismo interesseiro’ mas, de seu ‘feitio moderado’⁴⁹⁴.

Neste sentido, Tarquínio procura rebater os juízos e considerações que Joaquim Manuel de Macedo emitira acerca de Evaristo da Veiga. Sobre o período da Independência, Manuel de Macedo defende que Evaristo permanecera em ‘certo silêncio’, pois não queria contrariar o pai que seria ‘ferrenho absolutista’. Para Tarquínio de Sousa, o pai de Evaristo, Francisco Luís Saturnino da Veiga, ‘não era o absolutista feroz pintado por Joaquim Manoel de Macedo’, mas ‘um bom português, com pouca disposição de mudar de pátria’. Já sobre os acontecimentos de abril de 1831, segundo Macedo, Evaristo teria ‘aparecido no Campo de Sant’Anna ao romper do dia 7’, quando a abdicação já estava consumada. É importante para Tarquínio, porém, frisar que Evaristo esteve no Campo de Honra *antes* da abdicação. Como prova, o biógrafo apresenta um discurso do próprio

493 Cf. SOUSA, Otávio Tarquínio de. *Evaristo da Veiga*. São Paulo: CEN, 1939. 40; 62; 69; 71; 99; 110-111; 80.

494 Cf. SOUSA, Otávio Tarquínio de. *Evaristo da Veiga*. 1939. 92; 124; 87-88; 85-86.

Evaristo, realizado em 1832, no qual o biografado diz ‘não saber’ se D Pedro I abdicou voluntariamente, mas que foi ao Campo de Honra e lá viu ‘as armas nas mãos de muitos cidadãos insurgidos contra a autoridade do ex-monarca’⁴⁹⁵.

O debate sobre o lugar de Evaristo nos acontecimentos da ‘Revolução de 1831’ é importante na medida em que poderia questionar a legitimidade das ações que o jornalista fluminense praticou a partir da abdicação. A perspectiva de Teófilo Otoni, clássica na historiografia brasileira, não tem dúvida em classificar o 7 de Abril como uma ‘verdadeira *journalée des dupes*’. Teria o movimento sido ‘projetado por homens de idéias liberais muito avançadas’, era ‘jurado’ sobre o ‘sangue dos Canecas e dos Ratcliffs’ e sua finalidade seria o ‘estabelecimento do governo do povo por si mesmo, na significação mais lata da palavra’. Otoni, ‘com pesar’, viu os ‘moderados tomarem o leme da revolução’, moderados que, ‘na última hora’, tinham ‘apelado para o juízo de Deus’. Evaristo viu no projeto malogrado o ‘equivalente à anarquia’, que ‘levaria ao desmembramento do país’, ‘à desunião das províncias’. Tarquínio de Sousa considera como ‘heróica a posição de Evaristo’, pois à revolução era necessário que alguém dela ‘se apoderasse’, que ‘a acompanhasse’ e ‘a dirigisse’. O biógrafo vê com bons olhos que os exaltados foram ‘fracassados em seus planos ultra liberais de federação e república’, de modo que, não venceu a ‘perseguição, a vindita e o sangue’, mas a ‘moderação, a generosidade e o perdão, pregados como necessidade política’⁴⁹⁶.

Tarquínio de Sousa considera que os moderados tinham ‘um senso mais claro da realidade’ e que eles não compartilhavam dos ‘desvarios revolucionários’, procuravam sempre as ‘reformas dentro da ordem’. Enquanto, na imprensa, o *Repúblico* defendia uma ‘federação monárquica’ e o *Nova Luz* uma ‘federação democrática’, Evaristo da Veiga era um ‘sincero amigo e entusiasta da Constituição’. O biografado lamentava aqueles que eram ‘contrários ao governo’ e ‘de tudo lançavam mão’ em sua crítica,

explorando o ódio de raças e luta de classes, fazendo ‘a intriga das cores tão terrível no Brasil’ e procurando ‘desacreditar os que pregavam doutrinas de ordem e não desejavam promover um choque violento entre os proprietários e os que nada possuíam’⁴⁹⁷.

A própria candidatura de Evaristo nas eleições de 1833-1834 teve como fiador os ‘votos da zona rural fluminense’, já que ‘em sua própria paróquia a chapa de Evaristo não venceu’, garantidos pelos proprietários que conduziam ‘o grande surto da lavoura de café’. Nestes residiria o ‘núcleo inicial da futura predominância da província do Rio de Janeiro em quase todo período imperial’.

495 SOUSA, Octávio Tarquínio de. *Evaristo da Veiga*. 1939. 38-39; 142-144.

496 SOUSA, Octávio Tarquínio de. *Evaristo da Veiga*. 1939. 144-145.

497 SOUSA, Octávio Tarquínio de. *Evaristo da Veiga*. 1939. 183-184

Por ocasião da votação da reforma da Constituição, Evaristo defendia um ‘pensamento conservador de quem queria que se fortalecesse o poder executivo’. Não obstante, a votação do Ato Adicional de 1834 teria atendido ao ‘espírito democrático da Câmara’, de modo que, a ele deve ser atribuído ‘qualquer mal que ao Brasil tenha feito o Ato Adicional’, por ‘excesso de federalismo’. Evaristo da Veiga não poderia ser responsabilizado por esse mal, porque ‘soube ser prudente, objetivo, realista’. Por outro lado, defende Tarquínio de Sousa que ‘as glórias’ desta votação têm como maior credor o ‘jornalista da *Aurora Fluminense*’ que, ‘habilíssimo guia político’, vencera apoiado nas ‘três virtudes máximas que o distinguem: firmeza, moderação e desinteresse’⁴⁹⁸.

Segundo Tarquínio de Sousa, a figura de Evaristo da Veiga esperava ‘tranqüila’ e ‘resignada’ que lhe ‘fizessem justiça’. Sua biografia cumpriria esta meta. ‘Fazer justiça’ a Evaristo da Veiga seria resituá-lo no interior da história política brasileira, criticando as posições de Joaquim Manoel de Macedo, Teófilo Otoni e Joaquim Nabuco. Este último teria afirmado, na obra *Um Estadista do Império*, que Evaristo queria ‘exercer no Brasil a ditadura de sua opinião’. Tarquínio de Sousa defende, então, que esta seria ‘ditadura de uma opinião desinteressada e lúcida, ditadura do bom senso’. O ‘bom senso’ em Evaristo é aquele que conseguiu, em um período determinado, controlar e extirpar da história política brasileira todo elemento ‘radical’, ‘exaltado’, ‘republicano’ e ‘democrático’. A origem ‘justa’ do passado brasileiro estaria com aqueles que mantiveram a ‘ordem’ e não ‘fomentaram os ódios entre as raças’ e a ‘luta de classes’⁴⁹⁹. Neste sentido, Tarquínio de Sousa opera uma apologia da história brasileira ao considerar, reverente, que os processos da história política nacional foram ‘guiados’ por aqueles que possuíam a visão ‘realista’ da sociedade. Dessa forma, os agentes, movimentos e personagens que tinham projetos alternativos e almejavam uma outra ordem na estrutura política do país são caracterizados pelo ‘desvario’, pela ‘irrealidade’. A derrota dos últimos é justa, enquanto aos vitoriosos caberá o título de ‘fundadores’.

O sentido da apologia da história brasileira operada por Tarquínio de Sousa procura, sempre, conciliar os sucessos vitoriosos da história. Quando, por exemplo, após as votações do Ato Adicional de 1834, o partido moderado ‘entrou em processo de dissolução’, a figura de Bernardo Pereira de Vasconcelos ganhou destaque na cena política brasileira. Vasconcelos iria tornar-se ‘adversário’, e ‘até inimigo’, de Evaristo da Veiga, tendo fundado um novo partido que ‘congregaria os descontentes do partido moderado e os principais elementos do partido Caramuru’, consolidando o Regresso. Tarquínio de Sousa não vê ‘o regresso de Vasconcelos’ como contrário à ‘moderação de Evaristo’, apesar de os dois serem ‘inimigos’⁵⁰⁰. Para o biógrafo, o regresso é

498 SOUSA, Octávio Tarquínio de. *Evaristo da Veiga*. 1939. 225; 241-243;

499 SOUSA, Octávio Tarquínio de. *Evaristo da Veiga*. 1939. 168.

500 SOUSA, Octávio Tarquínio de. *Evaristo da Veiga*. 1939. 252

‘evolução’ da moderação, uma ‘evolução realista’, pois continuava a fortalecer o ‘partido da ordem’, portanto, ‘real’ e ‘legítimo’. Acerca da afirmação de Nabuco segundo a qual, na verdade, Evaristo ‘salvou a sociedade da ruína, mas da ruína que ele mesmo lhe preparou’, Tarquínio de Sousa acredita que

A melhor defesa de Evaristo está na constante moderação de sua conduta, nas suas campanhas na imprensa, nas suas lutas políticas, na sua imensa contribuição para que no Brasil triunfasse um regime de maior liberdade compatível com a ordem, um regime de autoridade em que não se alienasse a dignidade do homem, aquele regime que Marco Aurélio preconizava: uma realza que considerasse como o seu mais alto dever o respeito da liberdade⁵⁰¹.

Assim, apesar do ‘compromisso’ em ‘fugir’ do ‘panegírico’ e ‘romanceado’, Tarquínio de Sousa não deixa de recorrentemente destacar as ‘virtudes máximas’ que distinguiriam o biografado. A figura de Evaristo da Veiga mobilizaria uma ‘moderação’ que é imoderada na ‘firmeza’ com que repele os ‘elementos radicais’ da cena pública, ao tempo que, seu biógrafo retira-lhes a ‘realidade’ e ‘legitimidade’ na história nacional. Neste sentido, o elogio aos moderados sustenta-se na medida em que eles teriam ‘prestado serviços imensos, preservando o país da anarquia’. Segundo o biógrafo, deveríamos reconhecer que era ‘necessária a ação dos moderados, sob pena de se dissolverem os laços ainda frágeis da unidade nacional’⁵⁰². Esta preocupação dos moderados da primeira metade do século XIX era compartilhada por Tarquínio de Sousa cem anos depois da Regência no Brasil, quando o biógrafo, na condição de diretor da *Revista do Brasil*, ressaltava a existência no periódico de ‘um propósito marcado de servir a unidade nacional, ainda agora ameaçada por tantos fatores de desagregação e ruína’⁵⁰³. Percebe-se, portanto, que o elogio à ‘moderação’, aos ‘partidos da ordem do Império’ e à retaliação aos ‘grupos radicais da sociedade brasileira’ era operante na formação da ‘inteligência brasileira’ da década de 1930. Tal elogio seria, como dissera o diretor da *Revista do Brasil*, fruto do ‘conhecimento objetivo de nossas origens’.

Segundo Evaldo Cabral de Mello, a produção de Tarquínio de Sousa seria a ‘melhor visão de conjunto’ acerca do período regencial, apesar das ‘limitações do gênero biográfico’ e das ‘restrições ideológicas decorrentes da interpretação saquarema da história da fundação do Império’⁵⁰⁴. A qualificação da interpretação de Tarquínio de Sousa como ‘saquarema’ diz respeito, justamente, ao fato de sua perspectiva encarar a ‘unidade do Brasil’ como

concebida e realizada por alguns indivíduos dotados de

501 SOUSA, Octávio Tarquínio de. *Evaristo da Veiga*. 1939. 284-295.

502 SOUSA, Octávio Tarquínio de. *Evaristo da Veiga*. 1939. 249.

503 SOUSA, Otávio Tarquínio de. Editorial. *Revista do Brasil*. Ano I. Nº I. Julho de 1938. 2.

504 MELLO, Evaldo Cabral de Melo. Folha On-line - Dicas de Leitura: O Que Ler no Brasil Império. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/fol/brasil500/guia_12.htm acessado 24/11/2008.

*grande descortino político, que tiveram a felicidade de nascer no triângulo Rio - São Paulo - Minas e a quem a pátria ficou devendo o haverem-na salvo da voracidade dos interesses provinciais, como se estes fossem por definição ilegítimos*⁵⁰⁵.

Conformando uma historiografia que vê a ‘Independência feita no Rio de Janeiro, da perspectiva do Rio de Janeiro, que é a do Império, dos grupos dirigentes do Império’⁵⁰⁶, Tarquínio de Sousa não vacila em eleger os elementos do ‘partido da ordem’ como os legítimos condutores da nacionalidade brasileira.

Esta relação com o passado brasileiro pode ser, mais uma vez, evidenciada se levarmos em conta alguns aspectos da *Coleção Documentos Brasileiros*, editada pela Livraria José Olympio e dirigida por Tarquínio de Sousa entre 1939 e 1959, ano da morte do biógrafo. Com efeito, no interior de uma perspectiva intelectual/historiográfica caracterizada pela ‘documentação diversificada’, pelo ‘método crítico’, pelo ‘discurso sociológico’ e, principalmente, pela atenção dispensada ao ‘caráter pulsante do passado e às suas relações com o presente’⁵⁰⁷; a ‘reverência monumental’ à figura de Evaristo da Veiga, tal qual estabelecida por Tarquínio de Sousa, é, para nós, uma chave de entendimento acerca das concepções políticas que ‘pulsavam’ a partir e através do conhecimento historiográfico. Fábio Franzini, em trabalho sobre a referida coleção, considerou ‘curioso’ o fato de uma ‘novidade’, ‘abrangente’ e bem ‘definida’ como o ‘marxismo’ ter sido *deliberadamente* ignorada pela *Documentos Brasileiros* e também pela *Brasiliana*, diga-se de passagem. Franzini destaca uma nota de Raul Karacik sobre a obra de Caio Prado Júnior, na qual verifica-se que ‘após a Revolução de Outubro de 1930’

*nunca se leu tanto entre nós. Aí estão as casas editoras a se multiplicarem e a lançarem incessantemente em tradução as principais obras dos mais notáveis escritores destes últimos anos. (...) Os temas políticos e sociais, entretanto, são os que têm caído mais no nosso agrado, principalmente as obras de Marx e Engels e seus maiores discípulos, e as que versam sobre a Revolução Russa e suas conseqüências. As edições em português das obras de Marx, Engels, Plekhánov, Lênin, Trotski, Bukhárin, Max Beer... têm se sucedido*⁵⁰⁸.

Segundo Franzini, o silêncio acerca do marxismo no interior da *Coleção Documentos Brasileiros* não poderia ser creditado ao seu proprietário José Olympio. Este seria homem ‘de

505 MELLO, Evaldo Cabral de. Frei Caneca ou outra independência. In: *Frei Joaquim do Amor Divino Caneca*. São Paulo: Ed 34, 2001. 16.

506 MELLO, Evaldo Cabral de. Entrevista. *Nossa História*. Ano um. Nº 1. Novembro de 2003. 49.

507 FRANZINI, Fábio. *À Sombra das Palmeiras – A Coleção Documentos Brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936-1959)*. Tese Doutorado, USP, 2006. 162

508 KARACIK, Raul. APUD: FRANZINI, Fábio. *À Sombra das Palmeiras – A Coleção Documentos Brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936-1959)*. Tese Doutorado, USP, 2006. 178

postura liberal’, ‘um dos principais fomentadores do novo e crítico romance social’ e que ‘deu guarida’ a autores, ‘assumidamente de esquerda e perseguidos pela ditadura do Estado Novo’, como Graciliano Ramos e Jorge Amado. Franzini, então, acredita poder atribuir tal ausência ao ‘perfil de seus respectivos diretores’, Gilberto Freyre, diretor entre 1936-1939, e Otávio Tarquínio de Sousa (1939-1959). Em ambos, tratar-se-ia de uma ‘reticência ao materialismo histórico’. No que diz respeito a Tarquínio de Sousa, Franzini afirma que a ‘sua predileção pelo biográfico necessariamente implicava algumas diferenças ante a interpretação materialista da história’, mas que por buscar ‘entender o homem em si mesmo e em relação com o seu meio e o seu momento’, o biógrafo estaria em ‘franca oposição ao marxismo’⁵⁰⁹. Por eleger como critério de análise as linhas epistemológicas dos autores em um sentido estrito, ou seja, apenas aquilo que os mesmos defenderam acerca da adequação de determinada perspectiva para a produção do conhecimento historiográfico, Franzini considera uma ‘curiosidade’ a ausência do marxismo nas páginas da *Coleção Documentos Brasileiros*.

Para além do fato de que Tarquínio de Sousa teria, como leitor de Dilthey, uma base epistemológica segura para a compreensão do homem ‘em si’, ‘no seu meio’ e ‘momento’, não precisando em função disto validar as teses marxistas; Franzini parece não atentar para os sentidos precisos que regiam uma produção intelectual que, segundo o próprio Franzini, respondia

*ao ‘movimento intelectual que agitava nosso país’ e à ‘ânsia de introspecção social que [era] um dos traços mais vivos da nova inteligência brasileira’; embora buscasse a ‘objetividade’ e a fundamentação documental para promover ‘a compreensão e interpretação do nosso passado, dos nossos antecedentes, da nossa vida em seus aspectos mais significativos’ (...) aquela veia [marxista] específica de nossa ‘nova inteligência’ de então parecia ali não ter lugar*⁵¹⁰.

O sentido primordial em se verificar a ‘ânsia’ que rondava o saber acerca do passado, a historiografia, porque seria capaz de nos fazer ‘compreender’ nossa vida em seu ‘aspectos mais significativos’, revela que este fazer intelectual é oposto àquele do ‘ocioso requintado nos jardins do saber’, do qual fala Nietzsche⁵¹¹. Ao contrário, trata-se de um ‘movimento engajado’ na possibilidade de ‘concorrer’, a partir do ‘conhecimento histórico’ para a ‘preparação do nosso futuro’, segundo Tarquínio de Sousa.

509 FRANZINI, Fábio. *À Sombra das Palmeiras – A Coleção Documentos Brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936-1959)*. Tese Doutorado, USP, 2006. 182.

510 FRANZINI, Fábio. *À Sombra das Palmeiras – A Coleção Documentos Brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936-1959)*. Tese Doutorado, USP, 2006. 182.

511 NIETZSCHE, Friedrich. Da utilidade e dos inconvenientes da história para a vida. In: *Considerações Intempestivas*. Lisboa: Ed Presença, 1976.101.

Uma concepção materialista da história não permitiria ao biógrafo de Evaristo da Veiga realizar sua apologia dos vitoriosos e do ‘partido da ordem’ na história brasileira. Ao contrário, reconheceria a possibilidade de as origens legítimas da nacionalidade brasileira residirem, justamente, naqueles que pregavam o ‘ódio entre as raças’ e/ou a ‘luta de classes’. Tarquínio de Sousa temia os ‘fatores de desagregação e ruína’ que ‘ainda agora’ existiam. Dedicou as páginas da *Revista do Brasil* a todos ‘moços e velhos’ que ‘reconhecem o primado do espírito e acreditam nas virtudes da inteligência’⁵¹². Não poderia abraçar uma concepção materialista da história e, como diretor da *Coleção Documentos Brasileiros*, fez com que o espaço do marxismo fosse ali ‘praticamente inexistente’. Franzini ressalta, porém, que a *Documentos Brasileiros* era representativa do ‘sistema de produção intelectual do período’, abrigando a ‘tensão’ entre os ‘interpretativistas (como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Hollanda) e os pensadores mais tradicionais (como Otávio Tarquínio de Sousa, Luiz Vianna Filho, Pedro Calmon, entre outros)’⁵¹³. Esta ‘tensão’ seria fruto de uma produção que ‘não se moldava à rigidez do Instituto Histórico e Geográfico e, ao mesmo tempo não se encontrara plenamente entre as nascentes Faculdades de Filosofia’. Percebe-se, porém, os limites da configuração intelectual no interior do movimento de interpretação da nacionalidade a partir do passado, quando verifica-se que, tal ‘tensão tolerada’ não se compara ao conflito entre a apologia da história e a tese segundo a qual os ‘filósofos não fizeram mais do que interpretar o mundo de forma diferente; trata-se, porém, de modificá-lo’⁵¹⁴, ou o pensamento de Walter Benjamin, do ano de 1940, para quem:

*O materialista histórico só se aproxima do objeto histórico quando o confronta enquanto mônada. Nessa estrutura, ele reconhece o sinal de uma imobilização messiânica dos acontecimentos, ou dito de outro modo, de uma oportunidade revolucionária de lutar por um passado oprimido*⁵¹⁵.

Desde março de 1935, a Lei de Segurança Nacional, em seu artigo 14, ‘possibilitava entender como crime a simples percepção de que a sociedade se constituía em classes com interesses opostos’⁵¹⁶. Dessa forma, a ‘opção’ pelo materialismo histórico, mais do que ‘escolha epistemológica’, poderia implicar na produção de uma perspectiva singular acerca da história brasileira que entraria em

512 SOUSA, Otávio Tarquínio de. Editorial. *Revista do Brasil*. Ano I. Nº I. Julho de 1938. 2.

513 FRANZINI, Fábio. *A Sombra das Palmeiras – A Coleção Documentos Brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936-1959)*. Tese Doutorado, USP, 2006. 191.

514 MARX, Karl. Teses sobre Feuerbach. In: ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Textos*. Vol 1. São Paulo: Edições Sociais, 1977. 120

515 BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: *Obras escolhidas – Magia, Técnica, Arte e Política*. São Paulo: Brasiliense, 1986. 231

516 BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a Redemocratização. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque (DIR). *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. 315

conflito com as principais diretrizes da ordem vigente. A apologia da história, ao contrário, criava uma reconciliação entre o presente e o passado, identificando como legítimos os movimentos políticos que consolidaram a ordem e reprimiram as forças consideradas como desagregadoras da nacionalidade.

Calógeras: Sábio e Santo

A biografia de João Pandiá Calógeras, escrita por Antônio Gontijo de Carvalho, veio a público em 1935, um ano após a morte do biografado. Iria o livro complementar as homenagens que se realizaram em função da morte de Calógeras. Dentre estas, destaco a modificação do nome da Rua do Remo para Avenida Calógeras no bairro Castelo, região central da cidade do Rio de Janeiro, também ocorrida no ano de 1935⁵¹⁷. Compõe, ainda, este cenário, a obra *Calógeras na Opinião de seus contemporâneos*⁵¹⁸. A biografia foi feita, portanto, a com finalidade de comparecer às homenagens póstumas e constitui-se, como dissemos no segundo capítulo, de ‘uma reunião de artigos’ escritos por Antônio Gontijo de Carvalho sobre Calógeras.

Assumindo deliberadamente o tom laudatório, Gontijo de Carvalho procura ressaltar a figura de Calógeras no interior da história política da Primeira República. Calógeras teria sido um ‘brasileiro integral’ que teve o ‘Brasil como sua paixão absorvente’. Sem aprofundar-se analiticamente acerca dos atos de Calógeras referentes aos mais diversos assuntos que tratou, Gontijo de Carvalho compõe um resumo da trajetória do biografado como deputado, ministro, embaixador, técnico e publicista. Não há dúvida, porém, que um ponto da biografia de Calógeras assume importância especial na obra: sua relação com o catolicismo. De fato, das quase duzentas páginas que compõe o volume, cinquenta e quatro dizem respeito ao ‘cristão Calógeras’. Odécio Camargo, autor do prefácio, adianta que essa ‘parte da biografia de Calógeras se me afigura a mais preciosa e fértil’⁵¹⁹. A ‘fertilidade’ do caráter cristão da obra pode ser verificada naquele ano de 1935, quando algumas das ‘causas’ nas quais Calógeras teria se envolvido já teriam um desfecho no cenário político nacional.

De fato, Gontijo de Carvalho assinala a posição de Calógeras nos acontecimentos que antecederam a Revolução de 1930 e a Constituinte de 1934. Quanto à primeira, o biógrafo destaca que Calógeras se recusou a compor a ‘Junta Governativa, instalada para exercer o governo da República’. Por outro lado, Calógeras negou, também, a chefia da Concentração Conservadora, que

517 Cf. BERGER, Paulo. *Dicionário Histórico das Ruas do Rio de Janeiro I e II regiões administrativas (centro)*. Rio de Janeiro : Gráfica Olímpica Editora Ltda, 1974.

518 S/A. *Pandiá Calógeras na opinião de seus contemporâneos*. São Paulo: Tip. Siqueira, 1934.

519 Cf. CARVALHO, Antonio Gontijo de. *Calógeras*. São Paulo: CEN, 1935. 30-31; 17.

apoiava a candidatura de Júlio Prestes. Em meio ao ‘racha’⁵²⁰ que se conformou no Partido Republicano Mineiro, portanto, o biografado manteve-se equidistante das posições tomadas pelas lideranças do partido que lhe havia emprestado a legenda em suas candidaturas. Segundo o biógrafo, Calógeras tinha o ‘germe de separatismo lançado pelos homens da revolução de 1930’ como o ‘maior crime que, até então, se perpetra em nossa terra’. Não obstante, era o biografado ‘solidário com povo bandeirante na arrancada gloriosa de 1932’⁵²¹, de modo que, apesar de fluminense de nascença, ex-aluno da Escola de Minas de Ouro Preto e deputado pelo PRM, é na defesa das causas paulistas que Calógeras definirá sua posição frente aos sucessos políticos daquele período. Sua relação com o PRM vinha abalada, na verdade, desde meados da década de 1920 quando Calógeras não apoiou a candidatura de Artur Bernardes⁵²².

Por essa razão, seu nome sequer aparece nos debates que envolvem o cenário político em Minas nos primeiros anos da década de 1930. A relação de Calógeras com São Paulo torna-se evidente em sua filiação, como presidente, à Liga Eleitoral Católica, em 1932. Se a LEC, em Minas, tinha em Francisco Campos um arquiteto de suas causas, tendo penetrado tanto na Legião de Outubro⁵²³, quanto nas tradicionais oligarquias do PRM, chefiadas por Artur Bernardes⁵²⁴. O próprio presidente do estado de Minas Gerais, Antônio Carlos de Andrada, ‘professava publicamente sua fé católica’, entendendo ser a formação religiosa fundamental para a organização da sociedade, cabendo à religião ‘encaminhar as novas forças sociais emergentes e colaborar na manutenção da ordem’. Esta condição da religião católica seria reforçada pela chegada dos ‘jovens

520 O ‘racha’ que se verificou no PRM envolvia, principalmente, a sucessão para a presidência do Estado. Neste momento, ocorreu a divisão entre os aliancistas Antônio Carlos, Artur Bernardes e Wenceslau Brás, e os prestistas Fernando de Melo Viana e Manuel Tomás de Carvalho Brito. Cf. BOMENY, Helena Maria Bousquet. *A Estratégia da Conciliação: Minas Gerais e a Abertura Política dos Anos 30*. In: GOMES, Angela Maria de Castro. (COORD). *Regionalismo e Centralização Política – Partidos e Constituinte nos Anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. 135

521 Cf. CARVALHO, Antonio Gontijo de. *Calógeras*. São Paulo: CEN, 1935. 110.

522 Cf. IGLÉSIAS, Francisco (ORG). *Idéias políticas de Pandiá Calógeras*. Brasília: Minc; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1987. 25.

523 É preciso atentar para a especificidade do caso de Minas Gerais em relação à Legião de Outubro pois, se, em um primeiro momento, ‘a Legião de Outubro foi uma agremiação idealizada por alguns líderes revolucionários com o objetivo precípua de criar e consolidar no país um partido nacional’; ela, apesar de ‘resultante de um projeto tenentista’ viu-se, em Minas, ‘na contingência de ser implementada por forças oligárquicas do Estado’. Daí sua abertura ao catolicismo. Cf. BOMENY, Helena Maria Bousquet. *A Estratégia da Conciliação: Minas Gerais e a Abertura Política dos Anos 30*. In: GOMES, Angela Maria de Castro. (COORD). *Regionalismo e Centralização Política – Partidos e Constituinte nos Anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. 144

524 Nas disputas ocorridas em Minas Gerais após a Revolução de 1930, os ‘bernardistas’ se viram ‘perseguidos’ pelo poder central, apesar do apoio armado que Artur Bernardes dera à Revolução. Tal ‘perseguição’ efetivou-se em um ‘processo de exoneração de prefeitos perremistas que não se dispunham a aderir à legião, seguida da nomeação imediata de adeptos da nova agremiação’. Bernardes, então, ‘apoiou incondicional e radicalmente a iniciativa pela Revolução Constitucionalista de 1932, na esperança de restituir um poder que sentia fugir-lhe às mãos’. As ‘conseqüências’ de sua adesão foi o exílio e a cassação dos direitos políticos por três anos. Cf. BOMENY, Helena Maria Bousquet. *A Estratégia da Conciliação: Minas Gerais e a Abertura Política dos Anos 30*. In: GOMES, Angela Maria de Castro. (COORD). *Regionalismo e Centralização Política – Partidos e Constituinte nos Anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. 151; 163.

bispos' Dom Helvécio Gomes de Oliveira, em Mariana, e Dom Antônio dos Santos Cabral, em Belo Horizonte, ambos 'sem ligação com o passado monarquista', poderiam 'facilitar os entendimentos' entre Igreja e poder público⁵²⁵; em São Paulo, a LEC era base constitutiva da Chapa Única. Esta, reunindo, além dos Católicos, o Partido Republicano Paulista (PRP), o Partido Democrático Paulista (PD), a Associação Comercial de São Paulo e a Federação dos Voluntários Paulistas [formada pelos ex-combatentes da Revolução Constitucionalista]; tinha como objetivo fundamental fazer oposição ao general interventor no governo do estado, Waldomiro Lima sustentado, por sua vez, pelo Partido da Lavoura e pelo Partido Socialista Brasileiro⁵²⁶. A LEC, cujo secretário era Alceu Amoroso Lima, tinha como itens de seu programa:

*a promulgação da Constituição em nome de Deus; a defesa da indissolubilidade do laço matrimonial; a incorporação legal do ensino religioso facultativo nos programas das escolas públicas; a liberdade de sindicalização, de modo que os sindicatos operários católicos, legalmente organizados, tivessem as mesmas garantias dos sindicatos neutros; a decretação de legislação do trabalho, inspirada nos preceitos da justiça social e nos princípios da ordem cristã; a defesa dos direitos e deveres da propriedade individual; a decretação de lei de garantia da ordem social contra quaisquer atividades subversivas, respeitadas as exigências das legítimas liberdades políticas e civis*⁵²⁷.

A Chapa Única paulista tinha como diretriz básica a 'oposição ao governo militar e tenente' de Waldomiro Lima. As demandas da Chapa Única objetivaram-se no interior das questões políticas prementes para os paulistas: a defesa do federalismo, com autonomia dos Estados e municípios, a defesa do bicameralismo, da dualidade da justiça e pluralidade do processo e da

525 BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a Redemocratização. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque (DIR). *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. 285

526 O Partido da Lavoura constituía-se dos membros de 'um setor da cafeicultura paulista, justamente aquele que se encontrava na direção do Instituto do Café por direta intervenção de Waldomiro Lima'. O Partido da Lavoura contou, em seu Congresso de 1933, com 'o apoio e a presença de uma liderança política que então despontava em São Paulo: Plínio Salgado, chefe da Ação Integralista Brasileira, já organizada e em atuação para o pleito de 3 de maio'. O Partido Socialista Brasileiro (PSB), por sua vez, 'nasceu sob a égide da orientação outubrista'. O seu 'socialismo' defendia 'eleições indiretas para os executivos estadual e federal; instituição da representação de classes; proposta do Estado leigo e do divórcio a vínculo etc. Especialmente (...) uma política de justiça social que garantisse a aplicação da legislação trabalhista e a implementação da orientação sindical da época.' O PSB 'combinava tais preceitos com o 'respeito irrestrito à propriedade privada e com práticas de perseguição às lideranças sindicais independentes'. Waldomiro Lima frisava que 'O Partido Comunista não está dentro do socialismo'. Ambos, PL e PSB, porém, não conseguiram sensibilizar profundamente as camadas sociais que pretendiam mobilizar'. Cf. GOMES, Angela Maria de Castro; LOBO, Lúcia Lahmeyer; COELHO, Rodrigo Bellingrodt Marques. *Revolução e Restauração: A experiência paulista no período da constitucionalização*. In: GOMES, Angela Maria de Castro. (COORD). *Regionalismo e Centralização Política – Partidos e Constituinte nos Anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. 266-267; 261; 268.

527 CF. GOMES, Angela Maria de Castro; LOBO, Lúcia Lahmeyer; COELHO, Rodrigo Bellingrodt Marques. *Revolução e Restauração: A experiência paulista no período da constitucionalização*. In: GOMES, Angela Maria de Castro. (COORD). *Regionalismo e Centralização Política – Partidos e Constituinte nos Anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. 272.

garantia dos direitos dos cidadãos, tais como a anistia e o *habeas corpus*. Ademais, a Chapa Única incluiu em seu programa todos os princípios da LEC (indissolubilidade do matrimônio, ensino religioso facultado nas escolas, hospitais, prisões e quartéis), o que marcou seu distanciamento de forças como o PSB, por exemplo,⁵²⁸. Consumada a Assembléia Constituinte e promulgada a Constituição de 1934, retornado o país, portanto, à vida constitucional, acarretando uma ‘derrota para a ala mais radical do tenentismo’, o que se vê é ‘um rápido reagrupamento das várias frações das classes dominantes’. O ano da publicação da biografia de Calógeras, 1935, seria, no interior dos grupos católicos, um momento de rearticulação das ações cristãs no seio da sociedade. De fato, realizado processo constituinte, a LEC, ‘calibrada para intervir num período eleitoral, findadas as eleições, tornava-se inútil’. Surge, então, a partir da experiência da LEC, um instrumento de ação permanente na atuação pública da Igreja: a Ação Católica⁵²⁹.

Segundo Francisco Iglesias, a ‘militância religiosa’ de Calógeras seria ‘parte de sua atividade em que a crítica não deve incidir’⁵³⁰. Porém, muito em função desta ‘militância’ é que sua figura será mobilizada naquele ano de 1935. De fato, como destaca Odécio Camargo, prefaciador da biografia de Calógeras, a ‘meditação’ que este empreendera rumo à sua ‘conversão’ ao catolicismo romano era uma possibilidade de se fazer sentir a ‘época de renascimento para a qual caminhamos’. Tal ‘meditação’ reside nas reflexões presentes nas cartas trocadas entre o biografado e o Padre Madureira. A publicação desta relação epistolar deveria ser considerada um ‘inestimável serviço que este livro’ traria ‘às letras pátrias e à história moral’. Na conversão de Calógeras, Odécio enxerga a própria ‘ontogênese desta época, na qual em muitas atividades humanas, há um retorno para o manancial fresco e dessedentador das verdades imutáveis’. Neste sentido, o livro deveria ser lido pelas ‘gerações mais novas’:

*que tão ardorosamente se arrematam nas hostes da ação católica, e cujo renascer de crenças assegura a esperança de melhores dias, a meditação de Calógeras será certamente um estímulo, um amparo, uma pedra a mais para consolidar a fortaleza de seus princípios*⁵³¹.

Tendo sido presidente da LEC, amigo ‘íntimo’, como lembra o próprio Iglesias, de Dom Sebastião Leme, arcebispo do Rio de Janeiro, Calógeras escreveu, ainda, um trabalho que

528 Cf. GOMES, Angela Maria de Castro; LOBO, Lúcia Lahmeyer; COELHO, Rodrigo Bellingrodt Marques. Revolução e Restauração: A experiência paulista no período da constitucionalização. In: GOMES, Angela Maria de Castro. (COORD). *Regionalismo e Centralização Política – Partidos e Constituinte nos Anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. 280

529 Cf. BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a Redemocratização. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque (DIR). *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. 315; 321.

530 Cf. IGLÉSIAS, Francisco (ORG). *Idéias políticas de Pandiá Calógeras*. Brasília: Minc: Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1987. 97.

531 Cf. CARVALHO, Antonio Gontijo de. *Calógeras*. São Paulo: CEN, 1935. 15-17.

reforçaria sua associação às hostes católicas. O livro *Conceito Cristão de Trabalho*, de 1932, corroboraria com uma das lutas que a Igreja empreendia no sentido de ‘colocar um termo no conflito que divide as classes e provocar e encorajar uma cordial colaboração das profissões’, segundo as orientações do papa Pio XI⁵³². Nesta obra defendia Calógeras que

*Sob o influxo do Renascimento, e mais ainda nos séculos XVIII-XIX, predominou a doutrina puramente quantitativa, que extremistas do século seguinte, Marx acima de todos, levaram tão longe, fazendo-a basear-se no interesse apenas material do operário, olvidadas as características morais deste e desprezados o destino social e a finalidade da criatura do Onipotente*⁵³³

Após a revolução de 1930, quando ‘a questão operária salta ao primeiro plano das preocupações do Governo Provisório’, caberia ao estado corporativista agir ‘contra o sindicalismo até então vigente, combativo e livre frente uma burguesia e um Estado que lhe moviam contínua luta’. Como citado acima, era questão cara à LEC a defesa do sindicalismo católico, tendo as ‘mesmas garantias do sindicalismo neutro’. A reivindicação sindical em meio à Liga católica justificava-se em função da lei de março de 1931 que ‘barrava’ o ‘acesso da Igreja à organização sindical’, proibindo ‘no seio das associações de classe todas as manifestações de caráter religioso’, o que significava, na linguagem católica, o ‘monismo sindicalista’. Ao contrariar os impulsos desencadeados pela *Rerum Novarum* (1891) de Leão XIII e reforçados pela *Quadragesimo Anno* (1931) do Papa Pio XI, ambas com o sentido de potencializar a ‘cristianização da vida econômica’ como remédio para os ‘males econômicos e sociais’⁵³⁴; a lei era um dos motivos, dentre outros, para, em São Paulo, a LEC compor uma base significativa da Chapa Única de oposição ao regime ‘tenentista’, ‘centralizador’ e ‘não-constitucional’.

A questão operária, com seu conseqüente ‘remédio cristão’, inseria-se no pensamento de Calógeras relacionada com sua associação ao empresariado, quando o biografado ‘aceitou encargos no campo da indústria privada’, segundo relato de seu colaborador Roberto Simonsen. Simonsen teve ‘relações próximas’ com Calógeras desde quando este assumira a pasta do Ministério da Guerra, no governo Epitácio Pessoa, entre 1919 e 1922. A aproximação do Ministério Calógeras com Roberto Simonsen se deu em função do programa ministerial que visava ‘construir quartéis pelo vasto território nacional’ e, para isso, contou com a Companhia Construtora de Santos, cujo

532 Cf. ROMANO, Roberto. *Brasil: Igreja contra Estado (Crítica ao populismo católico)*. São Paulo: Kairós Livraria e Editora, 1979. 151

533 CALÓGERAS, João Pandiá. *Conceito Christão do Trabalho*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1932. 9. O autor esclarece que entre a Igreja e o Socialismo ‘não há compromisso possível’, sendo necessária a ‘reforma dos costumes, no sentido da recristianização dos espíritos, da volta a lição do Evangelho’ como ‘única salvação’. p 36.

534 Cf. BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a Redemocratização. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque (DIR). *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. 311-312.

presidente era Simonsen. Tal empreendimento teria sido para Simonsen a ‘fonte de fortuna e do prestígio’ que concedera ao ‘engenheiro e empresário’ a ‘notoriedade para ser o líder do setor industrial’, tendo sido o primeiro presidente do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, instituído em 1928. Afastado dos quadros políticos nacionais desde 1922, já em 1923, Calógeras ocupava, por convite de Simonsen, o cargo de ‘técnico orientador’ do sindicato nacional de incorporações⁵³⁵.

Após os acontecimentos de 1930, Simonsen adotara posição contrária ao regime que se instituíra, assim como Calógeras. O governo do interventor Waldomiro Lima acusou a empresa de Simonsen, uma das mais importantes do estado, a Murrey & Simonsen, de, associada aos banqueiros ingleses Lazard Brothers & Cia, credores do estado, estar envolvida em ‘gravíssimas irregularidades’ referentes a ‘desvios de fundos do Instituto do Café de São Paulo em relações comerciais’ com os grupos empresariais citados. Simonsen foi preso sob a acusação de, através da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP), da qual era diretor, ter financiado a Revolução Constitucionalista de 1932. Considerar tal fato como crime ‘feria a honra de grande parte das elites políticas do estado’ e, também, ‘grande parte da população’, identificados que eram com o levante de 32, engrossando a oposição paulista ao poder central, personificado na figura do interventor. Com a vitória, no pleito de 3 de maio de 1933, da Chapa Única para ocupar 17 das 22 cadeiras paulistas na Assembléia Constituinte, o governo central procurou minimizar o desgaste político entre as forças centrais e as paulistas, nomeando para a interventoria do estado Armando de Sales de Oliveira. Este, tendo sido ‘conseqüência direta da expressão política obtida pela Chapa Única’, iria redirecionar os impulsos dos representantes paulistas no sentido de ‘colaborar com o novo interventor e com o próprio chefe do Governo Provisório’. A conciliação entre o estado paulista e o poder central se delineava no horizonte, na medida em que, as diretrizes norteadoras da ação dos representantes paulistas na Assembléia deveriam trazer como princípios a ‘moderação’, a ‘transigência’, a ‘cooperação’ e, ‘quando necessário, severa firmeza’⁵³⁶. O próprio Simonsen, nos anos seguintes, foi aquele em que, ‘na época do Estado Novo’, ‘Getúlio viu (...) o agente ideal para a defesa de seus programas industrialistas, favorecidos pela guerra de 39-45’. O empresário paulista, que ‘encarnou como ninguém a iniciativa privada com ligações com o Estado, defendendo a industrialização, o nacionalismo econômico’, teve em suas mãos empreendimentos de grande

535 Cf. IGLÉSIAS, Francisco (ORG). *Idéias políticas de Pandiá Calógeras*. Brasília: Minc: Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1987. 26-25.

536 CF. GOMES, Angela Maria de Castro; LOBO, Lúcia Lahmeyer; COELHO, Rodrigo Bellingrodt Marques. *Revolução e Restauração: A experiência paulista no período da constitucionalização*. In: GOMES, Angela Maria de Castro. (COORD). *Regionalismo e Centralização Política – Partidos e Constituinte nos Anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. 256; 299-300.

porte: a Usina de Volta Redonda e a Companhia Vale do Rio Doce⁵³⁷.

Por ocasião da Assembléia Constituinte, Calógeras, já sexagenário, voltou ao cenário político nacional. Fora eleito por Minas, sob a sigla do Partido Progressista (PP)⁵³⁸, ‘após intermédio de seu velho amigo Olegário Maciel’, segundo o biógrafo Gontijo de Carvalho. Neste pleito, Calógeras fora o deputado que maior número de votos angariou até então no país. Estava o biografado, porém, ‘gravemente enfermo, amparando-se em um braço amigo e sempre apoiado a uma bengala’, de modo que, ‘mal podia comparecer a uma ou outra sessão da Assembléia’. O biógrafo lamenta que o ‘destino, tão avaro, não lhe permitiu encerrar a sua vida pública com a posição de sua assinatura à nova Constituição, que prestes ia ser promulgada e era a maior de suas preocupações’⁵³⁹. O colaborador de Calógeras, Roberto Simonsen, também comparecera à Assembléia, eleito para as bancadas classistas. Roberto Simonsen era deputado representante dos empregadores e estava associado à Chapa Única. Com a morte de Calógeras em abril de 1934, Simonsen publicou, neste mesmo ano, a obra *Calógeras na opinião de seus contemporâneos*, iniciando a retomada paulista da figura do político fluminense. Neste sentido, a criação da Fundação Pandiá Calógeras, que detinha os direitos autorais das obras de Calógeras, era outro passo significativo dos paulistas em torno da memória do biografado. A Fundação tinha como presidente o dr Roberto Simonsen, sempre ‘fiel à memória do amigo’⁵⁴⁰ e, como secretário, o autor da biografia que analisamos, Antônio Gontijo de Carvalho.

Como dissemos acima, encerrados os trabalhos da Assembléia Constituinte e proclamada a Constituição de 1934, novas diretrizes e rumos são adotados pelos principais grupos políticos do país. Publicada em 1935 pela *Coleção Brasileira*, a biografia de Calógeras reforçava o ‘ideal cristão da alma gótica’, segundo um ‘paradigma da perfeição, harmonia e da beleza’ que deveria ‘erguer-se’ sobre o ‘furor anti-metafísico dos positivistas’, ‘abater o Golias do materialismo’ e se fazer valer frente ‘as ruínas abandonadas do livre-pensamento sem finalidade e sem bússola’⁵⁴¹. Na conjuntura pós-constituição de 1934, a biografia de Calógeras é sintomática dos rumos que o debate político-intelectual brasileiro deveria tomar, assim como reveladora das tensões sociais e

537 IGLESIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil – Capítulos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: UFMG, 2000. 211

538 O PP foi formado já com vistas à Constituinte, numa conjuntura em que, no nível estadual, haviam fracassado as tentativas de aglutinação das forças políticas locais. Ele representou a oportunidade de se ver instituída em Minas Gerais uma base social de apoio político partidário ao presidente/interventor do estado, já que nem o PRM nem a Legião de Outubro haviam suprido essa necessidade. O PP constituiu-se num partido de novo tipo pelas ligações de ‘dependência’ que guarda com o poder central. Cf. BOMENY, Helena Maria Bousquet. A Estratégia da Conciliação: Minas Gerais e a Abertura Política dos Anos 30. In: GOMES, Angela Maria de Castro. (COORD). *Regionalismo e Centralização Política – Partidos e Constituinte nos Anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. 168

539 Cf. CARVALHO, Antonio Gontijo de. *Calógeras*. São Paulo: CEN, 1935. 111-112.

540 Cf. IGLÉSIAS, Francisco (ORG). *Idéias políticas de Pandiá Calógeras*. Brasília: Minc: Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1987. 27.

541 Cf. CARVALHO, Antonio Gontijo de. *Calógeras*. São Paulo: CEN, 1935. 16-17.

políticas que rondavam a sociedade brasileira, evidenciando a fragilidade do pacto constitucional. De fato, se a Constituição de 1934 representara uma ‘vitória da posição católica’⁵⁴², no ano que se segue ela será ‘testada’ quando ‘entrarem em choque’ a Ação Integralista e a Aliança Nacional Libertadora⁵⁴³.

A reivindicação e defesa dos princípios cristãos na biografia de Calógeras é norteadora de importantes interesses daqueles que lhe rendiam a homenagem póstuma. Ao ‘amigo’, ‘colaborador’ e empresário, Roberto Simonsen, a relação de Calógeras com a organização do trabalho segundo os preceitos cristãos era louvável em dois sentidos. Primeiro, porque tal perspectiva, ‘inspirada nos ensinamentos da Igreja’, e tal qual desenvolvida pelo pensamento católico brasileiro entre 1930-1937, prezava fundamentalmente a defesa da fé e os interesses básicos dos trabalhadores, reunidos em sindicatos católicos. Estes deveriam ter ‘repúdio ao comunismo’ e à luta de classes, reconhecendo a defesa do direito natural de propriedade e a necessidade de intervenção do Estado na questão social. Ao mesmo tempo, a perspectiva cristã, apesar de corporativista e autoritária, previa o livre sindicalismo autônomo, ou seja, desvinculado do Estado. Esta liberdade sindical possibilitaria aos cristãos a atuação livre para organizar a classe operária, enfraquecendo a ‘orientação doutrinária de tipo corporativo, que o governo militar iria insistentemente propalar’, afinal, a ‘arregimentação dos interesses de classe em órgãos sob o controle estatal apresentava possibilidades imediatas de ganhos políticos’⁵⁴⁴. Assim, observado o contexto paulista posterior à revolução de 1930, a ‘via católica’ surgia ao empresariado daquele estado, desgastado com o governo central em função da Revolução Constitucionalista e, ainda, temerário das forças anarquistas e comunistas, do ‘perigo vermelho’ que rondava os sindicatos operários, como uma ‘saída divina’.

O biógrafo de Calógeras, Antônio Gontijo de Carvalho, secretário da Fundação Pandiá Calógeras, apesar de mineiro de Uberaba, traçou uma trajetória toda ligada ao estado de São Paulo. Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo (1919-1923), Gontijo de Carvalho tem seu nome retomado por Francisco Pati⁵⁴⁵, como aquele que ‘amava a Academia’ e seria detentor de grande

542 Segundo Hermes Lima, ‘de todas as vitórias alcançadas pela Igreja na Constituinte de 34 certamente a mais grata aos seus desígnios foi a do ensino religiosos nas escolas públicas, nos estabelecimentos secundários e nas escolas normais’. LIMA, Hermes. *Problemas do nosso tempo*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1935. 72-73

543 Cf. BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a Redemocratização. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque (DIR). *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. 306-307.

544 CF. GOMES, Angela Maria de Castro; LOBO, Lúcia Lahmeyer; COELHO, Rodrigo Bellingrodt Marques. Revolução e Restauração: A experiência paulista no período da constitucionalização. In: GOMES, Angela Maria de Castro. (COORD). *Regionalismo e Centralização Política – Partidos e Constituinte nos Anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. 249

545 PATI, Francisco. *O Espírito das Arcadas*. São Paulo: Associação dos Antigos Alunos da Faculdade de Direito de São Paulo, 1950. 216. O livro de Pati traz dedicatória a Antônio Gontijo de Carvalho.

‘prestígio político’. Observar os quadros da Faculdade de Direito de São Paulo é verificar a existência de um lugar privilegiado na reunião de personagens que compuseram o cenário político nacional. A importância das faculdades de Direito, até a década de 1930, é assinalada por Miceli, segundo quem estas instituições constituíam ‘apenas um simples estágio de iniciação ao conjunto dos modelos masculinos da classe dirigente e de integração na rede relações suas famílias’. No caso de São Paulo, seriam os estudantes de Direito, ‘burguesinhos, abastados ou bem arrimados’, como que ‘eleitos do destino, para o governo do Centro Acadêmico XI de Agosto, da Sociedade Paulista inteira, do Estado e da Nação’. Na constituição desta ‘classe dirigente’, é notável, no caso de São Paulo, a organização de uma ‘sociedade secreta’, integrada pela ‘aristocracia’⁵⁴⁶ do referido Centro Acadêmico no interior da Faculdade de Direito daquele estado: a Burschenschaft⁵⁴⁷. Segundo depoimento de Carlos Lacerda, dos presidentes civis da República Velha, apenas Epitácio Pessoa não teria sido da ‘Bucha’,

*uma sociedade secreta em que os sujeitos confiavam nos companheiros, vamos falar assim ‘da mesma classe’, que passam pelas faculdades, futuras elites dirigentes*⁵⁴⁸.

O ‘prestígio político’ atribuído à figura de Gontijo de Carvalho deve-se ao fato de este ter sido o ‘chaveiro de 1923’ daquela sociedade, ‘cabendo-lhe, durante o curso, a iniciativa de quase todas as grandes recepções acadêmicas’, segundo informação do próprio Pati. Este relembra que por influência de Gontijo de Carvalho, de ‘sua força política’, Odécio Bueno de Camargo, prefaciador da biografia de Calógeras, pôde candidatar-se à presidência do Centro Acadêmico XI de Agosto, em 1925, dois anos após a formatura do biógrafo⁵⁴⁹.

O ‘chaveiro’ seria o ‘chefe supremo da Burschenschaft’, segundo relato de Afonso Arinos e, como define o próprio Arinos, esta sociedade ‘constituía uma espécie de grupo destinado a funcionar na vida pública depois de terminados os estudos’⁵⁵⁰. Segundo Teotônio Simões, reinaria, no interior da ‘Bucha’, uma solidariedade de ‘coterie’, que se objetivava, ‘extra-muros’, no momento em que ‘um sobe e chama o outro para ser governador, para ser secretário, para ser ministro e assim por diante’, conforme o depoimento de Lacerda. Gontijo de Carvalho ocupou durante toda sua vida cargos burocráticos na máquina governamental paulista e federal, tendo sido: Funcionário da Secretaria de Agricultura de São Paulo (1927-1930); Secretário Geral do

546 Cf. MICELI, Sérgio. *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)*. Rio de Janeiro: Difusiel, 1979. 8.

547 Sobre Burschenschaft consultar o interessante estudo de: SIMÕES, Teotônio. *Os Bacharéis na Política – Tese de Doutorado*, Departamento de Ciências Sociais área Ciência política da Universidade de São Paulo. São Paulo: E-books Libris, 1983. Documento Virtual: www.ebooksbrasil.org/eLibris/bachareisteo.html.

548 LACERDA, Carlos. Depoimento, *Jornal da Tarde*. 29/05/1977.

549 PATI, Francisco. *O Espírito das Arcadas*. São Paulo: Associação dos Antigos Alunos da Faculdade de Direito de São Paulo, 1950. 216. O livro de Pati traz dedicatória a Antônio Gontijo de Carvalho. 216.

550 FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Rodrigues Alves*. São Paulo: José Olympio/EDUSP, 1973. 2V. 30; 29 V1.

Departamento Técnico do Café, 1936; Funcionário do Ministério da Agricultura, 1938; era membro da OAB, da Sociedade Brasileira de Estudos Econômicos e da Associação Comercial de São Paulo; foi nomeado para o Departamento Administrativo de São Paulo (1939-1941) e era presidente da Sub-Comissão de Organização e Finanças de São Paulo (1943-1944)⁵⁵¹.

Além de lembrado como figura destacada nos círculos da Faculdade de Direito de São Paulo, Gontijo de Carvalho, como publicista, tem seu nome vinculado à produção de obras biográficas. Trata-se de um biógrafo da história política nacional, que escreveu, principalmente, perfis biográficos reunidos em volumes como, por exemplo, a obra *'Vultos da República'*⁵⁵² em que reúne os 'esforços biográficos' de David Campista, Carlos Peixoto e Gastão da Cunha. Escreveu, ainda, 'crônicas e perfis para os *Diários Associados* e para o *Correio Paulistano*', posteriormente 'enfeixados em volume' na obra *Homens e Causas do Brasil*⁵⁵³. O fato de Gontijo de Carvalho ser colaborador do *Correio Paulistano* informa-nos, de maneira singular, sobre a composição dos atores envolvidos na produção da memória em torno da figura de Calógeras, assim como, dos aspectos que deveriam ser monumentalizados na figura do estadista, notadamente sua conversão ao catolicismo.

O *Correio Paulistano*, como se sabe, era órgão oficial do Partido Republicano Paulista com sede na rua Libero Badaró, esquina com o Largo de São Bento. Coincidentemente, ou não, a Fundação Pandiá Calógeras localizava-se na mesma rua, onde funcionou em uma sobreloja no número 11. A figura de Libero Badaró, por sua vez, assumiu lugar simbólico como 'fundador' da Faculdade de Direito de São Paulo, tendo sido nesta instituição professor do Curso Anexo no final da década de 1820 e início da de 1830. Após a Proclamação da República, houve o traslado dos restos mortais de Badaró da Igreja do Carmo para o cemitério da Consolação. Nesta ocasião,

*formou-se um cortejo para acompanhá-lo, calculado em mais de 4.000 pessoas. Pois bem, na saída do Carmo usou a palavra o maçom Antônio Giusti e quando chegados os restos mortais ao Cemitério da Consolação, quem os colocou na urna central do túmulo foi o Dr. Prudente de Moraes, maçom e membro do primeiro governo republicano em São Paulo*⁵⁵⁴.

Nos idos do século XIX, o italiano Giovanni Battista Libero Badaró (1798-1830) teria, quando professor do Curso Anexo da Faculdade de São Paulo, sido 'amigo dos estudantes', inaugurando a tradição de ali 'iniciar os estudantes de preparatório no conhecimento das coisas

551 COUTINHO, Afrânio (ORG). *Brasil e Brasileiros de Hoje*. Vol II. Rio de Janeiro: Editorial Sul Americana, 1961. 270-271

552 CARVALHO, Antônio Gontijo. *Vultos da república: David Campista, Carlos Peixoto, Gastão da Cunha: Esforços Biográficos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1936.

553 CARVALHO, Antônio Gontijo. *Homens e causas do Brasil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1937. 5.

554 BANDECCHI, Brasil. *A Bucha, a Maçonaria e o Espírito Liberal*. São Paulo: Parma, 1982. 70.

políticas'. A rua Libero Badaró envolvia, portanto, um espaço de referências identificadas ao tradicional republicanismo de São Paulo, ligado a Faculdade de Direito que, durante a Primeira República, era a 'instância suprema no campo de produção ideológica, concentrando inúmeras funções políticas e culturais'⁵⁵⁵.

Integrado na rede de relações políticas, em crise desde a década de 1920, que compunham as correspondências entre os bacharéis da Faculdade de Direito de São Paulo e o Partido Republicano desse Estado, Gontijo de Carvalho, na biografia de Calógeras, parece explicitar um aspecto comum das trajetórias dos bacharéis na década de 1930. De fato, como destaca Sérgio Miceli, o 'alento' recebido pela Igreja por parte dos 'bacharéis' era fruto da 'atração' que formas organizacionais, como a Ação Católica, exercia sobre

*um número relativamente elevado de antigos quadros políticos e intelectuais egressos dos partidos republicanos do antigo regime, cujas carreiras haviam sido truncadas momentaneamente pela derrota da oligarquia*⁵⁵⁶.

O elogio ao catolicismo podia, ainda, fazer frente ao impulso dos tenentes laicizantes do Estado e combatentes das oligarquias regionais, especificamente do Partido Republicano Paulista, segundo o qual a revolução de 1930 era uma 'revolta contra São Paulo e contra os interesses desse histórico partido político'⁵⁵⁷.

Na biografia do estadista, Antônio Gontijo de Carvalho defende que o 'verdadeiro Calógeras' é um 'sábio e santo'. Gontijo de Carvalho entendia que o valor da produção biográfica ou de uma perspectiva biográfica é alto, porque, no momento em que 'o Brasil assiste a uma metamorfose espiritual', caberia à biografia a articulação das categorias para a compreensão de um presente determinado, na medida em que este deve 'corporificar as idéias que os biografados espalharam'⁵⁵⁸. Haveria, assim, um compromisso entre o passado e o presente, mediado pela produção biográfica, que busca direcionar as expectativas de futuro. Com o país retornado ao regime constitucional, naquele ano de 1935, Gontijo de Carvalho ressalta, retomando os escritos de Calógeras, a importância de 'combater as doutrinas bolchevistas', de modo que, segundo as palavras do próprio biografado, o 'progresso humano' estava ligado 'à volta á unidade da Fé, *unus*

555 Cf. MICELI, Sérgio. *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)*. Rio de Janeiro: Difusel, 1979. 35

556 Cf. MICELI, Sérgio. *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)*. Rio de Janeiro: Difusel, 1979. 57

557 CF. GOMES, Angela Maria de Castro; LOBO, Lúcia Lahmeyer; COELHO, Rodrigo Bellingrodt Marques. *Revolução e Restauração: A experiência paulista no período da constitucionalização*. In: GOMES, Angela Maria de Castro. (COORD). *Regionalismo e Centralização Política – Partidos e Constituinte nos Anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. 249

558 CARVALHO, Antônio Gontijo. *Homens e cousas do Brasil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1937. 137.

*pastor, unum ovile*⁵⁵⁹. O que se delineou, portanto, foi a retomada da figura de Calógeras por determinado setor paulista identificado com a crítica ao tenentismo e ao centralismo do governo Provisório, elegendo o catolicismo como sua via de sustentação. Em 1935, quando

*os confrontos políticos entraram em franco processo de radicalização e popularização, alimentado pelas eleições de outubro de 1934, pela formação da Aliança Nacional Libertadora e pelo enorme crescimento da Ação Integralista Brasileira*⁵⁶⁰.

A biografia de Calógeras, escrita por Antônio Gontijo de Carvalho, sob a égide da Fundação Pandiá Calógeras, cujo presidente era Roberto Simonsen, comparece a este cenário seguindo a orientação de Tristão de Athayde. Segundo Athayde, no combate ao comunismo, ‘às doutrinas bolchevistas’, a fórmula mais eficaz deveria se focar no ‘terreno dos princípios, opondo os preceitos cristãos à filosofia materialista’⁵⁶¹. Neste sentido, Gontijo de Carvalho aponta em Calógeras o nascimento de um ‘apóstolo’, ‘que deveria ter sido presidente da República’. Por meio de sua biografia se poderia ‘corporificar suas idéias’, que diziam respeito ao fato de ‘o catolicismo ser a mais formidável construção lógica que o engenho humano fundou’; que previam a necessidade da ‘aliança’ entre Estado e Igreja em relação ao ensino; que combatiam o divórcio e defendiam a organização cristã do trabalho. Seria este o testamento de Calógeras às gerações futuras.

Silva Jardim à margem da Proclamação

A instauração do regime republicano no Brasil parece trazer consigo, desde a Proclamação, o debate sobre a legitimidade, o sentido e a adequação de tal forma de governo à sociedade brasileira. Por demais conhecidas são as tradicionais afirmações dos contemporâneos ao acontecimento, em destaque a de Aristides Lobo que destacava a ‘bestialidade’ da população frente ao ‘desfile militar’ que inaugurara o regime. No interior de uma perspectiva historiográfica, o experimento republicano brasileiro, seus antecedentes, a Proclamação, assim como, seus desdobramentos, é retomado a partir da década de 1920. Nesta, destaca-se a obra coordenada por Vicente Licínio de Cardoso, *À Margem da História da República*⁵⁶², publicada originalmente em

559 Cf. CARVALHO, Antonio Gontijo de. *Calógeras*. São Paulo: CEN, 1935. 178.

560 GOMES, Angela Maria de Castro. Introdução. In: GOMES, Angela Maria de Castro (COORD). *Regionalismo e Centralização Política – Partidos e Constituinte nos Anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. 37.

561 ATHAYDE, Tristão de. APUD: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o ‘perigo vermelho’: o anticomunismo no Brasil*. São Paulo: perspectiva: FAPESP, 2002. 42.

562 CARDOSO, Vicente Licínio (ORG). *À Margem da história da República – ideais, Crenças e Afirmações – Inquérito por escritores da geração nascida com a república*. Rio de Janeiro: Anuário do Brasil, 1924. Utilizamos a edição em 2 tomos de 1981 publicada pela Editora da UNB, com introdução de Alberto Venâncio Filho.

1924. Produzida em ‘comemoração’ ao 35º ano da Proclamação da República, a obra filiava-se ao ‘espírito do centenário’, caracterizado pelo intuito de ‘uma revisão dos problemas brasileiros’⁵⁶³. O livro trazia em seu subtítulo o esforço em constituir-se como um ‘inquérito’ promovido por aqueles que seriam ‘escritores da geração nascida com a República’.

Menos do que festejar-lhe o aniversário, a República era retomada por estes escritores como rememoração crítica, um ‘inquérito’, que buscava tanto apontar as falhas do regime como, em alguns casos, sugerir os destinos mais ‘adequados’ ao país. Dentre os doze escritores que colaboraram, destacam-se os nomes do próprio Licínio Cardoso, Oliveira Viana, Alceu Amoroso Lima (Tristão de Athayde), Gilberto Amado, Pontes de Miranda e Jonathas Serrano que aqui analisamos como biógrafo de Farias Brito. Escrevendo sobre o período recente, Licínio Cardoso lamentava que a história da República viesse sendo tratada apenas ‘à maneira das crônicas antigas, em que o autor em vez de descer à realidade dos fatos, comenta por alto, na preocupação dos nomes e dos detalhes das data’. O autor refere-se especificamente aos ‘dois maiores relatos de nossa história pátria’, os trabalhos de Rocha Pombo⁵⁶⁴ e do padre Rafael Galanti⁵⁶⁵. Concluía Licínio Cardoso que, por isso, ‘ainda não foi feita a verdadeira história da República’⁵⁶⁶.

Em seu trabalho sobre a trajetória do republicanismo no Brasil, Maria Teresa Chaves de Mello destaca uma ‘interpretação historiográfica de raiz de monarquista’ que defendia, pela figura do bestializado, não haver ‘motivo para se desejar a queda da Monarquia, pois o imperador era popular’. Segundo a autora, esta interpretação considerava a Proclamação da República como uma ‘simples insubordinação da caserna’ que brindou o país com um ‘regime militarista’, sendo a República ‘explicada como um ato de força’. Tal versão teria, ainda, sido ‘relida’ pelos ‘enaltecedores da Revolução de 1930’, que realçaram a ‘exclusão social, o militarismo e o estrangeirismo da fórmula implantada em 1889’⁵⁶⁷. Tomando a obra coordenada por Licínio Cardoso parece-nos que, na verdade, esta interpretação da República foi fomentadora da Revolução de 1930, pois nela se encontram as críticas basilares ao regime republicano brasileiro que irão informar a constituição de uma República Nova. De fato, o ‘inquérito’ pelo qual fazem passar o regime republicano os ‘escritores da geração nascida com a República’ não chega a conclusões

563 CF. LIMA, Alceu Amoroso. Carta de Alceu Amoroso Lima sobre a 1ª edição. In: CARDOSO, Vicente Licínio (ORG). *À Margem da história da República – ideais, Crenças e Afirmações – Inquérito por escritores da geração nascida com a república*. Brasília: Editora da UNB, 1981. Tomo II. 113.

564 POMBO, Rocha. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: J Fonseca Saraiva e B de Aguiar, 1906. 10 V.

565 GALANTI, Rafael. *Compêndio de História do Brasil*. São Paulo: Duprat & Comp., 1910. 5 V.

566 CARDOSO, Vicente Licínio. *À Margem da História da República*. In: CARDOSO, Vicente Licínio (ORG). *À Margem da história da República – ideais, Crenças e Afirmações – Inquérito por escritores da geração nascida com a república*. Brasília: Editora da UNB, 1981. Tomo II. 97-98.

567 MELLO, Maria Teresa Chaves. *A República Consentida – Cultura Democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: FGV: Editora da Universidade Rural do Rio de Janeiro, 2007. 9-10

favoráveis acerca do estado de coisas existente.

Em texto intitulado *As Instituições Políticas e o Meio Social no Brasil*, Gilberto Amado reclamava - após reconstituição histórica que evidenciava a ficção da Constituição imperial assentada sobre uma população em grande parte escrava, sem instrução e alheia aos processos políticos - a necessidade de se ‘tornar a República, antes de tudo, brasileira’. Isto seria possível mediante a formação no país de uma ‘elite’ de diretores mentais’

*que saibam menos discutir questões ‘jurídicas’ e mais questões ‘políticas’, que mostrem menos erudição de constitucionalistas americanos e mais conhecimento das realidades do Brasil (...) de modo a suprir pelo influxo da sua ação as deficiências de um meio ainda incapaz de se dirigir a si próprio*⁵⁶⁸.

Oliveira Viana, por sua vez, questiona a própria legitimidade do regime republicano no Brasil, pois este se fez, ao contrário da constituinte imperial, através do ‘embuste’, que ‘abafou qualquer manifestação do povo contrária à idéia republicana’. Segundo Viana, o ‘grupo republicano, por ocasião de 89 era, realmente, uma minoria relativamente insignificante, disseminada pelo país’, de modo que, excetuadas algumas ‘notáveis e brilhantes exceções’, entre os grupos que substituíram ‘as velhas organizações monárquicas’, haveria ‘muito arrivista, muito *nouveau-riche* político, sem grande solidez de estrutura de caráter e sem grande lastro de escrúpulos na consciência’. O ponto principal, título da crítica de Viana, diz respeito ao ‘Idealismo da Constituição’ republicana, produto de ‘uma mistura um tanto internacional e, por isso mesmo, heterogênea do democratismo francês, do liberalismo inglês e do federalismo americano’. Como aponta Viana, ‘o idealismo republicano falhou’, porque inspirado ‘nestes princípios abstratos’, no ‘unilateralismo doutrinário’, quando, na verdade, seria necessário, para resolução do ‘problema político brasileiro’, ‘um conhecimento mais perfeito e completo da nossa realidade nacional, das nossas idiossincrasias, das nossas falhas, das nossas insuficiências, da nossa condição de povo em formação’. Seria preciso que o ‘novo sistema político’ estivesse ‘sempre próximo à natureza’ – ‘*rester toujours près de la nature*’⁵⁶⁹. A República real deveria sobrepor-se à ideal.

Pontes de Miranda em suas ‘*Preliminares para a revisão Constitucional*’ denuncia no federalismo brasileiro a existência de ‘Estados-senhores e Estados escravos’, havendo por aqui uma ‘desoladora realidade’ que se objetivava na ‘mentira constitucional’, no ‘artificialismo’, na ‘deseleção’ e no ‘vício’. Preocupado em organizar a sociedade em bases ‘científicas’, Pontes de

568 AMADO, Gilberto. *As Instituições Políticas e o Meio Social no Brasil*. In: CARDOSO, Vicente Licínio (ORG). *À Margem da história da República – ideais, Crenças e Afirmações – Inquérito por escritores da geração nascida com a república*. Brasília: Editora da UNB, 1981. Tomo I. 57; 58.

569 VIANNA, Oliveira. *O Idealismo da Constituição*. In: CARDOSO, Vicente Licínio. *À Margem da História da República*. Tomo I. Brasília: Editora UNB, 1981 (1ª ed 1926). 103-106.

Miranda buscava ‘pelo exame técnico, sistemático, dos problemas’, ‘combater o pauperismo, a falta de trabalho’; condicionar a propriedade à ‘função social que ela exerce’; seguindo os ‘rápidos desenvolvimentos da psicologia experimental’, aplicar à ‘indústria de hoje’ o exame das ‘habilidades e vocações’; defende que ‘nas escolas públicas (e não deverá haver escolas particulares ou de privilegiados)’ ocorra uma ‘seleção profissional segundo as indicações da ciência’, com cada criança tendo o seu ‘indicador’ não sofrendo a sociedade ‘os prejuízos dos erros de profissão’; neste sentido, ‘além dos dados biométricos devem ser aperfeiçoados os testes e outros recursos de psicologia prática, com que se discriminem as aptidões profissionais’. Trata-se, nesta revisão, de se consolidar uma ‘política científica’, segundo a qual os ‘legisladores e aplicadores da lei’ deveriam ser substituídos pelos ‘técnicos que tenham a dúvida metódica, o amor da investigação e da experimentação científica e a imparcialidade dos homens de ciência’. Em sua ‘utopia científica’, Pontes de Miranda defende que o ‘Brasil não necessita de soluções parciais, mas de reconstrução total’, pois o ‘regime atual é calamitoso’⁵⁷⁰ e o país precisa se recuperar do ‘atraso de um século’ que o caracteriza.

Em texto sobre as relações do clero com a República na história brasileira, Jonathas Serrano afirma que nos ‘movimentos revolucionários de caráter republicano, antes e depois da Independência’ é preciso reconhecer a ‘parte importantíssima’ que neles é devida a ‘representantes notáveis do nosso clero’. Assim, ressalta o autor:

Só na Inconfidência, quantos sacerdotes! Na revolução de 17, houve 32 representantes do clero. (...) Frei Caneca é a figura central no movimento pernambucano de 24. A pacificação alcançada em novembro de 1835, após a Abrilada e guerra dos cabanos, que se prolongara por quase 4 anos, foi a obra do virtuoso bispo D João da Purificação Marquês Perdigão. A figura de Feijó domina o cenário da Regência.

Se a mesma presença do clero não pode ser encontrada por Serrano nos movimentos republicanos da segunda metade do século XIX, o autor não deixa, porém, de ressaltar o fato de ‘após o 15 de novembro’ a Igreja Brasileira ter começado a respirar. Seguindo os passos de Júlio Maria, Serrano aponta o ‘desprestígio do clero’ no período monárquico, quando submetido ao regime do padroado e reconhece no decreto de separação entre Estado e Igreja, a existência de ‘certa soma de liberdades que ela [a Igreja] jamais logrou no tempo da Monarquia’. O autor não deixa, entretanto, de criticar a ‘secularização da constituição’, o fato de ‘banir-se a religião do ensino e da educação’ e de ‘omitir-se oficialmente qualquer demonstração de culto público a Deus’. Serrano procura,

570 MIRANDA, Pontes de. Preliminares para a revisão Constitucional. In: CARDOSO, Vicente Licínio (ORG). *À Margem da história da República – ideais, Crenças e Afirmações – Inquérito por escritores da geração nascida com a república*. Brasília: Editora da UNB, 1981. Tomo II. 8; 14; 17.

assim, uma conciliação com estado republicano que deveria se lembrar do ‘papel do clero em nossa história, o seu passado republicano’ e, portanto, harmonizar ‘com a Igreja as novas instituições’⁵⁷¹.

O ‘inquérito’ produzido na década de 1920 sobre a experiência republicana brasileira trazia consigo uma série de críticas ao regime que apontavam para a necessidade de uma ‘elite dirigente’, questionavam a legitimidade representativa da Proclamação, o ‘idealismo da Constituição’, o ‘bacharelismo’ dos políticos republicanos e, ainda, afirmavam a necessidade da modificação das relações entre Estado e Igreja. Há, também, a análise das ‘finanças nacionais’ realizada por Nuno Pinheiro que verificava a necessidade de se superar os ‘formidáveis obstáculos de ordem constitucional’ que impediam que a União se opusesse à ‘caudilhagem financeira’. Sendo o orçamento o ‘útero da República’, concluía Pinheiro que aquele estava desequilibrado e que era urgente, naquele ano de 1924, que se ‘sufocasse os interesses regionais, particulares ou políticos, em benefício dos interesses do país’⁵⁷². Assim, sendo todos estes escritores, conforme o organizador do volume, ‘republicanos e democratas na verdadeira acepção do termo’, que ‘leram Spencer, Comte, Le Play, Karl Marx e outros’, a reunião destes intelectuais teria sido realizada em função da ‘gravidade de nosso momento histórico’, que reivindicava uma ‘reação’. Era preciso ‘pensar agora’ para ‘projetar o Brasil do futuro’⁵⁷³.

Já em meados da década de 1930, dez anos após a publicação do volume organizado por Licínio Cardoso, parece que a sentença deste permanecia atual: ‘ainda não foi feita a verdadeira história da República’. Isto pode ser depreendido das observações presentes nas biografias de Calógeras e de Silva Jardim. Conforme expusemos no capítulo sobre o fazer biográfico, os ‘historiógrafos’ se afastariam da história republicana com ‘pavor tabu, sob o pretexto’ de ser muito recente. Dornas Filho, biógrafo de Silva Jardim, afirma que a época transcorrida entre 1880 e 1889 é ‘das mais agitadas e das mais interessantes que o Brasil tem vivido’, mas, ‘nem por isso é das mais estudadas, como seria de desejar’. Neste sentido, a biografia de Silva Jardim, assim como o livro *Apontamentos para a História da República*⁵⁷⁴, lançado pelo autor em 1941, contribuiriam para a escrita da história da República no Brasil.

Na biografia de Silva Jardim, Dornas Filho defende que o advento da República foi ‘uma

571 SERRANO, Jonathas. O Clero e a república. CARDOSO, Vicente Licínio (ORG). *À Margem da história da República – ideais, Crenças e Afirmações – Inquérito por escritores da geração nascida com a república*. Brasília: Editora da UNB, 1981. Tomo I. 61-65.

572 PINHEIRO, Nuno. Finanças Nacionais. In: CARDOSO, Vicente Licínio (ORG). *À Margem da história da República – ideais, Crenças e Afirmações – Inquérito por escritores da geração nascida com a república*. Brasília: Editora da UNB, 1981. Tomo I. 94; 100-101

573 CARDOSO, Vicente Licínio. Prefácio. In: CARDOSO, Vicente Licínio (ORG). *À Margem da história da República – ideais, Crenças e Afirmações – Inquérito por escritores da geração nascida com a república*. Brasília: Editora da UNB, 1981. Tomo I. 16.

574 DORNAS FILHO, João. *Apontamentos para a História da República*. Curitiba: São Paulo: Rio de Janeiro: Guaíra, 1941.

época de transplantação de vísceras fundamentais, da qual o país sairia para um longa convalescença, e cujo período ainda não se extinguiu'. Tal 'convalescença' seria devida ao fato de aqueles 'cirurgiões' e 'enfermeiros' aos quais foi entregue o 'gigante' não estarem, por seu 'despeito' e 'ambição', 'à altura' do 'grave comprometimento' que assumiram 'perante a história'. Para Dornas Filho, é importante ressaltar que o mal não é do regime, 'como explicam os sociólogos saudosistas', mas 'dos homens apenas'. Retomando a trajetória da figura de Silva Jardim, Dornas Filho encontra as fontes de um republicanismo no Brasil que não esteve presente no dia 15 de novembro e que, portanto, não pode ser confundido com experiência 'convalescente' da Primeira República. Silva Jardim, na República, teria sido o oposto daquela 'nula participação popular em sua proclamação'⁵⁷⁵, pois se destacou, justamente, segundo seu biógrafo, como aquele que se propôs incendiar 'as províncias com o seu verbo apocalíptico, erguendo em cada mão um facho de revolta'⁵⁷⁶.

Dessa forma, acompanhar os *meetings* promovidos por Silva Jardim seria observar a trajetória da idéia republicana no interior do país. Dornas Filho enfatiza o fato de as campanhas do biografado terem se dado, principalmente, no ano de 1888, 'quando o trono ainda estava em lua de mel com a opinião devido à abolição'. Daí que já nos primeiros *meetings* promovidos por Jardim, nas cidades de Paraíba do Sul e Vassouras, terem aí os monarquistas açulado 'os libertos a ponto destes alvejá-lo com arma de fogo'. Em suas viagens pelo interior de São Paulo, Minas e Rio de Janeiro, somando 'um total de quarenta cidade percorridas', Silva Jardim era quem custeava suas despesas, inclusive decorrentes de aluguéis de salas, pois 'todas as portas lhe fechavam por prevenção ou por receio'. Na cidade de 'São João d'El Rey', 'o povo, açulado pelos padres, ateou fogo à casa em que se encontrava Silva Jardim com seus amigos, depois de intimá-lo, sem resultado, a deixar a cidade'. Nas proximidades desta última, em 'São José d'El Rey', o biografado teria pronunciado um discurso no qual propôs que 'a cidade se chamasse de Tiradentes, que não de nenhum rei, em homenagem ao mártir da Independência, nascido ali'⁵⁷⁷. E, com a República, a alteração se deu.

Sobre a atuação de Silva Jardim, não deixa de ser interessante afirmação de seu companheiro republicano Valentim Magalhães que considerava estar fazendo o biografado 'uma coisa espantosa. Neste país é quase impossível realizar grandes coisas sem cair no ridículo. Acredito que a tua maior vitória é teres sido tomado a sério nessa campanha ambulante'. Este reconhecimento fez com que Silva Jardim fosse para a Corte, 'onde poderia prestar melhores

575 CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas – O imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1990. 9.

576 DORNAS FILHO, João. *Silva Jardim*. São Paulo: CEN, 1936. 15; 16; 18.

577 DORNAS FILHO, João. *Silva Jardim*. São Paulo: CEN, 1936. 47; 52; 57; 58.

serviços' à causa republicana. Sua conferência no centro político do Império ocorrida em 30 de dezembro de 1888 é retomada, em perspectivas opostas, por José Murilo de Carvalho⁵⁷⁸ e Maria Tereza Chave de Melo⁵⁷⁹, concordantes, porém, das reações efervescentes que as questões republicanas causavam naquele momento no interior da sociedade fluminense, mobilizando o povo: brancos e negros. João Dornas Filho traz as palavras finais de Silva Jardim na tumultuada conferência:

Eu concludo saudando-vos, Povo Fluminense, pela vossa coragem, pelo vosso ânimo, pela vossa abnegação. Povo, ouvi: quando fordes atacado, repeli firme e forte os ataques; quando eles partam do representante da raça preta, olhai o futuro da República, que é a fraternidade, que é a elevação do proletariado, e desculpai-os, eles são irresponsáveis; o ódio os cega, a ignorância os ilude, a simpleza os corrompe. Os responsáveis pelos desastros deles são os negros indignos que os dirigem⁵⁸⁰.

Com esta linguagem, partiu Silva Jardim para o Norte do país, no mesmo barco, o 'Alagoas', que o Conde d 'Eu, que buscava nas províncias do Norte 'contrapor' o 'rastilho que já ardia na províncias do Rio, São Paulo e Minas'. Na Bahia, o conflito entre a Guarda Negra e Silva Jardim 'começou no cais do desembarque, durando cerca de duas horas. Várias pessoas saíram feridas do conflito, na sua maioria republicanos'. Em Recife, Silva Jardim recebera 'Manifesto', com 'mais de cinquenta assinaturas', em apoio à sua causa por parte dos 'negociantes e caixeiros' de Salvador que 'repeliam o terceiro reinado' e davam vivas ao povo baiano, ao dr Silva Jardim e à

578 Para José Murilo, o fato de a conferência de Silva Jardim realizada em 30 de dezembro de 1888 na Sociedade Francesa de Ginástica ter sido atacada pela Guarda Negra demonstraria que os 'republicanos não conseguiram a adesão do setor pobre da população, sobretudo dos negros'. Para Murilo de Carvalho, generalizando, 'a simpatia dos negros pela Monarquia, reflete-se na conhecida ojeriza que Lima Barreto, o mais popular romancista do Rio, alimentava pela República' (grifo nosso). Cf. CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados – O Rio de Janeiro e a República que não foi*. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 2001. 29-30.

579 A autora defende que os negros da Guarda Negra, nesta ocasião e em outras, agiam 'recrutados e incitados pela polícia para dar cabo de Silva Jardim', que os membros desta 'guarda imperial' eram auxiliares da polícia e que não poderiam representar toda comunidade negra. Neste sentido, Chave de Melo atesta que 'em diversas cidades de São Paulo houve manifestações de negros contra a tese de que a abolição fora obra do governo (...) mostraram seu repúdio à guarda Negra e afirmaram que a abolição fora uma conquista do povo e do Exército (...) dizendo-se sacrificados pela monarquia brasileira durante três séculos'. Na província do Rio de Janeiro, 'no vale do Paraíba, uma comissão de libertos pediu, em abril de 1889, o apoio de Rui Barbosa para denunciar o não cumprimento da legislação do Fundo de Emancipação de 1871, que destinava parte do imposto à educação dos filhos dos libertos. E assim terminava a missiva: 'Para fugir do grande perigo que corremos por falta de instrução, vimos pedi-la para nossos filhos e para que eles não ergam mão assassina para abater aqueles que querem a República, que é liberdade, igualdade e fraternidade'. A autora cita o exemplo individual de Anacleto de Freitas que 'era um negro adepto de Silva Jardim que se batia por ele nas ruas contra a Guarda Negra'. Além do mais, Chave de Melo ressalta que 'a popularidade de d Pedro (e da princesa) junto à população mais humilde provocou a formação da Guarda Negra, que, por sua vez, não contava com popularidade nenhuma (...) era com horror que a opinião pública, expressa nos jornais, cia a aliança tácita entre capoeiras e polícia (...) agora era a Guarda Negra que tomava o lugar dos capoeiras' Cf. MELLO, Maria Teresa Chaves. *A República Consentida – Cultura Democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: FGV: Editora da Universidade Rural do Rio de Janeiro, 2007. 22; 221; 83

580 DORNAS FILHO, João. *Silva Jardim*. São Paulo: CEN, 1936. 69; 65; 75.

República. À esta altura, porém, já havia ‘ambigüidade’ nas relações entre o Partido Republicano do Rio de Janeiro e o propagandista. Segundo Dornas Filho, era ‘aparente’ o ‘interesse por parte dos seus amigos como mantenedor da palavra republicana em Pernambuco, conforme telegramas oriundos do Rio’, pois, ao mesmo tempo, estes ‘amigos’ lhe ‘estorvaram de toda maneira a realização das conferências’. Para o biógrafo, neste momento, o Partido Republicano em relação a Silva Jardim adotara ‘o processo conhecido de acender as duas velas do provérbio’. Na capital de Pernambuco, Silva Jardim, conforme convite distribuído na ocasião, iria ‘protestar em nome do povo pernambucano contra a centralização da monarquia’, ‘contra o regime eleitoral em que o povo, o pobre povo, não vota; em que os homens do trabalho não tem direito de intervir’, contra os ‘inimigos da liberdade’. A conferência nunca ocorreu, ‘era tal estado de excitação em Recife, que o delegado de polícia se prontificou a assinar uma declaração na qual confessava a impossibilidade de manter a ordem’. Esta declaração teria sido ‘estampada com estardalhaço no *O Norte* e no *Diabo a Quatro* do dia seguinte. Segundo o biógrafo ‘estava ganha a partida no Norte’⁵⁸¹.

As viagens de Silva Jardim pelo sudeste e norte do país permitiram a impressão de que ‘o norte como o sul, era um rastilho de pólvora que esperava a faísca vibrada no Rio de Janeiro’. A República era possível. A ‘possibilidade da República’ ganhava com Silva Jardim contornos distintos daqueles que, seguindo Quintino Bocaiúva, chefe do Partido Republicano Federal, defendiam ‘a revolução, mas no sentido moral’. A ação de Jardim iria na contramão dos ‘marechais do movimento republicano, todos homens velhos’ que ‘não aprovavam seu trabalho de peregrinação às províncias’. Nestas peregrinações defendia-se, ‘pregava-se’, os ‘novos princípios democráticos diretamente ao povo’, o que fez com que Quintino Bocaiúva ‘expedisse circulares’ nas quais ‘o partido não se responsabilizava por essas conferências’. A atuação de Silva Jardim provocara, segundo Dornas Filho, uma cisão no interior do Partido Republicano entre a corrente de Quintino e Silva Jardim. Este último temia a repetição trágica da história, lembrando o 7 de Abril:

*Porque razão o 7 de abril degenera em movimento monárquico? Porque o grupo dos exaltados deixou-se vencer pelo dos moderados. É mister evitar a nossa entrega ao liberalismo, sequeiro de poder, tornando-se republicano de um dia para o outro. É preciso tirar o partido republicano deste perigo: que a República seja a Monarquia sem Imperador!*⁵⁸².

Completando a sentença, Silva Jardim advertia para que o sr Bocaiúva não venha a ser, ‘sem o querer talvez, o nosso Evaristo’. O biografado conservava, além do mais, oposição ao

581 DORNAS FILHO, João. *Silva Jardim*. São Paulo: CEN, 1936. 80; 86; 89-90; 92; 93-94

582 DORNAS FILHO, João. *Silva Jardim*. São Paulo: CEN, 1936. 95; 116; 117

‘trabalho de sedução feito em torno do Exército’. Este deveria ‘estar conosco’, depois que ‘a nossa propaganda tiver penetrado as massas’. Dornas Filho ressalta o fato de o Exército ser ‘contra a República’, conforme carta de Deodoro à Clodoaldo da Fonseca, em setembro de 1888, na qual o futuro primeiro presidente da República dizia que ‘a República no Brasil e a desgraça completa é a mesma coisa’. Ao esposar a revolução não ‘no sentido moral’, mas como ‘revolta popular’, segundo definição de José Murilo de Carvalho⁵⁸³; ao procurar se distanciar do partido conservador e do partido liberal, a fim de evitar com que a causa republicana seja uma ‘*journée des dupes*’; ao determinar, enfim, que o exército se mantenha ‘incubado’ e seja coadjuvante do processo de proclamação da República, Silva Jardim, já com ‘todos os atos e idéias’ recebidos ‘com frieza, senão com hostilidade manifesta por parte dos ‘moderados reticenciosos’, lançou ao público manifesto no qual declarava seu desligamento do PRB. Por ocasião da Proclamação, Dornas Filho destaca que ‘o nome de Silva Jardim poucas vezes foi grafado no relato destes acontecimentos’. O 15 de novembro foi feito ‘com cauteloso sigilo’, ‘um golpe de Estado, cujo o fim era exclusivamente depor o gabinete’. Veio a revolução ‘com surpresa para a maior parte dos republicanos’. Movimento da ‘*elite* do partido’ e do ‘exército presente na Capital’, a Proclamação da República teria no Brasil uma ‘natureza egoística’, contraposta, porém, à efervescência republicana que haveria no país. Segundo Dornas Filho, os ‘temores’ de Silva Jardim se ‘realizaram com a fatalidade de uma pedra que rola’. O biógrafo, porém, atenta ao fato de se distinguir os ‘donos eventuais da República’ do significado do republicanismo na história do Brasil⁵⁸⁴.

Retomar a história e, principalmente, a questão sobre a ‘natureza da República no Brasil’ não deveria esgotar-se na referência aos atores envolvidos diretamente no ato da Proclamação, ‘aos cirurgiões’, conforme metáfora de Dornas Filho. Ao debate simbólico em torno da delimitação dos papéis de Deodoro da Fonseca, Benjamin Constant, Quintino Bocaiúva e Floriano Peixoto; debate que se prestaria à ‘formação das almas’, na construção de ‘um panteão republicano’ cuja ‘luta maior é pela qualificação de fundador, disputada pelos partidários de Deodoro e Benjamin Constant’⁵⁸⁵; a essa disputa, Dornas Filhos insere a figura de Silva Jardim, deslocando o republicanismo brasileiro do ‘fato’ Proclamação da República. Sua posição, neste sentido, é explícita, conforme já afirmado,

583 CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas – O imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1990. 49.

584 DORNAS FILHO, João. *Silva Jardim*. São Paulo: CEN, 1936. 121; 124; 108; 121;

585 José Murilo de Carvalho considera neste debate simbólico as seguintes associações significativas: Deodoro da Fonseca representaria a ‘República Militar’; Benjamin Constant a ‘República Sociocrática’; Quintino Bocaiúva a ‘República Liberal’; Floriano Peixoto como ‘consolidador e salvador da República’. Cf. CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas – O imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1990. 37-54.

*Se o fundador de uma república é aquele que a proclama na praça pública, este com certeza não foi entre nós o finado Benjamin Constant; mas, se é o que, no nosso caso, primeiro ergue o grito de revolta entre uma certa classe de oprimidos, seja o povo ou exército, a excita e sai com ela para o campo da peleja, com muito mais razão não foi este o marechal Deodoro da Fonseca*⁵⁸⁶.

Na interpretação do país ‘convalescido’, Dornas Filho encara uma ‘re-fundação’ do regime. A constatação de Licínio Cardoso, feita na década de 1920, sobre o fato de que ‘ainda não foi feita a verdadeira história da República’, pode ser retomada em dois sentidos a partir da biografia de Silva Jardim. O primeiro sentido, já demonstrado, se restringe à questão de ser preciso uma produção historiográfica que se debruçasse mais profundamente sobre o período; já o segundo, aponta para a necessidade de se reconhecer que a ‘verdadeira república’ não deve, segundo o biógrafo, ser confundida com aquela

*da supremacia da força armada, dos choques sangrentos de interesses pessoais, dos pronunciamentos militares, dos descabros financeiros, das substituições constitucionais e, coroando tudo isso, do esmagamento do povo em todos os seus direitos e liberdades*⁵⁸⁷.

A ‘verdadeira história da república’ estaria por vir e, reclamava Dornas Filho que, ‘nas horas turvas que a Nação tem vivido ultimamente’, era possível à figura de Silva Jardim se ‘elevar’ ‘em iras vingadoras de um capitão abandonado em meio a batalha’. Retomar a ‘outra República’ era distingui-la da ‘camarilha sem escrúpulos’ dona de uma Ditadura e encontrá-la naquilo que o biografado defendia como o ‘programa verdadeiro e prático do Partido Republicano’, o governo como a ‘combinação feliz entre poder e povo’⁵⁸⁸. Talvez seja isto que Dornas Filho tenha em mente quando dedica a biografia de Silva Jardim ao ‘seu tio e amigo’ Fernando de Melo Viana ‘que no governo de Minas realizou vitoriosamente o grande sonho republicano de Silva Jardim’.

Melo Viana, em sua gestão de dois anos (1924-1926) na presidência do Estado de Minas Gerais, quando foi eleito para substituir o falecido Raul Soares, teria exercido um ‘governo movimentado, com muitas realizações e seguindo um estilo até então inusitado: o populismo’. Teria mesmo, o ‘tio e amigo’ de Dornas Filho, sido ‘um dos presidentes mais populares, senão o mais popular do Estado de Minas’⁵⁸⁹. O nome de Melo Viana estava ligado, ainda, à chefia da Concentração Conservadora, criada por ocasião das disputas da sucessão presidencial de 1929-

586 LEÃO, José. APUD: DORNAS FILHO, João. *Silva Jardim*. São Paulo: 1936.109.

587 DORNAS FILHO, João. *Silva Jardim*. São Paulo: CEN, 1936. 134

588 DORNAS FILHO, João. *Silva Jardim*. São Paulo: CEN, 1936. 190; 128.

589 MOURÃO, Paulo Krüger. *História de Belo Horizonte 1897-1930*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1970. 355; 374.

1930. Esta posição política, após o golpe vitorioso da Aliança Liberal, lhe rendera a prisão e o exílio em Portugal e Espanha, tendo retornado ao Brasil no ano seguinte, em 1931⁵⁹⁰. Sua relação com o estado instituído pós-1930 pode ser balizada tomando como referência suas declarações presentes no interessante livro de Arnon de Mello, pai do ex-presidente deposto Fernando Collor de Mello, *Os 'Sem Trabalho' da Política*. Em entrevista a Arnon de Mello, Melo Viana, então residente no 'tranquilo e silencioso' bairro de Santa Teresa no Rio de Janeiro, afirma que seu rompimento com a Aliança Liberal⁵⁹¹ se deu após sua constatação de que 'se preparava mesmo a luta pelas armas', sendo o entrevistado 'visceralmente contra as revoluções'. Sobre as diretrizes expressas pelo governo provisório, Melo Viana afirmara que

Li duas vezes a oração do chefe Governo Provisório e dele discordo em muitos pontos. Antes de tudo, no caso da convocação da Constituinte. Pelo discurso, ela só deve vir depois que se educar o povo. Mas, se formos esperar por isso, nunca teremos Constituição. E o povo vai se acostumando com o regime da ditadura... Sou, entretanto, inflexivelmente, pela lei. (...) Outro ponto fraco do discurso do sr Getúlio é o em que declara estar governando à margem dos partidos. Seria um erro quase impossível de praticar. E tanto isso é exato que, mesmo que o quisesse, ele não podia, por exemplo, nomear-me seu ministro⁵⁹².

A dedicatória da biografia de Silva Jardim à Melo Viana trazia à tona um nome que se encontrava então à margem do processo político. De fato, Melo Viana retornará ao cenário político nacional apenas em 1945, quando foi Senador Constituinte Federal, presidente da Assembléia Nacional Constituinte, além de fundador e membro da Comitiva Nacional do PDS⁵⁹³. Também neste período posterior à 1945 encontramos algumas considerações de Dornas Filho sobre o regime varguista. Em seu *Escorço de História Literária em Minas Gerais*, Dornas Filho aponta uma 'fase pitoresca' da 'história literária em Minas' na qual, segundo denominação irônica de Rubem Braga, despontara uma espécie de PP literário. O biógrafo de Silva Jardim esclarece que o Partido Progressista foi 'um partido político fundado em Minas para auxiliar o senhor Getúlio Vargas a ficar quinze anos no poder'. Segundo Dornas Filho,

os escritores que pertenciam ao partido político literário espécie de maçonaria à qual só entravam os que tinham a felicidade de ter talento e ter colocado o Sr Vargas na

590 MONTEIRO, Norma de Góis (COORD). *Dicionário biográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Assembléia Legislativa de Minas Gerais, 1994. Vol II. 712-713

591 Outra interpretação sobre o rompimento de Melo Viana com a base perremista mineira da Aliança Liberal, defende que tal ruptura ocorreu devido ao veto de Arthur Bernardes ao nome de Viana para a presidência do estado de Minas Gerais no Congresso do Partido Mineiro ocorrido em 3 de novembro de 1929. Cf. MOURÃO, Paulo Krüger. *História de Belo Horizonte 1897-1930*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1970. 455.

592 MELO VIANA, Fernando de. APUD: MELO, Arnon de. *Os 'Sem Trabalho da Política'*. Rio de Janeiro: Paulo, Pongetti e cia, 1931. 139-140

593 MONTEIRO, Norma de Góis (COORD). *Dicionário biográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Assembléia Legislativa de Minas Gerais, 1994. Vol II. 713.

*Academia de Letras. Esse grupo só publicou livros depois que fazia parte dos gabinetes governamentais. Publicava pelo sistema denominado no Código Penal de 'ação entre amigos' e tinha a venda de edições garantida pelas repartições do Estado (bancos, escolas, coletorias, etc.)*⁵⁹⁴.

Dornas Filho, que foi funcionário público na Secretaria Estadual da Viação entre 1922 e 1957⁵⁹⁵, afirma nas *Notas para a História da Literatura Mineira*, que o 'movimento político' inaugurado com a Revolução de 1930 'em breve' se degenerou 'em competições pessoais'⁵⁹⁶. Apesar destas afirmações que apontam para a crítica ao regime varguista, Dornas Filho fez elogio, pontual é bem verdade, à Constituição de 1937, onde ressaltou que 'no vigente pacto constitucional as relações entre Estado e Igreja foram postas no bom caminho de rigorosa separação'⁵⁹⁷.

De qualquer forma, a biografia de Silva Jardim publicada em 1936 denuncia o estado convescente do país, no qual 'o sonho de Silva Jardim', a 'combinação feliz entre poder e povo'⁵⁹⁸, permaneceria irrealizado. Esta questão parece ter se tornado recorrente na historiografia acerca da República no Brasil. De fato, ainda no final do século XX, 'a verdadeira história da República', nos dois sentidos presentes na biografia escrita por Dornas Filho, é questão que mobiliza os historiadores. Renato Lessa escrevendo sobre *A Invenção Republicana* afirmava, do ponto de vista do conhecimento historiográfico, que 'sabemos pouco a respeito da *ordem política* que se implantou no Brasil a partir do golpe republicano de 1889'⁵⁹⁹. Já o debate sobre o sentido de um republicanismo brasileiro, da Proclamação da República e do 'divórcio' entre poder e povo é ainda mais significativo na referida historiografia. Ao ver o advento da República materializado no bestializado, no sentido de alheamento da população ao processo político, a figura retomada por José Murilo de Carvalho poderia ser estendida à própria experiência do regime republicano no Brasil, que 'consolidou-se sobre um mínimo de participação popular no governo'. Reconhecendo, ainda, que, no momento da Proclamação, a Monarquia 'atingia seu ponto mais alto de popularidade

594 DORNAS FILHO, João. Escorço de História Literária em Minas Gerais. In: *Revista Social Trabalhista edição especial, cinquentenário de Belo Horizonte 1891-1947*. 210

595 MONTEIRO, Norma de Góis (COORD). *Dicionário biográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Assembléia Legislativa de Minas Gerais, 1994. Vol II. 623.

596 DORNAS FILHO, João. *Notas Para a história da Literatura Mineira. Separata do volume XXI – 1955-1959 da Revista da Academia de Letras*. Belo Horizonte: Imprensa da Universidade de Minas Gerais, 1959. 91

597 DORNAS FILHO, João. *O Padroado e a Igreja no Brasil*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1938. 9.

598 Este ponto permanece central em outros biógrafos de Silva Jardim. Vinhas de Queiroz situa Silva Jardim como precursor do Centro Socialista de Santos, criado 4 anos após a morte do biografado. Para Vinhas de Queiroz, 'muitos dos que ouviram os primeiros discursos políticos de Silva Jardim, naquela mesma cidade [Santos], há sete anos, estão agora organizados neste novo centro'. Cf. QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Paixão e Morte de Silva Jardim*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967. 101-102. Já Ferreira Lima aponta para a 'distância' existente entre 'o sonho e a realidade' que Silva Jardim tinha enfrentar, mas na qual 'tropeçou'. Segundo este autor, 'Para Silva Jardim a idéia da República constituía sonho de libertação geral, onde desapareceriam a miséria, a opressão e a exploração do fraco pelos poderosos, em verdadeira fraternidade universal'. Cf. LIMA, Heitor Ferreira. *Perfil Político de Silva Jardim*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1987. 98

599 LESSA, Renato. *A Invenção Republicana*. Rio de Janeiro: Top Books, 1999. 23

entre esta gente [o ‘proletariado da capital]’⁶⁰⁰, Murilo de Carvalho não deixa de corroborar com a tese de Oliveira Viana que questiona a legitimidade da República no Brasil.

Pedro Lessa é concorde com essa visão quando defende não ter havido, por parte do ‘povo’, ‘algum entusiasmo, digno de maior consideração, com relação ao novo regime’. O que houve, para este autor, foi a ‘propaganda ausência do povo, como protagonista, ou até mesmo coadjuvante, no momento da derrubada do antigo regime’⁶⁰¹. Segundo Maria Tereza Chaves de Mello, esta visão da República no Brasil incorreria no erro, alertado por Euclides da Cunha, de se confundir a República ‘com a bela parada de 15 de novembro’. Abraçando a tese de uma República consentida, a autora encara o advento do novo regime como algo que tinha se delineado no horizonte de expectativa de uma ‘cultura democrática e científica que já ganhara os espíritos na década 1880’⁶⁰². A análise da autora enfatiza, portanto, um processo de ‘substituição de valores e símbolos, de linguagem e de semântica’ que apontava para a ‘crise de direção’ experimentada pelo regime monarquista. Ao contrário de Lessa, que defende ser um ‘engano’ ‘supor que o Golpe de 15 de novembro foi a materialização de um projeto de utopia, lentamente amadurecido por duas décadas de ação republicana’⁶⁰³; Chaves de Mello afirma que, senão a ‘materialização de uma utopia’, o advento da República encontrara uma ‘população *conformada*’, com as almas já formadas, ‘consciente ou inconscientemente’ e que se, por um lado, ‘surpreendeu-se’ com o golpe republicano, por outro lado, não houve ‘nem um gato pingado’ que apoiasse o antigo regime, de modo que, ‘D Pedro II partiu em silêncio e só’. A perspectiva da autora é similar à de Tristão de Athayde para quem ‘o 15 de novembro foi uma data’, quando, na verdade, ‘o espírito republicano vinha de um tempo mais remoto’. Para este autor, ‘o país aceitou silenciosamente a República, pois já vivia em república’. Defendendo que as ‘idéias de democratização’ vinham ‘solapando um regime já sem vida’, Tristão de Athayde pôde concluir que ‘nos espíritos a República já fora há muito proclamada’ e que, portanto, quando em ‘89 se proclamou a República, a república já existia no Brasil’⁶⁰⁴. Não é outra a conclusão de Chaves de Mello que, retomando Euclides da Cunha, encerra seu livro com a afirmação de que à época do 15 de novembro ‘A REVOLUÇÃO JÁ ESTAVA FEITA’⁶⁰⁵.

600 CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados – O Rio de Janeiro e a República que não foi*. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 2001. 161; 29.

601 LESSA, Renato. *A Invenção Republicana*. Rio de Janeiro: Top Books, 1999. 39; 38

602 MELLO, Maria Teresa Chaves. *A República Consentida – Cultura Democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: FGV: Editora da Universidade Rural do Rio de Janeiro, 2007. 231

603 LESSA, Renato. *A Invenção Republicana*. Rio de Janeiro: Top Books, 1999. 59

604 ATHAYDE, Tristão de. Política e Letras. In: CARDOSO, Vicente Licínio (ORG). *À Margem da história da República – ideais, Crenças e Afirmações – Inquérito por escritores da geração nascida com a república*. Brasília: Editora da UNB, 1981. Tomo II. 57; 71; 56

605 MELLO, Maria Teresa Chaves. *A República Consentida – Cultura Democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: FGV: Editora da Universidade Rural do Rio de Janeiro, 2007. 229; 232.

Ao falar de uma ‘República que não foi’, Murilo de Carvalho, apesar de constatar que a ‘Proclamação da República trouxe grandes expectativas de renovação política, de maior participação no poder por parte não só de contra-elites, mas também de camadas antes excluídas do jogo político’⁶⁰⁶, não parece atentar para a República que ‘poderia ter sido’. O diagnóstico de Dornas Filho sobre uma República convalescente poderia encontrar na perspectiva de José Murilo todos os sintomas enumerados e devidamente delimitados. Mas, naquele momento de ‘transplantação de vísceras fundamentais’, onde ‘as vicissitudes do pecado original ainda latejam nesse corpo crescido revigorado e tantas vezes conspurcado’⁶⁰⁷, o biógrafo de Silva Jardim, através da re-interpretação do processo republicano, visa uma re-fundação do regime. Neste sentido, não observando apenas a história ‘com se deu’, a República que foi não sendo, mas admitindo a possibilidade de se reconhecer entre os derrotados do processo a qualidade de legítimos representantes do republicanismo frente à ‘voz da história’; Dornas Filho pôde encontrar uma outra República, que não foi, mas que poderia, na década de 1930, ser evocada frente às ‘horas turvas que a nação tem vivido ultimamente’. O biógrafo espera que ‘Silva Jardim será sempre, para os traficantes da pátria, um incômodo fantasma, que não cessará de apontar aos criminosos o destino de todos os perjúrios’⁶⁰⁸. Esta utilidade seria cumprida após a narração da história do biografado que, dentre os homens que participaram da Proclamação da República, ‘é dos pouquíssimos que se salvaram’. Há nesta história, por conseguinte, tanto o julgamento do passado, pois a ‘República estava proclamada e os seus propunhadores [em especial Silva Jardim] arredados pelos adesistas de última hora’⁶⁰⁹, quanto a esperança de que aqueles que estiveram à margem da história possam ser mobilizados para a reconstrução do futuro, que a República verdadeira possa vir a realizar a sua história.

Paulo Eiró: Primeiro Poeta

Afonso Schmidt relaciona a escrita da biografia de Paulo Eiró ao centenário de nascimento do biografado que ‘há pouco foi comemorado’. Segundo o biógrafo, ‘quem leu os seus escritos por essa ocasião publicados admirou com certeza a inspiração e a infinita doçura dos seus versos’. Schmidt, como já apontado, afirma ter, nessa obra, escrito ‘uma história de amor’, de ‘um poeta que enlouqueceu de amor’, sem maiores pretensões, sequer com a ‘verdade histórica’. O que

606 CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados – O Rio de Janeiro e a República que não foi*. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 2001. 29

607 SECENKO, Nicolau. Orelha do livro. In: CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados – O Rio de Janeiro e a República que não foi*. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 2001.

608 DORNAS FILHO, João. *Silva Jardim*. São Paulo: CEN, 1936. 190.

609 DORNAS FILHO, João. *Silva Jardim*. São Paulo: CEN, 1936. 21

mais lhe valia, ‘como novelista’, era a oportunidade de ser ‘transportado’ àquela Santo Amaro que não mais existia, descrever os costumes da Farinhada e da Tinguijada, compor o perfil de figuras como Nhá Trindinha, com sua farmacopéia que faria ‘pensar na antiga medicina caseira das mulheres paulistas’, conforme Sérgio Buarque de Hollanda. O principal estaria, segundo Hollanda, nesta ‘evocação’ das ‘tradições de São Paulo Antigo’, que ‘o progresso consome aos poucos’. Ao mesmo tempo, Hollanda reconhece que Paulo Eiró

*adiantou-se aos atuais pesquisadores de nosso folclore,
enchendo caderninhos de trovas populares, que recolhia nas
farinhadas, nas tinguizadas, à roda das fogueiras, ou em
meio das danças de escravos.*

Esta ‘prática’ de Paulo Eiró influenciaria-o na composição de versos ‘melancólicos’ e ‘suaves’ capazes de ‘falar a almas simples’. Buarque do Hollanda não deixa de notar a observação de José A Gonçalves, organizador das poesias de Paulo Eiró publicadas junto à biografia, sobre o fato de uns versos do santamarense correrem ‘hoje de boca em boca no Norte do Brasil, como criação anônima’. Para Sérgio Buarque, isto era o suficiente para se concluir que ‘a obra de Paulo Eiró está bem longe de ter uma significação puramente histórica’⁶¹⁰.

Sérgio Buarque de Hollanda vê no poeta Paulo Eiró algo de originário, de precursor das próprias práticas modernistas⁶¹¹, sua significação não era ‘puramente histórica’, cronológica e datada. No interesse que Eiró dispensara à coleção de ‘quadrinhas populares’, no intuito de ‘publicar um estudo sobre essa poesia que é queixa dos negros sem liberdade e dos brancos abandonados ao seu destino’, segundo a narrativa de seu biógrafo Afonso Schmidt; o autor de *Raízes do Brasil* percebe uma sentido radical, que poderia ser retomado como uma tradição a qual o próprio modernismo paulista poderia reivindicar. De fato, eram os modernistas aqueles que ‘descobriram o Nordeste, a Amazônia, o Sul, em viagens que foram algo mais que turismo’⁶¹², segundo apologia de Francisco Iglésias. Se a aproximação, nos idos da década de 1920, com um poeta ‘esquecido’ na perdida e tradicional São Paulo do século XIX seria pouco provável; na década de 1930, quando a memória do movimento modernista paulista está longe de ser um consenso, muito menos positivo, Buarque de Hollanda parece acenar para a possibilidade de, através do escritor santamarense, criticar o caráter, segundo alguns analistas da época, puramente

610 Cf. HOLLANDA, Sérgio Buarque. A vida de Paulo Eiró. [publicado no jornal *Diário de Notícias* (RJ), 3ª seção. 13 de outubro de 1940]. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque. *O espírito e a letra – Estudos de crítica literária I – 1920-1947*. São Paulo: Cia das Letras, 1996. 285; 288.

611 “A urgência de registro dessa experiência nacional e da constituição de um acervo de brasilidade levaram os modernistas a se dedicarem de forma intensa, Mário de Andrade com especialidade, às pesquisas do folclore e da cultura popular, principalmente a partir de 1924”. Cf. NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. *Por um Inventário dos Sentidos – Mário de Andrade e a concepção de Patrimônio e Inventário*. São Paulo: FAPESP, 2005. 27-28.

612 IGLÉSIAS, Francisco. Modernismo: uma Reverificação da Inteligência Nacional. In: ÁVILA, Afonso. *O Modernismo*. São Paulo: Ed Perspectiva, 1975. 16

destruidor e demolidor dos modernistas paulistas. De fato, analisando o debate desenvolvido na década de 1930 em torno do movimento modernista, percebe-se que, conforme Luís Bueno

*se olhamos em bloco as manifestações sobre o modernismo levado a público pelos intelectuais – romancistas, poetas, críticos – dos anos 30, veremos que a recusa dominava*⁶¹³.

A crítica contava com expoentes da literatura de então, como Graciliano Ramos, para quem o modernismo paulista, ‘assim como a revolução de outubro’, se ‘ampliou’ muito ou se ‘anulou’. Explica o escritor alagoano que, se por um lado, o movimento modernista ‘abriu caminhos’, ‘usou a picareta’ para ‘desobstruir’ o entulho que constituía uma intelectualidade brasileira que ‘vivia na estagnação’, na ‘ignorância das coisas mais vulgares, o país quase desconhecido’; literatura composta por ‘sujeitos pedantes, num academicismo estéril’; por outro lado, ‘os modernistas não construíram’, ‘não criaram material (...) nem o engenho para o aproveitamento dele’⁶¹⁴. Completa Luís Bueno que, segundo essa perspectiva crítica, ‘os verdadeiros construtores da arte nova (...) não foram os participantes do movimento modernista, mas os autores do romance de 30’. Como é de se esperar, havia posições contrárias, como a de Carlos Lacerda que, rebatendo a Tristão de Athayde que construía, em 1936, a tese segundo a qual

o modernismo não só existiu, mas viveu; o modernismo morreu; a herança literária modernista foi maior em espírito do que em obras; o modernismo preparou um renascimento literário pós modernista.

A estas considerações, Lacerda, que à época seria ‘o homem de letras de esquerda mais polêmico a ocupar espaço nas revistas literárias’, defende, em 1937, que ‘o modernismo existiu’, ‘continua existindo (...) numa forma mais completa (...) ligou-se à evolução intelectual brasileira, e foi assimilado’, e, por último, aponta que

os que negam o modernismo são justamente aqueles que o modernismo – ou melhor, as forças que o levantaram – afastaram do seu caminho. A sua negativa não é uma negação criadora. É uma negativa estéril, absurda: inaceitável.

Lúcia Miguel Pereira, já na década de 1950, assinala que ‘a linguagem coloquial largamente empregada depois no ensaio, na crônica, no romance e até na poesia (...) teria sido senão impossível, pelo menos muito mais difícil e timidamente adotada, sem a varredura de 1922’. Note-se que um aspecto central na avaliação de Lúcia Miguel Pereira é o que diz respeito à ‘linguagem despida dos atavios da forma’, exatamente aquilo que Sérgio Buarque aponta como distinção do

613 BUENO, Luís. *Uma História do Romance de 30*. São Paulo: EdUSP; Campinas: Editora Unicamp, 2006. 46

614 RAMOS, Graciliano. APUD: BUENO, Luís. *Uma História do Romance de 30*. São Paulo: EdUSP; Campinas: Editora Unicamp, 2006. 47.

poeta Paulo Eiró ‘dos outros líricos do tempo’. Não teria o santamarense sofrido do ‘bovarismo romântico’, de modo que, sua figura ‘merecia ser melhor estudada do que tem sido até aqui’. Na análise da relação entre a perspectiva dos romances que despontavam e a memória do movimento paulista, Lúcia Miguel Pereira conclui que o romance de 30, ‘composto em boa parte de nortistas’, sem a ‘revolução paulista, não teria encontrado tão franca e fácil acolhida’⁶¹⁵.

É preciso reconhecer que tangenciava este debate acerca do real lugar do modernismo, principalmente o paulista, na história da literatura brasileira, ‘a velha briga entre os modernistas e o movimento regionalista de Recife’. E, para além do aspecto em relação à ‘língua’⁶¹⁶ empregada, compunha a temática deste debate/disputa, o fato de

a geração dos autores que participaram da Semana de Arte Moderna se preocupava sobretudo com uma revolução estética, enquanto os que estrearam nos anos 30 centravam sua atenção nas questões ideológicas.

Corroboraria com esta perspectiva, as afirmações de Mário de Andrade, em carta enviada, em 1936, a Murilo Mendes, diretor da *Revista Acadêmica*. Em palavras que, ‘pros amigos da minha geração, serão mais fáceis de se entender’, Mário se define como quem faz ‘arte de ação’, mas uma ‘ação’ que ‘se confinou ao terreno da arte’, pois teria se ‘formado’

numa geração e num fim de século diletantes, sou um sujeito visceralmente apolítico, incapaz de atitudes políticas, covarde diante de qualquer ação política.

Em conclusão de estudo sobre o modernismo paulista, Afonso Romano de Santana, já na década de 1970, defende que a poesia modernista se ‘converteu’ em um ‘fenômeno de escrita’, de modo que, nela ‘o texto começou a falar de si mesmo e não da realidade exterior’. Segundo Santa'Anna, a constituição de ‘um discurso sistêmico’, que ‘não fala do que ocorre lá fora’ e enfatiza a ‘literatura enquanto escrita’, teria sido ‘o que de melhor se produziu em torno de 1922’⁶¹⁷. Na década de 1930, o modernismo era tido, por grande parte da ‘nova geração’, como ‘incompleto, sem chegar à universalidade das coisas espirituais para uns, nem à consciência dos nossos graves problemas

615 CF. BUENO, Luís. *Uma História do Romance de 30*. São Paulo: EdUSP; Campinas: Editora Unicamp, 2006. 47-48; 49; 52; 54; 64; 62.

616 José Lins do Rego, em artigo de 1942, defende que: ‘O movimento literário do Nordeste muito pouco teria que ver com modernismo do Sul. Nem mesmo em relação a língua. A língua de Mário de Andrade em *Macunaíma* nos pareceu tão arrevesada quanto a dos sonetos de Alberto de Oliveira. (...) é uma língua de fabricação; mais um arranjo de filólogo erudito do que um instrumento de comunicação oral ou escrito. O livro de Mário de Andrade só foi bem entendido por estetas, por eruditos, e o seu herói é tão pouco humano e tão artificial quanto o boníssimo Peri, de Alencar (...)’. Cf. BUENO, Luís. *Uma História do Romance de 30*. São Paulo: EdUSP; Campinas: Editora Unicamp, 2006. 61.

617 SANTA'ANNA, Afonso Romano de. Modernismo: As poéticas do centramento e do descentramento. In: ÁVILA, Afonso. *O Modernismo*. São Paulo: Ed Perspectiva, 1975. 67

sociais, fundamental para outros’⁶¹⁸.

Foi no interior deste debate que a figura de Paulo Eiró assumira uma significação ‘única’, quando ocorrera, mais que sua reabilitação, uma verdadeira ‘voga de Paulo Eiró nos anos 30’. Esta retomada do poeta santamareense mobilizava ‘certas conotações políticas’ que envolveriam ‘tanto o sentimento de paulistanidade vindo de 32’, quanto ‘as campanhas políticas de 1936/7, esbatidas pelo golpe de Estado de 10 de novembro’⁶¹⁹. Esta ‘paulistanidade’ não deixou de ser destacada por ocasião do centenário de morte do poeta lembrado pela Academia Paulista de Letras, em 1971, da mesma forma que tal identidade fora ressaltada na comemoração do centenário de nascimento de Paulo Eiró, em sessão de 15 de abril de 1936 na mesma instituição. Reforça-se que ‘nas veias’ do poeta biografado por Afonso Schmidt

*Corria o mais apurado sangue paulista, descendente por linha paterna de Tibiriçá, através de Terebê, filha do Principal de Piratininga, e, por via materna ligado ao Venerável Belchior de Pontes, do qual a sobrinha-neta Ana de Pontes Eiró casou-se com Bento José de Sales Ribeiro, bisavós de Paulo Francisco de Sales, Paulo Emílio de Sales, Paulo Emílio de Sales Eiró e, finalmente, como se tornou conhecido, Paulo Eiró*⁶²⁰.

Apontavam-lhe, ainda, ‘seus colaterais’

*Um Campos Sales na chefia da Nação; um Cincinato Braga na economia; um Alberto Sales nas letras; um Arnaldo Vieira de Carvalho na medicina*⁶²¹.

Associado, portanto, à constituição de uma identidade política/regional, a uma ‘paulistanidade’, Paulo Eiró, sob o título de ‘primeiro poeta verdadeiro’⁶²² de São Paulo, teria seu nome ligado à aspectos importantes no desenvolvimento da literatura nacional. De fato, partir da década de 1930, a ‘voga Paulo Eiró’ ocorre muito em função dos significados políticos e sociais presentes em sua poesia. Neste sentido, o poeta santamareense foi retomado como ‘um dos precursores da poesia republicana e abolicionista, se não da condoreira’. Teria mesmo precedido ao

618 Cf. BUENO, Luís. *Uma História do Romance de 30*. São Paulo: EdUSP; Campinas: Editora Unicamp, 2006. 58; 59; 49.

619 DAMANTE, Hélio. Paulo Eiró, estudante-poeta foi o símbolo de uma época. *Revista da Academia Paulista de Letras*. Ano XXIX, junho de 1972, nº 79. 297

620 GOMES, Alfredo. O Eterno Paulo Eiró. *Revista da Academia Paulista de Letras*. Ano XXIX, junho de 1972, nº 79. 251.

621 DAMANTE, Hélio. Paulo Eiró, estudante-poeta foi o símbolo de uma época. *Revista da Academia Paulista de Letras*. Ano XXIX, junho de 1972, nº 79. 297

622 A frase é do poeta paulista Amadeu Amaral, que já destacava a importância de Paulo Eiró no início da década de 1920. Em conferência que trazia por título ‘Paulo Eiró’, publicada no Estado de São Paulo em maio de 1923, Amadeu Amaral defendera que: ‘cronologicamente o primeiro poeta verdadeiro de que São Paulo se pode orgulhar, - de que se poderá orgulhar quando o conhecer, como é preciso, como é indispensável que o conheça’. Cf. DAMANTE, Hélio. Paulo Eiró, estudante-poeta foi o símbolo de uma época. *Revista da Academia Paulista de Letras*. Ano XXIX, junho de 1972, nº 79. 298.

baiano Castro Alves, que contava com apenas sete anos de idade à época em que Paulo Eiró escrevera, mas não publicara, o poema *Verdades e Mentiras*, que contém os seguintes versos,

*Tambores da República tocando
Nas praças a rebate...
Ó! sonho o mais querido, o mais
[dourado,
De meus sonhos de vate.*

Os acadêmicos paulistas aí ouviam sons que ‘ecoaram’ em versos do poema *Pedro Ivo* de Castro Alves, *República vôo ousado/Do homem feito condor*. Também em Euclides da Cunha, aquelas notas ressoariam, *A praça, a praça é do povo/Como o céu é do condor*⁶²³. O abolicionismo de Paulo Eiró expressa-se, principalmente, no drama *Sangue Limpo* (1861):

*– Sou filho de um escravo, e que tem isso? Onde está a mancha indelével?... O Brasil é uma terra de cativo. Sim, todos aqui são escravos. O negro que trabalha seminu, cantando aos raios do sol; o índio que por um miserável salário é empregado na feitura de estradas e capelas; o selvagem, que, fugindo às bandeiras, vaga de mata em mata; o pardo a quem apenas se reconhece o direito de viver esquecido; o branco, enfim, o branco orgulhoso que sofre de má cara a insolência das Cortes e o desdém dos europeus. Oh! Quando caírem essas cadeias, quando esses cativos todos se resgatarem, há de ser um belo e glorioso dia! (Ato II, cena 12)*⁶²⁴

Estas considerações dariam respaldo à tese de Afonso Schmidt segundo a qual

*Quando Castro Alves - o grande cantor da América - entrou para a Faculdade de Direito de São Paulo, aqui já encontrou a poesia abolicionista e republicana*⁶²⁵.

A retomada, e criação, da figura de Paulo Eiró revestia-se, portanto, daquilo que estava em debate no meio literário da década de 1930: a simplificação da linguagem⁶²⁶; o engajamento político⁶²⁷ e a

623 Cf. DAMANTE, Hélio. Paulo Eiró, estudante-poeta foi o símbolo de uma época. *Revista da Academia Paulista de Letras*. Ano XXIX, junho de 1972, n° 79. 298

624 BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1976. 170-171.

625 SCHMIDT, Afonso. *A vida de Paulo Eiró*. São Paulo: CEN, 1940. 69

626 O tema da ‘simplificação da linguagem’ parece ser retomado de formas diversas em diferentes épocas. De fato, o próprio biógrafo de Frei Caneca, que aqui analisamos, Lemos Brito, apontou já no revolucionário do início do séc. XIX este impulso. De forma mais consistente, autores como João Ribeiro e Ramiz Galvão, na década de 1900, defendiam a transformação, simplificação e unidade da língua. Queriam a reforma e a revisão do vocabulário estritamente lusitano que negligenciava ‘os milhares de vocábulos da linguagem popular provinciana, do arquipélago açoriano e das possessões ultramarinas, que tão honroso agasalho deu a mais de mil brasileiroismo’. Movimento de ‘nacionalização da linguagem’ que tinha em João Ribeiro, por exemplo, um defensor da autonomia da língua e da literatura brasileira de modo que, nas palavras de Cassiano Ricardo, seria Ribeiro ‘o verdadeiro precursor do modernismo de 22’. Como se vê, as disputas em torno da simplificação da língua e parece ser recorrente nas três primeiras décadas do séc. XX. Cf. 626 DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *Rebeldes e literário da República: história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914)*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005. 84.

627 Sobre esse aspecto, a declaração de Jorge Amado, após ter feito análise dos novos romancistas brasileiros, é

nota social que deveria distinguir os escritores do ‘romance de 1930’. Quanto a primeira, Sérgio Buarque de Hollanda, como apontado, dissera sobre os versos de Paulo Eiró capazes de tocar a alma simples, tendo mesmo umas de suas quadrinhas ‘corrido o Norte do país’, o que não deixa de ser significativo, visto o embate norte/sul que mobilizava a classe literária da época. O republicanismo do poeta santamarense dava-lhe lugar privilegiado na história da literatura brasileira, assim como seu abolicionismo revelava uma sensibilidade inaudita acerca do maior mal social que caracterizava o Brasil no século XIX. Assim, o ‘primeiro poeta paulista’ trazia consigo os signos para a reafirmação de uma identidade paulista republicana, abolicionista e, ainda por cima, ligada à figura regional de ‘um caipira autêntico’, ligado a ‘uma cidadezinha de interior’, produto de uma São Paulo antiga que ia desaparecendo. Apesar da ‘despretensão’ que marca o prefácio de Afonso Schmidt na biografia de Paulo Eiró, esta obra seria ‘o mapa da mina’ para aqueles que pretendessem estudar o poeta. A publicação do livro traria tudo ‘o que se conhece, o que há de autorizado’ sobre o poeta e a ‘concorrência’ de outros dois ‘imortais paulistas’, Fernando de Azevedo e Monteiro Lobato, emprestava mais prestígio à publicação⁶²⁸.

O livro de Afonso Schmidt, portanto, estava envolvido naquela ‘voga de Paulo Eiró’ que, com a publicação da narrativa biográfica do poeta e de suas poesias, até então inéditas, fez-se materializada. Primeiro poeta paulista, Paulo Eiró, como dissemos, foi lembrado muito em função de aspectos políticos e sociais apontados em sua obra. Porém, é digno de nota que Afonso Schmidt preferiu contar uma ‘história de amor’. Esta opção torna-se mais instigante, ao olhar do historiador, quando retomamos a trajetória literária do autor da biografia de Paulo Eiró. Nascido em 1890, em Cubatão/SP, Schmidt, já em 1906⁶²⁹, lançara seu livro de estréia, *Lírios Roxos*⁶³⁰. Schmidt fez parte do grupo ‘Colméia’, que reunira intelectuais em torno da figura de Monteiro Lobato na década de 1920 em São Paulo. Esta ‘proximidade’ com Monteiro Lobato e outros intelectuais paulistas lhe valera, neste mesmo período, a associação de seu nome aos daqueles que militavam pela causa modernista na imprensa. Oswald de Andrade, em artigo no *Jornal do Comércio* de 25/07/1921, ao elencar ao lado de Alphonsus de Guimaraens os ‘lutadores de uma arte nova’, enumera ‘Afonso Schmidt, Alberto Ramos e o bizarro Manuel Bandeira’. No mesmo

sintomática s: ‘Mas, afinal, esses que se definem são honestos. O que não se admite são os que querem agradar a todo mundo, a Deus e o Diabo, se colocando na cômoda posição de romancistas puros e sem cor política. Em 1934 isso não pega mais...’ Cf. BUENO, Luís. *Uma História do Romance de 30*. São Paulo: EdUSP; Campinas: Editora Unicamp, 2006. 34.

628 Cf. GOMES, Alfredo. O Eterno Paulo Eiró. *Revista da Academia Paulista de Letras*. Ano XXIX, junho de 1972, n° 79. 261-262

629 Autor relativamente esquecido pela crítica literária e história da literatura, Afonso Schmidt tem uma tiragem de livros publicados que supera a cifra de 800 mil exemplares, em mais de 50 títulos dentre romances, contos, poesias e romances históricos. Ganhou, dentre outros, o Prêmio Machado de Assis, pela Academia Brasileira de Letras, em 1942-43 e o Prêmio Juca Pato em 1964. Para bibliografia completa do autor ver anexo no fim deste trabalho.

630 SCHMIDT, Afonso. *Lírios Roxos*. São Paulo: Tipografia Stocco, 1906.

ano, na revista *Fon-Fon*, Sérgio Buarque de Hollanda escrevendo sobre o ‘grupo paulista’, após citados os ‘chefes’ Menotti, Oswald, Mário de Andrade e Guilherme de Almeida, considera ‘injusto esquecer outros nomes’ que colaborariam ‘ativamente para seu progresso literário’, dentre os quais o de Afonso Schmidt. Seu nome é ainda citado em comentários de Menotti del Picchia, Mário de Andrade e, já em 1923, na palestra de Oswald de Andrade na Sorbonne⁶³¹.

Tal aproximação com o modernismo, entretanto, Schmidt fez ‘questão de negar’. Esta recusa se daria em função, justamente, do engajamento político que Schmidt abraça naquele período, quando passou a compor o grupo Zumbi, cuja origem remontava ao grupo francês *Clarté* e a seu mentor Henri Barbusse⁶³². No ano de 1920, veio sob o nome de Afonso Schmidt o panfleto *Palavras de um comunista brasileiro à liga nacionalista e à mocidade das Escolas*⁶³³. Este panfleto trazia em sua primeira parte as palavras do grupo Clarté em ‘Manifesto dos intelectuais franceses aos seus colegas do mundo inteiro’. Aí se defendia que os intelectuais ‘não ficarão, nem poderão ficar impassíveis’ frente a

(...) *preparação da República Universal, fora da qual não há salvação para os povos. Querem [os escritores, artistas, sábios que começaram a agrupar-se] a abolição das barreiras fictícias que separam os homens, a aplicação integral dos quatorze princípios wilsonianos, o respeito pela vida humana, o livre desenvolvimento do indivíduo, unicamente limitado pelas necessidades da comunidade viva, a igualdade social de todos, homens e mulheres, a obrigação do trabalho para todo o cidadão válido, o estabelecimento do direito de cada um ocupar na sociedade o lugar que lhe competir pelo seu labor, as suas aptidões ou as suas virtudes, a supressão dos privilégios de nascimento, sejam quais forem, a reforma segundo o ponto de vista internacional, que é o ponto de vista social absoluto de todas as leis que regulam a atividade humana: Trabalho, Comércio e Indústria*

O panfleto trazia, ainda, um ‘programa comunista’, além de notícia acerca do ‘Grupo Comunista Brasileiro ‘Zumbi’. Esta organização, em lembrança ao ‘Spartacus negro da História, que reuniu em torno de si um grupo de escravos rebelados e formou a República dos Palmares’, deveria lutar ‘contra a ditadura republicana’, ‘contra o predomínio da burguesia sobre outras classes’ e engajar-se pelo ‘advento da República Universal’, ‘fora da qual não há salvação para os povos’⁶³⁴.

Intelectual engajado nas causas políticas e sociais, escrevendo na imprensa operária em

631 PAULILO, Maria Célia de Almeida. *Tradição e modernidade: Afonso Schmidt e a literatura paulista (1906-1928)*. São Paulo: Annablume, 2002. 73-83.

632 PAULILO, Maria Célia de Almeida. *Tradição e modernidade: Afonso Schmidt e a literatura paulista (1906-1928)*. São Paulo: Annablume, 2002. 85-86.

633 SCHMIDT, Afonso. *Palavras de um comunista brasileiro à liga nacionalista e à mocidade das Escolas*. Rio de Janeiro: s/ed, 1920.

634 Cf. SCHMIDT, Afonso. *Palavras de um comunista brasileiro à liga nacionalista e à mocidade das Escolas*. Rio de Janeiro: s/ed, 1920. 4-5; 30-31.

jornais como *A Lanterna*, *A Plebe*, *Voz do Povo*, *A Vanguarda*, e *O metalúrgico*, Afonso Schmidt via no debate literário entre ‘passadistas’ e ‘modernistas’ uma questão apenas de ‘experimentalismo formal’, dizia que

Por temperamento, não compreendo a arte pela arte, jogo de paciência para mandarins; palavras cruzadas; palavras cruzadas. Suponho sempre que quem fala ou escreve tem um pensamento a comunicar, uma emoção a transmitir. A maneira como se desobriga da questão é questão de engenho; tanto melhor, se dá mostras de habilidoso e o faz por meio inesperado e atraente.

Em outra passagem, Schmidt denuncia nos modernistas o intuito em se ‘reformular uma arte nas suas exterioridades, deixando intacto todo o sistema endurecido pela arteriosclerose’. Importaria para Schmidt uma literatura que tivesse como finalidade ‘comunicar-se com um público cuja percepção fora embotada pela existência sofrida’⁶³⁵. Dessa forma, duas características deveriam lhe despontar no estilo: a produção de uma literatura que visa o grande público e à denúncia social.

Este aspecto de sua produção lhe valeu, por parte de Agripino Grieco, no início da década de 1930, o ‘apelido’ de ‘biógrafo dos falidos, dos fracassados, dos sem-glória, dos naufragos’. Segundo Grieco, em Schmidt ‘sente-se’, nos ‘assuntos plebeus que invoca’, um ‘sabor de povo’, um ‘valor por assim dizer popular em tudo quanto ele escreve’⁶³⁶. Sem dúvida, este ‘sabor’ está presente na biografia do desgraçado poeta Paulo Eiró. É importante notar que, segundo Mário de Andrade, a figura do ‘fracassado’ ‘domina o romance de 30 e define a sua visão de nacionalidade’. Este ponto de vista é complexificado por Sérgio Buarque de Hollanda que aponta para o fato de, na narrativa literária, o ‘bom sucesso de um indivíduo [protagonista] quer dizer apenas que ele soube acomodar-se ao seu mundo circunstante’, de modo que, neste caso, os ‘conflitos perdem sua intensidade’, ‘o elemento dramático’ e o ‘romanesco’. Neste sentido, Buarque de Hollanda cita o norte-americano Robert Penn Warren, para quem o homem que triunfa

oferece apenas uma superfície sem rugas e, em verdade, lisa como um ovo. Na medida em que o bom êxito lhe sorri, ele não tem história: é puro. Mas a poesia ocupa-se do malogro, das contorsões, do desequilíbrio’⁶³⁷.

Esta perspectiva do problema, porém, parece já estar presente na crítica de Mário de Andrade que reconhecia tal necessidade, pois ‘para que haja drama, para que haja romance, há sempre de estudar qualquer fracasso, um amor, uma terra, uma luta social, um ser que faliu’. O principal seria

635 PAULILO, Maria Célia de Almeida. *Tradição e modernidade: Afonso Schmidt e a literatura paulista (1906-1928)*. São Paulo: Annablume, 2002. 94-100; 88-89

636 GRIECO, Agripino. APUD: CRUZ, Diniz Ferreira. *Afonso Schmidt – o homem e o poeta*. Santos: 1980, Editora Danúbio. 44

637 BUARQUE DE HOLLANDA, Sérgio. Situação do romance. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque. *O espírito e a letra – Estudos de crítica literária II – 1948-1959*. São Paulo: Cia das Letras, 1996. 328; 328-329.

que se estaria fixando em ‘nossa novelística’ o ‘fracasso’ que não é ‘proveniente de forças em luta, mas a descrição do ser incapacitado para viver, o indivíduo desfibrado (...) que se entrega sem quem nem porquê à sua própria insolução’⁶³⁸. Isto provocaria uma visão ‘derrotista’ da nacionalidade.

Segundo Luís Bueno, é preciso reconhecer na figura do fracassado, ‘que domina o romance de 30’, a manifestação de uma ‘avaliação negativa do presente’. Esta não seria ‘derrotista’, mas constatava a necessidade de se ‘esquadrinhar palmo a palmo as misérias do país’, o que não teria sido feito pela ‘revolução puramente estética’ dos modernistas. As identidades produzidas neste romance seriam fragmentadas, pois frutos de uma ‘produção atomizada’, ‘regionalista’ contrapondo-se à constituição de uma ‘visão de nacionalidade’ integrada, exposta em manifestos nos quais ‘uma forma de articular passado e presente’ sustentava uma ‘utopia modernista’. A partir da análise de Luís Bueno, sem ser derrotista, a perspectiva produzida por esta geração de romancistas conseguiu ‘incorporar as figuras marginais’ na ficção brasileira’. Além disso, por seu aspecto atomizado e fragmentário, regional, esta literatura teria se constituído em ‘vigorosa força de oposição a uma visão ‘total’ – totalitária mesmo – de Brasil proposta por Getúlio Vargas’⁶³⁹.

Afonso Schmidt, escritor anarquista maximalista nos anos 1910; militante fundador, ao lado de Astrogildo Pereira, do Partido Comunista na seção de São Paulo, em 1922; que ‘a partir dos anos 1930 militou ativamente na imprensa comunista como fundador, chefe de redação ou simples colaborador’⁶⁴⁰; Afonso Schmidt que, já na década de 1920, criticava ‘a revolução puramente estética’, a ‘arte pela arte’, e defendia uma literatura engajada com os problemas sociais do país, ao mesmo tempo em que adotasse uma linguagem ‘com sabor de povo’, portanto, antecipando os temas centrais no debate intelectual-literário da década de 1930. Apesar destes aspectos, ou justamente em função deles, Schmidt, ao abordar a figura de Paulo Eiró, parece ter sobreposto a então recorrente figura do fracassado, na qual era ‘especialista’⁶⁴¹, arraigada na literatura de 1930, a composição de uma ‘delicada história de amor’. Neste sentido, sua opção, apesar de trazer consigo a nota regionalista da ‘vida santamarense e paulistana’ de ‘há um século’, não admite, exceto em pontos específicos da obra, a nota crítica e social que o autor tão comumente imprimira

638 ANDRADE, Mário. APUD: BUENO, Luís. *Uma História do Romance de 30*. São Paulo: EdUSP; Campinas: Editora Unicamp, 2006. 75.

639 BUENO, Luís. *Uma História do Romance de 30*. São Paulo: EdUSP; Campinas: Editora Unicamp, 2006. 77; 80.

640 PAULILO, Maria Célia de Almeida. *Tradição e modernidade: Afonso Schmidt e a literatura paulista (1906-1928)*. São Paulo: Annablume, 2002. 98.

641 Outra nota de Agripino Grieco afirma que a poesia de Afonso Schmidt era ‘de grande ardor social (...) nela estremece os desafortunados, os esfarrapados, os famintos, os pobrezinhos, os simples, os desgraçados, enfim, as classes humilíssimas da terra’. Cf. CRUZ, Diniz Ferreira. *Afonso Schmidt – o homem e o poeta*. Santos: 1980, Editora Danúbio. 44

em seus textos. No Paulo Eiró louco, marginal, fracassado, republicano e abolicionista, Afonso Schmidt prefere sublinhar a vida de um Poeta e sua Musa, em uma Santo Amaro que parece ser ‘vinheta de um Livro de Horas’.

A combatividade de Schmidt poderia ser comprometida pelo estado de exceção que vigorava no país. De fato, reforçar a nota social na obra de Paulo Eiró, principalmente a partir das matrizes anarquistas e comunistas que o ‘biógrafo dos falidos’ costumava empregar, poderia lhe render sérias sanções penais. Não obstante, a biografia de Paulo Eiró, escrita por Afonso Schmidt, inseria-se em outra linha de combate intelectual presente nos anos 1930: a pedagogia. É neste sentido que Schmidt reforçava a importância do ‘romance popular brasileiro’, gênero que deveria merecer a ‘esclarecida atenção do governo’. Este estaria, através do ‘Departamento de Imprensa e Propaganda’, realizando ‘uma obra admirável de nacionalização da imprensa’ e, por conseguinte, ‘poderia determinar que o romance folhetim dos nossos jornais, pela sua penetração nas massas populares, seja de autor brasileiro’. Note-se que Afonso Schmidt considera ‘admirável’ a obra do DIP, não comendo, talvez, a esta altura, um quadro de oposição sistemática ao regime. Para além disso, o autor reforça a importância do ‘romance folhetim’, gênero pelo qual viera a público a biografia de Paulo Eiró. Seria através dele que ‘Alencar, Machado de Assis e outros romancistas de menor renome’ poderiam ter suas obras ‘conhecidas pelo vasto público’⁶⁴².

O romance folhetim era tido por Schmidt como ‘elemento de educação, de cultura, de propaganda de princípios e sentimentos’. Sua função pedagógica deveria, ainda, ‘criar pelo romance verdadeiros cursos diários de História do Brasil’. É nesta pedagogia pelo romance histórico que Schmidt filia a biografia de Paulo Eiró. Esta ganhara os contornos do elogio de um passado ‘tradicional’ e rural já perdido na realidade paulista, mas que, ao mesmo tempo, inspirava a constituição de uma identidade literária republicana, abolicionista e popular expressa naquele que seria o primeiro de seus poetas.

Tavares Bastos e o Neoliberalismo

Na mesma sessão da Academia Brasileira de Letras em que Alceu Amoroso Lima relatara as ‘últimas publicações do Ministério de Educação e Saúde’ que constavam de ‘duas antologias de poetas brasileiros da fase romântica e da fase parnasiana’, organizadas pelo ‘ilustre poeta Manuel Bandeira’; Rodolfo Garcia ‘tinha a grande satisfação de apresentar um grande livro’ escrito pelo ‘brilhante ensaísta que todos nós conhecemos e admiramos’ e publicado pela ‘benemérita

642 SCHMIDT, Afonso. Pelo romance popular brasileiro. *Revista da Academia Paulista de Letras*. São Paulo: 12 mar. 1942, n° 17, ano V. 137.

Companhia Editora Nacional' na 'opulenta série *Brasiliana* da Biblioteca Pedagógica Nacional'. O 'brilhante ensaísta' era Carlos Pontes, ao passo que, o 'grande livro', sua biografia de Tavares Bastos. Rodolfo Garcia aponta o centenário de Tavares Bastos, a ser comemorado no dia 20 de abril daquele ano de 1939, como ocasião propícia à recuperação de quem

*sentindo todas as necessidades legítimas do Brasil contemporâneo, de ordem econômica, de ordem administrativa, de ordem política, por elas propugnou, como verdadeiro paladino, na tribuna parlamentar, na imprensa e em livros, que ficaram na literatura nacional como modelos não excedidos na alta ciência de governar*⁶⁴³.

As afirmações de Garcia trazem consigo pontos que sinalizam um aspecto que, a partir da biografia escrita por Carlos Pontes, gostaria de desenvolver, a partir dos sentidos e significados da recepção de uma obra biográfica nos meios intelectuais da época, a fim de demonstrar sua capacidade em desencadear um debate político no qual as posições dos intelectuais envolvidos ficam claramente demarcadas. É possível, a partir das análises sobre o livro na imprensa, verificar por onde poderia passar o debate político-intelectual acerca das melhores diretrizes que o país deveria tomar, no interior do regime estadonovista. Sobre a recepção da biografia de Tavares Bastos escrita por Carlos Pontes já apontamos, naquilo que toca seu valor historiográfico, a existência de comentários de intelectuais de renome à época como Augusto Frederico Schmidt⁶⁴⁴, Hermes Lima⁶⁴⁵, Pedro Calmon⁶⁴⁶, Costa Rego⁶⁴⁷, Menotti del Picchia⁶⁴⁸ e Alceu Amoroso Lima⁶⁴⁹. Francamente elogiado em seus aspectos metodológicos, historiográficos e 'científicos', a biografia de Tavares Bastos, porém, dividia as opiniões quando questionada sobre qual tipo de

643 S/A. Academia Brasileira – A sessão de quinta-feira – livros oferecidos – Concursos Literários de 1939. *Jornal do Comércio*. 8/01/1939.

644 'O livro do sr Carlos Pontes (...) vem revelar a existência de um ensaísta notável, de um escritor de admiráveis qualidades, capaz, como raros entre nós neste momento, de se mover com naturalidade e sutileza no mundo das idéias'. SCHMIDT, Augusto Frederico. Um Livro sobre Tavares Bastos. *O Jornal (Copyright dos DA)*. '19-12-1939'.

645 Sobre o livro de Carlos Pontes diz Hermes Lima: 'compôs uma volume, de hoje em diante indispensável a quem quiser saber a história das idéias políticas no Brasil (...) descreve a vida dentro de um período histórico, cujos anseios e cujas figuras o escritor recorda (...) O conhecimento de Carlos Pontes sobre a nossa história política é profundo e bebido em fontes originais (...) seus julgamentos são seguros, sua intuição exótica, muito aguda, não se deixando levar por preconceitos (...) o desabrochar e o meio dia desse pensador, numa seqüência de quadros parlamentares, choques políticos e pessoais que emprestam ao seu livro um vivo colorido histórico'. LIMA, Hermes. Tavares Bastos o unilateral. *Diário de Notícias*. 15/01/1939.

646 Calmon qualifica o livro de Carlos Pontes de 'magistral biografia que todo brasileiro devia ler'. CALMON, Pedro. Tavares Bastos. *A Noite*. 4/2/1939.

647 'Poucos trabalhos do gênero apresentam a segurança dessa paciente pesquisa'. REGO, Costa. Centenário a comemorar. *Correio da Manhã*. 5/02/1939.

648 'Sobre a figura desse grande brasileiro, Carlos Pontes escreve um substancioso estudo'. HELIOS. Tavares Bastos. S/R. S/D. '

649 Dissertando sobre uma questão central no fazer biográfico cujo 'perigo é exagerar a figura estudada, como se vivesse por si, num mundo a parte'. Sobre este aspecto, lembra o autor que nem Nabuco 'escapou à crítica de ter feito girar o Império em torno de seu pai'. Carlos Pontes, porém, teria 'escapado ao perigo apontado'. ATHAYDE, Tristão de. O Solitário. *O Jornal*. 2/02/1939.

relação ela deveria manter com aquele presente no qual se lançava.

O reconhecimento da importância da figura de Tavares Bastos na história nacional era ponto comum entre os intelectuais analisados. Não lhe questionavam o ‘valor monumental’, mas debatiam sobre os limites de tal horizonte monumental. Lançado o livro sobre Tavares Bastos, um dos pontos que começa a ser realçado na obra é, conforme citação de Rodolfo Garcia, aquele que diz respeito ao fato de o biografado ter ‘sentido todas as necessidades do Brasil contemporâneo’. Trata-se, portanto, de se verificar e ratificar a ‘contemporaneidade’ do pensamento de Tavares Bastos naquele momento histórico. Costa Rego diz que, após a leitura do livro de Carlos Pontes, ‘a impressão que se recolhe é de que Tavares Bastos animou com o sopro de suas previsões e de suas iniciativas todo o Brasil de hoje (...) Era um agitador e um profeta’⁶⁵⁰. Hermes Lima, neste sentido, ressalta que era o biografado ‘liberal de escola e não de partido’, um ‘liberal unilateral’, para quem ‘a liberdade no Brasil revelava-se um instrumento poderoso e fecundo de organização’. Hermes Lima reivindica a importância desta perspectiva, meio pateticamente:

*Ó Tavares Bastos, pai dos unilaterais brasileiros, teu exemplo é edificante! Mostra-te como a liberdade é fecunda, organizadora, como ela idealiza as coisas práticas, como ela é o caminho de riqueza e de abundância*⁶⁵¹.

Humberto Bastos, que lamentava não ter a biografia escrita por Carlos Pontes lhe permitido ‘conhecer a criatura humana nos seus gestos naturais’, defendia que os livros de Tavares Bastos eram um ‘pouco áridos para o nosso tempo mas com as idéias sem o mais ligeiro mau cheiro de mofo’. Completava Humberto Bastos que tais livros traziam

*Idéias ainda novas em folha, principalmente as que ele expõe nas Cartas do Solitário. Muitos daqueles apelos patrióticos poderiam ser ouvidos pelos atuais administradores do Brasil*⁶⁵².

Plínio Barreto enumera as idéias pelas quais ‘se bateu Tavares Bastos’:

A descentralização administrativa; a livre navegação dos rios; a cabotagem franca; o desenvolvimento das nossas relações comerciais com os povos americanos; a aquisição do telégrafo elétrico; a expansão da liberdade comercial pelo estabelecimento de um vasto sistema de viação férreas; a liberdade de cultos; as franquias dos imigrantes; a reforma eleitoral sobre a base do sufrágio direto; a organização da magistratura de modo a lhe assegurar a independência; a reforma do parlamento sobre a base da temporariedade do cargo de senador e sobre a base da população do império; a democratização de todas as nossas formas governamentais.

650 REGO, Costa. Centenário a comemorar. *Correio da Manhã*. 5/02/1939.

651 LIMA, Hermes. Tavares Bastos o unilateral. *Diário de Notícias*. 15/01/1939.

652 BASTOS, Humberto. Um estudo sobre Tavares Bastos. *Gazeta de Alagoas*. 22/01/1939.

Barreto concorda com a afirmação de Carlos Pontes que, ‘com toda razão’, sustenta que ‘o Brasil, só por um artifício despótico poderia viver sob o regime centralizador’⁶⁵³. Sob o pseudônimo ‘D’, apareceu um artigo na *Gazeta de Alagoas* que sustentava a existência na obra do conterrâneo algo que se pode ‘colher de mais precioso, de mais completo, de mais real, está perfeitamente dentro das condições nacionais’. O mesmo autor não titubeia em afirmar que ali estavam

*idéias ajustadas à nossa realidade. E tão ajustadas que ainda hoje são do nosso tempo (...) As suas idéias, muitas delas, ou quase todas elas, podem ainda ser um programa de governo. Uma admirável programa aliás*⁶⁵⁴.

Todos estes artigos e comentários são anteriores ao texto de Tristão de Athayde. Athayde criticava a ‘moda de se desdenhar do conceito ciceroniano da história como mestra da vida’ e discordava de Paul Valéry que ‘chegou mesmo a escrever que nada é mais ridículo do que falar das lições da história’. Para Tristão de Athayde, Carlos Pontes não pertenceria ‘ao número’ que compunha esta moda, pois em seu livro ‘sente-se que nos dá Tavares Bastos como um modelo e um exemplo’. Athayde, então, pondera que o biografado não podia ser um exemplo àquela geração que sentiu ‘exatamente o oposto do que Tavares Bastos’: esta ‘geração’ percebera a ‘necessidade de reagir contra a descentralização republicana, que ia levando o país ao separatismo e à desagregação nacional’. Neste sentido, temia-se ‘o perigo e o erro da liberdade absoluta’, de modo que, tratava-se de se ‘fazer em favor da autoridade o que o século XIX, de cujo espírito Tavares Bastos participou quase integralmente, fez pela liberdade’. A questão das relações entre Estado e Igreja volta a ocupar lugar central na crítica de Athayde. Referindo-se ao presente, o crítico destaca que

Se Tavares Bastos se bateu pela laicização absoluta da sociedade e pela subordinação da Igreja ao Estado, muitos de nós sentimos e queremos coisa muito diversa e consideramos o laicismo como o grande erro dos tempos modernos e a Igreja como salvadora da Civilização (...) Estou longe, pois, de participar do apoio integral do sr Carlos Pontes às idéias e às atitudes de Tavares Bastos.

Tristão de Athayde considera que se a obra de Tavares Bastos ‘volta a ganhar atualidade’, isto se deve ao fato de ‘estarmos sofrendo as conseqüências da monstruosa ‘centralização’ estatista a que nos tem conduzido o socialismo de direita e de esquerda’. Nesta perspectiva, este ‘estatismo’ é fruto do próprio ‘liberalismo integral’ a que ‘se filiou Tavares Bastos em seu tempo’. Tal liberalismo seria o ‘precursor desse intolerável socialismo, nacional ou internacional’.

Athayde critica a posição de Tavares Bastos que, tendo sido um ‘extremoso e magnífico

653 BARRETO, Plínio. Livros Novos. *O Estado de São Paulo*. 04/02/1939.

654 D. Notas Literárias. *Gazeta de Alagoas*. 31/01/1939.

defensor do ensino livre’, o ‘campeão do ensino livre’, a respeito do ensino religioso, ‘quer proibi-lo nas escolas públicas e, mais do que isso, defende a tutela absoluta do governo sobre os próprios seminários’. A tese de Athayde sobre a origem do socialismo no liberalismo, ‘que o liberalismo absoluto leva ao socialismo absoluto’, ganharia comprovação nos elogios que ‘esse apóstolo do liberalismo’ fez aos ‘princípios da escola socialista’. O crítico católico denuncia as contradições naquele que lançou ao ‘nosso Império liberal a pecha de despótico’ e que escrevera:

Esqueçam-se as prevenções que o despotismo aliado aos Jesuítas criaram contra as tendências do ensino oficial. Depois que a democracia apoderou-se do governo dos Estados, o ensino oficial revelou toda sua eficácia. Os povos o compreenderam desde logo e assim vai passando às legislações contemporâneas um princípio saudável da escola socialista, cuja propaganda, apesar dos desvarios de sectários exclusivos, há triunfado tantas vezes da rotina conservadora.

Após ‘demonstrar’ a genealogia do socialismo moderno no liberalismo, Athayde conclui que depois de ‘meditação renovada da obra de Tavares Bastos, mais me confirmo na posição – nem liberalismo, nem socialismo, mas cristianismo’. Renega o ‘liberalismo de direita’ de Tavares Bastos, e o ‘da esquerda’ com Tobias Barreto. Athayde prega, como sempre, o ‘cristianismo integral... com a Igreja de Roma de Cristo’. À essas críticas, o autor soma outras, com citações dos livros de Tavares Bastos, que dizem respeito à defesa que o biografado faria dos ‘imigrantes da Alemanha e da Grã-Bretanha’ sem os quais ‘o Brasil nunca progredirá’. Tavares Bastos teria defendido a imigração porque era ‘preciso que o sangue das raças do Norte venha desenvolver e remoçar essa raça degenerada’ e Tristão de Athayde não deixa de destacar que ‘no *Mein Kampf* não está enunciada a inferioridade de nossa raça com mais clareza’⁶⁵⁵. No mesmo sentido das críticas de Tristão de Athayde, está a perspectiva de Augusto Frederico Schmidt. Escrevendo sobre a atualidade de Tavares Bastos, Frederico Schmidt diz que o ‘tema das últimas gerações brasileiras (...) não foi a descentralização, antes o fortalecimento do poder central’. Sobre este aspecto, Frederico Schmidt lembra que a ‘liberdade dos Estados (...) (política dos governadores), a liberdade e a autonomia provincial degenerou numa ameaça à unidade brasileira’. Sem se estender muito na análise, Frederico Schmidt pontua que ‘as outras teses liberais sustentadas por Tavares Bastos, podem outrossim sofrer algumas dúvidas’, sendo necessário reconhecer que ‘os tempos mudaram, as coisas tomaram evidentemente um outro rumo’⁶⁵⁶.

Após as críticas destes eminentes pensadores cristãos, a defesa da contemporaneidade das idéias de Tavares Bastos surge com maior vigor. Nelson Werneck Sodré diz que Tavares Bastos

655 ATHAYDE, Tristão de. O Solitário. *O Jornal*. 2/02/1939.

656 SCHMIDT, Augusto Frederico. Um Livro sobre Tavares Bastos. *O Jornal (Copyright dos DA)*. ‘19-12-1939’.

‘compreendeu, antes de qualquer outro, que a unificação dos interesses econômicos devia ser a estrutura dos interesses políticos’, de modo que, o biografado ‘continua atual, e o seu nome cresce com a passagem dos anos’. Sodré destaca no pensamento de Tavares Bastos a sensação que este teve sobre ‘a perigosa disparidade que fixava uma centralização absurda a imensidade territorial’ e criticava os defensores de ‘uma política cega que confundia descentralização com separação’. Sodré aponta o problema, previsto por Tavares Bastos, em se ‘reduzir’ todos os ‘problemas provinciais’ a um ‘denominador único numa orientação estabelecida e única, incapaz de se moldar às circunstâncias (...) de flexionar-se a imperiosa realidade’. Conclui Sodré que

*não há, talvez, obra de pensador morto, no Brasil, que tenha a atualidade de Tavares Bastos. Ele sentiu e buscou soluções para todos os problemas vividos e nevrálgicos da nacionalidade. Foi objetivo e realista*⁶⁵⁷.

Eloy Pontes, autor de biografia de Machado de Assis⁶⁵⁸ e eminente crítico literário à época⁶⁵⁹, considerava que, mais do que atual, Tavares Bastos estaria ‘à frente’ da própria época em que se lembravam dele, pois a leitura de sua obra nos daria ‘a impressão de que retroagimos lastimavelmente’. Segundo Eloy Pontes, o biografado

Reclamando um regime de completa liberdade espiritual, combatendo os eclipses que o clericalismo provocava, propondo o ensino livre, reprimindo os ímpetos das rotinas (...) assumiu os altos relevos dos marcos, que assinalam os caminhos limpos.

Para Eloy Pontes, não há dúvida que ‘alguma espécie de marcha ré’ veio ‘operando nos últimos anos entre nós’ em ‘contraste’ com a obra de Tavares Bastos. Este teria reclamado com ‘veemência’ e ‘coragem’ a ‘emancipação espiritual do país’ que ainda ‘há de se realizar, a despeito de tudo’. Dessa forma, defende Eloy Pontes que a biografia escrita por Carlos Pontes é livro que deve ‘ser lido com espírito de objetividade’ e que ‘ninguém, hoje, exita mais em recolher nas observações de Tavares Bastos os pontos culminantes dos problemas que nos agitam’. Eloy Pontes parece dirigir-se especificamente à crítica de Tristão de Athayde, quando aponta

o ensino livre, a guerra ao ultramontanismo, o combate às praxes, os influxos das idéias robustecidas nas aspirações socialistas, foram sempre as encruzilhadas de todos os seus entusiasmos. Sem dúvida os retrógrados que ainda nos importunam, detestam as idéias de Tavares Bastos e sua

657 SODRÉ, Nelson Werneck. Livros Novos. *Correio Paulistano*. 09/02/1939.

658 PONTES, Eloy. *A vida contraditória de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939.

659 Sobre este aspecto, observamos os comentários do *Anuário Brasileiro de Literatura* que, em artigo sobre as traduções dos escritores brasileiros mais lidos no Brasil, não deixa de notar que ‘essas traduções nem sempre são boas, Eloy Pontes, Múcio Leão, Agripino Grieco, do alto de suas cátedras de críticos, vivem reverberando os tradutores incompetentes’. Cf. *Escritores estrangeiros cujas traduções são mais lidas no Brasil. Anuário Brasileiro de Literatura–Letras, Artes, ciências*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editora, 1937. 292.

*conduta, como detestam Tobias Barreto e todos quantos combateram os falsos pressupostos da meia ciência e da malícia empavesada. O estudo do sr Carlos Pontes veio com a maior oportunidade, não por coincidir com o centenário de Tavares Bastos apenas, mas por avivar os termos dum combate, que se impõe. Eis porque a vida de Tavares Bastos é espelho, e eis porque este livro representa espírito profícuo*⁶⁶⁰.

No *Jornal do Comércio* de Recife, surgiu, então, um artigo que considerava ‘um tanto difícil registrar o aparecimento do livro do sr Carlos Pontes (...) depois da severa crônica que Tristão de Athayde escreveu a propósito’. Concordando com este último, o pseudônimo ‘LD’ defendia que o ‘sentido de exaltação’ presente na biografia de Tavares Bastos era um problema que se opunha ao objetivo de se ‘abordar propriamente o julgamento das idéias do biografado’. A ‘falha do livro’ residiria em apontar Tavares Bastos como ‘um grande guia’ e não atentar para as restrições que deveriam se refeitas ao seu ‘liberalismo’ e ‘anti-clericalismo’. Seu pensamento estaria submetido ao ‘despotismo de certas correntes e de certos preconceitos do século’, de modo que

*Tavares Bastos tem uma lição que ministrar às gerações de hoje, no seu amor ao interesse comum, na dedicação patriótica de seu espírito, na seriedade de seu trabalho intelectual*⁶⁶¹.

Acompanhando a recepção da biografia de Tavares Bastos escrita por Carlos Pontes na imprensa do período, percebemos que o horizonte monumental ao qual se filia a produção biográfica era percebido de maneiras diversas. Para uns, tratava-se apenas de se fixar na história a figura do ‘grande estadista’ cuja importância está em seu tempo, já passado; para outros, a monumentalização vem acompanhada pelo reconhecimento da atualidade da figura biografada, de modo que, seu valor está na presentificação de suas idéias. Esta última perspectiva, no caso de Tavares Bastos, inseria-se de forma crítica no interior da intelectualidade de então. Afinal, estava em jogo a relevância da retomada, no interior do Estado Novo, de um autor nitidamente associado à tradição do pensamento liberal brasileiro. Digna de nota é a observação de *O Globo* constatando que

*Não se sabe ainda que medidas vai tomar o Governo para festejar, em 20 de abril próximo, o centenário do nascimento de Tavares Bastos. Parece que oficialmente a data passará em Branco*⁶⁶².

660 PONTES, Eloy. Vida Literária. S/R. S/D.

661 LD. *Jornal do Comércio (Recife)*. S/D.

662 S/A. Uma excelente biografia do pensador alagoano escrita pelo sr Carlos Pontes. *O Globo*. 03/1939.

De fato, seria, no mínimo inusitado, o Estado que acabara de abolir as ‘bandeiras’ e os ‘escudos’⁶⁶³ estaduais homenagear o autor de *A Província*. A Academia Brasileira de Letras, por sua vez, lançou nota no *Jornal do Comercio* do Rio de Janeiro onde publicava carta do titular da cadeira da qual o patrono é Tavares Bastos, o Ministro Rodrigo Octávio, em que este se dirigia ao presidente da Academia, Dr Antônio Austregésilo, para se ‘privar’ em ‘promover as comemorações dessa efeméride notável’. O ministro dá como razão de tal afastamento o ‘precário estado de minha saúde’⁶⁶⁴.

O livro de Carlos Pontes, concentrando a visão que deveria coordenar a comemoração – a rememoração coletiva - do centenário de Tavares Bastos, acabou por emprestar um significado eminentemente político e crítico à retomada do alagoano. Aquela ‘febre biográfica’ que assolava os anos 1930 revela, ainda, a possibilidade de uma autor desconhecido ter a possibilidade de ser lido pelos intelectuais de maior renome no período. De fato, Carlos Pontes é um ilustre desconhecido. Não obstante ser lembrado como ‘alagoano ilustre’, ‘um dos mais eminentes filhos de Alagoas e do Brasil’, ‘brilhante homem de letras e historiador de grande méritos’⁶⁶⁵. Apesar de sua biografia de Tavares Bastos ser, ainda hoje, fonte para os que pesquisam o pensador alagoano⁶⁶⁶, confirmando o juízo de José Campelo segundo o qual este livro seria ‘a fonte obrigatória de consulta para quantos ainda queiram escrever sobre Tavares Bastos e o Brasil político do seu tempo’⁶⁶⁷; do alagoano Carlos Pontes que, antes da Revolução de 1930, fora deputado estadual pelo Pará e por Alagoas, o dicionário oficial das Alagoas desconhece até o sobrenome⁶⁶⁸. Fomos encontrar seu nome completo na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas*⁶⁶⁹, do qual era membro honorário o sr Carlos Pontes Marques de Almeida, desde 22/04/1939. No dia 29 deste mesmo mês, Carlos Pontes esteve no salão nobre daquele instituto onde foi orador oficial do ‘1º Centenário de

663 Cf. CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (DE 10 DE NOVEMBRO DE 1937). Art. 2º A bandeira, o hino, o escudo e as armas nacionais são de uso obrigatório em todo o País. Não haverá outras bandeiras, hinos, escudos e armas. A lei regulará o uso dos símbolos nacionais. Ver: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao37.htm ; Para além deste fato, existia, ainda, a ‘visão partilhada’ pela ‘maioria da elite intelectual e política dos anos 30’ acerca da ‘defesa de um projeto centralizador para a política brasileira. A crítica ao modelo liberal, consubstanciado na Carta de 1891’, sendo ‘difícil encontrar alguém que, no pós-30, defendesse a permanência dos princípios federalistas da forma como eram praticados na Primeira República’. Cf. OLIVEIRA, Lúcia Lippi. O pensamento de Almir de Andrade. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Et al. Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar ed, 1982. 32

664 S/A. Centenário de Tavares Bastos. *Jornal do Comércio*.

665 VAZ FILHO, Augusto. *Alagoanos Ilustres*. Maceió: s/ed, 1964. 33; 35.

666 Cf. SILVA, Antonio Marcelo J F. *Tavares Bastos: Biografia do liberalismo brasileiro*. Tese de Doutorado. IUPERJ. 2005. Lê-se neste trabalho que ‘todas as observações sobre a vida pessoal de Tavares Bastos foram extraídas das seguintes obras: Carlos Pontes . *Tavares Bastos*. (...) Evaristo de Moraes Filho *As Idéias Fundamentais de Tavares Bastos* (...)’. 42. O autor aponta Carlos Pontes como o ‘biógrafo oficial’ de Tavares Bastos. 10.

667 CAMPELO, José. A Biografia de Tavares Bastos. *Folha da Manhã*. 27/01/1939.

668 Cf. BARROS, Francisco Reinaldo Amorin. *ABC das Alagoas – Dicionário biobibliográfico histórico e geográfico de Alagoas*. Brasília: Ed. Senado Federal, 2005. T II g-t. 415.

669 *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas*. Maceió: s/ed, 2008. 111.

Tavares Bastos'⁶⁷⁰.

São escassas as informações sobre a vida de Carlos Pontes. Após sua saída da política foi, no Rio de Janeiro, diretor da Biblioteca da Caixa Econômica Federal, cargo no qual se aposentou. E, mesmo à época em que lançara a biografia de Tavares Bastos, seu nome era desconhecido. Tristão de Athayde julga ser esta biografia o livro de estréia do autor alagoano. De fato, Carlos Pontes havia publicado apenas o, hoje raríssimo, *A Ação do poeta Olavo Bilac e o reerguimento do espírito nacional*⁶⁷¹. Augusto Frederico Schmidt diz que Carlos Pontes é um autor que 'não se apressou em surgir', que 'deu-nos até a impressão de alguém que cultivasse a inatividade e o ineditismo'. Segundo Schmidt, parecia, até o lançamento da biografia de Tavares Bastos, que Carlos Pontes 'traçara voluptuosamente um plano de nada realizar, de deixar-se perder na poeira, no efêmero das conversas de acaso, nas livrarias e nos cafés'⁶⁷². A relação com Rodolfo Garcia, membro da Academia Brasileira de Letras e do IHGB, diretor do Museu Histórico Nacional e da Biblioteca Nacional, parece ter aberto as portas editoriais a Carlos Pontes⁶⁷³. O depoimento de seu conterrâneo João Lyra Filho nos concede maiores elementos para a compreensão do autor da biografia de Tavares Bastos. Segundo Lyra Filho, Carlos Pontes seria 'uma das inteligências mais esclarecidas e mais retraídas do Brasil', cujo

cabedal de conhecimentos que possui, a maneira de exprimi-los, a lucidez com que sabe dar relevo a tópicos fundamentais, e, sobretudo, a extrema vivacidade do seu espírito, serviram de definição que jamais afugentará a presença, entre os bons intelectuais do Brasil, desse paciente e fiel pesquisador.

Lyra Filho esclarece que 'o que faz maior a expressão intelectual de Carlos Pontes é a clausura de sofrimento em que ele andou envolvido, a partir da revolução de 1930'. Segundo o Lyra Filho,

Embora humilde, embora discreto, embora calado, ele pertence à classe da nossa aristocracia intelectual, porque, sem fortuna e sem luxo, a alma nele se deixou invadir por intensa inflação de imagens amarguradas e quanto mais absorvido por elas mais Carlos Pontes se deixa possuir a si mesmo, repetindo, como Euclides, que o recato do sofrimento é a única expressão simpática do orgulho".

670 *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas*. Vol XX. Anos de 1938-1939. 59

671 PONTES, Carlos. *A Ação do poeta Olavo Bilac e o reerguimento do espírito nacional*. Rio de Janeiro: Typ do Jornal do Commercio, de Rodrigues e C., 1917. Trata-se aí de uma 'conferência realizada no Teatro Deodoro, no dia 19 de junho, data do aniversário da morte do Marechal Floriano Peixoto, na solenidade da instalação da Liga da Defesa Nacional em Maceió'. 1. O volume, que encontramos na Biblioteca Estadual de Alagoas, em Maceió, possui nas primeiras páginas um agradecimento de Olavo Bilac endereçado à Carlos Pontes, onde o poeta declara: 'feliz o Brasil, quando todos os seus filhos o amarem como tu o amas'.

672 SCHMIDT, Augusto Frederico. Um Livro sobre Tavares Bastos. *O Jornal (Copyright dos DA)*. '19-12-1939'.

673 Segundo Barbosa Lima Sobrinho sobre Carlos Pontes diz: 'Tinha confiança no autor, discípulo do sr Rodolfo Garcia, e, conseqüentemente obcecado pela exatidão, verificando todos os elementos de sua bibliografia, as datas, os fatos, as interpretações, com o exemplo e a minúcia que a probidade histórica não deixa esmorecer'. Cf. SOBRINHO, Barbosa Lima. Tavares Bastos. *Jornal do Brasil*. 12/02/1939.

Como deputado estadual, Carlos Pontes perdera o mandato por ocasião da revolução de 1930. A se levar em conta os depoimentos de seu conterrâneo, este fato teria abalado o autor profundamente, sendo um dos pontos a serem considerados como determinantes à crítica ao estado de coisas vigente que o livro parecia suscitar, visto sua recepção conflituosa na imprensa e sua defesa de princípios explicitamente discordantes das diretrizes políticas encaminhadas pelo governo. Segundo Wilson Martins, Carlos Pontes faria parte daqueles que sutil e implicitamente condenavam o regime de Vargas⁶⁷⁴. Tal potencial crítico pode ser vislumbrado no texto de Walquíria G Domingues Leão Rêgo, em que a autora contrapõe os ‘diagnósticos da sociedade brasileira’ efetuados por Oliveira Vianna às perspectivas desenvolvidas por Tavares Bastos. Segundo a autora, o primeiro ‘pôde ver suas propostas efetivadas’ em um ‘Estado forte, centralizado e intervencionista’, no processo de ‘modernização conservadora’ da década de 1930-1940; ao passo que, o segundo defendia uma ‘nação federalista, com autoridade pública descentralizada e voltada para a formação de cidadãos virtuosos’⁶⁷⁵.

Um interlocutor que parece ser mais próximo de Carlos Pontes é Hermes Lima. De fato, este, além de elogiar vários pontos do livro de Carlos Pontes, é quem escreve o prefácio do terceiro livro do autor alagoano, *Motivos e Aproximações*⁶⁷⁶, lançado em 1953. Na apresentação desta obra, Hermes Lima lembra que ‘depois do livro magistral sobre Tavares Bastos, dá-nos agora Carlos Pontes estes ‘Motivos e Aproximações’, onde o autor demonstra que ‘domina a nossa história política como poucos’. Hermes Lima diz, neste prefácio, ter uma

*admiração pelo escritor que em Carlos Pontes tão completo
é, tão sóbrio, tão preciso, tão elegante, tão destituído da
ênfase que está para a literatura como a demagogia para a
política*⁶⁷⁷.

Na década de 1930, Hermes Lima teria, a partir da obra *Problemas do nosso Tempo*⁶⁷⁸, ‘procurado conciliar o marxismo com os postulados fundamentais do liberalismo’⁶⁷⁹. Hermes Lima escrevera uma biografia no ano de 1939 acerca de Tobias Barreto. Este que, segundo Tristão de Athayde, por exemplo, pertenceria à ‘esquerda’ do liberalismo que Tavares Bastos compunha a ‘direita’. Se

674 MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira vol VII (1933-1960)*. 125.

675 RÊGO, Walquíria G Domingues Leão. Tavares Bastos e Oliveira Vianna: contraponto. In: BASTOS; Élide Rugai; MORAES, João Quartim de. *O Pensamento de Oliveira Vianna*. Campinas: Ed Unicamp, 1993. 167-180.

676 PONTES, Carlos. *Motivos e Aproximações*. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1953.

677 LIMA, Hermes. Prefácio. In: PONTES, Carlos. *Motivos e Aproximações*. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1953. 8-9.

678 LIMA, Hermes. *Problemas do nosso tempo*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1935. Este livro contribuiu para a prisão de Hermes Lima em novembro de 1935, depois da ‘Intentona Comunista, acusado de ser um dos mentores intelectuais do comunismo indígena’. Cf. MOTTA, Alberico. *Hermes Lima – Biografia*. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1979. 42.

679 MOTTA, Alberico. *Hermes Lima – Biografia*. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1979. 7.

somarmos à obra de Carlos Pontes acerca de Tavares Bastos o elogio que o biógrafo fez ao pensamento de Trotsky⁶⁸⁰, no prefácio ao ‘estudo crítico’ sobre Alberto Torres escrito por Augusto Sabóia Lima, poderemos vislumbrar a compatibilidade entre Hermes Lima e Pontes. De fato, vários aspectos relevantes na biografia de Tavares Bastos estão presentes no crítico Hermes Lima, como a crítica à Igreja que ‘organiza sua ofensiva contra o Estado Leigo’, ao ‘despotismo clerical’, assim como, a defesa das ‘garantias essenciais de liberdade, de crítica e de pesquisa’ e a concepção da ‘vocação democrática’⁶⁸¹ existente no Brasil. Porém, qualquer tipo de mapeamento das rela es entre os dois autores necessitaria de uma maior pesquisa que aprofundasse na busca pelos rastros, com certeza mínimos, que o desconhecido Carlos Pontes deixara para tr s.

Lançada no ano de 1939, por ocasião do centenário de nascimento de Tavares Bastos, a biografia escrita por Carlos Pontes trazia consigo, além do reconhecimento teórico e metodológico da crítica de então, consistente argumenta o sobre as raízes brasileiras que acabou por provocar um debate intelectual na imprensa sobre a identidade política brasileira. De fato, em uma época em que ‘entre nós se deu uma falência do liberalismo’, a biografia de Tavares Bastos constituiu-se em fator de pol mica no período. Neste sentido, porém, é digna de nota a observa o de Tristão de Athayde para quem o liberalismo de Tavares Bastos ‘está hoje mais do que nunca em moda’, pois estaria associado aos ‘mais recentes ideais econômicos dos grandes anti-nacionalistas modernos e propugnadores de um neo-liberalismo como Von Mises, Hayek ou Rougier’. Sobre este aspecto, gostaríamos de apontar a análise de Michel Foucault, de 1978-79, que defende que em Von Mises está um dos ‘fundadores do neoliberalismo’, sendo um dos mais importantes teóricos da escola alemã do *ordo-liberalismo*. Von Mises representava, principalmente, a crítica que associava o fen meno do monopólio às economias nacionais protecionistas, pois

existe a facilita o do fen meno monopolístico pelo fracionamento em mercados nacionais, que, reduzindo as unidades econ micas   fatias relativamente pequenas, permite efetivamente a existência, no interior deste quadro, dos fenômenos de monopólio que não subsistiriam em uma economia mundial.

Já o austr ico Von Hayek teria, segundo Foucault, ‘saído do neo-liberalismo’, passado pela Inglaterra e pelo Estados Unidos, tendo sido ‘manifestamente um dos inspiradores do liberalismo americano contemporâneo, ou do anarco-liberalismo’. Acerca do francês Louis Rougier, Foucault assinala neste autor a perspectiva de que ‘o regime liberal não é apenas o resultado de uma ordem natural como declararam, no século XVIII’, mas que ser liberal  

680 Carlos Pontes diz sobre Alberto Torres que ‘A sua imagina o aproximou-se daquela categoria da *imagina o realista*, que Trotsky lobrigou no maior transformador político dos tempos modernos’. In: LIMA, Augusto Sabóia. *Alberto Torres e sua obra*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1935. 11.

681 LIMA, Hermes. *Problemas de Nosso Tempo*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1935. 56; 97; 127; 140.

*ser essencialmente progressista no sentido de uma perpétua adaptação da ordem legal às descobertas científicas, ao progresso das organizações e das técnicas econômicas, às mudanças de estrutura da sociedade, às exigências da consciência contemporânea*⁶⁸².

Uma das principais fontes da análise de Foucault sobre estes autores é o livro de resumos do Colóquio Walter Lippman⁶⁸³, ocorrido entre os dias 26 e 30 de agosto de 1938. Este colóquio procurou, por um lado, retomar ‘efetivamente, sob a forma de uma pura e simples reativação, os temas do liberalismo clássico’ e, por outro lado, apresentar um ‘certo numero de perspectivas’ que traziam ‘os elementos que fazem parte do neo-liberalismo’⁶⁸⁴.

A obra de Carlos Pontes foi publicada em 1939, de modo que, os comentários de Tristão de Athayde apontando a ‘moda de um neoliberalismo’ revelam no pensador cristão uma leitura do seu mundo conectada a processos que ainda sequer tinham se desenvolvido em seus países de origem⁶⁸⁵. A Segunda Guerra Mundial havia apenas começado e, por aqui, Tristão de Athayde já reconhecia em Tavares Bastos uma fonte legítima para a habilitação de um neo-liberalismo entre nós e temia as implicações desta ‘raiz’ brasileira.

682 FOUCAULT, Michel. *Naissance de la biopolitique – Cours au Collège de France (1978-1979)*. Paris: Gallimard Seuil, 2004. 81; 141; 108; 167.

683 *Compte rendu des séances du colloque Walter Lippmann (26-30 août 1938)*. Travaux du Centre International d’études pour la rénovation du libéralisme, cahier n° 1, avant-propos de L Rougier. Paris: Librairie de Médecis, 1939.

684 FOUCAULT, Michel. *Naissance de la biopolitique – Cours au Collège de France (1978-1979)*. Paris: Gallimard Seuil, 2004. 138.

685 Referências que corroboram com os apontamentos de Tristão de Athayde sobre os autores fundadores do pensamento neoliberal podem ser encontradas em: ANDERSON, Pierre. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs). *Pós neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. 09-23.

CONCLUSÃO

No fim do percurso deste trabalho, gostaríamos de destacar alguns aspectos em nossa pesquisa. Ao abordarmos algumas produções biográficas da década de 1930, sinalizamos para a existência de um gênero que constituía uma ‘epidemia’ no período, o que lhe garantia um lugar fértil para a interpretação da produção intelectual daquela época. Ao elencarmos como ‘lugar de memória’ a *Coleção Brasileira*, procuramos dar foco à nossa perspectiva, a fim de não nos ‘perdermos’ em meio à gigantesca produção. De fato, ao reunir uma variedade considerável de autores em seus livros, a *Coleção Brasileira* nos pareceu um lugar rico, tanto em possibilidades significativas para interpretação das diferentes formas que a biografia poderia incorporar, quanto das variadas matrizes de interpretação da realidade brasileira que aquele presente comportava. É importante destacar que o olhar que se dirige para a *Coleção Brasileira* é fundamentalmente diferente de uma perspectiva que aborda um periódico, revista ou jornal com diretrizes, princípios e caráter claramente definidos⁶⁸⁶.

Com o viés genérico de uma ‘pedagogia da nacionalidade’, a *Coleção Brasileira* estava aberta às diferentes interpretações, perspectivas, visões de mundo e ideologias que compunham a própria ‘questão nacional’ premente nas primeiras décadas do século XX na intelectualidade brasileira. Assim, as sete obras trabalhadas por nós são elencadas no sentido de afirmar essa diversidade significativa, apontá-la e, de modo algum, esgotá-la. A riqueza significativa da *Coleção Brasileira* caracteriza-se, ainda, pela possibilidade de ter contato com matrizes de interpretação da cultura e identidade brasileira que, não necessariamente, estavam ancoradas às políticas de Estado. Ela permite que se opere um deslocamento de algo que parece ter se consolidado na historiografia sobre o período: a ancoragem da intelectualidade ao Estado varguista.

Acreditamos que a produção biográfica brasileira merece melhores análises por parte dos historiadores da historiografia, principalmente em uma época em que há um ‘retorno’ do gênero biográfico. Neste sentido, apontamos a variedade de perspectivas que rondavam o fazer biográfico,

686 Como exemplo deste tipo de análise poderíamos elencar, dentre muitas, a obra: RODRIGUES, Candido Moreira. *A Ordem – uma revista de intelectuais católicos 1934-1945*. São Paulo: FAPESP, 2005.

em diversos aspectos. Estes se traduzem nas relações que a biografia deveria ter com a literatura e com a história; nas preocupações que deveriam nortear a escrita biográfica, ora focalizando os ‘indivíduos’, ora ressaltando os ‘contextos’; nos problemas acerca da ‘subjetividade’ do biógrafo e do biografado; em uma gama de questões levantadas nos depoimentos acerca do biográfico, revelando a complexidade que rondava o gênero. Os problemas prementes à questão biográfica, no período estudado, não são, de modo algum, estranhos aos que emergem atualmente. Nas sete obras selecionadas, esperamos ter exposto como os autores trabalhavam esses aspectos.

A análise das biografias revelou-se, ainda, frutífera para a compreensão das interpretações acerca das tradições políticas e culturais brasileiras. Ao lugar na história da historiografia brasileira que cabe às biografias, deve-se somar, ao menos para compreensão do período 1930-1940, seu valor como fontes do imaginário político naquele período. Ancorado a um horizonte monumental, que não deixa de ser uma ‘retórica’ monumental’, o fazer biográfico se distinguiu como saber que, constituído teórica e metodologicamente, definia identidades políticas e culturais. Um saber que, no processo de rememoração, estabelecia nas relações entre presente e passado uma determinada expectativa para com o futuro, estabelecida nos pontos de atualização da figura biografada pelos agentes presentes. A biografia tem uma utilidade, o passado tem uma utilidade, coletiva e conflituosa que procura estabelecer as referências para um presente autodefinido como crítico e à procura de suas raízes.

No texto *Depois de aprender com a história*, Hans Ulrich Gumbrecht⁶⁸⁷ considera que ‘na atual situação’ a tese de que se pode ‘aprender com a História perdeu seu poder de persuasão’. Assim, explica o autor que ‘ninguém mais confia no conhecimento histórico em situações práticas’, de modo que, faz-se necessário ‘pensar seriamente sobre maneiras diferentes de *usarmos* o nosso conhecimento histórico’ (grifo nosso). A questão sobre a utilidade da história parece, portanto, permanecer, modificando-se quanto ‘as maneiras’ válidas de mobilizá-la na contemporaneidade. Neste sentido, Gumbrecht atenta para o fato da existência de um constante desejo ‘pela experiência direta de mundos passados’⁶⁸⁸. Assim, o autor parece reconhecer uma maneira válida do saber histórico na contemporaneidade que resida na possibilidade de satisfazer este desejo mediante a

ironia de um projeto que tenta re-presentar a realidade de um mundo passado apesar da (ou por causa da) sua consciência fundamental de que esta representação é impossível. Conhecendo a impossibilidade de sua realização, o desejo de imediação não deveria degenerar-se

687 GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Depois de Aprender com a história*. In: *Em 1926 – vivendo no limite do tempo*. Rio de Janeiro: São Paulo: Record, 1999.

688 GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Depois de Aprender com a história*. In: *Em 1926 – vivendo no limite do tempo*. Rio de Janeiro: São Paulo: Record, 1999. 459; 467.

Dessa forma, ‘depois de aprender com a história’, o que caracterizaria os historiadores atuais seria a composição de narrativas que são conscientes de seu caráter criativo, subjetivo e, portanto, relativo e mediado, ao mesmo tempo, que seriam acionadas segundo um desejo primordial de um presente que impele os homens à vivência imediata do passado. Uma narrativa impossível que procura saciar um desejo infinito, um desejo de eternidade.

Nada mais distante do impulso que mobilizou aqueles biógrafos da década de 1930 que, se por um lado, não estranhavam o desejo de ser ‘transportado às épocas passadas’, por outro lado, dirigiam-se ao passado com uma expectativa. Esperavam que o passado pudesse ajudá-los a se conhecerem melhor e ensiná-los sobre as diretrizes políticas e culturais que deveriam nortear a ação na indeterminação de um presente conflituoso. Daí a possibilidade de as biografias apresentarem uma diversidade de interpretações que faz com que elas apareçam aos olhos do historiador atual como fontes singulares acerca da história do pensamento político brasileiro. Monumentos que operam um sentido político entre passado, presente e futuro.

689 GUMBRECHT, Hans Ulrich. Depois de Aprender com a história. In: *Em 1926 – vivendo no limite do tempo*. Rio de Janeiro: São Paulo: Record, 1999. 485.

ANEXO I – ALGUNS DADOS SOBRE OS BIÓGRAFOS ANALISADOS

- **José Gabriel de Lemos Brito (1886-1963)** nasceu em Salvador/BA em 1886 e faleceu no ano de 1963 no Rio de Janeiro. Suas atividades são por demais variadas: diplomado em Direito pela Faculdade da Bahia (1907), foi deputado, sociólogo, historiador, criminologista, orador, poeta, teatrólogo, romancista e jornalista⁶⁹⁰. Foi membro da Academia Carioca de Letras; representou o governo brasileiro no ‘4º Congresso Americano da Criança’ que ocorrera em Santiago do Chile em 1924⁶⁹¹; Foi membro e presidente do Conselho Penitenciário do Distrito Federal entre 1938 e 1957⁶⁹². Lemos Brito é polígrafo, publica nas áreas de História, Literatura, Direito, Sociologia e Criminologia. Em historiografia publicou: ‘Guerra do Paraguai – narrativa histórica dos prisioneiros do vapor ‘Marquez de Olinda’⁶⁹³; ‘Pontos de partida para a história econômica do Brasil’⁶⁹⁴, que ganhou uma segunda edição ‘revisada e aumentada’ publicada pela Cia Editora Nacional na *Coleção Brasileira* em 1939; ‘Dom João VI e a formação do Império no Brasil’⁶⁹⁵; ‘Na barricada, campanha da libertação da Bahia’⁶⁹⁶ a já citada biografia de Frei Caneca e ‘Mário de Alencar: sua vida e sua obra’⁶⁹⁷. Apesar de uma bibliografia publicada extensa, Lemos Brito conta com poucas informações acerca de sua vida e produção. Dentre a bibliografia consultada, seu nome está sempre ligado à história da criminologia e da

690 COUTINHO, Afrânio & SOUSA, J Galante. *Enciclopédia de Literatura Brasileira*. São Paulo: Ed Global, 2001. Vol II. 385.

691 NUNES, Eduardo Silveira Netto. *Los Primeros Congresos Panamericanos del Niño (1916, 1919, 1922, 1924)*. In: *Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão*. ANPUH/SP – USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008. Cd-Rom. 1.

692 CANCELLI, Elizabeth. Repressão e Controle Prisional no Brasil: Prisões Comparadas. *História: Questões & Debates*. Curitiba, n. 42, 2005. Editora UFPR. 147.

693 BRITO, José Gabriel de Lemos. *Guerra do Paraguai – narrativa histórica dos prisioneiros do vapor ‘Marquez de Olinda*. Salvador: Tip. e enc. Reis & Cia, 1907.

694 BRITO, José Gabriel de Lemos. *Pontos de partida para a história econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Tip. Anuário do Brasil, 1923.

695 BRITO, José Gabriel de Lemos. *Dom João VI e a formação do Império no Brasil*. Rio de Janeiro: Gazeta Judiciária Ed., 1957;

696 BRITO, José Gabriel de Lemos. *Na barricada, campanha de libertação da Bahia*. Salvador: Tipografia bahiana, 1920.

697 BRITO, José Gabriel de Lemos. *Mário de Alencar: sua vida e sua obra*. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1953.

questão penitenciária no Brasil⁶⁹⁸, áreas nas quais é autor de ‘uma extensa bibliografia sobre a questão prisional e de prolixos estudos sobre a questão sexual nas prisões’⁶⁹⁹. Algumas obras do autor: *Obras Completas (assistência a menores; direito penal; ciência e prática penitenciárias)*. Rio de Janeiro: ministério da justiça, 1959; *Aspectos jurídicos e sociais da aversão de prêmios. S/L; Colônias e Prisões no Rio da Prata – Breve exposição apresentada ao governo do Estado da Bahia, em 5/8/1919*. Bahia: Livraria Catilina de Romualdo dos Santos, 1919; *O crime e os criminosos na literatura brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1946. *Da educação dos anormais*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1928. *Do Brasil, em Portugal (Conferências realizadas em Lisboa, Porto, Coimbra e Viana do Castela, em Janeiro e Fevereiro de 1928)*. Rio de Janeiro: Papelaria e Tipografia J Pires de Melo, 1928. *Do poder de agraciar*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942. *Do poder legislativo; ligeiro estudo, especialmente sobre a doutrina bicameral*. Bahia: Livraria Catilina, 1913. *Do que o mundo ri*. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro, 1922. *Ligeiras considerações sobre o ensino técnico, especialmente no Chile*. Rio de Janeiro: Araripe & Cia, 1925. *Noções gerais de direito e de legislação consular*. São Paulo: Comp. Melhoramentos, 1936 (?). *Oração às crianças*. Bahia: Livraria Catilina, 1913. *Portugal que eu vi*. Rio de Janeiro: F Briguet, 1931. *Les prisons du Brésil; brève exposition écrite par invitation de m. le dr Vianna do Castello*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1930. *Os problemas da infância no Brasil, tese apresentada ao Quarto Congresso americano da criança reunido em Santiago do Chile*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1924. *Psicologia do Adultério*. Rio de Janeiro: Livraria Jacinto, 1933. *A questão sexual nas prisões*. Rio de Janeiro: Livraria Jacinto, 1943. *Rui Barbosa e a igualdade das soberanias*. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica, 1954. *Os sistemas penitenciários do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1924-1927. *O valor militar; conferência*. Rio de Janeiro: Tipografia, S Benedito, 1933. *Do pudor e da educação sexual, tese apresentada ao quarto congresso americano da criança, reunido em Santiago do Chile*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1924. *A reforma penitenciária e a necessidade de um órgão federal de supervisão, orientação e coordenação*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

- **Antônio Gontijo de Carvalho (1900-1973)** era advogado, biógrafo e jornalista, nasceu em Uberaba/MG e faleceu no Rio de Janeiro em 1973. Formado pela tradicional Faculdade de

698 Cf. CANCELLI, Elizabeth. Repressão e Controle Prisional no Brasil: Prisões Comparadas. *História: Questões & Debates*. Curitiba, n. 42, 2005. Editora UFPR; ILGENFRITZ, Iara & SOARES, Bárbara Musumeci. *Prisioneiras – vida e violência atrás das grades*. Rio de Janeiro: Ed Garamond/CESeC, 2002.

699 ILGENFRITZ, Iara & SOARES, Bárbara Musumeci. *Prisioneiras – vida e violência atrás das grades*. 2002.

Direito de São Paulo em 1923, ocupou os cargos públicos de Secretário da Agricultura de São Paulo entre os anos de 1927-1930; Secretário Geral do Departamento Técnico do Café (1936); Funcionário do Ministério da Agricultura em 1938; Deputado substituto em 1945. Gontijo de Carvalho foi diretor do *Digesto Econômico*, periódico da Associação Comercial de São Paulo ainda circulante, durante 26 anos, entre 1947 e 1973, quando faleceu. Sua relação com Calógeras era próxima, pois Gontijo de Carvalho era detentor da ‘maior parte da biblioteca’ e da ‘monumental correspondência e fichário’ de João Pandiá Calógeras tendo acesso, portanto, a fontes importantes para a construção de uma narrativa historiográfica-biográfica. Além disso, era, em 1935, data de publicação da obra, secretário da ‘Fundação Pandiá Calógeras’, cujo presidente era o político, engenheiro, empresário e historiador Roberto Simonsen (1889-1948). Esta Fundação, conforme informação presente nas primeiras páginas da biografia de Calógeras, funcionou no número 11, sobreloja, na rua Libero Badaró em São Paulo. A produção bibliográfica de Gontijo de Carvalho é composta, principalmente, por obras biográficas. Trata-se de um biógrafo da história política nacional, escreveu, principalmente, perfis biográficos reunidos em volumes como, por exemplo, a obra ‘Vultos da República’⁷⁰⁰ em que reúne os ‘esforços biográficos’ de David Campista, Carlos Peixoto e Gastão da Cunha. Neste sentido, afirmara o autor que ao reunir vários perfis em uma obra, ‘outro intuito não visou senão o de fornecer alguns dados sobre Homens e Causas do Brasil’⁷⁰¹. Algumas de suas obras: *Uma conspiração contra a inteligência. Vida e obra de David Campista*. Rio de Janeiro: Ed Arte Nova, 1968. *Ensaio Biográfico*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1951. *Rui, estudante*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1949. *Estadistas da República*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1940. *Rui Fernandes, um servidor do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Agir, 1956.

- **Carlos Pontes Marques de Almeida (1887-1957)** é natural de Olhos d’Água do Acioli, no município de Palmeira dos Índios no estado do Alagoas. Formou-se em 1907 na Faculdade de Direito de Recife. No estado do Pará exerceu os cargos de promotor, na cidade de Igarapeassú, e de Secretário do Tribunal Superior do Estado. Neste Estado, foi, ainda, deputado estadual e, quando voltou a Alagoas, elegeu-se deputado estadual nas legislaturas 1917-1918 e 1929-1930. Ainda em Alagoas, foi Inspetor Federal de Ensino. No Rio de Janeiro, foi diretor da Biblioteca da Caixa Econômica Federal, cargo no qual se aposentou. Carlos Pontes fez parte da Academia Alagoana de Letras, do Instituto Histórico Geográfico de Alagoas e da Sociedade dos Amigos

700 CARVALHO, Antonio Gontijo de. *Vultos do Brasil*. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 1936.

701 CARVALHO, Antonio Gontijo de. *Homens e causas do Brasil*. São Paulo: Imprensa Gráfica da Revista dos Tribunais, São Paulo. 1937. 5.

de Alberto Torres, Pontes faleceu na cidade do Rio de Janeiro em 1957⁷⁰². As informações sobre sua vida são muito escassas, de forma que, mesmo o dicionário oficial de Alagoas desconhece seu segundo nome relacionando-o como Carlos... de Almeida Pontes. Todas as referências a seu respeito tratam-no como Carlos Pontes. A biografia que escreveu sobre Tavares Bastos, porém, é reconhecida por historiadores que classificam Pontes como seu ‘biógrafo oficial’, utilizando-se desta obra como fonte para ‘todas as observações sobre a vida pessoal de Tavares Bastos’⁷⁰³; segundo Plínio Barreto, Carlos Pontes teria um ‘jeito especial para aquilo que se chama “a pequena história” e, ao mesmo tempo, ‘havia demonstrado, no magnífico estudo consagrado a Tavares Bastos, que é capaz de obras de largo fôlego’⁷⁰⁴; por fim, Hermes Lima afirma que Carlos Pontes ‘com o seu Tavares Bastos’ teria já ‘assegurado’ um ‘lugar de honra no gênero biográfico’⁷⁰⁵. Em 1953, ainda é a biografia de Tavares Bastos a referência primordial associada ao nome de Carlos Pontes. Além de uma escrita biográfica ‘de fôlego’ e, portanto, significativa do ponto de vista historiográfico; Carlos Pontes, segundo Wilson Martins, faria parte daqueles que sutil e implicitamente condenavam o regime de Vargas⁷⁰⁶. Autor de poucas obras, além da biografia de Tavares Bastos, Carlos Pontes escrevera: *Ação do poeta Olavo Bilac e o reerguimento do espírito nacional*. Rio de Janeiro: Typ do Jornal do Commercio, de Rodrigues e C., 1917. *Motivos e Aproximações*. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1953. 8-9.

- **Octávio Tarquínio de Sousa (1899-1959)** nasceu no Rio de Janeiro em 1899. Bacharelou-se em Direito na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro. Foi 2º oficial da Administração dos Correios e secretário do diretor e, entre 1914-1918, foi diretor dessa repartição federal. Em 1918, foi nomeado procurador do Tribunal de Contas da União (TCU), em 1932 torna-se ministro deste Tribunal onde chegou a ser presidente (1935-1936). Sua atuação intelectual é vigorosa: em 1924, representou o Brasil na Conferência Internacional de Emigração e Imigração em Roma; foi colaborador dos ‘Diários Associados’; crítico literário de ‘O Jornal’. Dirigiu a ‘Revista do Brasil’, entre os anos 1938-1943, e a coleção ‘Documentos Brasileiros’, da livraria José Olympio; colaborou, ainda, nos jornais: O Estado de São Paulo, Correio da Manhã, Folha da Manhã de São Paulo e Tribuna da Imprensa; Pertenceu ao Instituto

702 Cf. BARROS, Francisco Reinaldo Amorin. *ABC das Alagoas: Dicionário Bio-bibliográfico, Histórico e Geográfico de Alagoas*. Tomo II. Brasília: Ed Senado Federal, 2005. 415.

703 Cf. SILVA, Antonio Marcelo J F da. *Tavares Bastos: Biografia do liberalismo Brasileiro*. Rio de Janeiro: IUPERJ; Tese Doutorado, 2005. 10 e 42.

704 BARRETO, Plínio. A Pequena História. *Estado de São Paulo*. 15/02/1953. Arquivo: IHGB; DL1536.

705 LIMA, Hermes. Prefácio. In: PONTES, Carlos. *Motivos e Aproximações*. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1953. 9.

706 MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira vol VII (1933-1960)*. 125.

Histórico de Petrópolis; ao Comitê das Entidades de Cooperação Franco-Brasileira; à Academia Brasileira de Letras; ao IHGB e em 1943 foi eleito presidente da Associação Brasileira de Escritores; recebeu homenagens no exterior, entre elas a Ordem de Cristo, em Portugal; foi distinguido com o ‘Prêmio Jornal do Comércio’ em 1959, em função da obra *Fundadores do Império do Brasil*⁷⁰⁷, mas acabou não recebendo devido ao seu falecimento e de sua mulher, a escritora e crítica literária Lúcia Miguel Pereira em um desastre aéreo em dezembro daquele ano⁷⁰⁸. Tarquínio de Sousa, diferentemente da maioria dos autores trabalhados por nós, era ‘intelectual de bastante prestígio’⁷⁰⁹, tendo sido reconhecido por seus pares. Sua obra ‘História dos Fundadores do Império do Brasil’ é, segundo Sérgio Buarque de Hollanda, ‘obra que já nasceu clássica’; para Alceu Amoroso Lima é ‘obra-prima de erudição, de senso histórico e de bom gosto literário’; Menotti del Picchia diz se tratar de um ‘monumento cívico para os brasileiros’ e Gilberto Freyre afirma ser um ‘conjunto realmente monumental em arte biográfica’. Vale a pena relacionar o juízo de Carlos Drummond de Andrade sobre Tarquínio de Sousa o qual, de acordo com o poeta mineiro, era ‘mestre de historiografia’ e sua obra ‘é livro que honra uma vida’⁷¹⁰. Não obstante tal reconhecimento, ‘dados a respeito da vida e da atuação de Otávio Tarquínio de Sousa são escassos’⁷¹¹ e sua proposta historiográfica parece não ter angariado seguidores. Tal proposta historiográfica merece ser destacada dentre os biógrafos trabalhados por nós na medida em que este autor buscou a partir do método biográfico ‘estudar, em alguns dos seus aspectos mais importantes – o político, o social, o econômico – um período de nossa evolução histórica, talvez o mais atraente de todos – a Regência, com as suas experiências republicanas, com os seus surtos liberais e, ao mesmo tempo, com suas vocações autoritárias’⁷¹². Na verdade, a obra *História dos Fundadores do Império do Brasil*, reunia, em especial, as biografias elaboradas pelo autor entre 1937 e 1952. Para José Honório Rodrigues, ‘embora não se possa reduzir a história a uma simples descrição de personalidades, nem esquecer o papel do povo, sua obra representa uma visão equilibrada entre personalização da história e o exagero da ênfase sobre as forças impessoais que solapa o senso da

707 SOUSA, Otávio Tarquínio de. *História dos Fundadores do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958. 10 V.

708 Cf. Dicionário Biobibliográfico do IHGB de Historiadores, Antropólogos e Geógrafos Brasileiros. Rio de Janeiro: IHGB, 1993. 3º Vol. 165-166.

709 LUCA, Tania Regina de. Revista do Brasil (1938-1943): um projeto alternativo?. In: DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves. (Org.). *Política, nação e edição. O lugar dos impressos na construção da vida política. Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XIX*. São Paulo: Annablume, 2006. 323.

710 Cf.: Notas da Editora. In: TARQUÍNIO SOUSA, Octávio. *História dos Fundadores do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972. XXIII-XXX.

711 LUCA, Tania Regina de. Revista do Brasil (1938-1943): um projeto alternativo?. In: DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves. (Org.). *Política, nação e edição. O lugar dos impressos na construção da vida política. Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XIX*. São Paulo: Annablume, 2006. 323.

712 SOUSA, Octávio Tarquínio de. *Evaristo da Veiga*. São Paulo: CEN, 1939. 11.

responsabilidade pessoal'⁷¹³. Assim, Tarquínio de Sousa, segundo Honório Rodrigues, teria relativo sucesso em seu empreendimento de produzir uma historiografia do Brasil fundamentalmente a partir da produção de biografias. Evaldo Cabral de Melo qualifica a produção de Tarquínio de Sousa acerca do período regencial como a 'melhor visão de conjunto', apesar das 'limitações do gênero biográfico e das restrições ideológicas decorrentes da interpretação saquarema da história da fundação do Império'⁷¹⁴. Cassiano Ricardo, por ocasião da morte de Tarquínio de Sousa e Lúcia Miguel Pereira, escreveu o poema:

*Otávio e Lúcia*⁷¹⁵

A José Olympio

| | | |
|---|---|---|
| <p>I</p> <p>A flor é ave. A xícara de café, voando na bandeja, é ave O jornal, um pássaro alvo na mão do leitor voador. Que também é ave. Tudo o que está dentro do avião é ave. Todos nós somos aves 'A ave vive e voa' como na cartilha da infância Em que se aprende a soletrar e voar. Cada nuvem branca uma enorme garça que voa. Em sentido oposto. E logo se esgarça na distância. Estamos voando sobre um bando de garças. A aeromoça é ave além de anjo particular</p> | <p>II</p> <p>Somos pequenas aves distraindas. Canários doudos. Mas nossa asa é de todos. Cada um de nós não com sua asa pra voar só. Só a grande asa de todos, voar juntos. Onde graça maior de um ser irmão do outro do que no avião? Em que cada um voa com a (sua) asa do irmão? 32 aves numa só ave, (do mês de dezembro) Com esta lição (eterna) fraterna. Cada um voando (pássaro doudos) com a asa de todos.</p> <p>III</p> | <p>Cada um e – entre todos - Otávio e Lúcia com a asa de todos morrer juntos.</p> |
|---|---|---|

713 RODRIGUES, José Honório. Otávio Tarquínio de Sousa. In: *História e Historiadores do Brasil*. São Paulo: Fulgor, 1965. 156.

714 MELLO, Evaldo Cabral de Melo. Folha On-line - Dicas de Leitura: O Que Ler no Brasil Império. Disponível em:

http://www1.folha.uol.com.br/fof/brasil500/guia_12.htm acessado 24/11/2008.

715 RICARDO, Cassiano. *Os Sobreviventes*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1971. 127-128.

entre o céu e o

mar.

Voar – seu brinquedo
de física

elementar.

Cada um

e – entre todos -

Otávio e Lúcia

com a asa de todos

voar juntos.

Algumas obras de Octávio Tarquínio de Sousa: *José Bonifácio*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1945. *Monólogo das Coisas*. Rio de Janeiro: Tipografia Besnard, 1914. *Diogo Antônio Feijó*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1946. *De várias províncias*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1952. *A vida de d. Pedro I*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959. *História do Brasil (3ª série, de acordo com o programa oficial)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1944. *Bernardo Pereira de Vasconcelos e seu tempo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937. *História dos Fundadores do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957-58. *História de dois golpes de Estado*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939. (tradução de) *Rubaiyat* de Omar Khayyam. Rio de Janeiro: José Olympio, 1951.

- **Afonso Schmidt (1890-1964)** nasceu em Cubatão, então distrito de Santos, em 1890. Em 1905 prestou exames para a Academia de Direito de São Paulo, mas abandonou os estudos e passou a trabalhar como repórter em vários jornais e, por um período, como puxador de trens na construção da estrada de ferro de Santos a Juquiá. Quando completou dezesseis anos comprou passagem de terceira classe a bordo do vapor ‘Berenguer el Grande’ e, sem dinheiro, visitou Portugal e Espanha, fixou-se em Paris. Quando voltou ao Brasil, trabalhou como redator do ‘Comércio de São Paulo’. Neste periódico, publicou, em 1908, um soneto intitulado ‘Janelas Abertas’. Este foi o nome dado, anos depois, a uma coleção de poesias suas que obteve menção honrosa da Academia Brasileira de Letras. A vida de Schmidt nestes anos de 1910-1920 é agitada, tendo, neste período, trabalhado em vários jornais tanto em São Paulo quanto no Rio de Janeiro. Em 1913, fez outra viagem à Europa, nas mesmas condições com as quais fez a primeira, desta vez vislumbrara a Itália e a França. Retornou ao Brasil entre maio e junho de 1914, pouco antes da deflagração da Primeira Guerra Mundial. Segundo o próprio Schmidt, o período da Guerra fora difícil e sua família ficara ‘sem quaisquer recursos’, residindo no município na região de Itaipu, próximo ao município de São Vicente, no litoral de São Paulo. É quando a Guerra termina que Schmidt retorna à capital paulista e trabalha n’A Plebe’ e n’A Vanguarda’. Foi então convidado a secretariar o jornal ‘A Voz do Povo’, do Rio de Janeiro.

Neste ‘jornal dos trabalhadores’ assumiu o cargo de diretor. Mas, Schmidt retorna à Santos e adquire ‘certa estabilidade’ na ‘Folha da Noite’. Com a revolução de 1924, porém, este jornal foi fechado e Schmidt vai trabalhar no ‘Estado de São Paulo’, quando o ‘jornal era pobre’ e ‘lutava contra dificuldades’. Neste periódico, que, após a passagem de Monteiro Lobato, Guilherme de Almeida, Sud Mennucci e Fernando de Azevedo, ‘enriqueceu’, Schmidt trabalhou por 30 anos. Já na década de 1950, Schmidt tornou-se redator-chefe de ‘Fundamentos’, revista de cultura moderna, e colaborador do ‘Correio Paulistano. Afonso Schmidt faleceu na capital paulista em 1964⁷¹⁶. Schmidt foi eleito para a Academia Paulista de Letras e era membro honorário do Instituto Histórico Geográfico de São Paulo. Em 1942 alcançou o prêmio da Academia Brasileira de Letras de melhor romance com a obra *A Marcha* e o prêmio em louvor de São Francisco de Assis. Em 1922, com a obra ‘Os Impunes’ ganhou o prêmio em Buenos Aires de ‘La Novela Semanal’ e, em 1948, atingiu prêmio ‘O Cruzeiro’ com a obra ‘Menino Felipe’. O título mais importante que lhe foi concedido é o ‘Juca Pato’, em 1963, símbolo do ‘Intelectual do Ano’, em concurso realizado promovido pela União Brasileira de Escritores e o jornal Folha de São Paulo. Afonso Schmidt, além de complexa trajetória pela imprensa paulista e carioca, foi romancista, dramaturgo, novelista e poeta com vasta bibliografia publicada. A partir de 1973, através de decreto-lei, a Prefeitura Municipal de Cubatão instituiu a ‘Semana Afonso Schmidt’ que ocorre anualmente no mês de junho. Algumas obras de Schmidt: *Lírios Roxos*. São Paulo: Tipografia Stocco, 1906. *Miniaturas*. São Paulo: Tipografia do Globo, 1906. *Janelas Abertas*. São Paulo: Tipografia Piratininga, 1911. *Lusitânia: Episódio Patriótico em Versos, Música do Maestro Júlio Cristobal*. São Paulo: Pocai & Comp, 1916. *Mocidade*. Santos: Tipografia Instituto, 1921. *Brutalidade*. Santos: D. Escolástica Rosa, 1922. *Os impunes*. São Paulo: Monteiro Lobato, 1923. *O Dragão e as Viagens*. São Paulo: Distribuidora dos Bons Livros de Autores Nacionais – Vieira & Cia, 1927. *Os negros*. São Paulo: Publicado pelo grupo ‘Quilombo’, de trabalhadores negros, para venda em benefício de sua biblioteca, 1932. *Pirapora*. São Paulo: Ed Uni tas, 1933. *Poesias (obras escolhidas)*. São Paulo: Editorial Unitas, 1933. *Carne para Cañon*. Pieza en 3 actos. Tradução de G. Soler, SLP, 1934. *Curiango*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1935. *Zanzalás – Uma novela de Tempos Futuros*. São Paulo: SPES, 1938. *A Marcha*. São Paulo: Anchieta, 1941. *O Tesouro de Cananéia*. São Paulo: Anchieta, 1941. *Reino do Céu*. São Paulo: Moema, 1942. *A sombra de Júlio Frank*. São Paulo: Anchieta, 1942. *Colônia Cecília*. São Paulo: Anchieta, 1942. *O Assalto*,

716 SCHMIDT, Afonso. Autobiografia. In: *Edição Maravilhosa Apresenta: A Marcha, romance brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Brasil-América. N° 110; Setembro 1955. 4; MELO, Luíz Correa de. *Dicionário de autores Paulistas*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo - Serviço de Comemorações Culturais, 1954. 566-567.

Romance do Ouro e do Sal. São Paulo: Martins, 1945. *O retrato de Valentina*. Coleção Iguassu. São Paulo: Instituto Progresso Editorial SA, 1947. *Somos Todos irmãos*. São Paulo: O Pensamento, 1949. *Menino Felipe*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1950. *Saltimbancos*. Coleção Jaboti. São Paulo: Saraiva, 1952. *A Carantonha*. São Paulo: Melhoramentos, 1952. *Colônia Cecília*. Tradução de itálico: Ancona Lopez. Siena: Maia, 1958. *A locomotiva*. Col. Clássicos de Hoje e Amanhã. São Paulo: Zumbi, 1959. *Mistérios de São Paulo*. 2ª edição. Coleção Romances de Agora. São Paulo: Edição Autores Reunidos Ltda, 1960. *Histórias Antigas*. Col. Contistas do Brasil. São Paulo: Cultrix, 1962. *Os melhores Contos de Afonso Schmidt*. São Paulo: Boa Leitura, 1962.

- **Jonathas Arcanjo da Silveira Serrano (1885-1944)** nasceu no Rio de Janeiro em 1885, fez-se bacharel em Direito pela Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro. Quando estudante nesta instituição, recebeu Medalha de Ouro, por haver obtido distinção em todas as matérias do curso. Tornou-se doutor com teses em concursos de Direito Romano e Filosofia do Direito na Faculdade de Direito do Estado do Rio de Janeiro. Foi professor de História da Civilização no Externato do Colégio Pedro II a partir de 1926; lecionou esta mesma disciplina na antiga Escola Normal do Rio de Janeiro, da qual foi diretor entre os anos de 1927 – 1928. Serrano integrou o Conselho Nacional do Livro Didático; foi membro do Conselho de Instrução Pública do Rio de Janeiro e do Conselho de Educação do Distrito Federal. Foi membro da Sociedade Capistrano de Abreu, à Academia Portuguesa de História; ao Instituto Histórico Geográfico do Ceará; ao Instituto Arquivístico Histórico Geográfico Pernambucano; ao Instituto Histórico Geográfico do Espírito Santo; ao Instituto Histórico de Ouro Preto; ao Grêmio de Ciências e Letras de Campinas; à Associação Brasileira de Imprensa (ABI); à Associação dos Jornalistas Católicos; ao Centro Dom Vital; à Sociedade de Filosofia; à Associação Brasileira de Educação (ABE) e à Associação dos Professores Católicos. Em 1919, tornou-se sócio efetivo do IHGB, foi presidente do Secretariado de Cinema da Ação Católica Brasileira e redigiu seu boletim. Foi Membro da Comissão Nacional de Censura Cinematográfica como representante do Ministério da Educação⁷¹⁷. Serrano publicou em diversas áreas: historiografia, literatura, crônica, ensaio e poesia. Seu ensaio sobre Júlio Maria⁷¹⁸ recebeu menção honrosa da ABL. Atuante nas áreas da educação e com formação católica substancial, Serrano escreveu livros didáticos que, segundo o dicionário do IHGB, ‘renovaram a literatura especializada e serviram a várias gerações’. O mesmo dicionário

717 Cf. Dicionário Biobibliográfico do IHGB de Historiadores, Antropólogos e Geógrafos Brasileiros. Rio de Janeiro: IHGB, 1993. 3º Vol. 194

718 SERRANO, Jonathas. Júlio Maria. Rio de Janeiro: Centro Dom Vital, 1924.

destaca que, apesar da tese de que ‘dicionário não é louvação’, a ‘extraordinária contribuição de Jonathas Serrano ao ensino da história, merece que se faça uma exceção’⁷¹⁹. Intelectual engajado na defesa do cristianismo e com a necessidade de educação católica dos brasileiros, Serrano pertenceu àquela geração, de ‘depois da República’, que propunha uma ‘renovação espiritual’, pois entendia que a ‘literatura brasileira, nos meados do século e particularmente entre 1820 e 1890, foi agnóstica, cética, quando muito deísta, ou conscientemente anticristã e sobretudo anticlerical’⁷²⁰. Sua participação na corrente católica deste movimento é evidenciada quando, já em 1915, escrevia nas páginas da ‘Revista Social’, publicação da União Católica Brasileira, com sede no Rio de Janeiro, que dizia compor-se ‘de todas as classes sociais de um e outro sexo, quer nacionais, quer estrangeiros’, sem distinção de idéias políticas’. E, nota do crescimento da referida ‘renovação’, é o destaque deste mesmo periódico para o fato de, fundado em 1907, já contar com cerca de 300 acadêmicos ‘de nossas faculdades superiores’, além de ‘distintos vultos de nossa sociedade, médico, advogados, engenheiros, comerciantes etc’⁷²¹. Algumas obras de Serrano: *O chale e outros contos*. Rio de Janeiro: s/ed, 1938. *Deus o quer*. Rio de Janeiro: Livraria Católica, 1934. *Evageliário*. Rio de Janeiro: Tipografia Besnard Frères, 1907. *Esta vida passa*. Rio de Janeiro: Bedeschi, 1938. *História da Idade Média*. Rio de Janeiro: F. Briguiet, 1941. *A Montanha de Cristo*. Rio de Janeiro: Livraria Católica, 1931. *Cinema e educação*. São Paulo: Comp Melhoramentos, 1931. *A escola nova, uma palavra serena em um debate apaixonado*. Rio de Janeiro: Schmidt, 1932. *Epitome de História Universal*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1957. (1ª edição 1912). *História da civilização... para o curso secundário*. Rio de Janeiro: F. Briguiet & cia, 1941. *Homens e idéias*. Rio de Janeiro: F Briguiet, 1930. *Julio Maria*. Rio de Janeiro: Ed do Centro D Vital, 1924. *Philosophia do Direito*. Rio de Janeiro: Livraria Católica, 1933. *Resumen de la historia del Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943. *O valor social da castidade*. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunais, 1912. *El método Montessori*. Madri: Publicaciones de la revista de pedagogia, 1928. *Um aspecto da social da educação da infância, conferência realizada no Asilo Infantil N S de Pompeia, no Meyer, em 29 de julho de 1919 e publicada na revista social, no número julho de 1919*. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1919. *Epitome de história do Brasil*. Rio de Janeiro: F Briguiet, 1941.

719 Cf. Dicionário Biobibliográfico do IHGB de Historiadores, Antropólogos e Geógrafos Brasileiros. Rio de Janeiro: IHGB, 1993. 3º Vol. 194

720 LIMA, Alceu Amoroso. A reação espiritualista. In: COUTINHO, Afrânio (DIR). *A Literatura no Brasil*. Vol IV. Rio de Janeiro: Editorial Sul Americana S A, 1969. 281

721 Cf. Revista Social Ano VIII. Rio de Janeiro, 1915. Vol VII. 197 e seguintes.

- **João Dornas Filho (1902-1962)** nasceu em Itaúna/MG em 1902, diferentemente dos outros autores por nós estudados, não cursou o ensino superior, tendo se formado apenas no ensino primário do educandário daquela cidade. Sua relação com as letras começou ainda na adolescência quando trabalhou como tipógrafo. Na década de 1920, escrevia ensaios para jornais locais, sendo o mais importante o ‘Zum Zum’. Ainda nos anos 1920, muda-se para Belo Horizonte, torna-se funcionário público e participa do chamado ‘segundo núcleo’ do movimento Modernista Mineiro, sendo o ‘primeiro núcleo’ formado pelos intelectuais em torno da publicação de *A Revista* (1925-1926), como Carlos Drummond de Andrade, João Alphonsus, Emílio Moura, Pedro Nava, Abgar Renault e outros. Destacando-se como literato, pesquisador e ensaísta, Dornas Filho dirigiu no ano de 1928, ao lado de Aquiles Vivacqua e Guilhermino César, o tablóide suplementar do jornal Estado de Minas: *Leite Criôlo*, marco deste ‘segundo núcleo’ modernista mineiro. A relação de Dornas Filho com o modernismo revelou-se complexa, pois, se, por um lado, a definiu, em reflexão já da década 1950, a ‘primeira fase’ (1928-1935) da experiência modernista como marcada por uma caráter eminentemente ‘destrutivo’. O escritor itaunense revela que, neste primeiro momento, fora ‘um dos mais severos acusadores no julgamento da geração anterior’; tal julgamento questionava a maneira como aquele presente deveria se relacionar com o passado, de modo que Dornas Filho acreditava que a geração do XIX e início do XX era ‘incapaz em guardar o patrimônio mental que nos deveria ser transferido’. Por outro lado, é em uma ‘segunda fase’, ainda no interior de uma perspectiva modernista, que Dornas Filho produzirá a maior parte de sua obra. Este segundo momento seria marcado por uma busca de ‘autoconhecimento do País’, que procurava ‘acabar com o mimetismo mental e denunciar o atraso, a miséria do subdesenvolvimento’. Esta perspectiva inicia-se, justamente, com a biografia de Silva Jardim, em 1936. Com o passar do tempo, Dornas Filho torna-se, cada vez mais, um historiador da ‘cultura’, especificamente de Minas Gerais, de forma que, suas pesquisas direcionam-se para objetos como as crenças, falas, superstições e modos de viver na história do povo mineiro. Dornas Filho foi membro da Academia Mineira de Letras, do Instituto Histórico Geográfico de Minas Gerais e de São Paulo. Foi eleito patrono da cadeira nº 14 Academia de Letras de Pará de Minas. Dornas Filho faleceu em Belo Horizonte, em 1962, aos 60 anos de idade⁷²². Algumas obras de Dornas Filho: *Achegas de etnografia e folclore*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1972. *Andradas na História do Brasil*. Belo Horizonte: Queiroz Breyner, 1936. *Apontamentos para a história da*

722 As informações sobre vida e obra de Dornas Filho são escassas. As que aqui elencamos encontram-se em: FONTE BOA, Geraldo Fernandes. João Dornas Filho. *Arcádia – Academia de Letras de Pará de Minas*. Ano 10. Edição Especial Dezembro/2007. 5.

República. Curitiba: Guaíra, 1941. *Aspectos da economia colonial*. 2 ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1959. *Capítulos da sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1955. *Ciganos em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Movimento Editorial Panorama, 1949. *A Escravidão no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1939. *Efemérides Itaunenses*. Belo Horizonte: João Calazans, 1951. *Figuras da Províncias*. Belo Horizonte: Movimento Editorial Panorama, 1949. *Itaúna: contribuição para a história do município*. Belo Horizonte: s/n, 1936. *Júlio Ribeiro*. Belo Horizonte: Cultura Brasileira, 1945. *Motins Célebres em Minas*. São Paulo: Tipografia do Departamento de Investigações, 1951. *Notas para a história da literatura mineira*. Belo Horizonte: s/n, 195?. *Ouro das gerais e a civilização da capitania*. São Paulo: CEN, 1957. *O Padroado e a Igreja brasileira*. São Paulo: CEN, 1938. *Povoamento do Alto São Francisco*. São Paulo: Revista Sociologia, 1956.

FONTES

- BRITO, José Gabriel de Lemos.** *A gloriosa sotaina do Império: Frei Caneca.* São Paulo: CEN, 1937;
- CARVALHO, Antonio Gontijo de.** *Calógeras.* São Paulo: CEN, 1935.
- DORNAS FILHO, João.** *Silva Jardim.* São Paulo: CEN, 1936.
- PONTES, Carlos.** *Tavares Bastos (Aureliano Candido) 1839-1875* São Paulo: CEN, 1939;
- SCHMIDT, Afonso.** *A vida de Paulo Eiró* São Paulo: CEN, 1940.
- SERRANO, Jonathas.** *Farias Brito – O homem e a obra.* São Paulo: CEN, 1940.
- SOUSA, Octavio Tarquínio de.** *Evaristo da Veiga.* São Paulo: CEN, 1939.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Regina. *A fabricação do Imortal – memória, história e estratégias de consagração no Brasil.* Rio de Janeiro: Rocco, 1996.
- Anais Eletrônicos do X Encontro Regional de História ANPUH-RJ: História e Biografias.* Rio de Janeiro: UERJ, 2002.
- ALBERTI, Verena. Revelações e riscos da hermenêutica. *Estudos Históricos.* n 17, 1996.
- ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional.* São Paulo: Ática, 1989.
- ANTOINE, Gérald. Pour ou contre Sainte-Beuve? In: *Romantisme*, Ano 2000, vol 30, n 109.
- ÁVILA, Afonso (ORG). *O Modernismo.* São Paulo: Perspectiva, 1975.
- BARATIN, Marc; JACOB, Christian (org) *O Poder das Bibliotecas – a memória dos livros no Ocidente.* Rio de janeiro: UFRJ, 2000
- BERNSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: TIOUX & SIRINELLI (ORG). *Por uma história cultural.* Lisboa: Estampa, 1998.
- Le Modèle Républicain. In: *Les Cultures Politique en France.* Paris:

Editions du Seuil, 1999.

BICCA, Luís Eduardo. *A crise ideológica e o integralismo*. In: Encontros com a Civilização brasileira, nº. 16. RJ, 1979.

BOMENY, Helena (org). *Constelação Capanema – intelectuais e política*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1976.

BRANDÃO, Helena H Nagamine. *Introdução à Análise do discurso*. Campinas: Ed UNICAMP, 2002.

BURKE, Peter. BURKE, Peter. *A Escola dos Annales -1929-1989*. São Paulo: Unesp, 1991.

A invenção da biografia e o individualismo renascentista. *Estudos Históricos*. Número 19, vol 10, Rio de Janeiro: 1997.

CARINO, Jonaedson. *A Biografia e a sua instrumentalidade educativa*. In: Educação e Sociedade, vol 20, n 67. Campinas, Agosto, 1999.

CARVALHO, José Murilo. Utopias Republicanas. In: *A Formação das Almas: O Imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1990

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

COMPAGNON, Antoine. *O demônio da teoria – literatura e senso comum*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

CHARTIER, Roger. *A historia cultural entre praticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa [Portugal]: Difel, 1990.

A Ordem dos Livros: Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Brasília: UnB, 1994

CHOTARD, Loïc. Les Grands Hommes du jour. *Romantisme*, Année 1998, vol 28, n 100.

DAMAMME, Dominique. Des instruments biographiques. *Pôle Sud*, Année 1994, vol 1, n 1

DARTON, Robert. *Os best-sellers proibidos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

DARVICHE, Mohammad-Saïd. La Biographie nationale ou comment justifier collectif moderne. *Pôle Sud*, Année 1994, vol 1, n 1.

DÁVILA, Jerry. O valor social da brancura no pensamento educacional. In: *Educar*, Curitiba, n 25. Ed UFPR, 2005.

DAVIS, Natalie Xemon. *O Retorno de Martin Guerre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DIEHL, Astor Antônio. *A cultura historiográfica brasileira – do IHGB aos anos 1930*. Passo Fundo/RS: EDIUPF, 1998

Teoria Historiográfica: diálogo entre tradição e inovação. In: *Vária História*. Vol 22, n 36, 2006. Belo Horizonte.

- DILTHEY, Wilhem. *El mundo histórico*. México: FCE, 1944.
- DOSSE, François. *A história à prova do tempo – Da história em migalhas ao resgate do sentido*. São Paulo: UNESP, 2001.
- A história em Migalhas*. São Paulo: Ensaio, 1992.
- DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves (ORG). *Política, Nação e Edição – O lugar dos impressos na construção da vida política*. São Paulo: Annablume, 2006.
- DUTRA, Eliana de Freitas. *Companhia Editora Nacional: Tradição Editorial e Cultura Nacional no Brasil dos anos 30*. www.livroehistoriaeditorial.pro.br/pdf/elianadutra.pdf.
- O Ardil Totalitário*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997.
- Rebeldes e literário da República: história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914)*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.
- ECO, Umberto. *Interpretação e superinterpretação*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- FALCON, Francisco J Calazans. História e Representação. CARDOSO, Ciro Flamarion; FILHO, Alberto Venâncio. *A Historiografia Republicana: A contribuição de Afonso Arinos*. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol 3, n 6, 1990,
- FONTANA, Josep. *História: análise do passado e projeto social*. Bauru, SP: EDUSC, 1998.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- Arqueologia do Saber*. Lisboa: Vozes, 1972.
- LE GOFF, Jacques. *Historia e memória*. Campinas: Editora UNICAMP, 1990.
- GAY, Peter. Ranke – O crítico respeitoso. In: *O Estilo da História*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- GOMES, Ângela M de Castro. *História e historiadores – A política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- Política: História, ciência, cultura etc. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol 9, n 17, 1996.
- GOMES, Ângela M de Castro; OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta. *Estado Novo – Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro: FGV, 1982.
- GONÇALVES, Márcia de Almeida. *Em busca de homens históricos: historismo e narrativa biográfica na obra de Octávio Tarquínio de Sousa*. In: XI Encontro Regional de História/ANPUH-RJ, 2004.
- GUAZZELLI, César Augusto Barcellos; PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz; SCHMIDT, Benito Bisso; XAVIER, Regina Célia Lima. *Questões de Teoria e Metodologia da História*. Porto Alegre: Ed Universidade/UFRGS, 2000.
- GUINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. Depois de Aprender com a história. In: *Em 1926 – vivendo no limite do tempo*. Rio de Janeiro: São Paulo: Record, 1999.

HALLEWEL, Laurence. *O Livro no Brasil (sua história)*. São Paulo: Edusp, 1985.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *A Razão na História*. São Paulo: Centauro, 200.

HOBBSBAWM, Eric. J.; RANGER, Terence. O. *A Invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.

HUNT, Lynn. Uma interpretação da revolução Francesa. In: *Política, Cultura e classe na Revolução Francesa*. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

IGLESIAS, Francisco. *História e Ideologia*. São Paulo: Perspectiva, 1981.

Historiadores do Brasil – Capítulos de historiografia brasileira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: UFMG, 2000.

KOSELLECK, Reinhart. “Historia magistra vitae. Sobre a dissolução do topos”. In: *Futuro passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

JOANA, Jean. Les usages de la méthode biographique en sciences sociales. *Pôle Sud*, Número 1, Vol 1, 1994.

KOTHE, Flávio R. *O Herói*. São Paulo: Ática, 1985.

KUSCHINIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. *As Dimensões subjetivas da Política: Cultura Política e Antropologia*. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol 13, n 24, 1999.

mero 1, Vol 1, 1994.

LE GOFF, Jacques. ‘Comment écrire une biographie aujourd’hui’. *Le Débat*. N 54, mars-avril 1989

LEVI, Giovanni. Les Usages de la biographie. *Annales. Histoire, Sciences Sociales*. Número 6, vol 44, 1989. 1327

LUCA, Tânia de. *A Revista do Brasil – Um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Unesp, 1999.

Republica Velha: Temas, interpretações, abordagens. In: SILVA, Fernando Teixeira da; NAXARA, Márcia R. Capelari; CAMILOTTI, Virginia C. *Republica, liberalismo, cidadania*. Piracicaba, SP: UNIMEP, 2003.

MADALÉNAT, Daniel. *La Biographie*. Paris: PUF, 1986.

MALERBA, Jurandir. Em busca de um conceito de historiografia – Elementos para uma discussão. In: *Vária História*, n 27, Belo Horizonte 2001.

Representações: contribuição a um debate transdisciplinar. Campinas: Papirus, 2000.

MANNHEIM, Karl. O significado do conservantismo. FORACCHI, Marialice Mencarini & MARTINS, José de Souza. *Sociologia e sociedade*. São Paulo: Ática, 1982.

MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira vol III (1855-1877)*. São Paulo, T A Queiroz, 1996.

História da Inteligência Brasileira vol IV (1878-1896). São Paulo, T A Queiroz, 1996.

História da Inteligência Brasileira vol V (1897-1914). São Paulo: T A Queiroz, 1996.

História da Inteligência Brasileira vol VI (1915-1933). São Paulo: T A Queiroz, 1996.

História da Inteligência Brasileira vol VII (1933-1960). São Paulo: T A Queiroz, 1996.

MONTAGNER, Miguel Ângelo. *Trajetórias e biografias: notas para uma análise bourdieusiana*. In: *Sociologias*, n 17. Porto Alegre, Jan/Junho 2007.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)*. Rio de Janeiro: Difusel, 1979.

MOTA, Carlos. G. *Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)*. São Paulo, Ática, 1978.

José Honório Rodrigues: a obra inacabada'. *Estudos Avançados*. vol 2. n 3. São Paulo set/dez 1988.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o "perigo vermelho": o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2002.

A história política e o conceito de cultura política. In: *Anais do X Encontro Regional de História*. Mariana, 1996.

NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e Constitucionais: A cultura política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: FAPERJ, RENAVAN, 2003.

NIETZSCHE, Friedrich. *Crepúsculo dos Ídolos ou A filosofia a golpes de martelo*. São Paulo, Hemus: 1976.

Da utilidade e dos inconvenientes da história para a vida. In: *Considerações Intempestivas*. Lisboa: Ed Presença, 1976.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A Questão Nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta. GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado*

Novo: Ideologia e Poder. Rio de Janeiro: Zahar, 1982

OLIVERO, Isabelle. *L'invention de la collection*. Paris: IMEC/Maison des sciences de l'Homme, 1999.

ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PÉCAULT, Daniel. *Os Intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Mudanças Epistemológicas: a entrada em cena de um novo olhar. In: *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003

Em busca de um método: as estratégias do fazer histórico. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PIKETTY, Guillaume. La Biographie comme Genre Historique? Étude de cas. *Vingtième siècle. Revue Historique*. Ano 1999. Vol 63, N 63. 119

PANDOLFI, Dulce (ORG). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

POCOCK, J G A. Historia intelectual: Un estado del arte. In: *Prismas - Revista de História Intelectual*. N° 5. Quilmes, Argentina. 2001.

POLLAK, Michael. Esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*. Vol 2 n° 3. Rio de Janeiro: 1989.

PRÉVOTA, Jacques. La culture politique Tradicionaliste. In: BERSTEIN, S. (ORG). *Les Cultures Politique em France*. Paris: Editions du Seuil, 1999.

PROCHASSON, Christophe. *Sur Le cas Maurras: biographie et histoire des idées politiques (note critique)*. In: *Annales, Histoire, Sciences Sociales*, Année 1995, vol 50, n 3. 579-587.

PUDAL, Bernard. Du biografique entre science e fiction: quelques remarques programatiques. *Politix*. Número 27, vol 7, 1994.

REIS, José Carlos. *A história entre a filosofia e a ciência*. São Paulo: Ática, 1999.

As Identidades do Brasil – De Varnhagen a FHC. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

As identidades do Brasil 2: de Calmon a Bomfim. A favor do Brasil: direita ou esquerda? Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

História e Teoria - Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

Tempo História e Evasão. Campinas, SP: Papyrus, 1994.

Wilhelm Dilthey e a autonomia das ciências histórico-sociais. Londrina/PR: Eduel, 2003.

RÉMOND, René (ORG). *Por uma História política*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

RIBEIRO, João. *História do Brasil – Curso Superior*. 15 edição revista e completada por Joaquim Ribeiro. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1954.

- RICOEUR, Paul. *Interpretação e ideologias*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1983.
- RODRIGUES, Cândido Moreira. *A Ordem: Uma revista de intelectuais católicos 1934-1945*. Belo Horizonte: Autêntica/FAPESP, 2005.
- RODRIGUES, José Honório. *História e Historiadores do Brasil*. São Paulo: Fulgor, 1965.
- História da História do Brasil – A historiografia conservadora*. São Paulo: CEN, 1988.
- ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. La Biografía como género historiográfico. In: SCHMIDT, Benito Bisso (ORG). *O Biográfico – Perspectivas interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.
- ROMANO, Roberto. *Brasil: Igreja contra Estado*. São Paulo: Kairós, 1979.
- ROUSSELLIER, Nicolas. La Culture Politique Libérale. In: BERSTEIN, S. (ORG). *Les Cultures Politique em France*. Paris: Editions du Seuil, 1999.
- SAWICKI, Frédéric. La méthode biographique. *Politix*. Ano 1992. vol 5, n 17.
- SCHMIDT, Benito Bisso (ORG). *O Biográfico – Perspectivas interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão – tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 3ª ed 1989.
- SILVA, Helenice Rodrigues da. Entre Memória e História em Paul Ricoeur. In: *Grandes nomes da história intelectual*. São Paulo: Contexto, 2003.
- SIRINELLI, Jean François (dir). *Dictionnaire de la vie politique française au XXe siècle*. Paris: PUF, 1995.
- SKINNER, Quentin. Significado y comprensión en la historia de las ideas. In: *Prismas - Revista de História Intelectual*. Nº 4. Quilmes, Argentina. 2000.
- SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *Culturas Políticas: Ensaio de História Cultural, História Política e Ensino de História*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.
- SOUSA, Octavio Tarquínio de. *Evaristo da Veiga*. São Paulo: CEN, 1939.
- VELLOSO, Mônica Pimenta. O modernismo e a questão nacional. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (ORG). *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- WELHING, Arno. *A invenção da história – Estudos sobre historicismo*. Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho; Niterói: Universidade Fluminense, 1994.
- WHITE, Hayden. O Texto Histórico como artefato Literário. In: *Trópicos do Discurso – Ensaio sobre a crítica da cultura*. São Paulo: EDUSP, 2001.

